



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL



DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXVI - Nº 198 - QUINTA-FEIRA, 24 DE NOVEMBRO DE 2011 - BRASÍLIA-DF

MESA DO SENADO FEDERAL

MESA DO SENADO FEDERAL

Notas:

1. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.
2. Em 03.05.2011, o Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.
3. Em 08.11.2011, vago em virtude do Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.

LIDERANÇAS

<p>Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PV) - 25</p> <p>Líder Renan Calheiros - PMDB</p> <p>.....</p> <p>Líder do PMDB - 18</p> <p>Renan Calheiros</p> <p>Vice-Líderes do PMDB</p> <ul style="list-style-type: none"> Vital do Rêgo Eduardo Braga Gilvam Borges (10) Waldeimir Moka Ricardo Ferraço Casildo Maldaner <p>Líder do PP - 5</p> <p>Francisco Dornelles</p> <p>Vice-Líder do PP</p> <ul style="list-style-type: none"> Ana Amélia (14) <p>Líder do PSC - 1</p> <p>Eduardo Amorim</p> <p>Líder do PV - 1</p> <p>Paulo Davim</p>	<p>Bloco de Apoio ao Governo (PT/PDT/PSB/PC DO B/PRB) - 24</p> <p>Líder Humberto Costa - PT</p> <p>Vice-Líderes</p> <ul style="list-style-type: none"> Acir Gurgacz Antonio Carlos Valadares Inácio Arruda Marcelo Crivella <p>.....</p> <p>Líder do PT - 13</p> <p>Humberto Costa</p> <p>Vice-Líderes do PT</p> <ul style="list-style-type: none"> Lindbergh Farias Walter Pinheiro Wellington Dias Ana Rita <p>Líder do PDT - 5</p> <p>Acir Gurgacz</p> <p>Vice-Líder do PDT</p> <ul style="list-style-type: none"> Cristovam Buarque <p>Líder do PSB - 3</p> <p>Antonio Carlos Valadares</p> <p>Vice-Líder do PSB</p> <ul style="list-style-type: none"> Lídice da Mata <p>Líder do PC DO B - 2</p> <p>Inácio Arruda</p> <p>Líder do PRB - 1</p> <p>Marcelo Crivella</p>	<p>Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) - 15</p> <p>Líder Mário Couto - PSDB (6)</p> <p>Vice-Líderes</p> <ul style="list-style-type: none"> Jayme Campos (5) Maria do Carmo Alves Cyro Miranda <p>.....</p> <p>Líder do PSDB - 10</p> <p>Alvaro Dias</p> <p>Vice-Líderes do PSDB</p> <ul style="list-style-type: none"> Aloysio Nunes Ferreira (7) Paulo Bauer (9) Flexa Ribeiro (8) <p>Líder do DEM - 5</p> <p>Demóstenes Torres (3,4)</p> <p>Vice-Líder do DEM</p> <ul style="list-style-type: none"> Jayme Campos (5)
<p>PR - 7</p> <p>Líder Magno Malta - PR (11)</p> <p>Vice-Líder Clésio Andrade</p>	<p>PTB - 6</p> <p>Líder Gim Argello - PTB</p> <p>Vice-Líderes</p> <ul style="list-style-type: none"> João Vicente Claudino Mozarildo Cavalcanti 	<p>PSOL - 2</p> <p>Líder Marinor Brito - PSOL</p>
<p>PSD - 2</p> <p>Líder Kátia Abreu - PSD (13)</p> <p>Vice-Líder Sérgio Petecão</p>	<p>Governo</p> <p>Líder Romero Jucá - PMDB</p> <p>Vice-Líderes</p> <ul style="list-style-type: none"> Gim Argello Benedicto de Lira Lídice da Mata Jorge Viana Vital do Rêgo 	

Notas:

- Notas:**

 1. Senadora Vanessa Grazziotin passou a exercer a Liderança do PCdoB entre os dias 6 e 11 de fevereiro do corrente, conforme o OF. GSINAR Nº 28/2011, lido na sessão do dia 7 de fevereiro de 2011.
 2. Senador José Agripino exercerá a Liderança do Democratas até o dia 15 de março do corrente, conforme o OF. GLDEM Nº 5/2011, lido na sessão do dia 8 de fevereiro de 2011.
 3. Senador Demóstenes Torres passou a exercer a Liderança do DEM entre os dias 1º e 3 de março do corrente, conforme o OF. GLDEM Nº 017/2011, lido na sessão do dia 1º de março de 2011.
 4. Senador Demóstenes Torres é designado Líder do Partido, conforme o Ofício da Liderança dos Democratas, lido na sessão do dia 15 de março de 2011.
 5. Senador Jayme Campos é designado Vice-Líder do DEM, conforme OF. GLDEM Nº 028/2011, lido na sessão do dia 22 de março de 2011.
 6. Senador Mário Couto é designado Líder do Bloco Parlamentar Minoria (PSBD/DEM), conforme comunicação das Lideranças do PSDB e do DEM, lida na sessão do dia 23 de março de 2011.
 7. Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado 1º Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB Nº 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.
 8. Senador Flexa Ribeiro é designado 3º Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB Nº 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.
 9. Senador Paulo Bauer é designado 2º Vice-Líder do PSDB, conforme OF. GLPSDB Nº 69/2011, lido na sessão do dia 23 de março de 2011.
 10. Senador Gilvany Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme Requerimento nº 291/2011, aprovado na sessão de 29.03.11.
 11. O Partido da República (PR) desliga-se do Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 03.08.2011.
 12. Senador José Agripino exercerá a Liderança do Democratas entre os dias 06 e 16 de outubro do corrente, conforme o OF. GLDEM nº 61/2011, lido na sessão do dia 05 de outubro de 2011.
 13. Em 19.10.2011, a Senadora Kátia Abreu desfiliou-se do Democratas - DEM, e filiou-se ao Partido Social Democrático - PSD (OF nº 1.128/2011-GSKAAB).
 14. Senadora Ana Amélia passou a exercer a Liderança do Partido Progressista - PP no período de 25 de outubro a 5 de novembro de 2011, conforme OF. Nº 068/2011-GI-DPP

EXPEDIENTE

EXCELENTE	
Doris Mariz	Romariz Peixoto
Secretária-Geral do Senado Federal	Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal
Florian Augusto Coutinho Madruga	Cláudia Lyra Nascimento
Diretor da Secretaria Especial de Editorialização e Publicações	Secretária-Geral da Mesa do Senado Federal
José Farias Maranhão	María Amélia Figueiredo da Luz
Diretor da Subsecretaria Industrial	Diretora da Secretaria de Atas
Patrícia Freitas Portella Nunes Martins	Patrícia Freitas Portella Nunes Martins
Diretor da Subsecretaria Industrial	Diretora da Secretaria de Transparência

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

1 – ATA DA 213^a SESSÃO, DELIBERATIVA ORDINÁRIA, EM 23 DE NOVEMBRO DE 2011

1.1 – ABERTURA

1.2 – EXPEDIENTE

1.2.1 – Leitura de Proposta de Emenda à Constituição recebida da Câmara dos Deputados

Nº 114, de 2011 (nº 61/2011, na Câmara dos Deputados), de iniciativa da Presidente da República, que altera o art. 76 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

48437

1.2.2 – Comunicação da Presidência

Referente ao cancelamento da sessão conjunta do Congresso Nacional que seria realizada hoje, às doze horas.

48443

1.2.3 – Discursos do Expediente

SENADOR PAULO PAIM – Registro da realização, hoje, de movimento coordenado pelo Conselho Nacional da Juventude em prol da aprovação do Estatuto da Juventude; e outros assuntos.

48443

SENADORA ANA AMÉLIA – Considerações sobre o reajuste a ser concedido aos aposentados pelo Regime Geral da Previdência Social; e outro assunto.

48447

SENADOR EDUARDO SUPLICY – Saudação ao Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) pelo transcurso dos 47 anos de sua fundação.

48448

SENADOR MOZARILDO CAVALCANTI – Comentários sobre matéria publicada ontem no jornal **Correio Braziliense** intitulada “Controladoria-Geral da União prepara cadastro para barrar ONGs sujas”. ..

48546

SENADORA MARTA SUPLICY – Comentários sobre matéria publicada no jornal **Folha de S. Paulo** sobre estudo do Governo para distribuição de parte dos recursos do FGTS; e outro assunto..

48548

SENADOR PAULO BAUER – Considerações sobre as atuais regras tributárias brasileiras e a importância de sua reforma.

48551

SENADOR PAULO DAVIM, como Líder – Preocupação com a validação de diplomas de estudantes brasileiros que cursaram Medicina em outros países.

48553

SENADOR CASILDO MALDANER – Registro da realização, hoje, de reunião, no âmbito da Comissão Mista de Mudanças Climáticas, para discutir o

comportamento das condições climáticas no Brasil; e outro assunto.	48554
SENADORA LÍDICE DA MATA – Comentários acerca da pesquisa, realizada pela DataSenado, sobre a importância da cultura para o povo brasileiro; e outro assunto.	48556
SENADOR WALTER PINHEIRO – Registro da realização do XXI Encontro Ibero-Americanos dos Afro-descendentes, o AFRO-21, em Salvador; e outro assunto.	48557
SENADOR HUMBERTO COSTA, como Líder – Lembrança da importância do diálogo na política para a superação dos momentos de crise.	48559
SENADOR ANTONIO CARLOS VALADARES – Defesa da regulamentação da Emenda Constitucional nº 29 como forma de promover um sistema de saúde pública que atenda as necessidades nacionais.	48560
SENADOR FLEXA RIBEIRO – Cumprimentos ao Município de Paragominas, no Estado do Pará, que recebeu o prêmio Gestor Eficiente de Merenda Escolar; e outro assunto.	48562
1.2.4 – Leitura de requerimentos	
Nº 1.414, de 2011, de autoria da Senadora Ana Rita e outros Senadores, solicitando a realização de sessão especial do Senado no dia 13 de dezembro próximo, às onze horas, para entrega aos agraciados da 2 ^a premiação da Comenda de Direitos Humanos Dom Hélder Câmara.	48564
Nº 1.415, de 2011, de iniciativa da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, solicitando autorização para que o Senador Walter Pinheiro desempenhe missão no exterior no período de 5 a 7 de dezembro próximo. .	48565
Nº 1.416, de 2011, de autoria da Senadora Marinor Brito, solicitando voto de aplauso pela passagem dos 68 anos de libertação do Líbano da dominação francesa em 1943.	48565
Nº 1.417, de 2011, de autoria da Senadora Marinor Brito, solicitando voto de aplauso pela passagem dos 50 anos da Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional.	48567
Nº 1.418, de 2011, de autoria do Senador Flexa Ribeiro, solicitando voto de aplauso ao município de Paragominas.	48569

1.2.5 – Comunicações

Do Senador Luiz Henrique, referente ao relatório da viagem de Sua Ex^a em Missão Oficial à Rússia, a qual foi objeto do Requerimento nº 994, de 2011. (**Ofício nº 196/2011, de 17 do corrente**)....

48570

nhora Presidente da República, que autoriza o Poder Executivo a criar a empresa pública denominada Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares – EBSERH; acrescenta dispositivos ao Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal; e dá outras providências. **Aprovado**, com voto contrário da Senadora Marinor Brito. À sanção. (Votação Nominal) .

48603

Da Liderança do PR no Senado Federal, de indicação de membro para integrar a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária (**Ofício nº 18/2011, de 22 do corrente**). *Designação do Senador Antonio Russo, como titular, para compor a referida Comissão.*

48570

Da Liderança do DEM no Senado Federal, de substituição de membro na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle. (**Ofício nº 74/2011, de 23 do corrente**)

48571

Da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo no Senado Federal, de indicação de membro para integrar a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (**Ofício nº 140/2011, de 22 do corrente**). *Designação da Senadora Vanessa Grazziotin, como suplente, para compor a referida Comissão.*

48572

Da Liderança do PR no Senado Federal, de indicação de membro para integrar a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária assim como substituições na Comissão citada (**Ofício nº 17/2011, de 23 do corrente**). *Designação do Senador Clésio Andrade, como titular, para compor a referida Comissão.*

48572

1.3 – ORDEM DO DIA

1.3.1 – Item 1 (Em regime de urgência, nos termos do art. 64, § 1º, da Constituição) (Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 353, parágrafo único, do Regimento Interno)

Projeto de Lei da Câmara nº 79, de 2011 (nº 1.749/2011, na Casa de origem), de iniciativa da Senhora Presidente da República, que autoriza o Poder Executivo a criar a empresa pública denominada Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares – EBSERH; acrescenta dispositivos ao Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal; e dá outras providências. Leitura do **Parecer nº 1.299, de 2011-CAS**. É proferido **Parecer nº 1.300, de 2011-PLEN**, em substituição às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania e Educação, Cultura e Esporte, pelo Senador Humberto Costa (Relator), tendo usado da palavra os Senadores Jayme Campos, Aloysio Nunes Ferreira, Marinor Brito, Alvaro Dias, José Agripino, Lúcia Vânia, Randolfe Rodrigues, Cristovam Buarque e Humberto Costa (Relator).

48574

1.3.2 – Comunicação

Da Liderança do DEM no Senado Federal, de indicação do Senador José Agripino para assumir a Liderança do DEM nas Sessões Deliberativas dos dias 23 e 24 do corrente. (**Ofício nº 73/2011, de 23 do corrente**)

48598

1.3.3 – ORDEM DO DIA (continuação)**1.3.4 – Item 1 (continuação)**

Projeto de Lei da Câmara nº 79, de 2011 (nº 1.749/2011, na Casa de origem), de iniciativa da Se-

nhora Presidente da República, que autoriza o Poder Executivo a criar a empresa pública denominada Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares – EBSERH; acrescenta dispositivos ao Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal; e dá outras providências. **Aprovado**, com voto contrário da Senadora Marinor Brito. À sanção. (Votação Nominal) .

1.3.5 – Item 7 (Inversão de pauta nos termos do Requerimento nº 1.419, de 2011, lido e aprovado nesta oportunidade)

Proposta de Emenda à Constituição nº 87, de 2011, tendo como primeiro signatário o Senador Romero Jucá, que altera o art. 76 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. (DRU). **Não houve oradores** na primeira sessão de discussão, em primeiro turno.....

48611

1.3.6 – Item 2 (Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 1.314, de 2011)

Substitutivo da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 121, de 2007-Complementar (nº 306/2008, naquela Casa), de iniciativa do Senador Tião Viana, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal, para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; institui contribuição social destinadas à saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas três esferas do Governo; revoga dispositivos das Leis nºs 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993; e dá outras providências. **Apreciação adiada** para a sessão deliberativa de amanhã.....

48611

1.3.7 – Item 3 (Em regime de urgência, nos termos do parágrafo único do art. 353 do Regimento Interno)

Projeto de Decreto Legislativo nº 246, de 2011 (apresentado como conclusão do Parecer nº 1.087, de 2011, da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Romero Jucá), que aprova a Programação Monetária para o 3º trimestre de 2011. **Aprovado**.....

48611

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 246, de 2011 (**Parecer nº 1.301, de 2011-CDIR**). **Aprovada**. À Câmara dos Deputados.....

48612

1.3.8 – Item 4

Redação Final da Emenda ao Projeto de Decreto Legislativo nº 638, de 2010 (nº 2.438/2010, na Câmara dos Deputados), que aprova, com ressalvas, o texto da Convenção sobre a Obtenção de Provas no Estrangeiro em matéria Civil ou Comercial, assinada em Haia, em 18 de março de 1970. **Aprovada**. À Câmara dos Deputados.....

48613

1.3.9 – Item 5

Projeto de Lei da Câmara nº 56, de 2007 (nº 3.933/2004, na Casa de origem), que inclui a pesca industrial nas atividades vinculadas ao setor rural e dá outras providências. **Apreciação adiada** para a sessão deliberativa de amanhã.....

48614

1.3.10 – Item 6

Proposta de Emenda à Constituição nº 33, de 2009, tendo como primeiro signatário o Senador Antonio Carlos Valadares, que *acrescenta o art. 220-A à Constituição Federal, para dispor sobre a exigência do diploma de curso superior de comunicação social, habilitação jornalismo, para o exercício da profissão de jornalista. Apreciação adiada* para a sessão deliberativa de amanhã.....

48614

de algemas em todo o território nacional. Apreciação adiada para a sessão deliberativa de amanhã.....

48621

1.3.17 – Item 17 (Inversão de pauta com aquiescência do Plenário)

Requerimento nº 1.328, de 2011, do Senador Waldemir Moka, solicitando que, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 41, de 2009, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Sociais (arrendamento ou comodato de bens e direitos de empresa em processo de recuperação judicial). **Aprovado**.

48621

1.3.18 – Item 18 (Inversão de pauta com aquiescência do Plenário)

Requerimento nº 1.337, de 2011, do Senador Walter Pinheiro, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 550, de 2011 – Complementar, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Educação, Cultura e Esporte (piso salarial dos empregados com educação superior). **Aprovado**.

48621

1.3.19 – Item 19 (Inversão de pauta com aquiescência do Plenário)

Requerimento nº 1.338, de 2011, do Senador Walter Pinheiro, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 120, de 2011, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Educação, Cultura e Esporte (impedimento de repasses de verbas federais a Municípios). **Aprovado**.

48621

1.3.20 – Item extrapauta (incluído na pauta com aquiescência do Plenário)

Projeto de Lei da Câmara nº 14, de 2009, de autoria da Senadora Marinha Raupp, que *denomina Ponte Emerson Freitag – Boiadeiro a ponte sobre o Rio Machado na BR 364 do Município de Jí-Paraná, Estado de Rondônia. Aprovado*. À sanção.

48622

1.3.21 – Apreciação de matérias

Requerimento nº 1.414, de autoria da Senadora Ana Rita e outros Senadores. **Aprovado**.

Requerimento nº 164, de 2011, de autoria do Senador Magno Malta e outros Senadores. **Aprovado**.

1.3.22 – Matérias não apreciadas e transferidas para a próxima sessão deliberativa ordinária.**1.4 – APÓS A ORDEM DO DIA****1.4.1 – Discursos**

SENADOR EDUARDO SUPLICY – Encaminhamento de Requerimento de voto de pesar pelo falecimento de Danielle Mitterrand.

48623

1.4.2 – Leitura de requerimento

Nº 1.420, de 2011, de autoria do Senador Eduardo Suplicy solicitando voto de pesar pelo falecimento de Danielle Mitterrand.

48624

Nº 1.421, de 2011, de autoria do Senador Eduardo Amorim, solicitando voto de congratulações ao Colégio Estadual Murilo Braga.

48626

Nº 1.422, de 2011, de autoria da Senadora Ana Rita, solicitando a oitiva da Comissão de Di-

1.3.11 – Item 8

Projeto de Lei da Câmara nº 102, de 2007 (nº 3.129/2004, na Casa de origem, do Deputado Eduardo Valverde), que *altera o art. 6º da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para equiparar os efeitos jurídicos da subordinação exercida por meios telemáticos e informatizados à exercida por meios pessoais e diretos. Aprovado*.

48614

Redação final do Projeto de Lei da Câmara nº 102, de 2007 (**Parecer nº 1.302, de 2011-CDIR**). **Aprovada**. À sanção.

48615

1.3.12 – Item 9

Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 2008 (nº 5.702/2005, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que *altera o art. 37 da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, que dispõe sobre o Cadastro Informativo dos créditos não quitados de órgão e entidades federais e dá outras providências. Aprovado*. À sanção.

48616

1.3.13 – Item 10

Projeto de Lei da Câmara nº 58, de 2011 (nº 7.577/2010, na Casa de origem), de iniciativa do Tribunal Superior do Trabalho, que *dispõe sobre a criação de cargos de provimento efetivo no Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região (BA) e dá outras providências. Aprovado*. À sanção.

48618

1.3.14 – Item 11

Projeto de Decreto Legislativo nº 196, de 2011 (nº 20/2011, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República do Brasil e o Governo da República do Burundi, assinado em Brasília, em 25 de agosto de 2009. Aprovado*. À promulgação.

48619

1.3.15 – Item 12

Projeto de Decreto Legislativo nº 235, de 2011 (nº 47/2011, na Câmara dos Deputados), que *aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Moçambique para a Instalação da Sede do Escritório Regional da Fiocruz para a África, celebrado em Brasília, em 4 de setembro de 2008. Aprovado*, tendo usado da palavra o Senador Marcelo Crivella. À promulgação.

48620

1.3.16 – Item 13 (Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 5, de 2008)

Projeto de Lei do Senado nº 185, de 2004, do Senador Demóstenes Torres, que *regulamenta o emprego*

reitos Humanos e Legislação Participativa sobre o Projeto de Lei do Senado nº 280, de 2011.	48626	Projeto de Lei do Senado nº 700, de 2011, de autoria do Senador Lindbergh Farias, que acrescenta art. 2º-A à Lei nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e dá outras providências, para isentar de tarifas bancárias as pessoas com deficiência que auferiram renda mensal bruta de até cinco salários mínimos.	48648
Nº 1.423, de 2011, de autoria do Senador Lobão Filho, solicitando autorização para desempenhar missão no exterior, no período de 28 do corrente a 9 de dezembro próximo, em Durban, na África do Sul. .	48626	1.4.3 – Discursos (continuação)	
SENADOR ARMANDO MONTEIRO – Considerações acerca dos limites que a falta de infraestrutura impõem ao crescimento econômico do País; e outro assunto.	48627	SENADOR EDUARDO BRAGA – Considerações acerca do projeto do novo Código Florestal, em tramitação no Senado Federal.....	48629
SENADOR EDUARDO AMORIM, como Líder – Análise das ações que devem ser implantadas para a melhoria do Sistema Único de Saúde.	48632	SENADORA ANA RITA – Protesto contra o novo projeto de divisão dos <i>royalties</i> do petróleo..	48633
1.4.4 – Apreciação de matéria		SENADOR GEOFANI BORGES, como Líder – Discurso de despedida de S. Ex ^a do mandato de Senador da República.	48636
Nº 1.423, de 2011, de autoria do Senador Lobão Filho. Aprovado	48636	1.4.5 – Discursos (continuação)	
1.4.6 – Comunicações		SENADOR CIRNO NOGUEIRA – Considerações sobre a importância do caju, fruta típica do nordeste, para o sustento de centenas de famílias brasileiras.	48651
Da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo no Senado Federal, de substituição de membro na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (Ofício nº 139/2011, de 22 do corrente). ..	48637	SENADORA ANGELA PORTELA – Apoio à iniciativa da Presidente Dilma Rousseff pela apresentação do Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência, o Viver sem Limite.	48652
1.4.7 – Ofício do Presidente do Grupo Brasileiro no Parlamento Latino-Americano e Vice-Presidente do Parlamento Latino-Americano pelo Brasil		SENADOR WELLINGTON DIAS – Registro do relançamento da Frente parlamentar de Apoio aos Povos Indígenas.....	48653
Nº S/60, de 2011, informando sobre a realização da XVII Assembleia Ordinária do Parlamento no Panamá.	48638	1.4.11 – Comunicação da Presidência	
1.4.8 – Leitura de projetos		Realização de sessão deliberativa ordinária amanhã, dia 24, às 14 horas, com Ordem do Dia anteriormente designada.....	48653
Projeto de Lei do Senado nº 697, de 2011, de autoria do Senador Aécio Neves, que estabelece o fornecimento de ensino aos empregados pela empresa empregadora como hipótese de desconto no Imposto de Renda da Pessoa Jurídica, e dá outras providências.	48642	1.5 – ENCERRAMENTO	
Projeto de Lei do Senado nº 698, de 2011, de autoria do Senador Aécio Neves, que dispõe sobre a transferência obrigatória de recursos do FUNPEN – Fundo Penitenciário Nacional – e do FNS – Fundo Nacional de Segurança Pública – para os Estados e o Distrito Federal.	48644	2 – REQUERIMENTOS DE LICENÇA	
Projeto de Lei do Senado nº 699, de 2011, de autoria do Senador Vital do Rêgo, que disciplina a utilização de coletes à prova de balas por profissionais que fazem cobertura jornalística e acompanham operações policiais.	48646	SENADO FEDERAL	
		3 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL	
		4 – COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO	
		5 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS	
		6 – COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES	
		CAE – Comissão de Assuntos Econômicos	
		CAS – Comissão de Assuntos Sociais	
		CCJ – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania	
		CE – Comissão de Educação, Cultura e Esporte	
		CMA – Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle	
		CDH – Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa	
		CRE – Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional	
		CI – Comissão de Serviços de Infra-Estrutura	

CDR – Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo

CRA – Comissão de Agricultura e Reforma Agrária

CCT – Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

7 – CONSELHOS E ÓRGÃOS

Corregedoria Parlamentar (Resolução nº 17, de 1993)

Conselho de Ética e Decoro Parlamentar (Resolução nº 20, de 1993)

Procuradoria Parlamentar (Resolução nº 40, de 1995)

Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz (Resolução nº 2, de 2001)

Conselho do Diploma José Ermírio de Moraes (Resolução nº 35, de 2009)

Conselho da Comenda de Direitos Humanos Dom Hélder Câmara (Resolução nº 14, de 2010)

Ouvidoria do Senado Federal (Resolução nº 1, de 2005)

Programa Senado Jovem Brasileiro (Resolução nº 42, de 2010)

CONGRESSO NACIONAL

8 – CONSELHOS E ÓRGÃOS

Conselho da Ordem do Congresso Nacional (Decreto Legislativo nº 70, de 1972)

Conselho de Comunicação Social (Lei nº 8.389, de 1991)

Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul (Resolução nº 2, de 1992)

Comissão Mista de Controle das Atividades de Inteligência – CCAI (Lei nº 99.883, de 1999)

Ata da 213^a Sessão, Deliberativa Ordinária, em 23 de novembro de 2011

1^a Sessão Legislativa Ordinária da 54^a Legislatura

Presidência do Sr. José Sarney, das Sras. Marta Suplicy, Vanessa Grazziotin,
Ana Amélia, dos Srs. Paulo Paim e Paulo Davim

(Inicia-se a sessão às 14 horas e 1 minuto e encerra-se às 20 horas e 7 minutos.)

É o seguinte o registro de Comparecimento:

REGISTRO DE COMPARECIMENTO

213^a SESSÃO DELIBERATIVA ORDINÁRIA ÀS 14 HORAS

Período : 23/11/2011 07:08:02 até 23/11/2011 20:31:00

Partido	UF	Nome	Pres	Voto
PDT	RO	ACIR GURGACZ	X	X
PSDB	MG	AÉCIO NEVES	X	X
PR	AM	ALFREDO NASCIMENTO	X	X
PSDB	SP	ALOYSIO NUNES FERREIRA	X	X
PSDB	PR	ALVARO DIAS	X	X
PP	RS	ANA AMÉLIA	X	X
PT	ES	ANA RITA	X	X
PT	RR	ÁNGELA PORTELA	X	X
PT	AC	ANIBAL DINIZ	X	X
PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	X	X
PR	MS	ANTONIO RUSSO	X	
PTB	PE	ARMANDO MONTEIRO	X	X
PP	AL	BENEDITO DE LIRA	X	X
PR	MT	BLAIRO MAGGI	X	X
PMDB	SC	CASILDO MALDANER		
PSDB	PB	CÁSSIO CUNHA LIMA	X	X
PSDB	PB	CICERO LUCENA	X	X
PP	PI	CIRO NOGUEIRA		
PR	MG	CLÉSIO ANDRADE	X	X
PDT	DF	CRISTOVAM Buarque	X	X
PSDB	GO	CYRIO MIRANDA	X	X
PT	MS	DELCIÓDIO DO AMARAL	X	
DEM	GO	DEMÓSTENES TORRES	X	
PSC	SE	EDUARDO AMORIM	X	X
PMDB	AM	EDUARDO BRAGA	X	X
PT	SP	EDUARDO SUPLICY	X	X
PMDB	CE	EUNÍCIO OLIVEIRA	X	X
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	X	X
PP	RJ	FRANCISCO DORNELLES	X	X
PMDB	AP	GEOVANI BORGES	X	X
PTB	DF	GIM ARGELLO	X	X
PT	PE	HUMBERTO COSTA	X	X
PCdoB	CE	INÁCIO ARRUDA	X	X
PP	RO	IVO CASSOL	X	
PMDB	PE	JARBAS VASCONCELOS	X	X
DEM	MT	JAYME CAMPOS	X	X
PDT	BA	JOÃO DURVAL	X	X
PR	TO	JOÃO RIBEIRO	X	X
PT	AC	JORGE VIANA	X	X
DEM	RN	JOSÉ AGRIPIÑO	X	X
PT	CE	JOSÉ PIMENTEL	X	X
PMDB	AP	JOSÉ SARNEY	X	X
PSD	TO	KATIA ABREU	X	
PSB	BA	LÍDICE DA MATA	X	X
PT	RJ	LINDBERGH FARIAS	X	X
PMDB	MA	LOBAO FILHO	X	
PSDB	GO	LÚCIA VÂNIA	X	X
PMDB	SC	LUÍZ HENRIQUE	X	X
PR	ES	MAGNO MALTA	X	X
PRB	RJ	MARCELO CRIVELLA	X	
DEM	SE	MARIA DO CARMO ALVES	X	
P-SOL	PA	MARINOR BRITO	X	X
PSDB	PA	MARIO COUTO	X	
PT	SP	MARTA SUPLICY	X	X
PTB	RR	MOZARILDO CAVALCANTI	X	
PSDB	SC	PAULO BAUER	X	X
PV	RN	PAULO DAVIM	X	X
PT	RS	PAULO PAIM	X	X
PMDB	RS	PEDRO SIMON	X	X
PDT	MT	PEDRO TAQUES	X	X
P-SOL	AP	RANDOLFE RODRIGUES	X	X

Partido	UF	Nome	Pres	Voto
PMDB	AL	RENAN CALHEIROS	X	X
PMDB	ES	RICARDO FERRAÇO	X	
PSB	DF	RODRIGO ROLLEMBERG	X	X
PMDB	RR	ROMERO JUÇÁ	X	X
PSD	AC	SÉRGIO PETECÃO	X	X
PMDB	PR	SÉRGIO SOUZA	X	X
PMDB	RO	VALDIR RAUPP	X	X
PCdoB	AM	VANESSA GRAZZIOTIN	X	
PR	TO	VICENTINHO ALVES	X	X
PMDB	PB	VITAL DO REGO	X	X
PMDB	MS	WALDEMIR MOKA	X	X
PT	BA	WALTER PINHEIRO	X	X
PT	PI	WELLINGTON DIAS		

Compareceram: 74 Senadores

A SR^a PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Há número regimental.

Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

Senadora Ana Amélia.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Gostaria que V. Ex^a, Presidenta Marta, me inscrevesse para falar para uma comunicação inadiável.

A SR^a PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – V. Ex^a é a primeira inscrita.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – Obrigada.

A SR^a PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Senador Mozarildo.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – Senadora Marta, quero me inscrever. Porém, ressaltando que fui o primeiro e gentilmente cedi, como era meu dever, para a Senadora Ana Amélia.

A SR^a PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Desculpe-me, Senador.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR. Fora do microfone.) – Mas eu quero ser o segundo.

A SR^a PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Está bom, não tem problema, então.

Então, o Senador Mozarildo gentilmente cedeu o lugar à Senadora Ana Amélia. Por minha falta, coloquei-a em primeiro.

A SR^a PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – A Presidência recebeu da Câmara dos Deputados a **Proposta de Emenda à Constituição nº 114, de 2011** (nº 61/2011 na Câmara dos Deputados), de iniciativa da Senhora Presidente da República, que altera o art. 76 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. (DRU).

É a seguinte a matéria recebida:

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO **Nº 114, DE 2011**

(nº 61/2011, na Câmara dos Deputados)
(De iniciativa da Presidência da República)

Altera o art. 76 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

AS MESAS DA CÂMARA DOS DEPUTADOS E DO SENADO FEDERAL, nos termos do § 3º do art. 60 da Constituição Federal, promulgam a seguinte Emenda ao texto constitucional:

Art. 1º O art. 76 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 76. São desvinculados de órgão, fundo ou despesa, até 31 de dezembro de 2015, 20% (vinte por cento) da arrecadação da União de impostos, contribuições sociais e de intervenção no domínio econômico, já instituídos ou que vierem a ser criados até a referida data, seus adicionais e respectivos acréscimos legais.

S 1º O disposto no caput não reduzirá a base de cálculo das transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios, na forma do § 5º do art. 153, do inciso I do art. 157, dos incisos I e II do art. 158 e das alíneas a, b e d do inciso I e do inciso II do art. 159 da Constituição Federal, nem a base de cálculo das destinações a que se refere a alínea c do inciso I do art. 159 da Constituição Federal.

§ 2º Excetua-se da desvinculação de que trata o *caput* a arrecadação da contribuição social do salário-educação a que se refere o § 5º do art. 212 da Constituição Federal.

§ 3º Para efeito do cálculo dos recursos para manutenção e desenvolvimento do ensino de que trata o art. 212 da Constituição Federal, o percentual referido no *caput* será nulo.” (NR)

Art. 2º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data da sua publicação.

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO ORIGINAL Nº 61, DE 2011

Altera o art. 76 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

Art. 1º O art. 76 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 76. É desvinculado de órgão, fundo ou despesa, até 31 de dezembro de 2015, vinte por cento da arrecadação da União de impostos, contribuições sociais e de intervenção no domínio econômico, já instituídos ou que vierem a ser criados até a referida data, seus adicionais e respectivos acréscimos legais.

§ 1º O disposto no *caput* não reduzirá a base de cálculo das transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios, na forma dos arts. 153, § 5º, 157, inciso I, 158, incisos I e II, e 159, incisos I, alíneas “a”, “b” e “d” e II, da Constituição, nem a base de cálculo das destinações a que se refere o art. 159, inciso I, alínea “c”, da Constituição.

§ 2º Excetua-se da desvinculação de que trata o *caput* a arrecadação da contribuição social do salário-educação a que se refere o art. 212, § 5º, da Constituição.

§ 3º Para efeito do cálculo dos recursos para manutenção e desenvolvimento do ensino de que trata o art. 212 da Constituição, o percentual referido no *caput* será nulo.” (NR)

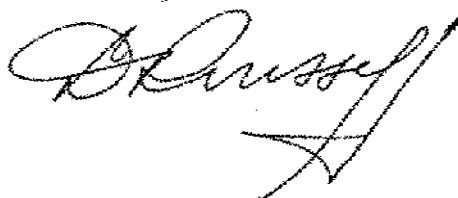
Art. 2º Esta Emenda Constitucional entra em vigor na data da sua publicação.

Mensagem nº 296, de 2011

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do art. 60, inciso II, da Constituição, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências o texto da Proposta de Emenda à Constituição que “Altera o art. 76 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias”.

Brasília, 19 de agosto de 2011.



EM Interministerial nº 00104/2011/MP/MF

Brasília, 8 de junho de 2011.

Excelentíssima Senhora Presidenta da República,

1. Submetemos à consideração de Vossa Excelência Proposta de Emenda Constitucional, com vistas a alterar o art. 76 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias de forma a prorrogar a vigência da Desvinculação de Receitas da União – DRU até 31 de dezembro de 2015.
2. Essa alteração no ADCT justifica-se porque a estrutura orçamentária e fiscal brasileira possui elevado volume de despesas obrigatórias, como as relativas a pessoal e a benefícios previdenciários, e também vinculação expressiva das receitas orçamentárias a finalidades específicas. Esse delineamento tende a extinguir a discricionariedade alocativa, pois reduz o volume de recursos orçamentários livres que seriam essenciais para implementar projetos governamentais prioritários, e prejudica a formação de poupança para promover a redução da dívida pública.
3. Nesse cenário, a desvinculação de receitas, vigente desde o ano 2000, foi instrumento de racionalização da gestão orçamentária, que ampliou as possibilidades de atuação dos gestores públicos e possibilitou atender, de forma célere e tempestiva, as demandas da sociedade, sem comprometer o equilíbrio fiscal das contas públicas. Nesse ínterim, a DRU tem permitido à Administração Pública Federal não só estabelecer prioridades, mas também prover e alocar recursos para torná-las exequíveis. Ressalte-se que a conjuntura do Brasil urge investimentos e respectivas fontes de financiamento, a fim de adequar a infraestrutura do País às exigências internacionais correlatas à Copa do Mundo de 2014 e às Olimpíadas de 2016.
4. Diante do exposto, tendo em vista não só a importância da desvinculação de receitas na formação dos recursos livres do orçamento federal, mas também a necessidade premente de se manter grau de autonomia mínimo na definição de prioridades de governo e na gestão orçamentária, propomos emenda constitucional que “Altera o art. 76 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.”

Respeitosamente,

LEGISLAÇÃO CITADA ANEXADA PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA**CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988****TÍTULO IV****Da Organização dos Poderes****CAPÍTULO I****DO PODER LEGISLATIVO****Seção VIII****DO PROCESSO LEGISLATIVO****Subseção II****Da Emenda à Constituição**

Art. 60. A Constituição poderá ser emendada mediante proposta:

§ 3º - A emenda à Constituição será promulgada pelas Mesas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal, com o respectivo número de ordem.

TÍTULO VI**Da Tributação e do Orçamento****CAPÍTULO I****DO SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL****Seção III****DOS IMPOSTOS DA UNIÃO**

Art. 153. Compete à União instituir impostos sobre:

§ 5º - O ouro, quando definido em lei como ativo financeiro ou instrumento cambial, sujeita-se exclusivamente à incidência do imposto de que trata o inciso V do "caput" deste artigo, devido na operação de origem; a alíquota mínima será de um por cento, assegurada a transferência do montante da arrecadação nos seguintes termos:

I - trinta por cento para o Estado, o Distrito Federal ou o Território, conforme a origem;

II - setenta por cento para o Município de origem.

Seção VI
DA REPARTIÇÃO DAS RECEITAS TRIBUTÁRIAS

Art. 157. Pertencem aos Estados e ao Distrito Federal:

I - o produto da arrecadação do imposto da União sobre renda e proventos de qualquer natureza, incidente na fonte, sobre rendimentos pagos, a qualquer título, por eles, suas autarquias e pelas fundações que instituírem e mantiverem;

.....

Art. 158. Pertencem aos Municípios:

I - o produto da arrecadação do imposto da União sobre renda e proventos de qualquer natureza, incidente na fonte, sobre rendimentos pagos, a qualquer título, por eles, suas autarquias e pelas fundações que instituírem e mantiverem;

~~II - cinqüenta por cento do produto da arrecadação do imposto da União sobre a propriedade territorial rural, relativamente aos imóveis neles situados;~~

~~II - cinqüenta por cento do produto da arrecadação do imposto da União sobre a propriedade territorial rural, relativamente aos imóveis neles situados, cabendo a totalidade na hipótese da opção a que se refere o art. 153, § 4º, III; (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 42, de 19.12.2003)~~

.....

Art. 159. A União entregará:

~~I - do produto da arrecadação dos impostos sobre renda e proventos de qualquer natureza e sobre produtos industrializados, quarenta e sete por cento na seguinte forma:~~

I - do produto da arrecadação dos impostos sobre renda e proventos de qualquer natureza e sobre produtos industrializados quarenta e oito por cento na seguinte forma: (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 55, de 2007)

a) vinte e um inteiros e cinco décimos por cento ao Fundo de Participação dos Estados e do Distrito Federal;

b) vinte e dois inteiros e cinco décimos por cento ao Fundo de Participação dos Municípios;

c) três por cento, para aplicação em programas de financiamento ao setor produtivo das Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, através de suas instituições financeiras de caráter regional, de acordo com os planos regionais de desenvolvimento, ficando assegurada ao semi-árido do Nordeste a metade dos recursos destinados à Região, na forma que a lei estabelecer;

d) um por cento ao Fundo de Participação dos Municípios, que será entregue no primeiro decêndio do mês de dezembro de cada ano; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 55, de 2007)

II - do produto da arrecadação do imposto sobre produtos industrializados, dez por cento aos Estados e ao Distrito Federal, proporcionalmente ao valor das respectivas exportações de produtos industrializados.

.....

Art. 212. A União aplicará, anualmente, nunca menos de dezoito, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios vinte e cinco por cento, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino.

~~§ 5º O ensino fundamental público terá como fonte adicional de financiamento a contribuição social do salário-educação, recolhida, na forma da lei, pelas empresas, que dela poderão deduzir a aplicação realizada no ensino fundamental de seus empregados e dependentes.~~

~~§ 5º O ensino fundamental público terá como fonte adicional de financiamento a contribuição social do salário-educação, recolhida pelas empresas, na forma da lei. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 14, de 1996)~~

§ 5º A educação básica pública terá como fonte adicional de financiamento a contribuição social do salário-educação, recolhida pelas empresas na forma da lei. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 53, de 2006) (Vide Decreto nº 6.003, de 2006)

TÍTULO X ATO DAS DISPOSIÇÕES CONSTITUCIONAIS TRANSITÓRIAS

Art. 76. É desvinculado de órgão, fundo ou despesa, no período de 2003 a 2007, vinte por cento da arrecadação da União de impostos, contribuições sociais e de intervenção no domínio econômico, já instituídos ou que vierem a ser criados no referido período, seus adicionais e respectivos acréscimos legais. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 42, de 19.12.2003)

Art. 76. É desvinculado de órgão, fundo ou despesa, até 31 de dezembro de 2011, 20% (vinte por cento) da arrecadação da União de impostos, contribuições sociais e de intervenção no domínio econômico, já instituídos ou que vierem a ser criados até a referida data, seus adicionais e respectivos acréscimos legais. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 56, de 2007)

§ 1º O disposto no caput deste artigo não reduzirá a base de cálculo das transferências a Estados, Distrito Federal e Municípios na forma dos arts. 153, § 5º; 157, I; 158, I e II; e 159, I, a e b; e II, da Constituição, bem como a base de cálculo das destinações a que se refere o art. 159, I, c, da Constituição. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 42, de 19.12.2003)

§ 2º Exceta-se da desvinculação de que trata o caput deste artigo a arrecadação da contribuição social do salário-educação a que se refere o art. 212, § 5º, da Constituição. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 27, de 2000)

§ 3º Para efeito do cálculo dos recursos para manutenção e desenvolvimento do ensino de que trata o art. 212 da Constituição, o percentual referido no caput deste artigo será de 12,5 % (doze inteiros e cinco décimos por cento) no exercício de 2009, 5% (cinco por cento) no exercício de 2010, e nulo no exercício de 2011. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 59, de 2009)

(À Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania)

A SR^a PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – A matéria vai à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania.

A Presidência comunica às Sr^{as}s e aos Srs. Senadores que foi cancelada a sessão conjunta do Congresso Nacional convocada para hoje, às 12h, no plenário da Câmara dos Deputados.

A SR^a PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – O primeiro orador inscrito é o Senador Rollemberg. (Pausa.)

Como ele não se encontra, vamos ao Senador Suplicy.

Senador Suplicy?

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP. *Fora do microfone.*) – Sou eu o primeiro?

A SR^a PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – É. Se V. Ex^a estiver ocupado, fala a Senadora Ana Amélia primeiro, não tem problema.

Querem trocar?

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. *Fora do microfone.*) – Pode ser?

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP. *Fora do microfone.*) – Pode.

A SR^a PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Então, por permuta com o Senador Suplicy, fala o Senador Paulo Paim, que era o terceiro inscrito.

Chamo, como orador inscrito, o Senador Rollemberg, que é o primeiro inscrito.

Com a palavra, o Senador Paulo Paim.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr^a Presidenta, Senadora Marta Suplicy, faço questão de registrar, no dia de hoje, o movimento feito pela juventude brasileira, que está na peleia, meus amigos da Cobap, para que se aprove o Estatuto da Juventude.

A blitz feita pela aprovação do texto do Estatuto da Juventude é coordenada pelo Conselho Nacional da Juventude.

Ontem, foi realizada audiência pública na CCJ, onde o tema foi debatido. Na próxima semana, o Estatuto da Juventude deverá ser votado.

Desde as nove horas da manhã, os conselheiros Gerson Sergio Brandão Sampaio, Cláudia Maia Tavares, Nilton dos Santos Lopes Filho, Maria das Neves de Sá Macedo Filha, Paulo Costa Rebo Falbo, Danilo de Souza Moraes, Joubert Fonseca de Andrade, Alexandre Piero, João Marcos Pereira Vidal, Karlos Rikáryo Mourão Pinheiro e Gabriel Medina de Toledo estão reunidos aqui no Senado, conversando, Senador por Senador, Senadora por Senadora, para garantir a aprovação do texto.

O Conselho Nacional de Juventude foi criado em 2005 pela Lei nº 11.129, que também criou, naquela

oportunidade, a Secretaria Nacional de Juventude, que é vinculada à Secretaria-Geral da Presidência da República. Tem, entre suas atribuições, a de formular e propor diretrizes voltadas às políticas públicas da nossa juventude. Desenvolve estudos e pesquisas sobre a realidade socioeconômica dos jovens e promover o intercâmbio entre as organizações juvenis nacionais e internacionais.

O Conjuve é composto por um terço de representantes do Poder Público e dois terços da sociedade civil, contando, ao todo, com 60 membros, sendo 20 do Governo Federal e 40 da sociedade civil.

Lembro-me que durante a aprovação da PEC da Juventude, sob a orientação dessa moçada que esteve aqui no Senado, no ano passado, eu consegui, dialogando com cada um dos Senadores, a garantia de que fosse aprovada a PEC da Juventude. Agradeço a essa juventude toda que tem acompanhado o nosso trabalho. Eu, de minha parte, tenho, aqui no plenário do Senado, cumprido o meu papel com a juventude.

Agora, no momento em que a Casa está debatendo o Estatuto da Juventude, aprovado na Câmara dos Deputados, que teve como Relatora a Deputada Manuela D'Ávila, do PC do B do Rio Grande, mais uma vez o Conjuve está aqui. Dialoguei com ele por diversas vezes e posso afirmar que o PLC nº 98/2011, que cria o Estatuto da Juventude, está na Comissão de Constituição e Justiça e vai seguir para a Comissão de Assuntos Sociais. Na Comissão de Assuntos Sociais, eu serei o Relator da matéria, a convite, que já me foi feito, do Senador Jayme Campos, a quem eu, de público, agradeço. Na CCJ, o Relator será o nosso querido Senador, o mais jovem desta Casa, Randolfe Rodrigues.

Quero dizer também, em homenagem à juventude, que, na Comissão de Direitos Humanos, é minha intenção também indicar o Senador Randolfe Rodrigues, por ser o Senador mais jovem, para ser o Relator naquela Comissão. Eu, relatando na Comissão de Assuntos Sociais, entendo que vou cumprir com a minha parte para com a juventude brasileira.

Termino com uma frase que me foi dita pelos próprios jovens: “Paim, cita aí uma frase do grande poeta brasileiro Augusto dos Anjos”.

Diz o poeta:

A esperança não murcha, ela não cansa, também como ela não sucumbe a crença. Vão-se sonhos nas asas da descrença, voltam sonhos nas asas da esperança.

A grande esperança deste País é, com certeza, cada vez mais, a nossa juventude, porque é ela quem vai dirigir o destino da nossa gente durante as próxi-

mas gerações. Enfim, eles estão sempre um passo à frente, projetando o futuro.

Sr^a Presidenta, quero também registrar que no dia 25 de novembro próximo, sexta-feira, a partir das 9 horas, os movimentos sociais, entidades não governamentais e governamentais estarão em Mato Grosso do Sul. Vão realizar um grande ato em Campo Grande, na Assembleia Legislativa do Estado, em solidariedade ao povo Kaiowá-Guarani, vítima de verdadeiro genocídio.

O Deputado Estadual Pedro Kemp, do PT, encaminhou correspondência a este Senador. Segundo ele, são momentos de muita tensão naquele Estado. Uma liderança indígena foi brutalmente assassinada em Mato Grosso do Sul, na manhã do dia 18, por volta das seis horas, no acampamento Tekoha Guaiviry, no Município de Aral Moreira.

Conforme relato que chegou ao nosso conhecimento, um grupo de homens armados invadiu o acampamento e covardemente matou o cacique Nísio Gomes. Uma criança e uma mulher indígenas também desapareceram. Segundo ele, é um momento dramático na região, que comporta uma atenção especial do Poder Público.

Em Mato Grosso do Sul, os conflitos agrários envolvendo as comunidades indígenas e os produtores rurais têm se acirrado nos últimos anos. O Cimi, órgão ligado à CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil), diz que de 2003 a 2010 foram assassinados mais de 250 índios em Mato Grosso do Sul, sem que os culpados fossem julgados e punidos. Eles pedem justiça.

Contribuem ainda para isso a morosidade do processo de demarcação das áreas indígenas, a decisão dos índios de retomar seus territórios por conta própria e as ações judiciais, que estão paralisadas.

Eu considero que esse ato que vai acontecer no dia 25, na Assembleia Legislativa de Mato Grosso do Sul, é um verdadeiro alerta à Nação brasileira. Peço, respeitosamente, à nossa querida Presidenta Dilma, ao Ministério da Justiça e à Secretaria Especial dos Direitos Humanos, uma atenção muito especial nesses casos. A situação é muito grave. Nós não podemos ficar olhando enquanto a nação indígena vai sendo dia a dia dizimada, ou seja, assassinada covardemente.

Por fim, Sr^a Presidenta, eu quero ainda fortalecer que, no início deste semestre, registrei no plenário a participação importante da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, da Ministra Maria do Rosário, que fez a abertura de um grande debate, de que tive a alegria de participar, com a comissão organizada por lideranças de moradores de rua com o objetivo de debater o PL nº 6.802, de minha autoria.

Esse PL, Sr^a Presidenta, foi aprovado já na Comissão de Seguridade Social e Família, também na Comissão de Finanças e Tributação, e agora está na Comissão de Justiça da Câmara dos Deputados, para ser apreciado.

Esperamos que seja aprovado com rapidez. Posso dizer, sem sombra de dúvidas, que são urgentes as medidas que visam amenizar – e por que não solucionar, para ser mais otimista? – a situação dos chamados moradores de rua. Eu quero avançar, valorizando a autoestima deles. Que eles possam viver e desenvolver toda a sua criatividade, mesmo aqueles que são catadores de papel, que trabalham em reciclagem, para que vivam e envelheçam com dignidade.

Posso dizer, Sr^a Presidente, que são urgentes as medidas que visam amenizar e resolver, sendo otimista, esse problema. Com isso, há a necessidade de que aprovemos com rapidez esse projeto.

Como já disse alguém, creio que ninguém está na rua porque quer. Essa afirmação soa o desamparo, a ausência de respostas concretas, ou seja, o desejo que as pessoas têm. Mesmo morando na rua, elas sonham ter um dia uma moradia. Elas sonham poder estudar, ter filhos que possam ter atendimento à saúde. Querem trabalhar, querem viver, como eu digo, com dignidade.

Esse cenário é um desafio a nós todos. Impulsionar a busca de transformação social e implementar políticas públicas nesse sentido é urgente.

Por fim, Sr^a Presidenta, gostaria de terminar com algo que li...

(Interrupção do som.)

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS) – ...na Declaração Universal dos Direitos Humanos, que diz: “Todas as pessoas nascem livres e iguais”, ou seja, ninguém é melhor que ninguém. Todos nós formamos uma única família, a comunidade humana: negro, branco, índio, homem ou mulher, rico ou pobre, nascido em qualquer lugar do mundo e membro de qualquer religião. Assim, todos nós temos direito à liberdade e à segurança pessoal. Sempre é bom lembrar esses dizeres porque, em uma pesquisa nacional realizada entre 2007 e 2008, com a participação de 31.922 pessoas nas ruas, em 48 Municípios e 23 capitais, em cidades com mais de 300 mil habitantes, foi constatado que a maior parte dos moradores em situação de rua tem entre 25 e 55 anos; há mais homens que mulheres; aproximadamente 65% não são brancos, ou seja, são pretos, pardos e amarelos; a maioria não tem sequer o ensino fundamental; cerca de 70% das pessoas trabalham e apenas 15% pedem dinheiro para sobreviver.

Sra Presidente, terminei fazendo um apelo pela aprovação deste projeto para aqueles que estão nas ruas possam viver e envelhecer com dignidade.

Além disso, peço a V. Ex^a que considere meus três pronunciamentos na íntegra.

Muito obrigado.

SEGUIM, NA ÍNTREGA, PRONUNCIAMENTOS DO SR. SENADOR PAULO PAIM.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, quero registrar a “blitz para Aprovação do texto do Estatuto da Juventude” que o Conselho Nacional da juventude está fazendo no Senado Federal.

Ontem foi realizada audiência pública na Comissão de Constituição e Justiça para debater o tema. Na próxima semana a CCJ deve colocar o texto em votação.

Desde as nove horas da manhã de hoje os conselheiros Gerson Sergio Brandão Sampaio; Cláudia Maia Tavares; Nilton dos Santos Lopes Filho; Maria das Neves de Sá Macedo Filha; Paula Costa Rego Falbo; Danilo de Souza Morais; Joubert Fonseca de Andrade; Alexandre Piero; João Marcos Pereira Vidal; Karlos Rikáryo Mourão Pinheiro e Gabriel Medina de Toledo estão reunidos aqui no Senado e dialogando com os senadores para garantir a aprovação do texto.

O Conselho Nacional de Juventude foi criado em 2005 pela Lei 11.129, que também instituiu a Secretaria Nacional de Juventude, vinculada à Secretaria-Geral da Presidência da República tem, entre suas atribuições, a de formular e propor diretrizes voltadas para as políticas públicas de juventude, desenvolver estudos e pesquisas sobre a realidade socioeconômica dos jovens e promover o intercâmbio entre as organizações juvenis nacionais e internacionais.

O Conjuve é composto por 1/3 de representantes do poder público e 2/3 da sociedade civil, contando, ao todo, com 60 membros, sendo 20 do governo federal e 40 da sociedade civil.

Lembro-me que durante a aprovação da PEC da Juventude, os jovens do Conjuve tiveram uma atuação fundamental para a aprovação do texto.

Agora, no momento em que a casa esta debatendo o Estatuto da Juventude, aprovado na Câmara dos Deputados o CONJUVE, novamente, tem participado dos debates.

O PLC 98/2011, que cria o Estatuto da Juventude está na Comissão de Constituição e Justiça, sob relatoria do Senador Randolfe Rodrigues, depois seguirá para a Comissão de Assuntos Sociais, a qual o Senador Jaime Campos, presidente da Comissão já me comunicou que serei o relator.

E por fim, o texto passará pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa a qual pretendo designar como relator o Senador Randolfe Rodrigues, por ser o senador mais jovem da casa.

É sempre bom lembrar a esperança que está viva nas cabeças e nas almas dos nossos jovens. Sem eles o nosso país não vê futuro.

Como dizia o grande poeta brasileiro Augusto dos Anjos, “a esperança não murcha, ela não cansa, também como ela não sucumbe a crença. Vão-se sonhos nas asas da descrença, voltam sonhos nas asas da esperança.”

Era o que tinha a dizer.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, peço muita atenção de todos os meus colegas de Senado Federal, dos telespectadores da TV Senado, ouvintes da Rádio Senado, e leitores da Agência de Notícias desta casa.

No dia 25 de novembro, próxima sexta-feira, a partir das 9 horas, os movimentos sociais organizados, entidades governamentais e não-governamentais de Mato Grosso do Sul vão realizar um grande ato, em Campo Grande, na Assembléia Legislativa do estado, em solidariedade e apoio ao povo Kaiowá-Guarani, vítimas de verdadeiro genocídio.

O deputado estadual Pedro Kemp (PT), encaminhou correspondência ao meu gabinete fazendo um relato dos últimos acontecimentos. Segundo ele, são momentos de muita tensão.

Uma liderança indígena foi brutalmente assassinada em Mato Grosso do Sul, na manhã do dia 18, por volta das 6 horas, no acampamento Tekoha Guaiviry, no município de Aral Moreira.

Conforme relato que chegou ao nosso conhecimento, um grupo de homens armados invadiu o acampamento e abriram fogo contra os índios. No atentado foi morto o cacique Nísio Gomes.

Uma criança e uma mulher indígenas continuam desaparecidas. É um momento dramático naquela região e que comporta uma atenção muito especial desta casa e do Poder Público.

Em Mato Grosso do Sul, os conflitos agrários envolvendo as comunidades indígenas e os produtores rurais têm se acirrado nos últimos anos. Segundo relatório do CIMI (Conselho Indigenista Missionário), órgão ligado a CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil), de 2003 a 2010 foram assassinados mais de 250 índios em Mato Grosso do Sul, sem que os culpados fossem julgados e punidos pela justiça.

Contribuem para isso a morosidade do processo de demarcação das áreas indígenas, a decisão dos

índios de retomar seus territórios por conta própria e as ações judiciais que paralisam os processos.

Sr. Presidente, eu considero o ato do dia 25 na Assembléia Legislativa do Mato Grosso do Sul um verdadeiro alerta a nação brasileira. Sabemos que outros casos existem Brasil afora.

Peço, respeitosamente, a nossa querida presidente Dilma Rousseff, ao Ministério da Justiça, a Secretaria Especial dos Direitos Humanos, uma atenção muito especial com este caso. A situação é muito grave.

Era o que tinha a dizer.

O SR. PAULO PAIM (Bloco/PT – RS. Sem apanhamento taquigráfico) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, no início deste semestre, registrei aqui neste Plenário a minha participação em uma Reunião organizada pela Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, que acompanha e monitora a Política Nacional da População em Situação de Rua. A abertura foi realizada pela Ministra dos Direitos Humanos Maria do Rosário e teve a participação de várias entidades da sociedade civil organizada e lideranças nacionais de movimentos da população de rua, bem como representantes do Poder Público.

O PL 6802 de 2006, de minha autoria, enfatiza a necessidade de existir políticas públicas efetivas e abrangentes de acolhimento e amparo aos moradores em situação de rua.

A existência desse contingente de desabrigados é fruto das desigualdades socioeconômicas que historicamente estão presentes em nosso país. Este Projeto de Lei foi aprovado nas Comissões de Segurança Social e Família e na de Finanças e Tributação, da Câmara dos Deputados. E, está na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara dos Deputados para ser apreciado.

Necessárias e, sem dúvida, emergenciais são as iniciativas que devem ser adotadas em escala compatível com a gravidade do problema.

E, mesmo com algumas políticas adotadas pelo Governo para minimizar estas desigualdades, não foram suficientes para erradicar de uma vez por todas a exclusão social em que se encontram estas pessoas.

Por isso, a importância da criação do Programa de Inclusão Social da População em Situação de Rua, pois as pessoas que estão nestas condições, ficam expostas a situações humilhantes, dificultando o reencontro com a auto-estima e com a dignidade.

Sr. Presidente! Posso dizer que são urgentes as medidas que visam amenizar e, porque não solucionar, para ser mais otimista, este problema social!

Com isso, há a necessidade de iniciativas emergenciais e concretas que tire das ruas esta população

que vive exposta aos riscos e perigos do dia a dia e sem dignidade alguma...

Volto a mencionar uma frase que me chamou atenção neste encontro:

“Creio que, ninguém está na rua porque quer!”

Esta afirmação soa a desamparo, soa à ausência de respostas concretas, ou seja, soa ao desejo que as pessoas têm pela moradia, pelo trabalho, saúde, enfim, de viver uma vida com dignidade!

Esse cenário desafia o poder público, desafia a sociedade, impulsiona todos para a busca de uma transformação social e implementações de políticas públicas emergenciais e eficazes.

Reforço neste momento, Sr^{as} e Srs. Senadores!

Que os movimentos organizados dos Moradores em Situação de Rua, lutam contra toda a forma de preconceito, discriminação social, violação dos direitos humanos e da dignidade das pessoas nesta situação;

Lutam pela apuração dos crimes e violações dos direitos da população em situação de rua, pois eles são vítimas de chacinas e extermínio, espancamentos, retirada dos pertences, agressões verbais, detenção por vadiagem, entre outros.

Lutam pela transformação em Lei do Decreto Presidencial nº 7.053 de 23 de dezembro de 2009, que institui a Política Nacional para a População em Situação de Rua e seu Comitê Intersetorial de Acompanhamento e Monitoramento e a adesão dos municípios à Política Nacional. Lutam pelo direito à moradia, garantia de acesso ao Sistema Único de Saúde, acesso ao trabalho, educação,...

O reconhecimento a esses direitos em vários países, foram contemplados em 1948 na Declaração Universal de Direitos Humanos, que diz:

“Todas as pessoas nascem livres e iguais, ou seja, ninguém é melhor que ninguém. Todos nós formamos uma única família, a comunidade humana: negro ou branco, homem ou mulher, rico ou pobre, nascido em qualquer lugar do mundo e membro de qualquer religião. Assim, todos nós temos direito à liberdade e à segurança pessoal.”

Sr. Presidente, sempre é bom lembrar estes dizeres.

Em uma pesquisa nacional realizada entre 2007 e 2008, com a participação de 31.922 pessoas nas ruas, em 48 municípios e 23 capitais, em cidades com mais de 300 mil habitantes: foi constatado que a maior parte dos moradores em situação de rua tem entre 25 e 55 anos; há mais homens que mulheres (mas o número de mulheres vem aumentando); aproximadamente, 65% não são brancos, ou seja, são pardos, pretos e amarelos; a maioria tem ensino fundamental incompleto;

cerca de 70% das pessoas trabalham e apenas 15% pedem dinheiro para sobreviver.

Era o que tinha a dizer.

A SR^a PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Obrigada, Senador Paulo Paim. V. Ex^a será atendido na forma regimental.

Com a palavra a Senadora Ana Amélia para uma comunicação inadiável.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS. Para uma comunicação inadiável. Sem revisão da oradora.) – Presidenta Marta Suplicy, estamos no meio da semana, mas parece que já estamos no fim, pelo cansaço de tantas atividades nesta Casa.

Sr^a Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, nossos telespectadores da TV Senado, em primeiro lugar, quero agradecer ao Senador Mozarildo Cavalcanti que chegou aqui às 13h – veja só, Presidenta! – para ser o primeiro a falar para uma comunicação inadiável. Eu fui a segunda a chegar aqui, mas ele, gentilmente, cedeu-me o lugar. Então, quero agradecer ao Senador, sempre cavalheiro e muito atencioso.

Sr^a Presidente, hoje, recebi um telefonema no meu gabinete, de Camboriú, no litoral de Santa Catarina, de um gaúcho nascido em Passo Fundo, João Flávio Bellotti, 71 anos, aposentado. Ele, como milhares de aposentados em todo o País, não só na região Sul, está preocupado e apreensivo com a diferença de reajuste a ser concedido para os que ganham salário mínimo, em torno de 13%, e para quem ganha mais de um salário mínimo, como aposentado do Regime Geral de Previdência Social, apenas 6%.

Há pouco, o Senador Paulo Paim usou a tribuna. Temos aqui, nesta Casa, um Senador já com uma tradição em favor dos aposentados, mas estou associada a essa luta para melhorar as condições desses reajustes, porque esse é exatamente o fator que vem determinando uma queda acentuada no poder aquisitivo dos aposentados e pensionistas do INSS e que faz com que, daqui a pouco tempo, a maior parte deles esteja recebendo apenas o piso, ou seja, um salário mínimo, em função dessa diferença, dessa defasagem concedida nos reajustes anuais para um e outro caso.

Assim, vamos continuar batalhando intensamente para tentar corrigir essa injustiça com aquelas pessoas que precisam de um reajuste melhor para as suas aposentadorias.

Sr^a Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, outro tema que choca o País pela sua insegurança jurídica e pela sua injustiça social diz respeito também aos aposentados.

Falo, como tenho feito desde que assumi este mandato, a respeito de uma caso seriíssimo e triste até.

Há mais de cinco anos, a Secretaria de Previdência Complementar fez intervenção no Instituto Aerus de Seguridade Social e nas mais de oito mil famílias que, em tese, deveriam ser beneficiadas pelo fundo Aerus Varig e que sofrem com o pagamento de aposentadorias irrigúrias, que não condizem com os valores que foram investidos nesse fundo.

Parte dessa situação poderia ter sido solucionada com o julgamento, pelo Supremo Tribunal Federal, de uma ação de indenização por perdas tarifárias dos anos 80 e 90, segundo a qual a Varig pode receber R\$4 bilhões. Atualmente, o processo está parado, atendendo um recurso da Advocacia-Geral da União.

Desses R\$4 bilhões que a Varig pode receber, muito será devolvido aos cofres públicos por conta de dívidas da companhia com a União, mas R\$1,3 bilhão será destinado ao fundo Aerus, por determinação do Juiz Roberto Ayub, que conduziu o processo de recuperação judicial da Varig. Esses recursos podem recompor parte da perda dos aposentados e ex-funcionários da Varig.

Em 13 de abril deste ano, acompanhada pelo Senador Paulo Paim e por representantes do Senador Alvaro Dias e dos aeronautas, fui recebida pela Ministra Cármem Lúcia, Relatora do Processo de Defasagem Tarifária, movido pela Companhia Varig junto ao STF. Naquela ocasião, a Ministra garantiu que a julgamento do processo era tratado com prioridade pelo Supremo. Ela também informou que reestudaria o caso para a elaboração de um novo relatório.

No entanto, Sr^{as} e Srs. Senadores, mais de sete meses se passaram, e não há notícia de que esse processo tenha avançado no Judiciário.

Ontem, recebi correspondência de três aposentados do Aerus Varig, que, assim como seus oito mil contribuintes do fundo, deveriam estar neste momento colhendo os frutos de sua aplicação, mas continuam em luta por seus direitos.

Carta dos Comissários aposentados José Paulo Resende e Elcione Zingano:

Mais uma vez escrevo para V. Ex^a para pedir que novamente faça um pronunciamento no Plenário do Senado Federal sobre o grave problema AERUS VARIG.

Sei que V.. Ex^a está e sempre esteve ao lado dos trabalhadores da VARIG. Tanto que em 13 de abril de 2011 [aí ele relata o que acabei de dizer] (...)

Nesta data a Exma. Ministra Carmen Lúcia prometeu estudar de novo o Processo da Defasagem Tarifaria devida para a Companhia Varig.

Já se passaram mais de 7 meses desta importante audiência.

Até agora não sabemos se esta difícil questão será resolvida ainda este ano. A Exma. Ministra Carmen Lúcia disse para um colega e amigo de vôo da Varig, no dia 18 de maio de 2011, que colocaria em julgamento este processo antes do final do ano.

Ela recebeu o mesmo em uma audiência em Brasília no Supremo Tribunal Federal. O Exmo. Juiz Luiz Roberto Ayoub, também em audiência com a Exma. Ministra, ouviu dela que o Processo seria julgado ainda este ano. [O Juiz Luiz Roberto Ayoub é o responsável pela falência da Varig.]

Então venho pedir que possa fazer um novo pronunciamento no plenário do Senado sobre esta grave questão que há mais de 5 anos e 7 meses alige a todos os milhares de homens e mulheres (trabalhadores da VARIG) e suas respectivas famílias.

Carta do aeronauta Vilmar Mota:

A situação dos aeroviários e aeronautas da Varig, Vasp, Transbrasil, Aerus e Aeros, é desesperadora.

Estamos vivendo dificuldades, perdas de entes queridos, perdas de colegas queridos, perdas de bens materiais adquiridos através de anos de trabalho, e as autoridades [Sr^a Presidente, já estou terminando], o Poder Judiciário e o Poder Executivo, permanecem insensíveis, permanecem indiferentes [a esse problema gravíssimo].

Somos 100.000 pessoas envolvidas diretamente neste drama.

Legal, e, moralmente, temos direitos. Entretanto, esta TRAGÉDIA SOCIAL SILENCIOSA continua.

Dizemos que é uma TRAGÉDIA SOCIAL porque não podemos ter planos de assistência médica preventiva por falta de recursos e, consequentemente, os óbitos e as doenças aumentam, famílias se desestruturam, ou seja, sofrimentos, depressões.

Gozávamos de um padrão de vida muito digno, fruto de anos de esforço e dedicação, mas, o Estado não quis cumprir o seu papel, qual seja o de proteger o cidadão.

Dizemos que É SILENCIOSA porque não somos ouvidos. Silenciosamente, este drama cruel e sem precedentes se arrasta por...

(Interrupção do som.)

A SR^a PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Para concluir, Senadora, porque já foram dois. V. Ex^a não observou.

A SR^a ANA AMÉLIA (Bloco/PP – RS) – "...67 meses. Que país é este? [Indaga o aeronauta Vilmar Mota].

E, assim, encerro, Sr^a Presidente, este pronunciamento, defendendo os direitos dos aposentados do Aerius Varig; e que a Ministra, como prometeu, antes do final deste ano, faça o julgamento.

Muito obrigada.

A SR^a PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Obrigada, Senadora Ana Amélia.

Com a palavra o Senador Suplicy, que fez permuta com o Senador Paulo Paim, como orador inscrito.

O SR. EDUARDO SUPILY (Bloco/PT – SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr^a Presidenta, Senadora Marta Suplicy, gostaria de saudar os 47 anos de aniversário do Instituto de Pesquisas Econômicas Aplicadas (Ipea), agradecer e saudar o convite que me foi formulado pelo Presidente Marcio Pochmann, para que pudesse participar da 2^a Conferência do Desenvolvimento, Code/Ipea, de 2011, que está se realizando desde hoje até 25 de novembro, com a participação de aproximadamente dez mil pessoas vindas de todo o Brasil – estudantes, empresários, intelectuais, professores. Essa 2^a Conferência do Desenvolvimento tem como objetivo promover um espaço nacional de debates em Brasília, informando, difundindo, incentivando a reflexão sobre o desenvolvimento nacional. Por isso é aberta a todos e está sendo inclusive transmitida pela Internet, através do canal do Ipea, e acho que muitas das conferências estão sendo transmitidas também pela NBR, pela Empresa Brasileira de Televisão.

Hoje o simpósio foi aberto pelo Ministro da Secretaria de Assuntos Estratégicos, Wellington Moreira Franco, que expressou como pessoas em todo o mundo estão saindo às ruas, seja no Egito, nos demais países do Oriente Médio, na Europa, nos Estados Unidos e em tantos lugares, mas aqui, no Brasil, há um enorme número de pessoas – estudantes, professores, intelectuais e empresários –, que ali, por exemplo, estão reunidos para estudarem os meios de erradicar a pobreza extrema. Aliás, esse tema foi objeto do primeiro painel, do qual eu participei juntamente com o Prof. Paul Singer, Secretário Nacional de Economia Solidária; com o Prof. Pedro Demo, emérito da Universidade de Brasília; e com Celso Lisboa de Lacerda, Presidente do Incra, na mesa coordenada pelo Prof. Jorge Abrahão de Castro, Diretor de Estudos e Políticas Sociais do Ipea.

O Prof. Paul Singer falou dos instrumentos e de estímulos às formas de economia solidária, das for-

mas cooperativas de produção. O Prof. Pedro Demo enfatizou a importância dos projetos de inclusão efetiva da população. O Presidente do Incra, Celso Lisboa de Lacerda, falou da importância da reforma agrária em um País ainda com tamanha disparidade de riquezas, sobretudo na área rural, daí a importância de se acelerar a constituição de assentamentos e de, na medida do possível, que tais assentamentos estejam caracterizados por formas solidárias, por cooperativas de produção aliadas ao ensino técnico, ao ensino de agricultura para todos aqueles que estão envolvidos com a produção no campo. Enquanto isso, relatei essas iniciativas com a perspectiva de haver a transição dos programas de transferência de renda, em especial o programa Bolsa Escola, em direção à renda básica de cidadania.

Nessa oportunidade, o Presidente do Ipea, Marcio Pochmann, divulgou e entregou a mim o estudo que, na data de hoje, está sendo divulgado pelo Ipea, na sequência de estudos técnicos, Comunicado do Ipea nº 119, sobre as mudanças na ordem global, sobre os desafios para o desenvolvimento brasileiro. Considero esse estudo do Ipea, realizado pelo conjunto de pesquisados, de grande relevância. Daí por que registro, aqui da tribuna do Senado, o seu conteúdo.

Uma nova ponte para o desenvolvimento

As mudanças recentes ocorridas nos sistemas econômico e político global colocam o Brasil diante de oportunidades singulares de superação das condições estruturais que o mantiveram preso ao subdesenvolvimento e sua reprodução secular. Desponta, neste início do século XXI, possibilidades reais de um novo modelo de crescimento econômico, assentado na mobilidade social que permite a inclusão pelo consumo e pela redução da pobreza e de graus sensíveis da desigualdade, especialmente aquela situada na renda do trabalho.

O país não é, contudo, aquele que mais rapidamente reduz a pobreza no mundo. A China, por exemplo, expressa maior ritmo de retirada da população da condição de pobreza absoluta, até porque a miséria estabelecida no campo se apresenta distinta da verificada no Brasil. Apesar disso, o milagre chinês ainda convive com crescente desigualdade na repartição da renda e o processo de urbanização e modernização vivido nas últimas décadas por esse país é distinto da experiência brasileira da industrialização por substituição de importações de 1930 a 1950 e da industrialização pesada das décadas de 1950 até

a crise do nacional desenvolvimentismo na década de 1980.

Nos países ricos, caminha-se no sentido oposto. O predomínio do baixo dinamismo econômico e a adoção de políticas ortodoxas ainda de corte neoliberal produzem crescimento da pobreza e da desigualdade de renda. Atualmente, por exemplo, os Estados Unidos registram grau de concentração de renda somente comparável ao verificado antes da Grande Depressão de 1929.

No caso brasileiro, o momento atual aponta para uma confluência inédita da redução da pobreza, queda da desigualdade e dinamismo econômico. Esse processo, no entanto, somente se manifestou nos últimos dez anos. Durante a crise do nacional desenvolvimentismo e, especialmente, durante a experiência da década de 1990, o quadro foi de regressão econômica e social, quando o Brasil, que se encontrava na condição de 8ª economia do mundo, retroagiu à 13ª posição em 2000. Ao mesmo tempo, nesse período de perdas econômicas e sociais, o desemprego – expressão da desigualdade de oportunidade no trabalho e renda – aumentou de menos de 2 milhões de trabalhadores para cerca de 10 milhões. Com isso, o país, que se posicionava no 13º posto do desemprego mundial assumiu a terceira posição, somente abaixo da Índia e da China. Aqui registro novamente que o Brasil, durante a década de 90, teve um aumento muito significativo do desemprego e da desigualdade.

Após a retomada do dinamismo econômico, combinado com direcionamento redistributivo das políticas públicas, em 2011, o Brasil deve fechar o ano situado na 6ª posição econômica mundial. Até a primeira metade da década, poderá encontrar-se entre os quatro países mais ricos do mundo. Simultaneamente tem condições técnicas de superar um dos principais males da humanidade: a pobreza extrema. São ainda 16 milhões de brasileiros que vivem com um pouco mais de dois reais diários e se transformam em foco de atenção da coordenação de políticas sociais matriciais.

Esse quadro, ainda que positivo, não pode deixar de considerar os desafios estratégicos para a economia global nesse começo do século XXI.

O objetivo deste Comunicado é apresentar os grandes desafios colocados para o reposicionamento do Brasil frente às mudan-

ças recentes dentro de um projeto de desenvolvimento ao largo prazo.

A mudança social tende a refletir, em geral, transformações mais amplas na economia (renda, ocupação, entre outros) e nas políticas públicas (educação, garantia de renda, entre outros). Ao se tomar como referência os indicadores de variação da renda nacional per capita e do índice de desigualdade pessoal da renda (Gini), registra-se no Brasil a presença de três padrões de mudança social durante os últimos cinquenta anos.

O primeiro padrão de mudança social se caracterizou por forte expansão da renda per capita, acompanhada de significativo crescimento da desigualdade na repartição da renda pessoal. Durante os anos de 1960 e 1980, o Brasil seguiu orientado pelo avanço do projeto de industrialização nacional, com importante impacto decorrente do movimento geral de urbanização.

A transição populacional do campo para a cidade ocorreu em simultânea ampliação da estrutura ocupacional urbana, especialmente puxada pelo setor industrial e construção civil. Da mesma forma, o setor terciário (comércio e serviços urbanos) cresceu consideravelmente, permitindo que as novas ofertas de emprego fossem superiores, em geral, aos...

(Interrupção do som.)

O SR. EDUARDO SUPILCY (Bloco/PT – SP) –

...postos de trabalho do meio rural, não obstante o predomínio da baixa remuneração dos empregados nas cidades. No período de 1960 e 1980, por exemplo, o valor real do salário mínimo teve queda média

anual de 1,6%, embora a ocupação total tenha aumentado 3,1%."

Por aqui prossegue o Ipea em seu documento mostrando como, sobretudo a partir de meados da década de 2000, mas especialmente de 2000 para 2011, a renda *per capita* cresceu significativamente, a desigualdade pessoal caiu cerca de 1,5% em média ao ano. Observou-se tanto a redução média anual da taxa de desemprego (5,2%) e da pobreza (4,8%) como o forte aumento médio anual no valor real do salário mínimo, na ocupação e também nos anos de...

(Interrupção do som.)

O SR. EDUARDO SUPILCY (Bloco/PT – SP) – ... escolaridade dos brasileiros.

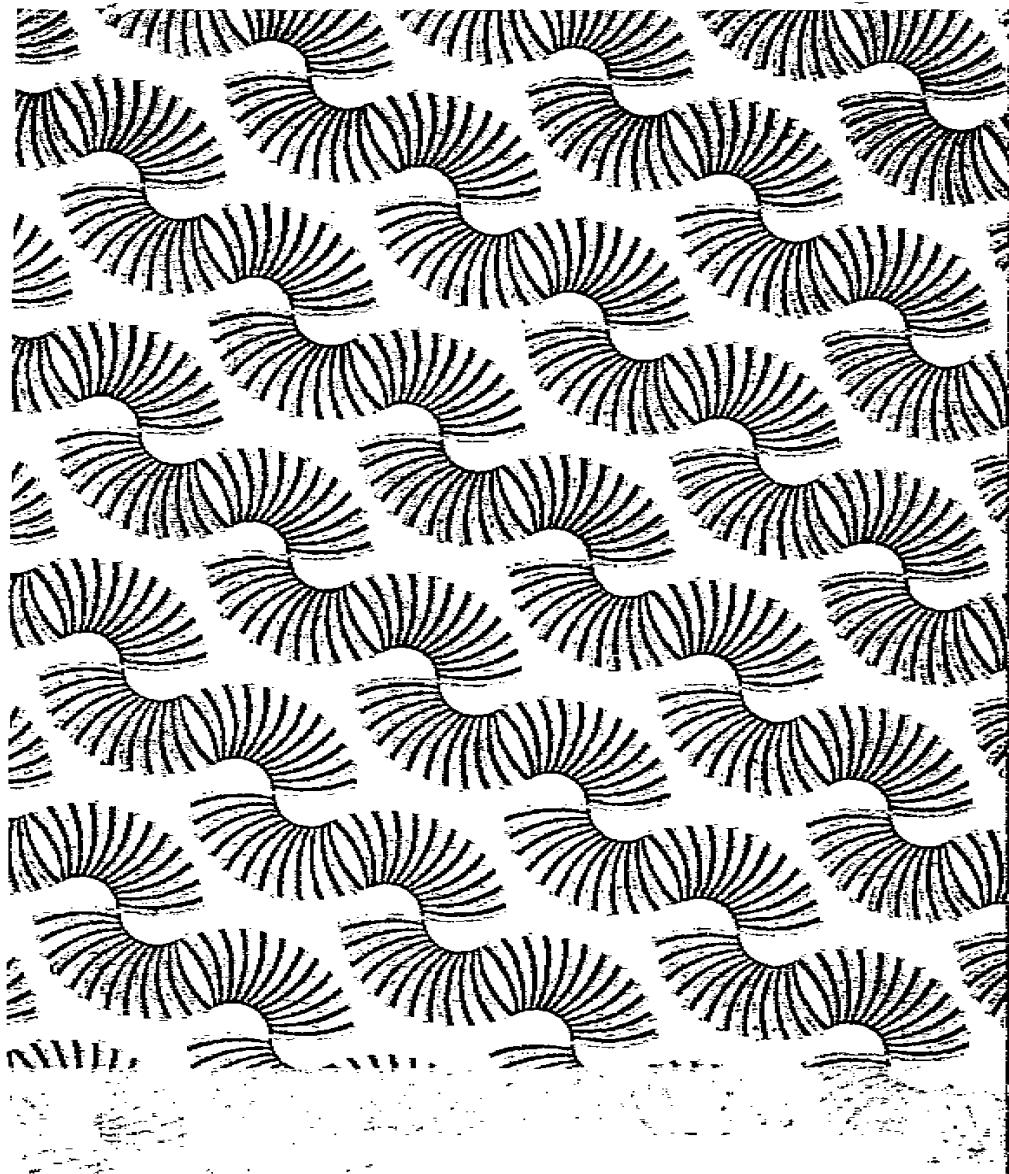
Sr^a Presidente, vou solicitar a transcrição na íntegra deste documento de significativa importância do Ipea, recomendando a todos que queiram estudar sobre os quatro grandes desafios para o desenvolvimento brasileiro: o papel do Brasil no BRICs, a inserção do padrão de competição monopolizada, revolução tecnológica global e, sobretudo, os aspectos relativos ao papel do Brasil na governança global, com maior participação global que o façam. Recomendo-o a todos. Basta que se acesse <http://www.ipea.gov.br>, para que se conheça esse e outros relevantes estudos do Ipea.

Meus cumprimentos a essa instituição que tem servido a todos nós – tanto da base do Governo, quanto da oposição –, para estarmos melhor informados das condições socioeconômicas do desenvolvimento brasileiro.

Obrigada, Senadora Ana Amélia.

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. SENADOR EDUARDO SUPILCY EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e §2º, do Regimento Interno.)



Nº 119

**Mudanças na ordem global:
desafios para o desenvolvimento
brasileiro**

23 de novembro de 2011

comunicados do ipea

ipea
Instituto de Pesquisa
Econômica Aplicada

Governo Federal**Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República****Ministro Wellington Moreira Franco**

Fundação pública vinculada à Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, o Ipea fornece suporte técnico e institucional às ações governamentais – possibilitando a formulação de inúmeras políticas públicas e programas de desenvolvimento brasileiro – e disponibiliza, para a sociedade, pesquisas e estudos realizados por seus técnicos.

Presidente**Marcio Pochmann****Diretor de Desenvolvimento Institucional**
Geová Parente Farias**Diretor de Estudos e Relações Econômicas e Políticas Internacionais, substituto**
Marcos Antonio Macedo Cintra**Diretor de Estudos e Políticas do Estado, das Instituições e da Democracia**
Alexandre de Ávila Gomide**Diretora de Estudos e Políticas Macroeconômicas**
Vanessa Petrelli de Correa**Diretor de Estudos e Políticas Regionais, Urbanas e Ambientais**
Francisco de Assis Costa**Diretor de Políticas Setoriais de Inovação, Regulação e Infraestrutura, substituto**
Carlos Eduardo Fernandez da Silveira**Diretor de Estudos e Políticas Sociais**
Jorge Abrahão de Castro**Chefe de Gabinete**
Fábio de Sá e Silva**Assessor-chefe de Imprensa e Comunicação**
Daniel CastroURL: <http://www.ipea.gov.br>Ouvidoria: <http://www.ipea.gov.br/ouvidoria>**Comunicados do Ipea**

Os *Comunicados do Ipea* têm por objetivo antecipar estudos e pesquisas mais amplas conduzidas pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, com uma comunicação sintética e objetiva e sem a pretensão de encerrar o debate sobre os temas que aborda, mas motivá-lo. Em geral, são sucedidos por notas técnicas, textos para discussão, livros e demais publicações.

Os *Comunicados* são elaborados pela assessoria técnica da Presidência do Instituto e por técnicos de planejamento e pesquisa de todas as diretorias do Ipea. Desde 2007, mais de cem técnicos participaram da produção e divulgação de tais documentos, sob os mais variados temas. A partir do número 40, eles deixam de ser *Comunicados da Presidência* e passam a se chamar *Comunicados do Ipea*. A nova denominação sintetiza todo o processo produtivo desses estudos e sua institucionalização em todas as diretorias e áreas técnicas do Ipea.

1. Introdução: Uma nova ponte para o desenvolvimento

As mudanças recentes ocorridas nos sistemas econômico e político global colocam o Brasil diante de oportunidades singulares de superação das condições estruturais que o manteve preso ao subdesenvolvimento e sua reprodução secular. Desponta, neste início do século XXI, possibilidades reais de um novo modelo de crescimento econômico, assentado na mobilidade social que permite a inclusão pelo consumo e pela redução da pobreza e de graus sensíveis da desigualdade, especialmente aquela situada na renda do trabalho.

O país não é, contudo, aquele que mais rapidamente reduz a pobreza no mundo. A China, por exemplo, expressa maior ritmo de retirada da população da condição de pobreza absoluta, até porque a miséria estabelecida no campo se apresenta distinta da verificada no Brasil. Apesar disso, o milagre chinês ainda convive com crescente desigualdade na repartição da renda e o processo de urbanização e modernização vivido nas últimas décadas por este país é distinto da experiência brasileira da industrialização por substituição de importações de 1930 a 1950 e da industrialização pesada das décadas de 1950 até a crise do nacional desenvolvimentismo na década de 1980.

Nos países ricos, caminha-se no sentido oposto. O predomínio do baixo dinamismo econômico e a adoção de políticas ortodoxas ainda de corte neoliberal, produzem crescimento da pobreza e da desigualdade de renda. Atualmente, por exemplo, os Estados Unidos registram grau de concentração de renda somente comparável ao verificado antes da grande Depressão de 1929.

No caso brasileiro, o momento atual aponta para uma confluência inédita da redução da pobreza, queda da desigualdade e dinamismo econômico. Esse processo, no entanto, somente se manifestou nos últimos dez anos. Durante a crise do nacional-desenvolvimentismo e, especialmente, durante a experiência da década de 1990, o quadro foi de regressão econômica e social, quando o Brasil, que se encontrava na condição de 8^a economia do mundo, retroagiu a 13^a posição, em 2000. Ao mesmo tempo, nesse período de perdas econômicas e sociais, o desemprego – expressão da desigualdade de oportunidade no trabalho e renda – aumentou de menos de 2 milhões de trabalhadores para cerca de 10 milhões. Com isso, o país, que se posicionava no 13^a posto do desemprego mundial assumiu a terceira posição, somente abaixo de Índia e China.

Após a retomada do dinamismo econômico, combinado com direcionamento redistributivo das políticas públicas, em 2011, o Brasil deve fechar o ano situado na sexta posição econômica mundial. Até a primeira metade da década poderá encontrar-se entre os quatro países mais ricos do mundo. Simultaneamente tem condições técnicas de superar um dos principais males da humanidade: a pobreza extrema. São ainda 16 milhões de brasileiros que vivem com um pouco mais de dois reais diários e se transformam em foco de atenção da coordenação de políticas sociais matriciais.

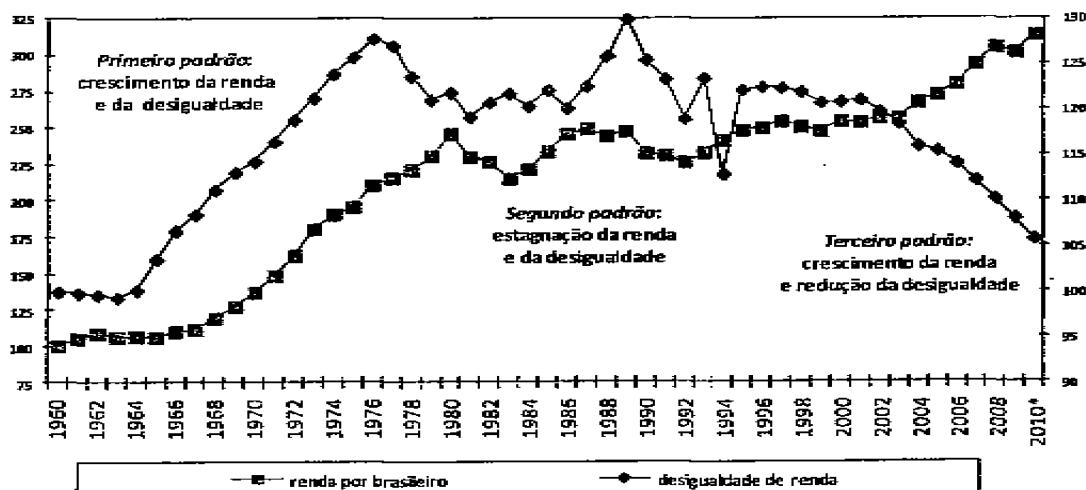
Esse quadro, ainda que positivo, não pode deixar de considerar os desafios estratégicos para a economia global neste começo do século XXI. Nesse sentido o objetivo deste Comunicado é apresentar os grandes desafios colocados para reposicionamento do Brasil frente às mudanças recentes, dentro de um projeto de desenvolvimento ao largo prazo.

2. Repositionamento brasileiro

A mudança social tende a refletir, em geral, transformações mais amplas na economia (renda, ocupação, entre outros) e nas políticas públicas (educação, garantia de renda, entre outros). Ao se tomar como referência os indicadores de variação da renda nacional *per capita* e do índice de desigualdade pessoal da renda (Gini), registra-se no Brasil a presença de três diferentes padrões de mudança social durante os últimos cinquenta anos.

O primeiro padrão de mudança social se caracterizou por forte expansão da renda *per capita*, acompanhada de significativo crescimento da desigualdade na repartição da renda pessoal. Durante os anos de 1960 e 1980, o Brasil seguiu orientado pelo avanço do projeto de industrialização nacional, com importante impacto decorrente do movimento geral de urbanização.

Gráfico 01: Brasil – índice de evolução da renda nacional por habitante e da desigualdade pessoal da renda (Gini) entre 1960 e 2009 (1960 = 100)



Fonte: IBGE (elaboração Ipea) * Estimativa

A transição populacional do campo para a cidade ocorreu em simultânea ampliação da estrutura ocupacional urbana, especialmente puxada pelo setor industrial e construção civil. Da mesma forma, o setor terciário (comércio e serviços urbanos) cresceu consideravelmente, permitindo que as novas ofertas de emprego fossem superiores, em geral, aos postos de trabalho do meio rural, não obstante o predomínio da baixa remuneração dos empregados nas cidades. No período de 1960 e 1980, por exemplo, o valor real do salário mínimo teve queda média anual de 1,6%, embora a ocupação total tenha aumentado 3,1%.

Mesmo com a redução na taxa de pobreza (-1,3% ao ano) e a elevação nos anos de escolaridade dos brasileiros, o grau de desigualdade na renda pessoal aumentou 1% ao ano durante o mesmo período de tempo. Em função disso, o padrão de mobilidade de mudança social verificado até o final da década de 1970 caracterizou-se pelo forte contraste entre a rápida elevação da renda nacional por habitante e o forte aumento no grau de desigualdade na repartição dos frutos do crescimento econômico.

O segundo padrão de mudança social ocorreu entre os anos de 1981 e 2003. Durante este período de tempo, predominou a estagnação na variação da renda *per capita*, acompanhado do estancamento do grau de desigualdade na repartição da renda pessoal. Esse quadro geral resultou em alta oscilação no comportamento da renda *per capita* e no grau de desigualdade, tendo em vista o predomínio do regime inflacionário

até 1994 e de crises econômicas que rebaixaram a renda gerada e faziam regredir os poucos avanços conquistados nos ciclos anteriores de crescimento, como em 1981-83, em 1990-92, em 1998-99 e em 2002-03.

Para uma variação média anual de 0,2% na renda nacional *per capita*, a desigualdade de renda caiu 0,1%. Ao mesmo tempo, constata-se que o desemprego da força de trabalho foi o que mais cresceu (5,6%), com elevação do nível ocupacional (2,6%) demarcada pela precariedade e queda do valor real do salário mínimo (1,8%). A taxa de pobreza caiu (0,8%), porém com ritmo inferior ao verificado entre 1960 e 1980 (1,3%), assim como os anos de escolaridade seguiram crescendo abaixo do primeiro padrão de mudança social. Nessa fase, a mobilidade social cresceu menos, com sinais crescentes de imobilidade para determinados segmentos dos brasileiros.

Desde o final da primeira metade da década de 2000, observa-se o surgimento de um novo padrão de mudança social no Brasil. Este terceiro padrão possui como características principais a combinação da expansão da renda nacional *per capita* com a queda na desigualdade pessoal da renda. Para os anos de 2004 e 2010, a renda *per capita* cresceu 2,9% como média anual, enquanto a desigualdade da renda pessoal caiu 1,5% em média ao ano. Com isso, observa-se também tanto a redução média anual da taxa de desemprego (5,2%) e da pobreza (4,8%) como o forte aumento médio anual no valor real do salário mínimo (7,1%), na ocupação (3,2%) e nos anos de escolaridade (3,8%) dos brasileiros.

Em grande medida, o melhor desempenho nos indicadores de mobilidade social encontra-se fortemente associado ao conjunto de transformações na economia e nas políticas públicas. Por um lado, a recuperação do ritmo de crescimento econômico desde 2004 deu-se estimulado pelos investimentos e pela ampliação do mercado interno de consumo, sustentado pela elevação da renda das famílias. O retorno do fortalecimento do setor industrial permitiu não apenas estimular o nível de emprego, como melhorar a qualidade das ocupações geradas, predominantemente formais.

Por outro lado, a ampliação da renda das famílias, sobretudo daquelas situadas na base da pirâmide social, por decorrência do papel ativo das políticas públicas. Enquanto o rendimento médio familiar *per capita* no topo da distribuição da renda (10% mais ricos) no Brasil cresceu 1,6%, em média, entre 2003 e 2008, o rendimento médio familiar *per capita* na base da distribuição da renda no Brasil (10% mais pobres) cresceu 9,1% ao ano, em média.

Inicialmente, devido à política de aumento do valor do salário mínimo, que injetou mais renda aos trabalhadores de salário de base. Simultaneamente, a política de transferência direta de renda aos diversos segmentos vulneráveis (idosos, portadores de necessidades especiais, desempregados e pobres) por meio da Previdência e Assistência Social. E, por fim, a política de inclusão bancária, capaz de elevar a difusão do crédito, tanto ao consumo como à produção, especialmente nos segmentos de baixa renda.

Resumidamente, percebe-se que o terceiro padrão de mudança social em curso encontra-se fortemente relacionado ao apoio ocupacional, educacional e de renda à base da estrutura ocupacional brasileira. A convergência de política públicas no segmento social constituída na base da pirâmide social continua a apresentar grande potencial estruturante de novo padrão de mudança social.

No entanto, para dar continuidade a esta política de convergência, é preciso assegurar os mecanismos que a sustentam. No Brasil, isso tem importância fundamental, porque, embora se tenha avançado muito nestas questões, ainda há desafios importantes a serem enfrentados – que os chineses já compreenderam e tem procurado enfrentar concomitantemente com seu desenvolvimento econômico e social. Primeiramente, é preciso entender as mudanças recentes na ordem global, sua lógica e tendências; e em segundo, utilizar seus vetores para promover o projeto nacional de desenvolvimento – que não tem o mesmo significado do projeto nacional dos anos 1950/60 – procurando identificar os grandes desafios (e oportunidades) que surgem num cenário de realinhamento de poder econômico e político entre as nações.

3. Mudanças na ordem global

Os ciclos econômicos desde a década de 1980 têm sido liderados pela dinâmica dos ativos financeiros, do crédito e da economia real reproduzida em escala global. A dinâmica da renda e do emprego internacional tem sido apoiada em um conjunto de circuitos interligados pelas economias americana e asiática. O **primeiro circuito** provém da entrada de investimento estrangeiro direto americano no território chinês e exportações de produtos manufaturados para os Estados Unidos, conformando um espaço sino-americano de acumulação. O movimento de outsourcing e/ou de migração de corporações americanas para a China – transformada em centro global de montagem e produção de manufatura ou nova “oficina do mundo” – resultou na formação de superávits comerciais crescentes da China com os EUA.

O segundo circuito consolida-se na integração intra-asiática promovida pela expansão da economia chinesa. Esse processo ocorreu mediante o investimento estrangeiro direto complementar que distribuiu a produção entre os diferentes países asiáticos, sendo que a indústria chinesa demandando peças e componentes dos países vizinhos, para transformá-los e reexportá-los, sobretudo, para os Estados Unidos, Japão, Taiwan e Coréia do Sul, com estruturas produtivas mais complexas do que a chinesa. Ao fim, a região asiática em desenvolvimento transformou-se em importante fonte de suprimento de máquinas e equipamentos que sustentam o ritmo de ampliação dos investimentos no setor produtivo industrial, tanto como consequência à atração de capital e tecnologia na forma de investimento estrangeiro direto e/ou na importação de equipamentos modernos (também da Alemanha).

O terceiro circuito se forma nas relações entre o segmento asiático e os países produtores de *commodities* agrícolas, minerais, petróleo e gás. Envolve os países latino-americanos fornecedores de alimentos e matérias-primas e os exportadores de petróleo (Oriente Médio, África e Comunidade dos Estados Independentes). A pauta de exportações, concentrada em *commodities*, bens de menor elasticidade renda/demandas, com preços determinados pela dinâmica da economia mundial e relativa rigidez da oferta, condiciona o desempenho do comércio exterior e, por conseguinte, da produção doméstica (com exceção dos países com maiores mercados internos, tais como Brasil e Rússia). A manutenção das cotações das *commodities* em patamares elevados (e as exportações com maior conteúdo tecnológico dos países asiáticos) possibilita a consolidação de superávit em conta corrente nas economias em desenvolvimento (US\$ 703,4 bilhões em 2008). Com a exceção dos países em transição no Leste Europeu, que apresentaram acentuados patamares de déficit em conta corrente, associado com o dinamismo proveniente do processo de integração à União Europeia. Eles foram os países mais impactados pela crise financeira sistêmica de 2008.

A interpenetração desses circuitos dinâmicos não exclui a importância das demais articulações na economia internacional, sobretudo daquelas de maior peso absoluto, como as relações comerciais e de investimento estrangeiro direto entre os Estados Unidos, a União Europeia e o Japão.

Após uma dinâmica de crescimento extraordinária entre 2003 e 2007 (4,6% em médias anuais), a economia mundial despencou com a crise financeira sistêmica de 2008, mas em seguida a macroeconomia dos ativos financeiros mostrou sinais de

recuperação: as cotações das ações, dos títulos de dívida pública e privada dos mercados emergentes, das commodities metálicas, do petróleo, das moedas (sobretudo dos países menos atingidos pela crise) voltaram a apresentar valorização, fomentada pelas operações de *carry trade*. Isto é, a captação de recursos em uma moeda (dólar, iene, franco suíço, euro) com taxas de juros próximas de zero para aplicá-los em ativos de outros mercados, com rendimentos mais elevados.

Com a adoção das políticas anticíclicas e o apoio dos sistemas financeiros domésticos, as economias em desenvolvimento retomaram uma trajetória de crescimento econômico acelerado, impulsionando a recuperação. Esses países passaram, então, a ter um papel cada vez maior no crescimento global o que vem se confirmado frente ao novo ciclo de aumento das incertezas da crise financeira internacional neste ano.

Deve-se acrescentar que, para além do processo de reorganização da acumulação de capital em escala mundial, as nações buscam rearticular suas posições na hierarquia de poder global. Poder expresso no controle sobre territórios e contingentes mobilizáveis para a obtenção de fins políticos, econômicos e militares. Tal poder, por sua vez, funciona como garantidor do processo de acumulação capitalista, seja como garantidor das relações econômicas, seja como projeção da soberania dos Estados e garantidor das moedas.

4. Quatro grandes desafios para o desenvolvimento brasileiro

a) Desafio 1: o papel do Brasil no BRICS

Diante desse movimento do mundo em direção à multipolaridade, o Brasil termina por deter maior relevância, diferentemente do período anterior em que os Estados Unidos exerceram uma centralidade unipolar. Frente ao engrandecimento dos países asiáticos, especialmente a China, não cabe desconsiderar a importância do papel dos Brics (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul).

A importância desse jogo de letras para os Estados nacionais, as agências e para todos os interessados em negócios internacionais expressa o deslocamento fundamental da dinâmica de acumulação global para países antes considerados secundários (ou do antigo “segundo mundo” socialista) às decisões transacionais de investimento. A evidência desse fenômeno é o crescimento da demanda global que se concentrou fundamentalmente nos BRICS durante os últimos anos, sobretudo durante e depois da crise internacional.

Somente no período 2008-2009, o grupo explicou 2/3 do crescimento da demanda global, com a expectativa de que siga contribuindo de forma majoritária para os próximos 10 anos, em meio às turbulências da crise financeira internacional, que sugere cada vez mais ser de longa duração, uma vez que após três anos de sua manifestação inicial, segue com as causas que a geraram sem qualquer resolução. No mundo desenvolvido, o impulso inicial de medidas heterodoxas anticíclicas adotadas a partir do último trimestre de 2008 vem sendo substituído pelo retorno da ortodoxia da economia política de estrangulamento do setor público. O horizonte de contestações e turbulências varrem governos e esvaziam as expectativas de construção de um patamar superior de civilidade nos países ricos, cada vez mais prisioneiros da perspectiva do declínio ou da decadência.

Em grande medida, o deslocamento relativo da demanda global que vem ocorrendo tem importante papel no período da crise financeira, pois o rebatimento dos efeitos da recessão nos países centrais, especialmente nos Estados Unidos e União Européia, tem sido – em maior ou menor medida – absorvido pelo BRICS, sem grandes perdas de dinamismo.

Nota-se, no entanto, que o protagonismo chinês no BRICS é incontestável, em termos de contribuição à demanda global, e aprofundou-se com a crise de 2008. Seguida, em ordem decrescente de importância, por Índia, Rússia, Brasil e África do Sul, a China representa a locomotiva não apenas para o crescimento global, mas também para esse grupo dinâmico da acumulação capitalista; é em outras palavras, o centro dentro desse novo centro. Isso tem implicações profundas sobre a estabilidade do grupo. As grandes assimetrias de tamanho entre a China e os outros países trazem limites e possibilidades às relações entre o Brasil e o BRICS que precisam ser explicitados, como a inserção do Brasil predominantemente pelas *commodities* e a baixa integração pelo lado do investimento direto em setores tecnologicamente mais avançados.

b) Desafio 2: inserção no padrão de competição monopolizado e a revolução tecnológica global

O modelo de globalização neoliberal da virada do século XX desencadeou, entre outras coisas, uma inédita era de construção de padrão de competição cada vez

mais monopolizado pelas grandes corporações transnacionais. Na primeira década de 2000, não mais do que 500 corporações transnacionais possuíam faturamentos anuais que equivaliam, em conjunto, quase a metade do Produto Interno Bruto mundial.

Com a crise global de 2008, um contingente ainda menor de corporações transnacionais parece governar qualquer tipo de atividade econômica, resultando no aprofundamento do processo de concentração competitiva sem paralelo histórico. Essa real concentração tenciona para um processo inédito desde a formação dos Estados modernos, de que não sejam mais os países que detenham empresas, mas sim as grandes corporações competitivas que possuam países, cujo faturamento supera o Produto Interno Bruto de várias nações.

Para combater esse processo de ruptura das fronteiras nacionais pela acumulação de capital, a maior interpenetração governamental nos altos negócios das grandes corporações globais deveria dar lugar ao fortalecimento de Estados supranacionais capaz de melhorar as condições gerais de produção dos mercados (regulação da competição intercapitalista e apoio ao financiamento das grandes empresas), ou seja, a Política deveria também se transnacionalizar. A viabilização do padrão competitivo monopolizado gera um mundo desigual, em que somente o fortalecimento do Estado para além do espaço nacional poderá colocar em novas bases a condição humana do desenvolvimento.

Diante da maior instabilidade do capitalismo submetido por um padrão competitivo dominado por grandes corporações transnacionais, nota-se que essas empresas tornam-se muito grandes para poder quebrar pela lógica própria do mercado, sob o risco de colapsar o sistema capitalista. Assim, amplia-se o papel dos Estados em relação à acumulação de capital no mundo, exigindo coordenação entre eles para minimizar crises frente à regulação da competição intercapitalista. Todavia, o estreitamento da relação, cada vez mais orgânica, do Estado com o processo de acumulação privada do capital global pode reverter-se no aprofundamento da competição entre os Estados nacionais.

Neste quadro geral em transformação, é determinante o movimento de rápida internalização da revolução técnico-científica no processo de produção e consumo. No entanto, o padrão atual de produção e consumo precisa ser urgentemente reestruturado. Para isso, não apenas se deve alterar a matriz energética mundial, como também as alternativas de sustentabilidade ambiental têm-se viabilizado do ponto de

vista econômico (lucrativas). Assim, as penalizações governamentais às atividades de produção e consumo degradantes ambientalmente devem crescer e legitimarem-se, permitindo que um conjunto de inovações técnico-científicas possibilite emergir um novo modelo de produção e consumo que não antagonize com os limites finitos.

Da mesma forma, o avanço da sociedade dos serviços, cada vez mais apoiada no trabalho imaterial tende a viabilizar uma profunda reorganização dos espaços urbanos, frutos das exigências do exercício do trabalho em locais apropriados (fazenda para a agricultura e pecuária, fabrica e indústria para a manufatura, entre outros). Pelo trabalho imaterial, a atividade laboral pode ser exercida em qualquer local, não mais em espaços previamente determinados e apropriados para isso (fábricas, canteiro de obras, fazendas), bem como em qualquer horário. A qualificação da mão-de-obra em bases nacionais pode ser acompanhada simultaneamente pela atração de ocupações de maior qualidade e remuneração nos países com maior desenvolvimento da economia do conhecimento.

Sem a reorganização social em comunidades territoriais fortalecidas na economia do conhecimento, o excedente de força de trabalho cresce, com atividades cada vez mais precárias e empobrecedoras em meio à acumulação de nova riqueza global. O resultado aponta para maior pressão no deslocamento geográfico do trabalho humano, em geral de regiões sustentadas por economias rurais e industriais para áreas concentradas nos setores de serviços.

É por conta disso que as principais transformações históricas no processo de formação para o trabalho humano encontram-se associadas às formas com que as sociedades conseguiram se organizar para a geração e distribuição da riqueza. O mundo que emerge neste começo do século XXI apresenta-se mais produtivo e com geração de riqueza em escala acima das necessidades de atendimento humano global, recolocando novamente a oportunidade de construção de uma sociedade em patamares civilizatórios superiores.

De maneira geral, a evolução das sociedades tem permitido ao homem libertar-se gradualmente do trabalho vinculado tão somente à estrita necessidade de sobreviver. No passado, em plena vigência das sociedades agrárias, por exemplo, o trabalho voltava-se fundamentalmente para o estrito objetivo de prover a sobrevivência, exigindo que o seu exercício ocorresse desde a fase infantil até o envelhecimento terminal. Nesse período, a população encontrava-se prisioneira do trabalho pela

sobrevivência, quando a expectativa média de vida estava ainda abaixo dos 40 anos de idade e a jornada de trabalho consumia 3/4 do tempo de vida. Nessas sociedades, o trabalho pela sobrevivência era realizado justamente no próprio local de moradia. Morava-se no meio rural, trabalhava-se no meio rural, sendo a formação para o trabalho vinculado, desde os 5 a 6 anos de idade, à imitação da atitude e sociabilidade dos mais velhos.

A transmissão da tecnologia e dos modos de trabalho pertencia à tradição e aos valores passados de geração em geração, hierarquicamente concentrados pelos mais velhos, pois tinham como missão apoiar a continuidade das atividades laborais no longo prazo no interior das próprias famílias. As escolas eram quase inexistentes, tornando a formação um evento de repasse do conhecimento existente pela simples prática e cultura oral. Noutras palavras, o processo de formação para o trabalho material ocorria simultaneamente ao exercício do próprio trabalho. Não havia inatividade para a aprendizagem, sem separação nítida entre tempo de trabalho e de não trabalho para formação. Exemplo disso eram os processos de transição formativa para o trabalho durante a Idade Média por meio das antigas guildas ou da aprendizagem de longa duração no interior das corporações de ofício. Sob essa realidade, imensas massas humanas foram forçadas a se deslocar pelo trabalho forçado, especialmente na diáspora africana, ou pela fome agrária européia para o mundo novo, no continente americano.

A partir do século XIX, com a transição para a sociedade urbana e industrial, surgem novas modalidades emancipatórias para a condição de trabalho fundado quase que na exclusiva luta pela sobrevivência. Os avanços em favor de elevados ganhos de produtividade e maior escala de produção tornaram tecnicamente possível às parcelas da população (crianças, adolescentes, deficientes físicos e mentais, doentes e idosos) viver sem mais estar sujeita à condenação ao trabalho para o estrito custeio da sobrevivência; no entanto, essa pré-condição somente se tornará realidade a partir do final do século XIX. Também favoreceu a redução da carga horária de trabalho aos segmentos sociais ativos (de 4 mil para 2 mil horas de trabalho ao ano) e a elevação da proteção social aos riscos do trabalho penoso. Esses avanços somente ocorreram com a construção de fundos públicos capazes de viabilizar o financiamento da inatividade de crianças, adolescentes e idosos, por meio de uma garantia generalizada de serviços (saúde, transporte e educação públicas), bens (alimentação, saneamento e moradia) e rendas (boas e subsídios). Em conformidade com a expansão da base material da

economia, tornou-se possível elevar o padrão de bem-estar social associado ao imprescindível processo de lutas sociais e instituições políticas protagonistas do novo padrão civilizatório.

Em função disso, o processo de formação para o trabalho organizou-se em grandes estruturas institucionais, que passaram a atuar sobre a inatividade que atingiu a fase precoce do ciclo de vida. Ou seja, o ingresso no mundo do trabalho foi postergado para após a finalização do processo educacional e formativo de crianças, adolescentes e jovens, geralmente financiado com recursos públicos e familiares. Uma vez concluído o circuito inicial da formação, o ingresso no mundo do trabalho seria percorrido por trajetórias ocupacionais que duravam entre 25 e 35 anos do tempo de vida para novamente ser substituído pelo retorno à inativa remunerada por aposentadorias e pensões. Em geral, durante a vida adulta, após a conclusão do processo de educação básica, o contato com a formação não era recorrente, muitas vezes associado fundamentalmente ao segmento interno das grandes empresas que operavam por meio de plano de cargos e salários e formação corporativa.

Do ponto de vista da formação profissional oferecida por instituições públicas, geralmente associadas ao sistema público de emprego (seguro-desemprego, intermediação de mão de obra e qualificação), a sistemática procurava atender tanto problemas de curto prazo (desemprego conjuntural) como de longa duração (desemprego estrutural). Consequentemente, o processo de formação tendia a focar, sobretudo, o ingresso no mercado de trabalho, ainda que não desconsiderasse as possíveis interrupções na trajetória laboral imposta pela condição do desemprego. Nesse contexto, parte da mão de obra dos países pobres, especialmente agrária, migrou para as cidades, quando não para os centros industriais dos países ricos, impulsionada pela Divisão Internacional do Trabalho agrário e manufaturado (trabalho material).

A partir do final do século 20, nota-se que a emergência da sociedade pós-industrial compatibilizou-se com o surgimento de novas formas de expansão do trabalho humano para além da obrigação estrita da sobrevivência. A crescente postergação do ingresso dos jovens no mercado de trabalho e a maior redução no tempo do trabalho dos adultos, em combinação com a ênfase no ciclo educacional ao longo da vida, representam novas possibilidades para o trabalho no mundo, especialmente quando a expectativa de vida pode se aproximar dos 100 anos. Tudo isso, contudo, encontra-se inserido no contexto mais amplo das transformações tecnológicas e econômicas do

trabalho imaterial oriundas da profunda reorganização da produção ao longo das três últimas décadas. O melhor entendimento a respeito das metamorfoses na sociedade pós-industrial permite identificar os novos determinantes da formação para o trabalho imaterial e do deslocamento humano entre e intra-países neste começo do século XXI. Resumidamente, o avanço de uma nova repartição mundial do trabalho, cada vez mais assentado em sua imaterialidade (serviços gerados pela economia do conhecimento).

c) Desafio 3: desenvolvimento com a sustentabilidade ambiental

O tema das mudanças climáticas aceleradas torna-se essencial na redefinição das condições de superação do subdesenvolvimento. De maneira geral, as ações de mitigação ligam-se à preservação de uma matriz energética menos carbonizada e ao combate à devastação. Os compromissos assumidos internacionalmente têm sido neste sentido; com ações de mitigação em consonância com as exigências do desenvolvimento sustentável.

Para isso, contudo, cresce de importância a forma mensurável e verificável das ações; as medidas de adaptação a efeitos adversos focados nos setores ambiental, social e economicamente vulneráveis, bem como a integração de esforços dos diferentes níveis de governo; o incentivo à inovação tecnológica, à informação, à educação, à conscientização e à capacitação na área. Da mesma forma, cabe destacar os instrumentos de ação, fontes de recursos que devem andar paralelamente aos avanços institucionais.

Nesse sentido, a valorização econômica dos recursos e serviços ambientais constitui-se num caminho decisivo para a utilização racional do patrimônio natural da humanidade. Também a questão dos resíduos sólidos assume relevância. O princípio da logística reversa à produção, que responsabiliza as empresas pelo destino a ser dado após o consumo, ganha contemporaneidade diante do novo enquadramento da dimensão de saneamento ambiental.

O enfoque central é o de que a gestão dos resíduos sólidos gera serviços ambientais cuja valoração econômica vem ganhando espaço e começa a ser seguida de mensuração, a partir de estudos específicos. Os benefícios e ambientais da reciclagem, no caso de todo resíduo reciclável ser encaminhado adequadamente, têm valor econômico, mas se precisa estruturar uma política que estimule a atividade de reciclagem dos resíduos urbanos, contribuindo para o saneamento das cidades

brasileiras, com inclusão social e produtiva – uma vez que o modelo proposto é o da operação de cooperativas formalizadas de catadores.

Essa viabilidade aberta à exploração econômica no caminho da sustentabilidade ambiental busca conferir valor àquilo que hoje não tem. Ao se promover formas de atrair o interesse dos agentes econômicos, preocupa-se favorecer o flanco potencial de geração de riqueza e, por consequência, de novos empregos. Destaca-se que, nesse sentido, a Organização Internacional do Trabalho incorporou a preocupação da sustentabilidade ambiental no contexto da valorização do trabalhador, criando o conceito de empregos verdes, inseridos num contexto de incentivo à redução dos impactos ambientais e, em especial, à redução das emissões de gases de efeito estufa.

Não obstante a crescente criação de indicadores, que mais pela situação que retratam valem pela possibilidade de monitoramento, da matriz energética favorável, das diversas legislações aprovados, do avanço da população brasileira nos foros internacionais e da inserção da questão ambiental, cada vez mais presente na elaboração de políticas públicas, é longo ainda o caminho para o desenvolvimento econômico ocorra de forma harmônica com as possibilidades naturais. Não são problemas especificamente brasileiros, mas da própria maneira de se encarar os problemas socioeconômicos vigentes.

A incorporação teórica da lógica dos sistemas naturais e suas complexas interrelações com o desenvolvimento econômico é um esforço muito recente, iniciado há apenas quatro décadas. Isso porque, não obstante o parentesco semântico, a economia parte de uma concepção teórica distinta da ecologia. Percebe-se, por exemplo, a tentação de reservar às soluções tecnológicas um peso decisivo na definição dos conflitos e impasses que surjam para a continuidade do crescimento. A tecnologia pode muito e o aumento da eficiência nos processos produtivos é uma das chaves de um melhor posicionamento do ser humano no meio ambiente; mas a tecnologia não pode tudo.

Apoiando-se na lógica da termodinâmica e no conceito de entropia, o limite teórico dado pela ecologia ao desenvolvimento econômico é o caráter finito do processo de crescimento, mesmo que seja praticamente impossível definir o fim exato desse fenômeno. Esse tipo de ideia é estranha à forma tradicional de pensar do economista, em geral maioria entre os formuladores de política econômica. A noção de um limite último, de uma restrição fundamental intransponível de ordem externa ao sistema

econômico que vede a sua expansão ilimitada, dada pelos limites do planeta e dos sistemas naturais que nele atuam é de difícil incorporação. Para a economia, se o sistema demanda quantidades crescentes de energia, trata-se de consegui-la. Se a forma como se a obtém gera um efeito deletério, por exemplo, emissões de CO₂ que causam perturbações deletérias no arranjo climático, a solução seria buscar uma energia “limpa”, que contornasse os problemas, como se fosse possível manter-se a expansão ilimitada.

Nesse sentido, mantém-se o estranhamento, de olhar-se o sistema como se fosse possível uma posição desde fora. Se antes o ser humano era tão frágil que suas atuações tomavam-se como irrelevantes, agora seria tão poderosa que poderia operar livremente sobre o sistema natural, superando-o. Em ambas as situações, escapa-se de uma visão integrada e realista do problema. Não é o mesmo a atuação de uma sociedade numa floresta tropical, num deserto, nos polos ou em outro planeta. Para a ciência econômica mais tradicional, é como se assim fosse.

Assim, prevalece o risco do reducionismo a encobrir as questões de fundo envolvidas. Nos dias que correm é a chamada mudança climática o foco quase exclusivo das atenções. É fruto de um recorte extremo da problemática maior. Da percepção de que a ação antrópica seja o fator principal das perturbações e desequilíbrio que vem se notando nas últimas décadas nos fluxos globais de matéria e energia, com consequências danosas para o próprio ser humano, inicia-se uma extrema simplificação. Desse conjunto de mudanças globais aceleradas seleciona-se um componente, a dita mudança climática. Movimento contínuo reduz-se essa condição a aquecimento global. Elege-se como vilão as emissões de carbono. A partir de uma infinidade de modelos complexos se aceita perseguir um aquecimento “aceitável” de 2°C na temperatura média global. E, apesar de toda essa simplificação, não consegue se avançar na implementação de um acordo global. Corre-se o risco de não se agir minimamente contra um sintoma isolado, e perder-se tempo e credibilidade quanto à possibilidade de assumirem-se linhas acordadas de conduta. Não que a mudança climática seja irrelevante, pelo contrário, mas por mais dramáticas que possam ser as consequências previstas, ainda assim não passará de um sintoma de um desajuste mais geral.

Os esforços necessitam ser concatenados entre todos os países para que haja efetividade. Individualmente, talvez nenhuma nação seja grande o suficiente para que não haja a tentação do *free-rider*, ou seja, agir de forma livre de restrições e beneficiar-

se do engajamento de todos os demais. Por outro lado, agindo individual e virtuosamente ninguém pode assegurar uma proteção efetiva. Simultaneamente, os debates dão-se num ambiente de responsabilidades históricas diferenciadas e com mudanças nas posições relativas dos agentes. Num curtíssimo intervalo de pouco mais de uma década, países emergidos, China, Índia e Brasil à frente – e com muitas outras nações logo a seguir – ganharam protagonismo e são demandados por assumirem novas responsabilidades, com tendência de ampliação. Esse fenômeno é desafiador do ponto de vista da diplomacia internacional.

No tocante ao Brasil, é verdade que apresenta grande potencial para integrar e expandir a sua economia dentro de princípios ambientalmente sustentáveis e tornar essa integração um dos motores principais do crescimento econômico com geração de empregos dignos, dado o tamanho da população e o território, o estágio de desenvolvimento, a matriz energética já instalada, os recursos minerais, água, possibilidades para atividades agropecuárias, silvicultura, pesca, sua exuberante biodiversidade. Cabe, no entanto, não descuidar da constituição de um modelo econômico adequado. As forças de mercados são úteis e necessárias, mas não dispensam certo grau de planejamento para que não se coloque o país numa posição excessivamente baseada na exploração direta dessa riqueza ecossistêmica. O patrimônio natural não deve levar à situação de exportador quase exclusivo de recursos minerais, áreas férteis, água e sol, reduzindo os problemas locais de outras sociedades à custa da dilapidação acelerada dessas riquezas locais. Seria manter e mesmo reavivar uma condição de dependência que é um problema histórico da formação da sociedade brasileira.

d) Desafio 4: maior participação na governança global

O Brasil tem procurado assegurar uma inserção internacional soberana e ativa, de cunho universalista, observando os interesses nacionais e disposta a oferecer uma contribuição brasileira à moldagem da ordem internacional. Nessa direção a política externa brasileira deve continuar sustentando a necessidade de reforma da ordem internacional, em seu pilar tanto político como econômico, entendendo a estreita conexão entre a estratégia de inserção internacional e a retomada do projeto de desenvolvimento.

No que concerne ao reordenamento da ordem política internacional, o tema da reforma da Carta de São Francisco e da assunção do Brasil a um assento permanente no

Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) ganha maior destaque na agenda da brasileira. Embora não pareça haver possibilidade de que este ponto venha a ser encaminhado, no futuro imediato, há um esforço juntamente com os demais membros do G4 (Alemanha, Índia e Japão) na aprovação, pela Assembléia Geral da ONU, de decisão sobre as negociações intergovernamentais para a reforma do Conselho de Segurança, mas ainda sem consenso. A reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas se inscreve num processo mais amplo de reorganização do sistema internacional.

Nos foros multilaterais de decisão, o Brasil deve continuar pleiteando que as instâncias decisórias mundiais reflitam as estruturas de poder, que apontem para uma desconcentração relativa e levantem o debate sobre a multipolaridade no sistema, de modo que possam ganhar maior representatividade e legitimidade perante a comunidade internacional. É de igual interesse para o Brasil que o peso dos países em desenvolvimento no âmbito do Conselho de Segurança seja equivalente à sua importância na cena internacional.

O desenrolar da crise econômica internacional em 2008 fez com que as demandas por reforma da ordem econômica internacional de países como o Brasil tomassem nova dimensão no concerto das nações. Nesse contexto, o país defendeu uma maior participação das nações em desenvolvimento nas instituições e fóruns internacionais, e uma transformação do G20 financeiro, criado em 1999 como reunião ministerial, em cúpula dos líderes para a coordenação das políticas anticrises. Embora o G20 financeiro tenha sido decisivo, promovendo a articulação de economias desenvolvidas e em desenvolvimento e impulsionando as discussões sobre a reforma dos sistemas financeiros (nacionais e internacionais), é preciso avançar mais. A reforma na arquitetura financeira internacional e a reorganização da estrutura de poder das instituições multilaterais, legitimando o papel crescente dos países em desenvolvimento na gestão da ordem financeira internacional, deve ser uma luta brasileira por entender que a governança atual aumenta a desigualdade, traz retrocesso nos direitos sociais e reduz o raio de manobra dos países em desenvolvimento.

5. Considerações Finais

Um projeto nacional de desenvolvimento somente é possível a partir da compreensão dos limites e possibilidades pré-estabelecidos pelas transformações no capitalismo global. É preciso compreender que as mudanças do mundo impactaram

profundamente a relação entre o nacional e o global, não no sentido de uma homogeneização de políticas e das instâncias econômicas e sociais do capitalismo, mas no sentido de que, diferentemente do período entre as décadas de 1950 e 1970, economia nacional pressupõe a integração internacional.

A China compreendeu rapidamente essas mudanças. Aproveitando-se do movimento da economia global, fez a abertura para o capital estrangeiro através dos investimentos diretos associados com empresas estatais e mantiveram o controle de variáveis chaves da economia: comércio exterior e taxa de câmbio, administradas para a competitividade de suas empresas; e planejando a utilização de crédito público, especialmente para o investimento em infraestrutura. Isso mostrou como a China superou rapidamente a crise de 2008, a partir de um sistema econômico com alto grau de planejamento.

No Brasil, embora se tenha observado muitos avanços, ainda há inúmeros desafios a enfrentar. No plano interno, é preciso consolidar uma política de crescimento do mercado interno e inclusão pela atividade socialmente produtiva. Assim como foi a experiência dos países desenvolvidos no período do pós-guerra, esse processo de inclusão pelo trabalho deve ser publicamente administrado, pois o crescimento da produtividade geral da economia implicará o decréscimo da demanda por trabalho pelo progresso técnico. Equacionar esse problema doméstico é fundamental para absorver dignamente a força de trabalho, e deve-se focar nos setores deficitários, demandantes de mão de obra nas quatro dimensões da vida humana: educação, cultura, saúde e meio ambiente. É preciso, ademais, equacionar publicamente as questões do envelhecimento populacional, da criança e do jovem.

No plano externo, o padrão de crescimento da economia global pós-crise estará fortemente ancorado nas economias emergentes, sobretudo asiáticas, que tenderão a crescer a taxas muito maiores que as economias avançadas nos próximos anos. O crescimento da China vem beneficiando os exportadores de *commodities*, alterando os termos de troca em favor dos produtos primários, entre eles o Brasil, a partir do início dos 2000, em especial a partir de 2003. Isso exerceu grande impacto sobre as exportações brasileiras, contribuindo para reduzir a vulnerabilidade externa vigente até então. É importante lembrar que também as exportações brasileiras de manufaturados foram alavancadas por esse processo, na medida em que o aumento da demanda por *commodities* aumentou a capacidade de importação de grande parte dos países da América Latina, onde o Brasil tradicionalmente concentra suas exportações de

manufaturados. No entanto, se, do ponto de vista dos produtos básicos, a demanda chinesa pode potencialmente ser um fator positivo, por outro, no caso da produção de manufaturados, a concorrência asiática em geral, e chinesa em particular, representa uma ameaça para os países com produção industrial importante.

É fundamental compreender que as mudanças no mundo também mudaram a posição do Brasil nele. Como exposto nesse Comunicado, há desafios abertos à atuação brasileira na ordem global: o deslocamento do centro dinâmico da economia global e o papel dos BRICS; a inserção do Brasil nas transformações tecnológicas do padrão de acumulação capitalista; a necessária dimensão ambiental do desenvolvimento econômico; e a possibilidade de construir uma governança planetária legítima, de acordo com as grandes mudanças operadas no seio das relações internacionais. Esses elementos, combinados com uma estratégia nacional de longo prazo, constituem uma oportunidade histórica para o Brasil aproximar-se um pouco mais da superação do subdesenvolvimento.

2a

Conferência do Desenvolvimento CODE/Ipea 2011

**23 a 25 de novembro de 2011
Pavilhão de Exposições do Parque da Cidade
Brasil - Brasília - DF**

Missão

**"Produzir, articular e disseminar conhecimento
para aperfeiçoar as políticas públicas e contribuir
para o planejamento do desenvolvimento brasileiro"**

Governo Federal**Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República****Ministro Wellington Moreira Franco**

Fundação pública vinculada à Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, o Ipea fornece suporte técnico e institucional às ações governamentais – possibilitando a formulação de inúmeras políticas públicas e programas de desenvolvimento brasileiro – e disponibiliza, para a sociedade, pesquisas e estudos realizados por seus técnicos.

Presidente
Marcio Pochmann

Diretor de Desenvolvimento Institucional
Geová Parente Panas

Diretor de Estudos e Relações Econômicas e Políticas Internacionais,
substituto
Marcos Antonio Macado Cintra

Diretor de Estudos e Políticas do Estado, das Instituições e da Democracia
Alexandre de Ávila Gomide

Diretora de Estudos e Políticas Macroeconômicas
Vanessa Petrelli de Correa

Diretor de Estudos e Políticas Regionais, Urbanas e Ambientais
Francisco de Assis Costa

Diretor de Políticas Setoriais de Inovação, Regulação e Infraestrutura,
substituto
Carlos Eduardo Fernandez da Silveira

Diretor de Estudos e Políticas Sociais
Jorge Abrahão de Castro

Chefe de Gabinete
Fábio de Sá e Silva

Assessor-chefe de Imprensa e Comunicação
Daniel Castro

URL: <http://www.ipea.gov.br>
Ouvidoria: <http://www.ipea.gov.br/ouvidoria>

APRESENTAÇÃO



A 2º Conferência do Desenvolvimento tem como objetivo promover um espaço nacional de debates em Brasília, informando, difundindo e incentivando a reflexão sobre o desenvolvimento nacional.

Assim, a conferência é aberta à participação ampla de estudantes, profissionais, agentes públicos, estudiosos, pesquisadores, especialistas, professores e legisladores, entre outros, e pretende ainda ter um papel pedagógico sobre o que vem a ser desenvolvimento.

A Code está estruturada em sete Eixos do Desenvolvimento definidos pelo Ipea: inserção internacional soberana; macroeconomia para o desenvolvimento; fortalecimento do Estado, das instituições e da democracia; estrutura tecnoprodutiva integrada e regionalmente articulada; infraestrutura econômica, social e urbana; proteção social, garantia de direitos e geração de oportunidades; e sustentabilidade ambiental.

São mais de mil palestrantes, 70 lançamentos de livros, nove painéis, mais de 40 estandes e cerca de 110 mesas. Entre as novidades desta edição, destacam-se a #arenaCODE (um espaço de 1.000 m² para os visitantes descobrirem e debaterem as possibilidades das economias criativas e conteúdos digitais) e a apresentação de 260 trabalhos inéditos sobre o desenvolvimento, produzidos por especialistas de todo o país, por meio de chamada pública.

Programação

Proteção social, garantia de direitos e geração de oportunidades 6

Sustentabilidade ambiental 11

Fortalecimento do estado, das instituições e da democracia 15

Estrutura tecnoprodutiva integrada e regionalmente articulada 20

Infraestrutura econômica, social e urbana 24

Macroeconomia para o desenvolvimento 30

Inserção internacional soberana 34

Lançamento de livros 37

Áreas temáticas 37

Gestão pública 37

Agricultura 40

Gênero e raça 40

Reflexões sobre o desenvolvimento 44

Latinidades 45

Música e desenvolvimento 47

Juventude e desenvolvimento 48

Universidade federal de goiás 49

Secretaria de políticas de promoção da igualdade racial 50

Arena Code 51

Círculo de debates acadêmicos das ciências humanas 54

Programação cultural 80

EIXOS

23 de novembro (quarta-feira), às 8h30

Painel de abertura da 2ª Conferência do Desenvolvimento

Auditório principal – Celso Furtado

Dilma Rousseff, presidente da República (convidada)

**Wellington Moreira Franco, ministro da Secretaria de Assuntos Estratégicos
da Presidência da República**

Marcio Pochmann, presidente do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

EIXOS

PROTEÇÃO SOCIAL, GARANTIA DE DIREITOS E GERAÇÃO DE OPORTUNIDADES

Uma nação, para entrar em rota sustentada de desenvolvimento, deve necessariamente dispor de autonomia elevada para decidir acerca de suas políticas internas e também daquelas que envolvem o relacionamento com outros países e povos. Para tanto, deve buscar independência e mobilidade econômica, financeira, política e cultural, visando desenhar sua própria história.

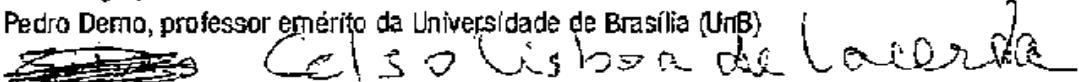
PROTEÇÃO SOCIAL, GARANTIA DE DIREITOS E GERAÇÃO DE OPORTUNIDADES

PAINEL - Erradicação da Pobreza Extrema - auditório principal: Celso Furtado

23 de novembro (quarta-feira), às 9h30

Neste painel, serão discutidos a adequação da estratégia e os principais desafios para que a erradicação da pobreza extrema possa ser alcançada por meio dos três eixos de atuação do Plano Brasil sem Miséria: a garantia de renda, o acesso a serviços e direitos, e a Inclusão produtiva.

- Eduardo Suplicy, senador
- Paul Singer, secretário nacional de Economia Solidária
- Pedro Dembo, professor emérito da Universidade de Brasília (UnB)


Mediador: Jorge Abrahão de Castro, diretor de Estudos e Políticas Sociais do Ipea

MESAS

23 de novembro (quarta-feira)

14h30 às 16h30 - Novo modelo de assistência social no Brasil - sala 20: Evaristo de Moraes

Desde 2004, a política de assistência social vive um processo de crescente institucionalização, do qual a estruturação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) é a mais visível resultante. Tendo em vista esta perspectiva, a mesa tratará das oportunidades e restrições postas à política e de seu papel no esforço nacional de erradicação da miséria no Brasil.

- Ana Cleusa Serra Mesquita, técnica de Planejamento e Pesquisa do Ipea
- Luciana de Barros Jaccoud, assessora do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS)
- Raquel Raichelis, professora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP)

Mediadora: Maria Paula Gomes dos Santos, técnica de Planejamento e Pesquisa do Ipea

16h30 às 18h30 - Pobreza e Inclusão Produtiva - sala 20: Evaristo de Moraes

O propósito da mesa é discutir as possibilidades de inclusão produtiva dos grupos que são beneficiários das políticas de transferência monetária, como o Programa Bolsa Família, Integrante do Plano Brasil sem Miséria, recentemente lançado pelo Governo Federal. A inclusão produtiva pode representar a abertura de novas possibilidades de desenvolvimento para grupos populacionais que hoje dependem estritamente das políticas de assistência social.

- Bruno Marcus Ferreira Amorim, técnico de Planejamento e Pesquisa do Ipea
- Brancolina Ferreira, coordenadora de Estudos e Pesquisas em Desenvolvimento Rural do Ipea
- Rafael Guerreiro Osório, técnico de Planejamento e Pesquisa do Ipea

Mediador: Luis Felipe Batista de Oliveira, técnico de Planejamento e Pesquisa do Ipea

24 de novembro (quinta-feira)

8h30 às 10h30 - Saúde e desenvolvimento - sala 19: Eugênio Gudin

O objetivo será apresentar e debater as diferentes abordagens relacionadas ao tema saúde e desenvolvimento. Discute-se, entre outras, a visão cepalina, os debates mais recentes relacionados ao pensamento de Amartya Sen, bem como os avanços e limites de cada uma dessas visões. Busca-se abordar a saúde não somente a partir da visão reducionista do processo saúde/doença, mas em todos os seus aspectos econômicos, sociais, culturais e ambientais.

- Roberto Passos Nogueira, técnico de Planejamento e Pesquisa do Ipea
- Fernando Carneiro, professor do Departamento de Saúde Coletiva da Universidade de Brasília (UnB)

Mediadora: Luciana Mendes Santos Servo, técnica de Planejamento e Pesquisa do Ipea

10h30 às 12h30 - Financiamento da Saúde: trajetória recente e perspectivas e Lançamento do Livro Políticas Públicas e financiamento federal do Sistema Único de Saúde (SUS) - sala 19: Eugênio Gudin

Esta mesa discutirá o financiamento da saúde depois da criação do Sistema Único da Saúde (SUS) em 1988, analisando as tensões decorrentes das necessidades de recursos crescentes para atender as mudanças demográficas, epidemiológicas e tecnológicas e, concomitantemente, cumprir os preceitos constitucionais de universalidade de cobertura, integralidade e igualdade no atendimento.

- Sérgio Francisco Piola, presidente da Associação de Economia da Saúde da América Latina e do Caribe
- Flávio Tonelli Vaz, assessor técnico da Liderança do PCdoB na Câmara dos Deputados

Mediadora: Clarice Melamed, Fundação Osvaldo Cruz

14h30 às 16h30 - Previdência Social no Brasil: dilemas e perspectivas - sala 19: Eugênio Gudin

Há pelo menos duas décadas, o tema da Reforma da Previdência tem estado em discussão na agenda pública, em virtude dos seus impactos fiscais, bem como da expectativa de que, em prazo não muito longo, o sistema se torne atuarialmente desequilibrado, graças à maior longevidade dos brasileiros e à queda da taxa de fecundidade. A mesa terá o objetivo de recuperar este debate, identificando os diversos pontos em disputa e os caminhos possíveis para a política previdenciária brasileira.

16h30 às 18h30 - Política Social no Brasil Contemporâneo - sala 19: Eugênio Gudin

Debater a política social no Brasil nos dias atuais, tratando dos avanços obtidos nos últimos anos e dos desafios, dilemas e perspectivas.

- Jorge Abrahão de Castro, diretor de Estudos e Políticas Sociais do Ipea
- Eduardo Fagnani, Instituto de Economia da Unicamp
- Perci Coelho de Souza, professor da Universidade de Brasília (UnB)

Mediador: Jose Aparecido Carlos Ribeiro, técnico de Planejamento e Pesquisa do Ipea

25 de novembro (sexta-feira)

8h30 às 10h30 - Financiamento para uma Educação de qualidade e universal: possibilidades e desafios com o PNE 2011-2020 - sala 31: Josué de Castro

Fundamental para orientar a educação no Brasil nos próximos dez anos, o novo Plano Nacional de Educação deve dirigir as ações integradas da União, estados e municípios, com o objetivo de garantir o direito à educação de qualidade. No debate do PNE 2011-2020, o ponto que mais tem gerado controvérsias é o que trata do aumento progressivo dos investimentos públicos em educação. Identificar os diversos pontos em disputa neste debate e analisar qual nível de investimento é mais adequado para o efetivo alcance dos objetivos do novo PNE é o tema desta mesa.

- Jorge Abrahão de Castro, diretor de Estudos e Políticas Sociais do Ipea

Mediador: Eduardo Luiz Zen, técnico de Planejamento e Pesquisa do Ipea

10h30 às 12h30 - Progressividade e justiça na tributação brasileira - sala 19: Eugênio Gudin

Recentes estudos do Ipea confirmaram, mais uma vez, o caráter regressivo do sistema tributação brasileiro. Nas análises realizadas sobre dados do ano de 2009, constatou-se pequena atenuação da situação encontrada em 2003, mas os efeitos da tributação permanecem regressivos, incidindo mais sobre as populações de baixa renda. Nos últimos tempos, as instituições representadas nesta mesa têm cooperado intensamente na discussão deste tema, com o objetivo maior de fomentar o debate público e a mobilização da sociedade para o enfrentamento a questão.

- Alvaro Luchesi Jr., gerente de Estudos Técnicos do Sindicato Nacional dos Auditores-Fiscais da Receita Federal do Brasil (Sindifisco)
- Sergio Eduardo Arbulu Mendonça, – economista do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE).
- Naomar de Almeida Filho, professor da Universidade Federal da Bahia (UFBA) e membro do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES).

Mediador: José Aparecido Carlos Ribeiro, técnico de Planejamento e Pesquisa do Ipea
Espaço do eixo

23 de novembro (quarta-feira)

14h30 às 16h30 - Lançamento do livro: *Pontos de Cultura, olhares sobre o Programa Cultura Viva*

16h30 às 18h30 - Lançamento do livro: *As políticas públicas e suas narrativas*

24 de novembro (quinta-feira)

14h30 às 16h30 - Lançamento do livro: *Saúde e segurança no Trabalho no Brasil: aspectos institucionais, sistemas de informação e indicadores*

16h30 às 18h30 - Boletim de Mercado de Trabalho: 15 anos de análises

25 de novembro (sexta-feira)

8h30 às 10h30 - Lançamento do livro: *Situação Social no Brasil: monitoramento das condições de vida 1*

10h30 às 12h30 - Lançamento de boletim: *Políticas Sociais: acompanhamento e análise (BPS) nº 19*

EIXOS

SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

A sustentabilidade ambiental é dimensão transversal inseparável das demais. Biomas de alta relevância devem ser alvo de proteção e de iniciativas estratégicas, e o acesso a água potável e a condições sanitárias adequadas são ativos fundamentais na concepção de desenvolvimento. A gestão da biodiversidade e da biotecnologia se converte em ativo econômico e político à inserção internacional soberana do país.

SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

PAINEL - Rio + 20: Contribuições e desafios da economia verde - sala Gustavo Capanema

23 de novembro (quarta-feira), às 14h30

O Brasil se prepara para a Rio + 20, que será realizada em 2012 no Rio de Janeiro, 20 anos após a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento, a Rio 92. O evento deve renovar o compromisso internacional pelo desenvolvimento sustentável, tendo como um dos temas centrais a questão da Governança Ambiental nos países. A mesa pretende fazer um balanço do progresso alcançado nas políticas ambientais brasileiras ao longo destes 20 anos, identificar lacunas de implementação dos resultados e os principais desafios da atualidade.

- Izabella Mônica Vieira Teixeira, ministra do Meio Ambiente
- Suzana Kahn, subsecretária de Economia Verde do Rio de Janeiro/RJ
- Marcus Frank, McKinsey & Co
- Shelley Carneiro, gerente de Meio-Ambiente da Confederação Nacional da Indústria

Mediador: Francisco de Assis Costa, diretor de Estudos e Políticas Regionais, Urbanas e Ambientais do Ipea

MESAS

24 de novembro (quinta-feira)

8h30 às 10h30 - Rio +20: governança ambiental - sala 18: Euclides da Cunha

O Brasil se prepara para a Rio + 20, que será realizada em 2012 no Rio de Janeiro, 20 anos após a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento, a Rio 92. O evento deve renovar o compromisso internacional pelo desenvolvimento sustentável, tendo como um dos temas centrais a questão da Governança Ambiental nos países. A mesa pretende fazer um balanço do progresso alcançado nas políticas ambientais brasileiras ao longo destes 20 anos, identificar lacunas de implementação dos resultados e os principais desafios da atualidade

- Marcel Burstyn, Centro de Desenvolvimento Sustentável (CDS) da UnB
- Clóvis Cavalcanti, Fundação Joaquim Nabuco

Mediadora: Adriana Maria Magalhães de Moura, técnica de Planejamento e Pesquisa do Ipea

10h30 às 12h30 - Políticas para Sustentabilidade Ambiental na Agricultura - sala 18: Euclides da Cunha

Serão apresentadas e discutidas as principais políticas desenvolvidas pelo governo federal visando à sustentabilidade ambiental do setor agropecuário no Brasil. Serão debatidos temas como: redução das emissões de carbono, adequação ambiental dos estabelecimentos rurais, pagamento por serviços ambientais e transição agroecológica.

- Derli Dossa, Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento
- Daniela Aparecida Pacífico, Ministério do Desenvolvimento Agrário (a confirmar)
- Paulo Guilherme Cabral, Ministério do Meio Ambiente (a confirmar)

Mediadora: Regina Helena Rosa Sambuichi, técnica de Planejamento e Pesquisa do Ipea

14h30 às 16h30 - Políticas de prevenção e controle do desmatamento na Amazônia - sala 18: Euclides da Cunha

O objetivo desta mesa é trazer diversos olhares sobre as políticas governamentais de prevenção e controle do desmatamento na Amazônia e estimular a discussão sobre o assunto com a plateia. A questão será debatida sob a perspectiva do Governo Federal, da sociedade civil e da equipe que fez a mais recente avaliação do Plano de Ação de Prevenção e Controle do Desmatamento da Amazônia Legal.

- Mauro Pires, Ministério do Meio Ambiente (MMA)
- Paulo Barreto, Imazon
- Monika Röper, consultora
- Helíandro Maia, GIZ

Mediador: Jorge Hargrave, técnico de Planejamento e Pesquisa do Ipea

16h30 às 18h30 - Código Florestal - sala 18: Euclides da Cunha

Desenhar um panorama das mudanças que estão sendo discutidas no PLC-30, das implicações dessas mudanças e dos desafios para o cumprimento da legislação. Neste sentido, ampliar a discussão sobre os serviços ambientais e uso sustentável de áreas protegidas pelo Código Florestal, e os desafios de adequar ambientalmente as propriedades rurais no Brasil.

- João de Deus Medeiros, diretor do Departamento de Florestas do Ministério do Meio Ambiente (MMA)
- Sergius Gandolfi, Esalq-USP
- Philip Fearnside, Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (INPA)

Mediadora: Ana Paula Moreira da Silva, técnica de Planejamento e Pesquisa do Ipea

25 de novembro (sexta-feira)

8h30 às 10h30 - O desenvolvimento na perspectiva da Economia Ecológica - sala 18: Euclides da Cunha

O objetivo desta mesa é trazer o olhar da Economia Ecológica sobre a temática do desenvolvimento. A mesa contará com uma introdução à visão geral da Economia Ecológica, uma apresentação da perspectiva dessa linha de pensamento sobre o desenvolvimento e com uma visão crítica da nova agenda de Economia Verde que será tema central da Rio + 20.

- Enrique Ortega, Universidade Estadual do Campinas
- Maurício Amazonas, Centro de Desenvolvimento Sustentável da UnB
- Ihering Guedes Alcoforado, Universidade Federal da Bahia

- Ademar Romeiro, Universidade Estadual de Campinas

Mediador: Jorge Hargrave, técnico de Planejamento e Pesquisa do Ipea

10h30 às 12h30 - Discussão sobre o alcance do Plano Nacional de Resíduos Sólidos - sala 18: Euclides da Cunha

Após 20 anos de discussões, a lei 12.305/2010 lançou a Política Nacional de Resíduos Sólidos, prevendo a elaboração do Plano Nacional de Resíduos Sólidos. Este se encontra em fase final de elaboração, pretendendo constituir-se em marco na forma como a sociedade brasileira trata de tão importante assunto. O Ministério do Meio Ambiente e o Ipea, que participam da sua elaboração, fazem um balanço da atividade e tratam de perspectivas para o futuro.

- Silvano Silvério da Costa, Ministério do Meio Ambiente
- Ronaldo Hipólito Soares, Ministério do Meio Ambiente

Mediador: Albino Rodrigues Alvarez, técnico de Planejamento e Pesquisa do Ipea

Espaço do eixo

23 de novembro

14h30 às 16h30 - Lançamento de boletim: *Boletim Regional, Urbano e Ambiental (BRU) nº 5*

16h30 às 18h30 - Lançamento de boletim: *Boletim Regional, Urbano e Ambiental (BRU) nº 6*

24 de novembro

8h30 às 10h30 - Lançamento do livro: *Planejamento e Políticas Públicas (PPP) nº 37*

10h30 às 12h30 - Lançamento de livro: *Dinâmica Regional e Convergência de Renda: uma análise para os municípios brasileiros selecionados no período 2002- 2007*

25 de novembro

10h30 às 12h30 - Lançamento de Texto para Discussão: *Mapeamento de Taxas Bayesianas com Aplicação ao Mapeamento de Homicídios nos Municípios Brasileiros*

EIXOS

FORTELECIMENTO DO ESTADO, DAS INSTITUIÇÕES E DA DEMOCRACIA

Por mais que a economia e alguns processos sociopolíticos estejam internacionalizados, o Estado-Nação é ainda a principal referência para a regulação das diversas dinâmicas em seu espaço territorial. É imprescindível, então, refletir sobre os arranjos institucionais mais adequados para conjugar Estado, mercado e sociedade em torno de um modelo de desenvolvimento sustentável e incluente.

FORTELECIMENTO DO ESTADO, DAS INSTITUIÇÕES E DA DEMOCRACIA

PAINEL - É possível um novo modelo de Estado desenvolvimentista no Brasil? sala Heitor Villa-Lobos

Lançamento do livro: *A solidão do corredor de longa distância*, de João Paulo dos Reis Velloso

23 de novembro (quarta-feira), às 16h

A perda de legitimidade política da agenda do Consenso de Washington e a crise financeira global de 2008, trouxeram de volta o Estado ao debate sobre o desenvolvimento. Nos últimos anos, tem-se verificado significativa mudança na ação do Estado brasileiro dentro de um contexto de democratização. Novas políticas públicas indicam um novo tipo de atuação, diferente tanto do ideal neoliberal de intervenção mínima quanto da perspectiva estatista que dominou o país durante o período do nacional-desenvolvimentismo. Mas, até que ponto tais mudanças significam uma transformação capaz de promover democraticamente o desenvolvimento em sua acepção mais ampla? É possível um novo modelo de Estado desenvolvimentista no Brasil?

- Gilberto Carvalho, ministro da Secretaria-Geral da Presidência
- Eli Diniz, professora da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)
- João Paulo dos Reis Velloso, conselheiro do Ipea e ex-ministro do Planejamento

Mediador: Alexandre Gomide, diretor de Estudos e Políticas do Estado, das Instituições e da Democracia do Ipea

MESAS

23 de novembro (quarta-feira)

14h30 às 16h30 - A efetividade da participação no Governo Federal: o caso dos conselhos nacionais - sala 30: José Bonifácio

A oficina terá como objetivo analisar o papel e os efeitos dos conselhos nacionais de políticas públicas na consolidação da democracia no Brasil. Tais efeitos serão debatidos a partir da perspectiva de representante do governo federal, de representante da sociedade civil organizada e de representante do setor produtivo/empresarial, que participam como conselheiros em tais espaços.

- Pedro Pontual, diretor de participação social da Secretaria Nacional de Articulação Social
- José Marcos de Oliveira, representante do Movimento Nacional de Luta contra a AIDS no Conselho Nacional de Saúde (CNS)
- Patricia Boson, representante da Confederação Nacional dos Transportes no Conselho Nacional do Meio Ambiente e no Conselho Nacional de Recursos Hídricos (Conama/CNRH)

Mediador: Igor Ferraz da Fonseca, técnico de Planejamento e Pesquisa do Ipea

Mediadora: Joana Luiza Oliveira Alencar, técnica de Planejamento e Pesquisa do Ipea

16h30 às 18h30 - Federalismo e Arranjo(s) federativo(s) para o desenvolvimento - sala 30: José Bonifácio

Analisar o funcionamento do sistema federativo brasileiro, especialmente pós-Constituição de 1988 e o papel de arranjos federativos, a exemplo dos Consórcios Públicos, como elementos centrais para alcançar objetivos fundamentais de redução das desigualdades sociais e regionais brasileiras e de desenvolvimento nacional.

- Olavo Noleto, subchefe de Assuntos Federativos da Secretaria de Relações Institucionais da Presidência da República (SRI/PR)
- Zézeu Ribeiro, secretário de Planejamento do Estado da Bahia e Presidente do Conselho Nacional de Secretários Estaduais de Planejamento (CONSEPLAN)
- João Coser, prefeito de Vitória e presidente da Frente Nacional de Prefeitos (FNP)
- Paulo de Tarso Linhares, técnico de Planejamento e Pesquisa do Ipea

Mediador: Constantino Mendes, técnico de Planejamento e Pesquisa do Ipea

24 de novembro (quinta-feira)**8h30 às 10h30 - Justiça e Segurança Pública: a política de alternativas penais - sala 32: Lélia Gonzales**

Discussão sobre as perspectivas atuais da política criminal alternativa à prisão em âmbito nacional, tendo em vista as possibilidades de seu fortalecimento na promoção da segurança pública e da justiça, com o respeito aos direitos das vítimas e dos autores de delitos.

- Heloisa Adálio, coordenadora geral do Programa de Fomento às Penas e Medidas Alternativas do Ministério da Justiça (MJ)
- Fabiana Costa Barreto, presidente da Comissão Nacional de Penas Alternativas
- Renato Sérgio de Lima, secretário geral do Fórum Brasileiro de Segurança Pública
- Almir de Oliveira Junior, técnico de Planejamento e Pesquisa do Ipea

Mediador: Fábio de Sá e Silva, chefe de Gabinete da Presidência do Ipea

10h30 às 12h30 - Democracia, burocracia e desenvolvimento - sala 20: Evaristo de Moraes

Discussão sobre as tensões e sinergias que emergem a partir da retomada de um papel mais ativo e intervencionista do Estado na promoção do desenvolvimento econômico e social e os requisitos e exigências impostos pelas instituições democráticas vigentes, explorando as relações da burocracia com o Poder Legislativo, partidos políticos, órgãos de controle (interno e externo), assim como com as instâncias de participação social.

- Marcelo Bruto Correa, assessor da Secretaria do Programa de Aceleração do Crescimento (SEPAC/ MPOG)
- Roberto Nogueira, técnico de Planejamento e Pesquisa do Ipea
- Roberto Pires, técnico de Planejamento e Pesquisa do Ipea

- Vanessa Elias Oliveira, professora da Universidade Federal do ABC (UFABC)

14h30 às 16h30 - Instituições e desenvolvimento - sala 20: Evaristo de Moraes

As instituições importam para o desenvolvimento. Esta afirmação tornou-se consenso na literatura especializada. Assim, cada vez mais o debate e a pesquisa aplicada têm se voltado à compreensão das formas, funções e mecanismos pelos quais arranjos institucionais virtuosos podem ser produzidos ou reproduzidos. A mesa tem como objetivo discutir tais questões, bem como o papel do Estado, tanto como instituição de primeira ordem quanto como ator para a intervenção nos arranjos institucionais críticos para o desenvolvimento.

- Diogo R. Coutinho, professor da Universidade de São Paulo (USP)
- Mario G. Schapiro, professor da Fundação Getúlio Vargas (FGV);
- Ronaldo Fiani, professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

Mediador: Alexandre Gomide, diretor de Estudos e Políticas do Estado, das Instituições e da Democracia do Ipea

16h30 às 18h30 - Planejamento e gestão governamentais - sala 20: Evaristo de Moraes

Discutir as mudanças implantadas no processo de planejamento do governo federal de 1998 em diante, apontando os avanços e as dificuldades enfrentadas, e as consequências para a gestão dos programas e ações governamentais.

- Fabiano Garcia Core, assessor da Secretaria de Orçamento Federal (SOF/MP)
- Ariel C. Garcez Pares, diretor da Secretaria Executiva do Ministério do Meio Ambiente (MMA)
- José Celso Cardoso Jr., técnico de Planejamento e Pesquisa do Ipea

Mediador: Ronaldo Coutinho Garcia, técnico de Planejamento e Pesquisa do Ipea

Avaliação das Ouvidorias Públicas Brasileiras - sala 33: Luís Gama

A ouvidoria pública surge, no Brasil, como um sucedâneo do ombudsman, acolhido nos demais países das Américas Latina com o nome de Defensor del Pueblo. A grande maioria delas adota o paradigma liberal-modernisante, e aspira ser, sobretudo, um instrumento de mais eficácia para obtenção de melhores resultados, da parte dos gestores. Uma minoria, que amplia a cada dia e o seu espectro de influência, integra a vertente democrático-popular, para a qual o aspecto essencial da atuação do Ouvidor nucleia-se na defesa dos direitos do cidadão.

- Rubens Pinto Lyra, professor
- Bruno Konder Comparato, professor
- Manoel Eduardo Camargo e Gomes, professor

Mediador: Antonio Semeraro Rito Cardoso, técnico de Planejamento e Pesquisa do Ipea

Espaço do elox

23 de novembro (quarta-feira)

14h30 às 16h30 - Lançamento de Texto para Discussão: Representação Política Local: padrões de atuação dos vereadores em quatro cidades mineiras
Mostra de cinema (Re)Visões da Relação entre Estado e Desenvolvimento no Brasil

16h30 às 18h30 - Lançamento de livro: Efetividade das Instituições Participativas no Brasil: estratégias de avaliação - Diálogos para o Desenvolvimento (volume 7)
Mostra de cinema (Re)Visões da Relação entre Estado e Desenvolvimento no Brasil

24 de novembro (quinta-feira)

8h30 às 10h30 - Lançamento de livro: Gestão Pública e Desenvolvimento: desafios e perspectivas - Diálogos para o Desenvolvimento (volume 6)
Mostra de cinema (Re)Visões da Relação entre Estado e Desenvolvimento no Brasil

10h30 às 12h30 - Lançamento de boletim: Estado, Instituições e Democracia nº 1
Mostra de cinema (Re)Visões da Relação entre Estado e Desenvolvimento no Brasil

14h30 às 16h30 - Lançamento de livro: A Reinvenção do Planejamento Governamental no Brasil - Diálogos para o Desenvolvimento (volume 4)
Mostra de cinema (Re)Visões da Relação entre Estado e Desenvolvimento no Brasil

16h30 às 18h30 - Lançamento de relatório: Custo Unitário do Processo de Execução Fiscal
Mostra de cinema (Re)Visões da Relação entre Estado e Desenvolvimento no Brasil

25 de novembro (sexta-feira)

8h30 às 10h30 - Lançamento de livro: Burocracia e Ocupação no Setor Público Brasileiro - Diálogos para o Desenvolvimento (volume 5)
Mostra de cinema (Re)Visões da Relação entre Estado e Desenvolvimento no Brasil

10h30 às 12h30 - Lançamento de livro: Complexidade e Desenvolvimento - Diálogos para o Desenvolvimento (volume 3)
Mostra de cinema (Re)Visões da Relação entre Estado e Desenvolvimento no Brasil

EIXOS

ESTRUTURA TECNOPRODUTIVA INTEGRADA E REGIONALMENTE ARTICULADA

O entendimento de que o desenvolvimento de um país soberano não pode prescindir de uma estrutura produtivo-tecnológica avançada traz como imperativo a valorização da pesquisa e desenvolvimento em C&T. Essa dimensão do desenvolvimento abrange temas de organização produtiva, economia regional, e inclui aspectos referentes à estrutura produtiva e à política de Ciência & Tecnologia, Pesquisa & Desenvolvimento, inovação e competitividade.

ESTRUTURA TECNOPRODUTIVA INTEGRADA E REGIONALMENTE ARTICULADA

PAINEL - Brasil-China: Desafios estratégicos - sala Gustavo Capanema

24 de novembro (quinta-feira), às 9h

O comércio exterior brasileiro nos últimos dez anos aumentou de aproximadamente US\$ 110 bilhões no início da década para nada menos do que US\$ 383 bilhões em 2010. Um dos principais fatores de aceleração deste movimento reside na dinâmica de fluxos comerciais entre Brasil-China. Ao mesmo tempo, os investimentos chineses no Brasil já ultrapassam o patamar dos US\$ 13 bilhões. São apenas dois indicadores de relações privilegiadas que se vêm estabelecendo entre as economias destas duas nações. E que se projetam em convergências importantes na política internacional, no intercâmbio científico e cultural e noutras dimensões da sua convivência nesta nova quadra do desenvolvimento mundial.

- Fernando Pimentel Puga, Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES)
- Carlos Lessa, professor emérito da Universidade Federal do Rio de Janeiro
- Qiu Xiaoqi, embaixador da China no Brasil
- Affonso Celso de Ouro-Preto, Instituto Brasileiro de Estudos de Concorrência, Consumo e Comércio Internacional
- Alexandre Palhano Corrêa, Petrobras

Mediador: Carlos Eduardo Fernandez da Silveira, diretor de Políticas Setoriais de Inovação, Regulação e Infraestrutura do Ipea

MESAS

23 de novembro (quarta-feira)

14h30 às 16h30 - Propriedade Intelectual - sala 29: Joaquim Nabuco

Os palestrantes discorrerão sobre os seguintes temas: cenário atual do patenteamento brasileiro; aspectos políticos da propriedade intelectual, internacionalização do direito de patentes e propriedade intelectual na área da saúde.

- André Mello e Souza, técnico de Planejamento e Pesquisa do Ipea
- Álvaro Dias, assessor regional da CEPAL
- Maria Marinho, professora do Centro Universitário de Brasília (Uniceub)

Mediadora: Graziela Ferrero Zucoloto, técnica de Planejamento e Pesquisa do Ipea

16h30 às 18h30 - Lançamento do livro: *Inovação tecnológica no setor elétrico brasileiro: uma avaliação do programa de P&D regulado pela ANEEL* - sala 29: Joaquim Nabuco

A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) estabeleceu, no âmbito da Lei nº 9.991/2000, um programa de P&D que, entre 2000 e 2007, mobilizou recursos da ordem de R\$ 1,42 bilhão em mais de 2,4 mil projetos. A análise dos impactos e resultados desse programa motivou, em 2010, o estabelecimento

de um convênio entre a Agência e o Ipea. Essencialmente, buscou-se avaliar a abrangência da rede de pesquisa formada pelo programa e seus impactos de natureza quantitativa e qualitativa. Além disso, analisaram-se, brevemente, as tendências de inovação no setor elétrico.

- Máximo Pompermayer, superintendente de Pesquisa & Desenvolvimento e Eficiência Energética da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel)
- Sidney Martini, professor da Universidade de São Paulo

Mediador: Luiz Ricardo Mattos Teixeira Cavalcante, técnico de Planejamento e pesquisa do Ipea

24 de novembro (quinta-feira)

8h30 às 10h30 - Indústria de Defesa - sala 31: Josué de Castro

Em um momento em que decisões governamentais de amplo reequipamento militar e de incentivo a indústria se somam a decisões empresariais de realização de investimentos no setor, algumas questões merecem ser discutidas, pelo interesse para os que estão envolvidos com o tema da indústria de defesa no Brasil, sejam estes empresários, militares, técnicos do governo, parlamentares ou acadêmicos.

- Carlos Afonso Pierantoni Gambôa, vice-presidente executivo da ABIMDE
Gen. Brigada Aderico Visconde Pardi Mattioli, secretário de Produtos de Defesa do Ministério da Defesa
- Rodrigo Fracalossi Moraes, técnico de Planejamento e Pesquisa do Ipea
- Brig. Ar. Carlos Almeida Batista Junior, coordenador do projeto Aeronave de Combate
- Ozires Silva, reitor da Unimontes

Mediadora: Flávia de Holanda Schmidt, técnica de Planejamento e Pesquisa do Ipea

10h30 às 12h30 - Análise de Impacto regulatório: métodos e práticas - sala 31: Josué de Castro

Análise de Impacto Regulatório (AIR) é uma prática relativamente recente e destinada a conferir maior eficácia à atuação de entes públicos. Esta mesa apresenta os fundamentos da AIR e revisa algumas experiências que agências reguladoras brasileiras já acumularam na área, dando especial destaque à Agência Nacional do Petróleo (ANP) e Agência Nacional de Transportes Terrestres (ANTT).

- Humberto Bettini, bolsista do Ipea
- Nara Kohlsdorf, coordenadora do Departamento de Política regulatória da Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República

Mediador: Fabiano Pompermayer, técnico de Planejamento e Pesquisa do Ipea

16h30 às 18h30 - A Heterogeneidade Estrutural e suas implicações - sala 32: Lélia Gonzales

A heterogeneidade das estruturas produtivas (Heterogeneidade Estrutural) e seus impactos no desenvolvimento econômico voltam a fazer parte da pauta de estudos que buscam entender os processos de desenvolvimento. A proposta da mesa é construir um debate em torno das implicações recíprocas da HE com diversos outros aspectos da realidade sócio-econômica brasileira, tais como a formação de mão-de-obra qualificada, a informalidade, a pobreza, a qualidade do trabalho, etc.

- **Marcio Guerra Amorim**, gerente-adjunto de Estudos e Prospectiva da Diretoria de Educação e Tecnologia (SENAI)
- **Carlos Mussi**, diretor do escritório no Brasil da CEPAL
- **Sergel Soares**, técnico de Planejamento e Pesquisa do Ipea
- **Alexandre Barbosa**, gerente do Centro de Estudos sobre Tecnologias de Informação e Comunicação (CETI)
- **Antonio Everton Chaves Junior**, economista da Confederação Nacional do Comércio (CNC)
- **Sergio Nunes de Souza**, diretor do Departamento de Micro, Pequenas e Médias Empresas (MDIC)

Mediador: Mauro Oddo Nogueira, técnico de Planejamento e Pesquisa do Ipea

25 de novembro (sexta-feira)

10h30 às 12h30 - Há escassez de mão de obra qualificada no Brasil? - sala 31: Josué de Castro

A insistência em falar de "escassez de mão de obra qualificada" deixa de lado uma questão mais sensível: a das mudanças em curso nas estruturas de emprego. Reconfigurações do sistema produtivo brasileiro e a correspondente adoção de novos padrões de organização da produção e do trabalho provocam inevitáveis desajustes entre os requerimentos desse sistema e as disponibilidades de força de trabalho. Daí indagar-se quais políticas públicas seriam mais efetivas para enfrentá-los.

- **Aguinaldo Nogueira Maciente**, técnico de Planejamento e Pesquisa do Ipea
- **Jefferson de Oliveira Gomes**, gerente executivo de Inovação e Tecnologia do SENAI
- **João Sabóia**, professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)
- **Paulo Meyer nascimento**, técnico de Planejamento e Pesquisa do Ipea

Mediador: Divonzir Arthur Gusso, técnico de planejamento e pesquisa do Ipea

Espaço do eixo

23 de novembro (quarta-feira)

14h30 às 16h30 - Lançamento de Texto para Discussão: *Desafios e Oportunidades para uma indústria espacial emergente: o caso do Brasil*

16h30 às 18h30 - Lançamento de livro: *O Núcleo Tecnológico da Indústria Brasileira* (volumes 1 e 2)

24 de novembro (quinta-feira)

16h30 às 18h30 - Apresentação de boletim: *Radar: tecnologia, produção e comércio exterior* nº 16

25 de novembro (sexta-feira)

8h30 às 10h30 - Lançamento de Texto para Discussão: *Rodovias Brasileiras: políticas públicas, investimentos, concessões e tarifas de pedágio*

10h30 às 12h30 - Lançamento de livro: *Impactos Tecnológicos sobre a Demanda por Trabalho no Brasil*

EIXOS

INFRAESTRUTURA ECONÔMICA, SOCIAL E URBANA

Nesse eixo, têm destaque a atualização da matriz energética brasileira e a expansão adequada da infraestrutura econômica e social do país. Todos os modais de transportes, fontes energéticas e telecomunicações – e as interconexões existentes entre tais dimensões – complementam o esquadro da infraestrutura econômica e social necessária ao desenvolvimento nacional.

INFRAESTRUTURA ECONÔMICA, SOCIAL E URBANA

PAINEL - Os desafios do desenvolvimento regional brasileiro - sala Gustavo Capanema

24 de novembro (quinta-feira), às 14h30

Dentro de uma abordagem que privilegia a dimensão do território, o Brasil pode ser compreendido como um sistema de regiões tanto para fins heurísticos como para fins práticos de discussão e implantação de políticas públicas. A compreensão adequada de cada uma dessas regiões e, sobretudo, a capacidade de integrá-las num todo que faça sentido funcionalmente é o desafio de desenvolvimento regional que se apresenta para os brasileiros.

- Sergio Duarte de Castro, secretário de Políticas de Desenvolvimento Regional (Ministério da Integração Nacional)
- Helena Maria Martins Lastres, secretária de Arranjos Produtivos e Inovativos e Desenvolvimento Local e Regional do BNDES
- Walter Barelli, conselheiro do Ipea

Mediador: Francisco de Assis Costa, diretor de Estudos e Políticas Regionais, Urbanas e Ambientais do Ipea

MESAS

23 de novembro (quarta-feira)

14h30 às 16h30 - História e estruturação das regiões brasileiras: trajetórias históricas das regiões brasileiras - formação e desenvolvimento recente - sala 19: Eugênio Gudin

Com base em fontes até então inexploradas, a pesquisa contemporânea em história econômica tem fornecido novas visões sobre a questão regional no Brasil. O objetivo da mesa é apresentar e discutir a formação regional brasileira a partir dessas pesquisas, ressaltando os pontos de convergência e divergência em relação às abordagens tradicionais.

- Angelo Alves Carrara, professor da Universidade Federal de Juiz de Fora
- Renato Leite Marcondes, professor da Universidade de São Paulo
- Luiz Paulo Ferreira Noguerol, professor da Universidade de Brasília

Mediador: Leonardo Monasterio técnico de Planejamento e Pesquisa do Ipea

16h30 às 18h30 - História e estruturação das regiões brasileiras: padrões de crescimento e desenvolvimento regional - teorias e evidências no Brasil - sala 23: Gilberto Freyre

O objetivo desta mesa é debater tanto em termos teóricos quanto empíricos os modelos e padrões de crescimento, sua distribuição e impacto territoriais no país. Diante do novo ciclo de crescimento da economia brasileira, uma questão a ser posta é de quais serão os efeitos sobre distribuição espacial da atividade no país neste novo padrão de crescimento?

- Claudio Amitrano, técnico de Planejamento e Pesquisa do Ipea

- Guilherme Resende, técnico de Planejamento e Pesquisa do Ipea
- Sabino Porto, professor da Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Mediador: Bruno de Oliveira Cruz, técnico de Planejamento e Pesquisa do Ipea

Caracterização do Turismo no Brasil e regiões - sala 24: Guerreiro Ramos

Serão apresentadas estatísticas sobre o perfil dos ocupados no turismo no Brasil e regiões, tais como gênero, faixa etária, remuneração, massa salarial, tempo de serviço no emprego, tamanho do estabelecimento onde trabalha, horas contratuais; remuneração x gênero, escolaridade, tempo de serviço, etc.

- Margarida Hatem Pinto Coelho, técnica da Codeplan (Companhia de Planejamento do Distrito Federal), cedida ao Ipea
- Vinícius Lages, gerente da Unidade de Atendimento Coletivo de Serviços do Sebrae
- Neiva Aparecida Duarte, coordenadora de Estudos e Pesquisas do Ministério do Turismo

Mediadora: Patrícia Alessandra Morita, técnica de Planejamento e Pesquisa do Ipea

24 de novembro (quinta-feira)

8h30 às 10h30 - Padrões de regionalização do Brasil: dimensão urbana - sala 29: Joaquim Nabuco

Se e como o urbano e as cidades organizam ou, por ventura, comandam o território e as áreas complementares. (b) Em que medida se observam os transbordamentos da dinâmica urbana no restante da região. Intenciona-se discutir a ênfase da dimensão urbana na estruturação do espaço regional, em detrimento de uma rede urbana que articula hierarquias entre cidades e regiões. (c) É possível que a dimensão urbana forneça elementos centrais para a construção do diagnóstico regional e que ações preferencialmente urbanas são capazes de dinamizar a região como um todo?

- Clélio Campolina Diniz, reitor da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)
- Rosa Maria Moura da Silva, Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (Ipardes)

Mediador: Bernardo Furtado, técnico de Planejamento e Pesquisa do Ipea

Mobilidade urbana em Cidades Históricas - sala 30: José Bonifácio

O objetivo da mesa é debater sobre os desafios encontrados na formulação de políticas públicas de desenvolvimento urbano no atendimento aos direitos de ir e vir em cidades históricas protegidas. Busca-se ter um panorama geral sobre os programas e planos em andamento e quais as possibilidades de avançar no tema em busca de espaços urbanos qualificados, universalmente acessíveis e integrados ao tecido urbano.

- Carlos Henrique Ribeiro de Carvalho, técnico de Planejamento e Pesquisa do Ipea
- George Alex da Guia, coordenador nacional do Programa de Mobilidade e Acessibilidade em Cidades Históricas do Iphan
- Renato Boareto, diretor de Mobilidade Urbana do Instituto de Energia e Meio Ambiente

- Silvia Zanirato, Universidade de São Paulo (USP)
- Ernesto Galindo, técnico de Planejamento e Pesquisa do Ipea
- Vicente Neto, técnico de Planejamento e Pesquisa do Ipea

Mediadora: Maria da Piedade Moraes, técnica de Planejamento e Pesquisa do Ipea

10h30 às 12h30 - Padrões de regionalização do Brasil: dimensão rural - sala 29: Joaquim Nabuco

O setor rural, quando analisado desde o ponto de vista da sua integração regional, apresenta especificidades que o distinguem de uma abordagem urbana e mesmo regional em senso estrito. Em um país onde o setor tem a importância econômica e populacional que desfruta no Brasil, compreender essas especificidades é estratégico para compreender o todo nacional.

- José Sidnei Gonçalves, Instituto de Economia Agrícola
- Pedro Abel Vieira Junior, Embrapa SNT

Mediador: Francisco de Assis Costa – diretor de Estudos e Políticas Regionais, Urbanas e Ambientais do Ipea

Economia do Distrito Federal e Entorno: análise e perspectivas - sala 30: José Bonifácio

A mesa tem por finalidade apresentar algumas investigações sobre a economia do DF e as relações de dependência espacial com as cidades do entorno. A partir de pesquisas amostrais, que permitem construir o perfil socioeconômico do DF e entorno, a Companhia de Desenvolvimento do Distrito Federal (Codeplan) discutirá algumas diretrizes para o desenvolvimento da região geoeconômica de Brasília. Essa discussão será enriquecida com o desenho econômico da região traçado pela ótica da Superintendência de Desenvolvimento do Centro-Oeste (Sudeco).

- Júlio Miragaya, diretor de Gestão da Informação da Codeplan
- Iraci M. D. Moreira Peixoto, gerente de Estudos e Pesquisas Socioeconômicas da Codeplan
- Marcelo Dourado, superintendente da Sudeco
- Benny Schvarsberg, professor da Universidade de Brasília (UnB)

Mediador: Carlos Wagner de Albuquerque Oliveira, técnico de Planejamento e Pesquisa do Ipea

14h30 às 16h30 - Padrões de regionalização do Brasil: configurações urbano-rurais - sala 29: Joaquim Nabuco

- Roberto Luis de Melo Monte-Mór, Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)
- Jair do Amaral Filho, professor da Universidade Federal do Ceará (UFC)

Cidades de fronteira - sala 36: Maria Regina Nabuco

Cidades localizadas em regiões fronteiriças apresentam uma dinâmica muito particular tanto do ponto de vista econômico como da integração regional com as localidades circunvizinhas. Essas particularidades merecem uma atenção especial por parte dos pesquisadores.

- Lorrine Santos Vaccari, Prefeitura de São José dos Pinhais (Paraná)

- Tito Carlos Machado, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
- Luciano Stremel Barros, Associação Brasileira de Combate à Falsificação

16h30 às 18h30 - Entre o local e o global, o regional e o nacional: as escadas do desenvolvimento brasileiro - crescimento nacional e sistemas regionais, cadeias e redes-escalas - sala 29: Joaquim Nabuco

- Constantino Cronemberger Mendes, técnico de Planejamento e Pesquisa do Ipea
- Leandro Couto, gestor do Ministério do Planejamento
- Mauricio Albuquerque, Economista Ministério do Desenvolvimento Agrário
- Bernardo Alves, técnico de Planejamento e Pesquisa do IPEA

Mediador: Ronaldo Ramos Vasconcellos, técnico em Planejamento e Pesquisa do Ipea

Mobilidade urbana : planejamento, financiamento e impactos ambientais - sala 30: José Bonifácio

A proposta dessa atividade é apresentar quatro estudos sobre transporte e mobilidade urbana realizados pelo Ipea. São estudos que buscam analisar as vantagens de se ter uma integração entre o planejamento das cidades e seu sistema de mobilidade urbana; refletir sobre o papel da gratuidade dos idosos no transporte público e seus efeitos sobre no longo prazo; investigar o papel desempenhado pela CIDE como fonte de financiamento do transporte urbano; e discutir os impactos ambientais gerados pelo transporte urbano.

- Antonio Nelson Rodrigues da Silva, professor da Universidade de São Paulo
- Carlos Henrique Ribeiro de Carvalho, técnico de Planejamento e Pesquisa do Ipea
- Vicente Correia Lima Neto, técnico de Planejamento e Pesquisa do Ipea
- Ernesto Pereira Galindo, técnico de Planejamento e Pesquisa do Ipea
- Rafael Henrique Moraes Pereira, técnico de Planejamento e Pesquisa do Ipea

Localização dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio na escala subnacional - sala 31: Josué de Castro

Apresentação de experiências nacionais e internacionais relacionadas à Relatoria e Advocacy dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM). A mesa inicia-se com a apresentação da estratégia do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) para o ODMs no Brasil e no mundo. Seguem-se as iniciativas ODM capitaneadas pela Presidência da República: Prêmio ODM Brasil e o Movimento de Municipalização das Metas do Milênio. Ao final são apresentados três relatórios estaduais de Acompanhamento dos ODM (São Paulo, Goiás e Pará).

- Jorge Chediek, representante residente do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) no Brasil
- Wagner Caetano, secretário nacional de Estudos e Pesquisas Político-Institucionais da Secretaria Geral da Presidência da República
- Maria Paula Ferreira, chefe da Divisão de Indicadores da Fundação Seade
- Lucelena Fátima de Melo e Lilian Prado, Superintendência de Estatísticas, Pesquisa e Informação Socioeconômica da SEPLAN/Goiás
- Geovana Ralol Pires, Instituto de Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental do Pará (IDESPA)

Mediadora: Maria da Piedade Moraes, técnica de Planejamento e Pesquisa do Ipea

Impactos sociais das obras da Copa de 2014 - sala 36: Maria Regina Nabuco

25 de novembro (sexta-feira)

8h30 às 10h30 - Entre o local e o global, o regional e o nacional: as escalas do desenvolvimento brasileiro - Desenvolvimento regional, multipolaridade e segmentação - clustering, APLs e economias locais - sala 29: Joaquim Nabuco

Compreender o desenvolvimento econômico brasileiro, a partir de uma ótica regional, passa por uma discussão da interface dessa dimensão com as ferramentas que informam as regionalizações possíveis do território.

- Luiz Muller, Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
- Élson Luciano Silva Pires, professor da, Universidade Estadual de São Paulo (Unesp)
- Marcos Otávio Bezerra Prates, diretor do Departamento de Indústrias Intensivas em Mão de Obra e Recursos Naturais do MDIC
- Laércio Matos Ferreira, Banco do Nordeste

Mediador: Miguel Matteo, diretor-adjunto de Estudos e Políticas Regionais, Urbanas e Ambientais do Ipea

10h30 às 12h30 - Entre o local e o global, o regional e o nacional: as escalas do desenvolvimento brasileiro - Economias baseadas em biomas - serviços ambientais no Brasil hoje e amanhã - sala 29: Joaquim Nabuco

- Ricardo Melamed, Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação
- Sven Wunder, Centro para Pesquisa Florestal Internacional
- Carlos Klink, Corporação de Finanças Internacionais

Mediador: Gustavo Luedemann, técnico de Planejamento e Pesquisa do Ipea

Espaço do eixo

25 de novembro (sexta-feira)

10h30 às 12h30 - Lançamento de livro: Economia Regional e Urbana: teorias e métodos com ênfase no Brasil!

EIXOS

MACROECONOMIA PARA O DESENVOLVIMENTO

O movimento das forças de mercado, por si só, não é capaz de levar economias capitalistas a situações socialmente ótimas de emprego, geração e distribuição de renda. Dessa maneira, o pleno emprego dos fatores produtivos passa a ser possível apenas por um manejo de políticas públicas que articule os diversos atores sociais em torno de um projeto de desenvolvimento nacional sustentável e includente.

MACROECONOMIA PARA O DESENVOLVIMENTO

PAINEL - Novo padrão de desenvolvimento: mudanças, limites e contradições - sala Heitor Villa-Lobos

24 de novembro (quinta-feira), às 16h

O painel pretende discutir com alguns dos mais renomados especialistas brasileiros as características centrais do atual padrão de desenvolvimento socioeconômico brasileiro. Existe um novo modelo brasileiro? Quais são os principais entraves ao desenvolvimento e as propostas para superação?

- Luiz Gonzaga Belluzzo, conselheiro do Ipea
- Luiz Carlos Bresser Pereira, conselheiro do Ipea
- Clélio Campolina Diniz, reitor da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)
- Teotonio dos Santos, professor emérito da Universidade Federal Fluminense (UFF)

Mediadora: Vanessa Pretrelli, diretora de Estudos e Políticas Macroeconômicas

MESAS

23 de novembro (quarta-feira)

14h30 às 16h30 - Conjuntura da Economia Brasileira - sala 32: Lélia Gonzales

A mesa, composta por representantes de importantes segmentos da economia nacional, debaterá a conjuntura econômica do país, principalmente as variáveis que têm impactado na atual desaceleração da economia, e seus reflexos para o crescimento econômico e o desenvolvimento do país.

- Flávio Castelo Branco, gerente executivo de política econômica da Confederação Nacional da Indústria (CNI)
- Adhemar Mineiro, assessor da direção técnica do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese)
- Rubens Sardenberg, diretor de Economia da Febraban
- Luiz Carlos Prado, presidente do Centro Internacional Celso Furtado

Mediator: Roberto Messenberg, técnico de Planejamento e Pesquisa do Ipea

16h30 às 18h30 - Crise e Instabilidade no modelo capitalista: rebatimentos para o Brasil - sala 19: Eugênio Gudin

Os participantes da mesa analisarão as origens e reflexos da atual crise econômica mundial, que tem provocado duras medidas por todo o mundo, principalmente na Europa, além de amplas manifestações sociais. Receberá destaque o impacto desses ajustes para a economia brasileira.

- Carlos Mussi, diretor do escritório da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (Cepal) no Brasil
- Franklin Serrano, professor do Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)
- Ricardo Carneiro, professor do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp)

Mediator: Claudio Amitrano, diretor-adjunto de Estudos e Políticas Macroeconômicas do Ipea

24 de novembro (quinta-feira)**8h30 às 10h30 - Tributação e equidade - sala 34: Manoel Bonfim**

Quais são os números mais recentes da carga tributária brasileira e como estes últimos têm evoluído ao longo dos anos? Como tornar o sistema tributário brasileiro mais justo? Como anda o debate sobre a reforma tributária no Congresso? Possíveis respostas a estas perguntas serão discutidas nesta mesa.

- Arthur Henrique, presidente nacional da Central Única dos Trabalhadores (CUT)
- Esther Bemerguy de Albuquerque, secretária do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES)
- Claudio Puty, deputado federal (PT/PA)
- Rodrigo Orair, técnico de Planejamento e Pesquisa do Ipea
- Eduardo Stranz, Consultor da Confederação Nacional dos Municípios (CNM)

Mediador: Raphael Gouvêa, técnico de Planejamento e Pesquisa do Ipea

10h30 às 12h30 - Finanças públicas e o atendimento às demandas da cidadania - sala 34: Manoel Bonfim

Quais bens públicos têm sido demandados pelos brasileiros em sucessivas eleições democráticas? Quanto custa atender estas demandas e em quanto tempo? Quais prioridades da cidadania têm sido mais bem atendidas pelos governantes? Quais as carências mais gritantes de gastos públicos? Possíveis respostas a estas perguntas serão discutidas nesta mesa.

- Fernando de Holanda Barbosa Filho, pesquisador da Fundação Getúlio Vargas (FGV)
- Geraldo Biasoto Jr., diretor-executivo da Fundação do Desenvolvimento Administrativo (Fundap)
- Francisco Lopreato, professor da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp)
- Claudio Hamilton, técnico de Planejamento e Pesquisa do Ipea

Mediador: Marcio Bruno Ribeiro, técnico de Planejamento e Pesquisa do Ipea

Salário Mínimo e desenvolvimento - sala 32: Lélia Gonzales

- Representante da Central Única dos Trabalhadores (CUT)
- Representante da Força Sindical
- Representante da Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB)
- Representante da Central Geral dos Trabalhadores do Brasil (CGTB)
- Representante da União Geral dos Trabalhadores (UGT)
- Representante da Nova Central Sindical dos Trabalhadores (NCST)

Mediador: José Silvestre, coordenador de Relações Sindicais do DIEESE

25 de novembro (sexta-feira)**8h30 às 10h30 - Câmbio e desindustrialização - sala 34: Manoel Bonfim**

A mesa discutirá a relação entre a atual tendência da taxa de câmbio e a hipótese de desindustrialização da

economia brasileira. Serão apresentados e discutidos indicadores de produção, emprego, produtividade, exportações, importações, entre outros, relativos à indústria de transformação brasileira vis-à-vis a taxa de câmbio.

- David Kupffer, da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)
- Fernando Sarti, diretor do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp)

Mediador: Gabriel Squeft, técnico Planejamento e Pesquisa do Ipea

10h30 às 12h30 - Sistema financeiro e desenvolvimento - sala 34: Manoel Bonfim

A mesa analisará as formas de atuação dos diferentes componentes do sistema financeiro no Brasil e sua relação com o financiamento do desenvolvimento. Como operam os bancos públicos? De que forma bancos privados, nacionais ou estrangeiros, auxiliam o processo de desenvolvimento? E o mercado de capitais?

- Marco Aurélio Crocco, diretor executivo da Fundação de Desenvolvimento da Pesquisa da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)
- Elcio Gomes Rocha, economista-chefe do Banco do Brasil
- Emani Torres, professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

Mediador: Miguel Bruno, técnico de Planejamento e Pesquisa do Ipea

Espaço do eixo

23 de novembro (quarta-feira)

14h30 às 16h30 - Exibição de vídeo: *Estabilidade de preços, ajustamento externo e crescimento econômico no Brasil*

16h30 às 18h30 - Lançamento de livro: *Ecos do Desenvolvimento*

24 de novembro (quinta-feira)

8h30 às 10h30 - Exibição de vídeo: *Bancos públicos e o recente ciclo de expansão de crédito no Brasil*

10h30 às 12h30 - Exibição de vídeo: *Resultado estrutural e impulso fiscal: uma aplicação para as administrações públicas no Brasil*

14h30 às 16h30 - Lançamento da edição especial do livro Desenvolvimento e Igualdade, homenagem à Maria da Conceição Tavares

16h30 às 18h30 - Exibição de vídeo: *A Dinâmica da inflação brasileira: Considerações a partir da desagregação do IPCA*

25 de novembro (sexta-feira)

8h30 às 10h30 - Exibição de vídeo: *Macroeconomia para o desenvolvimento: uma agenda de pesquisa*

10h30 às 12h30 - Exibição de vídeo: *Economia Financeira aplicada ao estudo de políticas públicas*

EIXOS
INSERÇÃO INTERNACIONAL
SOBERANA

Uma nação, para entrar em rota sustentada de desenvolvimento, deve necessariamente dispor de autonomia elevada para decidir acerca de suas políticas internas e também daquelas que envolvem o relacionamento com outros países e povos. Para tanto, deve buscar independência e mobilidade econômica, financeira, política e cultural, visando desenhar sua própria história.

INSERÇÃO INTERNACIONAL SOBERANA

PAINEL - Os rumos da América Latina - sala Gustavo Capanema

25 de novembro (sexta-feira), às 9h

O objetivo do painel é discutir a inserção internacional da América Latina, num mundo em que o eixo da acumulação de capital se desloca cada vez mais em direção à Ásia. Qual o papel a ser desempenhado pelos países latino-americanos nessa nova divisão internacional do trabalho. Serão apenas fornecedores de minerais e alimentos ou ainda é possível uma integração regional que viabilize a manutenção de uma estrutura industrial minimamente competitiva?

- Antônio Prado, secretário executivo-adjunto da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe
- Samuel Pinheiro Guimaraes, alto representante-geral do Mercosul
- Moira Paz Estenssoro, Corporação Andina de Fomento

Mediador: Marcos Antonio Macedo Cintra, diretor de Estudos e Relações Econômicas e Políticas Internacionais do Ipea

MESAS

23 de novembro (quarta-feira)

14h30 às 16h30 - A integração da América do Sul no contexto da crise mundial - sala 21: Florestan Fernandes

- Fernando Porta, Univ. Nacional de Buenos Aires e Univ. Paris-Nord
- David Lemor Bezdín - Univ. San Ignacio de Loyola
- Mario Antonio Yaffar de La Barra, vice-presidente da Câmara Nacional de Industriales de Bolivia
- Juan Carlos Gómez Layton, Universidad de Chile

Mediador: Abelardo Daza, economista da Corporação Andina de Fomento

16h30 às 18h30 - A Integração da América do Sul no Contexto da Crise Mundial - sala 21: Florestan Fernandes

- Adriana Rocio Cadena Cancino, Univ. Autónoma de Colombia
- Héctor Constant Rosales, negociador venezuelano no Mercosul
- Lucas Arce, Centro de Análisis y Difusión de la Economía Paraguaya
- Yucatán Reis, representante da Guiana

Mediador: José Carlos de Assis, Universidade Federal da Paraíba

24 de novembro (quinta-feira)

8h30 às 10h30 - Cooperação Brasileira para o Desenvolvimento Internacional - sala 35: Manoel Correia de Andrade

- Carlos Oiti, Ministério da Ciência, Tecnologia & Inovação

Mediador: João Brígido Bezerra Lima, técnico de Planejamento e Pesquisa Ipea

10h30 às 12h30 - A Rússia vinte anos após o fim da URSS: sistemas político e econômico - sala 21: Florestan Fernandes

- Angelo Segrillo, Universidade de São Paulo
- Lenina Pomeranz, Universidade de São Paulo

Mediador: André Pineli Alves, técnico de Planejamento e Pesquisa do Ipea

14h30 às 16h30 - Desafios ao comércio internacional - sala 35: Manoel Correia de Andrade

- Renato Coelho Baumann das Neves, técnico de Planejamento e Pesquisa do Ipea
- Vera Helena Thorstensen, Fundação Getúlio Vargas

Mediador: Ivan Tiago Machado Oliveira, técnico de Planejamento e Pesquisa do Ipea

25 de novembro (sexta-feira)

8h30 às 10h30 - A China na Nova Configuração Global - sala 35: Manoel Correia de Andrade

- Alexandre de Freitas Barbosa, Universidade de São Paulo (USP)
- Marcelo Nonnemberg, técnico de Planejamento e Pesquisa do Ipea

Mediador: Eduardo Costa Pinto, técnico de Planejamento e Pesquisa do Ipea

**10h30 às 12h30 - Internacionalização de Empresas: Experiências Internacionais Selecionadas
Lançamento do Livro: *Internacionalização de Empresas: Experiências Internacionais Selecionadas* - sala 20: Evaristo de Moraes**

- Luis Afonso Fernandes Lima, Sociedade Brasileira de Estudos de Empresas Transnacionais e da Globalização Econômica
- Welber Barral, Brazil Industries Coalition
- Elton Jony Jesus Ribeiro técnico de Planejamento e Pesquisa do Ipea

Mediadora: Luciana Acioly, técnica de Planejamento e Pesquisa do Ipea

Espaço do eixo**24 de novembro (quinta-feira)**

16h30 às 18h30 - Lançamento de boletim: *Boletim de Economia e Política Internacional (BEPI)* nº 8

LANÇAMENTO DE LIVROS**23 de novembro (quarta-feira)**

14h30 às 16h30 - Lançamento do Anuário do Fórum Brasileiro de Segurança Pública - sala 27: Ignácio Rangel

16h30 às 18h30 - Reflexões sobre o desenvolvimento brasileiro - a contribuição de Antonio Barros de Castro e lançamento do livro *Antonio Barros de Castro: o inconformista* - sala 22: Getúlio Vargas

24 de novembro (quinta-feira)

10h30 às 12h30 - Lançamento do livro *Brasil democrático: Comunicação e desenvolvimento* - sala 27: Ignácio Rangel

17h às 19h - Lançamento do livro *Bioética em debate: aqui e lá fora* - sala 27: Ignácio Rangel

- Swedenberger Babosa, secretário-executivo adjunto da Secretaria-Geral da Presidência da República
- Volnei Garrafa, representante brasileiro no Comitê Internacional de Bioética da UNESCO
- José Geraldo de Sousa Junior, reitor da Universidade de Brasília (UnB)

ÁREAS TEMÁTICAS - Gestão Pública**MESAS****23 de novembro (quarta-feira)**

14h30 às 16h30 - Apresentação do Plano Nacional de Pós-Graduação 2011-2020 - sala 31: Josué de Castro

Apresentar à sociedade o PNPG, que pela primeira vez integrará o Plano Nacional de Educação (PNE). Debater sobre os avanços que esse plano proporcionará, além de apontar quais os pontos críticos desse processo será o norte desta discussão.

- José Fernandes Lima, Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)

Mediador: Geová Parente Farias, diretor de Desenvolvimento Institucional do Ipea

16h30 às 18h30 - Contabilidade Pública - sala 31: Josué de Castro

O objetivo desta mesa é apresentar à sociedade a Contabilidade Pública a partir da experiência de gestores da área. Serão levantados pontos como os preceitos, diretrizes, apontamentos e possíveis mudanças neste tema.

- Paulo Feijó, coordenador geral de Normas de Contabilidade aplicadas à Federação do Tesouro Nacional

Mediador: Geová Parente Farias, diretor de Desenvolvimento Institucional do Ipea

24 de novembro (quinta-feira)**8h30 às 10h30 - Programa Ciência sem fronteiras - sala 33: Luis Gama**

Apresentar os objetivos e o funcionamento do programa, que prevê o benefício de bolsas para que estudantes do Brasil possam fazer intercâmbio em outros países, além de atrair pesquisadores do exterior. O debate focará os impactos do programa no desenvolvimento nacional, perpassando por temas como o nível da educação oferecida no Brasil e os avanços que se espera na produção científica.

- Geraldo Sobrinho, chefe de gabinete da CAPES
- Roberto dos Reis Alvarez, gerente de Assuntos Internacionais da Agencia Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI)
- Jefferson de Oliveira Gomes, gerente executivo da Unidade de Inovação e Tecnologia do SENAI

Mediador: Mauro Oddo, técnico de Planejamento e Pesquisa do Ipea

10h30 às 12h30 - Gestão do Conhecimento na Administração Pública - sala 33: Luis Gama

Realizar debate sobre a importância da implementação da Gestão do Conhecimento na administração pública brasileira como forma de promover o desenvolvimento nacional.

- Ângela Amin, doutoranda do programa de pós-graduação em Engenharia e Gestão do Conhecimento da UFSC
- Maria Isabel A. S. dos Santos, doutoranda do programa de pós-graduação em Engenharia e Gestão do Conhecimento da UFSC
- Isamir Machado de Carvalho, doutoranda do programa de pós-graduação em Engenharia e Gestão do Conhecimento da UFSC
- Neri Dos Santos, professor da UFSC
- Patricia de Sá Freire, doutoranda do programa de pós-graduação em Engenharia e Gestão do Conhecimento da UFSC

Mediador: Fábio Ferreira Batista, coordenador geral de Planejamento, Gestão Estratégica e Orçamento

14h30 às 16h30 - Financiamentos a pesquisas - sala 34: Manoel Bonfim

Apresentar, à sociedade brasileira, os órgãos de fomento à pesquisa e sua forma de atuação junto às instituições e professores, além de esclarecer a estudantes e à sociedade como um todo, como ocorre o financiamento às pesquisas que norteiam as decisões tomadas no País. Fomentar no meio acadêmico a realização de pesquisas que visem o desenvolvimento nacional será o eixo desta mesa.

- Emídio Cantidio Oliveira, diretor de Programas no País da CAPES
- Guilherme Sales - diretor de Engenharia, Ciências Exatas, Humanas e Sociais do CNPq

Mediador: Geová Parente Farias, diretor de Desenvolvimento Institucional do Ipea

16h30 às 18h30 - Reforma tributária - sala 34: Manoel Bonfim

- Newton Marques - economista aposentado do Banco Central

Mediador: Carlos Roberto Paiva, técnico de Planejamento e Pesquisa do Ipea

25 de novembro (sexta-feira)

8h30 às 10h30 - QVT no Serviço Público: o que pensam os servidores? - sala 33: Luis Gama

Atualidade e importância da Qualidade de Vida no Trabalho para as organizações públicas e privadas. As características principais das abordagens de QVT. Resultados de pesquisas sobre o que pensam os trabalhadores sobre o tema e suas implicações para o alcance da missão das organizações. Ações do Programa de Qualidade de Vida no Trabalho do Ipea.

- Carla Sabrina Antioquia, professora da Universidade de Brasília (UnB)
- Rodrigo Ferreira, professor da Universidade de Brasília (UnB)
- Mário Cesar Ferreira, professor da Universidade de Brasília (UnB)

Mediadora: Helena Carla Barbosa, técnica de Planejamento e Pesquisa do Ipea

10h30 às 12h30 - Edificações sustentáveis - sala 33: Luis Gama

Manter uma rede de diálogo com outros órgãos sobre a sustentabilidade ambiental. Assim, a mesa discorrerá sobre o tema edificações sustentáveis, mas uma forma de a Administração Pública estar conectada com as demandas atuais relativas ao meio ambiente.

- Maruska Lima, diretora de Edificações da Novacap
- Luis André, consultor da Zimbres
- Prof. Lambert, professor da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

Mediador: Geová Parente Farias, diretor de Desenvolvimento Institucional do Ipea

AGRICULTURA**MESAS****23 de novembro (quarta-feira)****14h30 às 16h30 - Desenvolvimento rural, a questão agrária e meio ambiente - sala 17: Edmundo Campos Coelho**

Debater o desenvolvimento rural, a produção agropecuária e suas relações, conflitos e desafios ligados à questão agrária e ao meio ambiente no Brasil, tendo em vista a participação do Estado.

- Eliseu Alves, pesquisador da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa)
- Alfredo Homma, pesquisador da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa)
- João Pedro Stédile, secretário geral do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST)
- Carmem Helena Ferreira Foro, Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (Contag)

24 de novembro (quinta-feira)**16h30 às 18h30 - Qual o futuro da produção de Alimentos? - sala 17: Edmundo Campos Coelho**

Debater a realidade, desafios e perspectivas da produção de alimentos, destacando as dificuldades, oportunidades e cenários para o setor agrícola e para as políticas públicas de segurança alimentar.

- José Garcia Gasques, coordenador da Assessoria de Gestão Estratégica Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA)
- Walter Belik, professor da Universidade Estadual de Campinas
- Guilherme Delgado - pesquisador aposentado do Ipea
- Sílvio Porto, Companhia Nacional de Abastecimento (Conab)

GÊNERO E RACA**MESAS****23 de novembro (quarta-feira)****14h30 às 16h30 - Lançamento da 4ª Edição de Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça - sala 16: Darcy Ribeiro**

Nesta mesa será lançada a 4ª edição da publicação Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça. Fruto de uma parceria entre Ipea, ONU Mulheres, SPM e Seppir, o Retrato disponibiliza à sociedade um amplo conjunto de indicadores sociais que permitem analisar as desigualdades raciais e de gênero em doze

grandes áreas: demografia, chefia de família, educação, saúde, previdência e assistência social, trabalho, trabalho doméstico, habitação e saneamento, acesso a bens duráveis e exclusão digital, pobreza e desigualdade de renda, uso do tempo e vitimização.

- Iriny Lopes, ministra de Estado-Chefe da Secretaria de Políticas para as Mulheres
- Marcio Pochmann, presidente do Ipea
- Rebecca Rweichmann Tavares, representante da ONU
- Representante do grupo que conduziu o estudo: apresentação da publicação

16h30 às 18h30 - Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça: saúde e educação - sala 16: Darcy Ribeiro

Esta mesa discutirá, à luz dos indicadores de saúde e educação, produzidos no âmbito da 4ª edição da pesquisa Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça, alguns aspectos centrais para a compreensão dos processos de geração e perpetuação das diferenças e desigualdades entre mulheres, homens, negros/as e brancos/as nestes dois campos da vida social.

- Emanuelle Góes, pesquisadora da Universidade Federal da Bahia (UFBA)
- Edilza Sotero, pesquisadora da Universidade de São Paulo (USP)
- Marta Lobo, consultora do Ipea
- Fernanda Lopes, Fundo de População das Nações Unidas

24 de novembro (quinta-feira)**8h30 às 10h30 - Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça: vitimização - sala 16: Darcy Ribeiro**

Esta mesa discutirá, à luz dos indicadores de vitimização disponibilizados no Suplemento PNAD de 2009 e trabalhados no âmbito da 4ª edição da pesquisa Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça, alguns aspectos centrais para a compreensão de fenômenos como a violência de gênero e a violência contra jovens negros no Brasil.

- Carla Coelho de Andrade, consultora do Ipea
- Jackeline Romio, pesquisadora da Universidade de Campinas (Unicamp)
- Ana Sabóia, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)

10h30 às 12h30 - Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça: renda, pobreza e desigualdade - sala 16: Darcy Ribeiro

Esta mesa discutirá, à luz de indicadores produzidos no âmbito da 4ª edição da pesquisa Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça, alguns aspectos centrais para a compreensão dos processos de geração e perpetuação das diferenças e desigualdades de gênero e raça no que diz respeito às dimensões de pobreza e desigualdade de renda, considerando-se, ainda, as recentes estratégias adotadas pelo governo federal para o enfrentamento da extrema pobreza.

- Tatiana Dias Silva, técnica de Planejamento e Pesquisa do Ipea
- Andréa Butto, Ministério do Desenvolvimento Agrário
- Maria Inês Barbosa

14h30 às 16h30 - Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça: uso do tempo - sala 16: Darcy Ribeiro

Esta mesa discutirá, à luz dos indicadores produzidos no âmbito da 4ª edição da pesquisa Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça, questões relacionadas à desigual distribuição do tempo entre as esferas do trabalho doméstico não remunerado e do trabalho remunerado no mercado, à responsabilização feminina pelas atividades de cuidados e aos impactos que tal situação provoca sobre a vida das mulheres.

- Cristiana Luiz, Universidade de Brasília
- Lais Abramo, Organização Internacional do Trabalho (OIT)
- Vera Soares, Ministério da Ciência, Tecnologia & Inovação

16h30 às 18h30 - Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça: habitação, saneamento, acesso a bens duráveis e exclusão digital - sala 16: Darcy Ribeiro

Esta mesa discutirá, à luz dos indicadores de habitação e saneamento e de bens duráveis e exclusão digital, produzidos no âmbito da 4ª edição da pesquisa Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça, alguns aspectos centrais para a compreensão dos processos de geração e perpetuação das diferenças e desigualdades entre mulheres, homens, negros/as e brancos/as nesses campos da vida social.

- Pensilvânia Neves, coordenadora do Centro de Cidadania do Curso de Direito da Universidade Salvador

- Layla Carvalho, Universidade de Brasília (UnB)
- Ana Izabel, professora da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

25 de novembro (sexta-feira)

8h30 às 10h30 - Representação política, gênero e desenvolvimento - sala 16: Darcy Ribeiro

Nesta mesa serão lançados os resultados da pesquisa *Participação das Mulheres no Processo Eleitoral de 2010*, financiada pela Secretaria de Políticas para as Mulheres e conduzida pelo Consórcio Bertha Lutz, Integrado por pesquisadores de núcleos de pesquisa de universidades públicas, fundações universitárias e institutos de pesquisa. Os resultados apresentados abrangerão os três eixos que compõem a pesquisa, todos com enfoque de gênero: 1) comportamento, percepções e tendências do eleitorado brasileiro; 2) monitoramento das campanhas e candidaturas; e 3) monitoramento da mídia jornalística.

- José Eustáquio Diniz Alves, professor da Escola Nacional de Estatística
- Marlise Matos, professora da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)
- Jacira Melo, Instituto Patrícia Galvão
- Nina Madsen, Secretaria de Políticas para as Mulheres

14h30 às 16h30 - Lançamento do livro *Redistribuição, Reconhecimento e Representação: diálogos sobre a igualdade de gênero* - sala 16: Darcy Ribeiro

Nesta mesa será lançado o livro *Redistribuição, Reconhecimento e Representação: diálogos sobre a igualdade de gênero*, resultado de um ciclo de debates promovido pelo Ipea ao longo dos últimos dois anos. Será realizado debate entre a organizadora e duas das autoras do livro, que engloba reflexões em diversas áreas e dimensões das políticas públicas: saúde, trabalho, violência e participação política, sob a perspectiva de gênero e da igualdade entre homens e mulheres.

- Maria Aparecida Abreu, técnica de Planejamento e Pesquisa do Ipea
- Flávia Biroli, professora da Universidade de Brasília (UnB)
- Jacqueline Brigagão, professora da Universidade de São Paulo (USP)

16h30 às 18h30 - Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça: trabalho e trabalho doméstico e Lançamento do livro *Tensões e Experiências: um retrato das trabalhadoras domésticas de Brasília e Salvador* - sala 16: Darcy Ribeiro

Esta mesa discutirá, à luz de indicadores produzidos no âmbito da 4ª edição da pesquisa *Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça*, alguns aspectos centrais para a compreensão dos processos de geração e perpetuação das diferenças e desigualdades de gênero e raça no campo do trabalho e, em particular, do trabalho doméstico. Será lançado, ainda, o livro "Tensões e Experiências: um retrato das trabalhadoras domésticas de Brasília e Salvador", resultado de uma parceria estabelecida entre Cfemea, ONU Mulheres, OIT e Ipea.

- Joaze Bernardino-Costa, Universidade de Brasília (UnB)
- Mônica Oliveira, gerente de Projetos, Acompanhamento e Monitoramento de Políticas Públicas da Secretaria de Políticas Públicas e Igualdade Racial
- Maria Beatânia Ávila, SOS Corpo

Reflexões sobre o desenvolvimento

MESAS

24 de novembro (quinta-feira)

8h30 às 10h30 - Novas dinâmicas do desenvolvimento do Nordeste e o papel do financiamento - sala 22: Getúlio Vargas

Comunicação aberta e transferência - sala 22: Getúlio Vargas

Distribuição dos royalties do petróleo - mesa 35: Manoel Correia de Andrade

16h30 às 18h30 - Mobilidade Urbana Sustentável: Rodas da Paz - mesa 28: Jesus Soares Pereira

25 de novembro (sexta-feira)

8h30 às 10h30 - Desenvolvimento e Espaço: Ações, Escalas e Recursos

- Ana Clara Torres Ribeiro, presidente da ANPUR
- Aldo Paviani, Programa de Pós-Graduação em Geografia da UNB
- Flávio Villaça, Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da USP Tânia Bacelar, Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFPE
- Ester Limonad, secretária executiva da ANPUR
- Rodrigo Simões, Universidade Federal de Minas Gerais
- Roberto Luis de Melo Monte-Mór, Cedeplar

10h30 às 12h30 - O Papel das Instituições Financeiras de Fomento no Processo de Desenvolvimento do Brasil - sala 23: Gilberto Freyre

- Victor Leonardo de Araújo, técnico da Planejamento e Pesquisa do (ipea)
- Vitor Lopes, gerente de Estudos e Assessoramento Econômico da Agência de Fomento da Bahia
- Cláudio Figueiredo Leal, superintendente de Planejamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico
- Paulo de Tarso Almeida Palva, presidente do Conselho de Administração do Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais
- José Luis Oreiro, professor adjunto do Departamento de Economia da Universidade de Brasília

Ocupa o mundo: a democracia nas praças - sala 35: Manoel Correia de Andrade

O painel discutirá, para além das demandas sociais que geraram os movimentos de ocupação das praças no mundo Árabe, na Europa e, recentemente, nos EUA e no Brasil, as demandas sociais que dali advêm. Questiona-se, pois, os limites do capitalismo como modelo hegemônico de produção social e o esgotamento da crença na democracia representativa.

- Raul, movimento 15M (Espanha)
- Camila Vallejo, líder estudantil (Chile)

- Idelber Avelar, blogueiro e colunista da revista Fórum
- Vladimir Safatle, professor da USP e colunista da Folha de São Paulo
- Daniel Avelino, secretário Geral da Presidência da República

Latinidades – Festival da Mulher Afro Latino-americana e Caribenha

O Festival está em sua IV edição. O projeto foi pensado como forma de dar visibilidade ao histórico de lutas e resistência da mulher negra na América Latina e trazer temas relacionados ao machismo, racismo, sexism e superação de desigualdades, com recorte de gênero e raça. O tema do festival neste ano durante a 2º Conferência do Desenvolvimento do Ipea será Mulheres Negras no Mercado de Trabalho. O evento está inserido no calendário da ONU para o Ano Internacional dos Afrodescendentes.

MESAS

23 de novembro (quarta-feira)

16h30 às 18h30 - Desigualdades de gênero e raça no mercado de trabalho - sala 15: Cecília Westphalen

A mesa visa abordar a situação das mulheres negras no mercado de trabalho de maneira geral; apresentar dados sobre diferenças entre homens brancos (não negros), mulheres brancas, homens negros (e pardos) e mulheres negras; e trazer o histórico de lutas, conquistas e desafios postos para a igualdade racial com recorte de gênero no mercado de trabalho.

- Andrea Nice Lino Lopes, coordenadora nacional da área de atuação de promoção da igualdade do Ministério Público do Trabalho
- Neide Aparecida Fonseca, diretora do Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades (CEERT)
- Daniela Luciana Pretas Candangas

24 de novembro (quinta-feira)

10h30 às 12h30 - Trabalho doméstico - sala 15: Cecília Westphalen

Debate sobre a condição das trabalhadoras domésticas na América Latina, com dados, conceitos e legislação sobre jornada de trabalho, perfil das relações de trabalho, regulamentação e políticas públicas.

- Marcia Vasconcellos, coordenadora do Programa de Promoção da Igualdade de Gênero e Raça no Mundo do Trabalho
- Maria das Graças Santos, presidente da Associação das Donas de Casa de Golás
- Creuza Maria de Oliveira, presidente da Federação Nacional das Trabalhadoras Domésticas (FENATRAD)
- Natalia Maria Mori, integrante do Colegiado de Gestão do Centro Feminista de Estudos e Assessoria (CFEMEA)

- **Sabrina Faria, Pretas Candangas**

14h30 às 16h30 - Linhas de crédito e incentivos aos afronegócios - sala 15: Cecília Westphalen

Investimentos em negócios étnicos com protagonismo da população negra. Perspectivas e incentivos específicos. Investimentos. Reconhecimento de empreendedores e empreendedoras negros e projetos com recorte étnico racial. Capacitação/qualificação.

- **Giovanni Harvey, diretor executivo da Incubadora Afro-Brasileira**
- **Jeferson Marques da Silva, relações institucionais do Centro de Integração de Negócios (INTEGRARE)**
- **Adriana Barbosa, presidente do Instituto Feira Preta**
- **Natália Maria Alves, Nossa Coletivo Negro**

16h30 às 18h30 - Previdência Social - sala 15: Cecília Westphalen

Política previdenciária do Brasil. Políticas de proteção social, considerando especificidades de gênero e raça. Conceitos, legislação, desafios.

- **Daniel Teixeira, advogado e coordenador de Projetos do Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades (CEERT)**
- **Rogério Nagamini, Ministério da Previdência Social**
- **Uila Gabriela, Pretas Candangas**

25 de novembro (sexta-feira)**10h30 às 12h30 - Pesquisadoras negras / Mulheres negras na Comunicação - sala 15: Cecília Westphalen**

Produção intelectual, formação de pesquisadoras negras no Brasil. Importância de pesquisas em áreas de interesse específico para afrodescendentes. Formação de um mercado de trabalho para pesquisadores afrodescendentes. Experiências e desafios enfrentados por pesquisadoras negras dentro da universidade.

- **Cida Bento, coordenadora do Centro de Estudos das Relações de Trabalho e Desigualdades (CEERT)**
- **Andressa Marques, pesquisadora da Universidade de Brasília (UnB)**
- **Janaina Damasceno, doutoranda em Antropologia Social pela Universidade de São Paulo**
- **Juliana Nunes**

14h30 às 16h30 - Trabalhadoras do campo - sala 15: Cecília Westphalen

Cotidiano das mulheres negras que vivem no campo (em sua maioria pertencentes às comunidades quilombolas). Dificuldades e potenciais de trabalho. Atividades que desenvolvem em suas comunidades, divisão do trabalho entre mulheres e homens. Interfaces com o estado. Políticas públicas acessadas por essas mulheres.

- **Kátia Santos Penha, coordenadora Territorial do Etnodesenvolvimento em Economia Solidária - Comunidades Quilombola do Espírito Santo**

- Sandra Maria da Silva Andrade, coordenadora executiva da Coordenação Nacional de Articulação de Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ)
- Paula Balduíno, Pretas Candangas

Música e desenvolvimento

MESAS

23 de novembro (quarta-feira)

14h30 às 16h30 - Contexto da produção musical brasiliense - sala 14: Casimiro Montenegro Filho

A mesa tratará das mudanças significativas no mercado da produção musical brasiliense e do que a ABBR tem feito e projetado para a melhoria desse espaço nos últimos anos. Além disso, vão ser discutidas as dificuldades encontradas no mercado e as formas de se desenvolver o trabalho musical dentro do cenário nacional.

- Fábio Alexandre, vice-presidente da Associação Brasiliense de Bandas de Rock
- Engels Espíritos, coordenador do Movimento de Valorização do Músico

16h30 às 18h30 - Economia Criativa - sala 14: Casimiro Montenegro Filho

Os palestrantes falarão sobre o que é economia criativa e como ela funciona. Apresentarão ainda projetos que fazem esse setor da economia girar e gerar desenvolvimento social.

- Dirsomar Chaves, secretário de Micro e Pequena Empresa e Economia Solidária do Distrito Federal
- Geraldo Magela, secretário de Desenvolvimento Urbano e Habitação do Distrito Federal

24 de novembro (quinta-feira)

8h30 às 10h30 - Tecnologia de incubação de empresas - sala 14: Casimiro Montenegro Filho

O palestrante abordará as maiores dificuldades que os empreendimentos culturais têm para se firmar no mercado e quais são as estratégias criadas para fazer com que essas dificuldades sejam diminuídas e até eliminadas.

- Gustavo Vidigal, fundador da Incubadora de Arte e Cultura do DF

10h30 às 12h30 - Produção de bandas independentes - sala 14: Casimiro Montenegro Filho

O produtor executivo da banda Móveis Coloniais de Acaju vai falar sobre as estratégias de mercado para as bandas independentes de Brasília.

- Fabrício Ofuji, produtor da banda "Móveis Coloniais de Acajú"

14h30 às 16h30 - Produção cultural - sala 14: Casimiro Montenegro Filho

- Jeff, diretor executivo da Red Produções

16h30 às 18h30 - Produção musical - sala 14: Casimiro Montenegro Filho

25 de novembro (sexta-feira)

8h30 às 10h30 - Coletivos independentes no DF - sala 14: Casimiro Montenegro Filho

- Membros do Coletivo Lobeira
- Membros do Coletivo V

10h30 às 12h30 - Cultura do Rock em Brasília - sala 14: Casimiro Montenegro Filho

- Alex Podrão, professor de História e vocalista da banda "Detrito Federal"

Juventude e desenvolvimento

MESAS

23 de novembro (quarta-feira)

14h30 às 16h30 - PNE: Educação, desenvolvimento e trabalho - sala 13: Carlos Chagas

Tendo como referência o Plano Nacional de Educação para o decênio 2011-2020, que está em tramitação no Congresso, o debate discutirá educação e seus desdobramentos em relação a trabalho e desenvolvimento nacional.

- Angelo Vanhoni, deputado federal (PT/PR)
- Paulo Vinícius, juventude da Central dos Trabalhadores do Brasil (CTB)
- Neto, juventude do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST)
- Presidente ou Diretor da União Nacional dos Estudantes (UNE)

24 de novembro (quinta-feira)

10h30 às 12h30 - O Brasil da década à luz da crise financeira - sala 13: Carlos Chagas

Este debate propõe refletir sobre as oportunidades e desafios que o Brasil irá enfrentar no futuro próximo, tendo como parâmetro os próximos 10 anos e a atual crise financeira mundial.

- Inácio Arruda, senador (PCdoB/CE)
- Presidente ou Diretor da União Nacional dos Estudantes (UNE)

16h30 às 18h30 - Conferência Livre de Juventude - sala 13: Carlos Chagas

A Conferência Livre é um debate preparatório para a Conferência Nacional de Juventude, no qual toda e qualquer entidade pode se fazer representar e ter direito à voz, onde serão colocadas questões sobre o estatuto da juventude.

- Randolfe Rodrigues, senador (PSOL/AP)
- Manuela D'Ávila, deputada federal (PCdoB/RS)
- Representante da Secretaria de Juventude ou do Conjuve
- Presidente ou Diretor da União Nacional dos Estudantes (UNE)

25 de novembro (sexta-feira)

8h30 às 10h30 - Oficina aberta: "oficina streaming" - sala 13: Carlos Chagas

Universidade Federal De Goiás (UFG)

MESAS

25 de novembro (sexta-feira)

8h30 às 10h30 - Agronegócio e Desenvolvimento Sustentável no Cerrado - sala 36: Maria Regina Nabuco

O processo de expansão e modernização da agricultura verificado no cerrado brasileiro, a partir de meados da década de 70, conhecido como expansão da Fronteira Agrícola, ensejou o desenvolvimento do agronegócio na região. Ao longo de quase quarenta anos, esse processo modificou substancialmente a realidade da região, com incremento de renda e significativos impactos ambientais e sociais. O objetivo desta mesa é discutir este processo, considerando as vertentes econômica, social e ambiental.

- Fausto Miziara, professor da Universidade Federal de Goiás (UFG)
- Francis Lee Ribeiro, professora da Universidade Federal de Goiás (UFG)
- Manuel Eduardo Ferreira, professor da Universidade Federal de Goiás (UFG)
- Murilo José de Souza Pires, técnico de Planejamento e Pesquisa do Ipea

10h30 às 12h30 - Economia Solidária e Incubadoras de Cooperativas Populares: Inovação e tecnologia - sala 36: Maria Regina Nabuco

A Economia Solidária como inovação de alternativas da geração de trabalho e renda e inclusão social: propostas e perspectivas no contexto brasileiro. Incubação de Cooperativas Populares e sua dinâmica de transferência de tecnologias e conhecimentos.

- Roberto Marinho Alves da Silva, Secretaria de Economia Solidária do Ministério do Trabalho e Emprego
- Gonçalo Guimarães, Universidade Federal do Rio de Janeiro
- Fernando Bartholo, Universidade Federal de Goiás (UFG)
- Jorge Stroit, presidente da Fundação Banco do Brasil

Secretaria De Políticas De Promoção Da Igualdade Racial**MESAS****24 de novembro (quinta-feira)****14h30 às 16h30 - Questão Racial e Políticas Públicas no Brasil - sala 22: Getúlio Vargas**

A questão racial no Brasil renasce com o advento da luta pela democracia, a partir do final dos anos 70. O papel do movimento negro foi fundamental. Ao recolocar, na agenda política, a problemática do negro na sociedade brasileira, ativistas e intelectuais negros resgatam um tema fundamental: o racismo e seus desdobramentos na sociedade brasileira. A Seppir, bem como organismos similares em âmbito estadual e municipal são frutos desse debate. No entanto, o debate sobre o negro no Brasil tem, ultimamente, ultrapassado a perspectiva social, ganhando contornos também na esfera do debate mais amplo, sobre o desenvolvimento. E é nessa perspectiva que se molda esta mesa.

- Ivonete Carvalho
- Carlos Alberto Medeiros
- Cida Bento
- Raquel Monbelle
- Amauri Silva Mendes

16h30 às 18h30 - Questão racial e desenvolvimento brasileiro - sala 22: Getúlio Vargas

A questão racial no Brasil renasce com o advento da luta pela democracia, a partir do final dos anos 70. O papel do movimento negro foi fundamental. Ao recolocar, na agenda política, a problemática do negro na sociedade brasileira, ativistas e intelectuais negros resgatam um tema fundamental: o racismo e seus desdobramentos na sociedade brasileira. A Seppir, bem como organismos similares em âmbito estadual e municipal são frutos desse debate. No entanto, o debate sobre o negro no Brasil tem, ultimamente, ultrapassado a perspectiva social, ganhando contornos também na esfera do debate mais amplo, sobre o desenvolvimento. E é nessa perspectiva que se molda esta mesa.

- Anhamona de Brito
- Jacques D'Adesky
- Mário Theodoro
- Hélio Santos

25 de novembro (sexta-feira), às 14h30**Painel de encerramento da 2ª Conferência do Desenvolvimento:
Planejamento e desenvolvimento**

- Márcio Pochmann, presidente do Ipea
- Aristides Monteiro Neto, assessor chefe de Planejamento e Articulação Institucional do Ipea

Arena Code

Será um espaço de experimentação e de discussão com gestores públicos, pesquisadores, sociedade civil e estudantes sobre o desenvolvimento do Brasil pela ótica da Economia Criativa. O visitante da Arena Code terá acesso a sistemas desenvolvidos pelos órgãos públicos e outras entidades, e poderá utilizar a Internet para disseminar suas experiências e observações em vários pontos de acesso.

Em uma área de 1.000m², haverá "trilhas temáticas", com mostras de práticas de Indústrias criativas e de conteúdos digitais; além de oficinas de curta duração; apresentação de casos bem-sucedidos, de experimentações e debates sobre a economia da cultura com a produção de conteúdos digitais, o investimento em inovação, a educação e governo eletrônico.

MESAS

23 de novembro (quarta-feira)

14h30 - Abertura da #arenaCODE

- Márcio Pochmann, presidente do Ipea
- Cláudia Leitão, secretária de Economia Criativa do Ministério da Cultura
- Delfino Natal de Souza, secretário de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão
- José Maria Leocádio, coordenador Estratégico de Tecnologia do Serpro

15h30 - Cultura e desenvolvimento

- Cláudia Leitão, secretária de Economia Criativa do Ministério da Cultura
- Ana Fonseca, secretária extraordinária para a Superação da Extrema Pobreza (MDS)
- Chico César, músico e secretário da Cultura do Estado da Paraíba

24 de novembro (quinta-feira)

8h30 - Governo eletrônico

- André Barbosa Filho, Casa Civil
- Guido Lemos, projeto Ginga (a confirmar)
- Nelson Fujimata, secretário de Inovação do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior

Software livre

- Cesar Brod, Ministério do Planejamento
- Deivi Lopes Kuhn, Governo do Distrito Federal
- Gabriela Fonseca da Silva, SERPRO
- TV Digital – Modelo de desenvolvimento industrial interativo

- Jefferson Mello, presidente Frenavatec
- Sueli Navarro, coordenadora de Comunicação da Câmara dos Deputados
- Gabriel Priolli, Governo do Distrito Federal

Inclusão Digital

Educação Remota

10h30 - Capacitação – Empreendedorismo e Gestão

Software público e inovação tecnológica

Comunicação aberta e transparência

14h30 - Territórios Criativos

TV Digital – Marco regulatório no campo público

Segurança da informação

Dados abertos

Promoção de Negócios Criativos

16h30 - Desafios e perspectivas do PNBL

- Luiz Nelson Fernandes Vergueiro, gerente Comercial do PNBL (Telebrás)

Fomento a pesquisa e inovação

Fomento – Linha de Crédito e crowdfunding

Conteúdo Digital

- André Barbosa Filho, Casa Civil
- Ana Paula de Holanda, secretaria do Audiovisual (Minc)
- Andree Brito, representante TOTVs

25 de novembro (sexta-feira)

8h30 - Padrões abertos

- Sergio Amadeu, sociólogo e doutor em Ciência Política
- Jomar Silva, Cobra Tecnologia
- Deivi Lopes Kuhn, Governo do Distrito Federal (GDF)
- Paulo Maia, Caixa Econômica Federal

Indústria de games: dificuldades, políticas, indução do mercado

- Marsal Branco, FEEVALE
- Bernardo Manfredini, ABRAGAMES (a confirmar)
- Virgílio Guimarães, Secretário SEPIN-MCT

Metodologia de produção de dados estatísticos sobre a economia criativa

Incubadoras

Novo marco regulatório das comunicações

10h30 - Impacto dos formatos abertos na produção cultural

- Sérgio Amadeu, sociólogo e doutor em Ciência Política
- Jomar Silva, Cobra Tecnologias
- José Murilo, Ministério da Cultura

Pólos criativos

Empreendimentos colaborativos

14h30 - Oficina de avaliação de sitios

- Helder Henrique Santos de Medeiros
- César Gonçalves do Bomfim
- Alexandre Oliveira Fonseca

Audiovisual

Neutralidade da Rede

- Márcio Wohlers de Almeida, assessor especial da Presidência, IPEA

Cultura Digital e Políticas Públicas

- Ivana Bentes, coordenadora da ECO-UFRJ
- Leonardo Barbosa, Fora do Eixo
- Fred Maia, jornalista, escritor e educador social
- Alexandre Santini, dramaturgo e diretor de teatro
- Jandira Feghali, Deputada Federal (PCdoB/RJ)

Mediadores: Maria das Neves, Diretora de Cultura da UNE, e Mateus Guimarães, UNE

Marco regulatório da Economia Criativa

16h30 - Educação, Cultura e Desenvolvimento

Círcito de debates acadêmicos das ciências humanas

O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) abriu uma chamada pública de trabalhos sobre o desenvolvimento para a 2ª Conferência do Desenvolvimento (Code). Mais de 700 propostas foram recebidas e as selecionadas serão apresentadas na Conferência. Os artigos foram avaliados por especialistas do Ipea e das associações de pós-graduação em Ciências Humanas parceiras do projeto (ABA, ABCP, ABEPSS, ANPEC, ANPED, ANPOCS, ANPUH, ANPUR, Conpedi, Intercom e SBS).

PROGRAMAÇÃO DAS MESAS

Sala JORGE AMADO – Desenvolvimento: desafios e perspectivas antropológicas

Dia 23/11 (4ª. feira):

Sessão da Manhã:

Abertura do Evento (sem programação acadêmica)

Sessão da Tarde:

Mesa 1: 14:30-16:15h

1. Antropologia e Desenvolvimento: balanço crítico de uma relação problemática (Peter Schroeder, UFPE)
 2. Desenvolvimento com aspas: do trabalho independente ao "empreendedorismo" (Alana Moraes de Souza, UFRJ)
 3. Visões sobre o desenvolvimento e as políticas públicas: os dilemas entre universalismos e particularismos (Alicia Ferreira Gonçalves, UFPB e Alcides Fernando Gussi, UFC)
- Coordenação: A definir

Mesa 2: 16:30-18:30h

4. Notas sobre uma reflexão: antropologia, desenvolvimento, quilombos (Vera Rodrigues, USP)
 5. Patrimonialização e desenvolvimento (Sandra Siqueira da Silva, Unimontes)
 6. Pós-desenvolvimento: culturas de auditoria e etnografia de projetos: problemas recentes em antropologia do desenvolvimento (Guilherme Francisco W. Randomsky, UFRGS)
- Coordenação: A definir

Dia 24/11 (5ª. feira):

Sessão da Manhã: (Sem programação)

Mesa 3: 08:30-10:15h

7. Máquinas, conexões e saberes: o mundo da internet e as práticas de inclusão digital nas classes populares em uma perspectiva etnográfica (Lucia Mury Scalco, UFRGS)
 8. Moda e Políticas Públicas nas favelas cariocas: reorganização os espaços no Rio de Janeiro (Alexandra Santo Anastácio, UFRJ)
 9. Trilha da costura: flexibilidade laboral ou escravidão (Rafael De La Torre Oliveira, UNICSL)
- Coordenação: A definir

Mesa 4: 10:30-12:30h

10. O Lugar do patrimônio cultural contemporâneo: conceito e realidade a partir de uma visão amazônica (Claudia H.C. Nascimento, UFPA)
 11. Economia Solidária no Piauí: desafios para a comercialização (Jhennyson Robert dos Santos, UFPI e Solimar Oliveira Lima, UFPI)
 12. Rotas de investimentos, redes de parcerias político-empresariais: dois fluxos da turistificação desenvolvimentista do Nordeste brasileiro no contexto pós-milagre. (Hugo Ferreira Loss, UNB e Potyguara Alencar dos Santos, UNB)
- Coordenação: A definir

Sessão da Tarde:**Mesa 5: 14:30-16:15h**

13. Comunidades Tradicionais: sujeitos de direito entre o desenvolvimento e a sustentabilidade (Leila Ribeiro Rodrigues, Unimontes, Felipe F. Guimarães, Unimontes, e João Batista de A. Costa, Unimontes)
14. Identidades e conflitos nas técnicas de pesca da Lagosta em Icapuí-Ceará. (Eduardo do Prado Brasil, UFPE)

Coordenação: A definir

Mesa 6: 16:30-18:30h

15. As ações dos Programas de desenvolvimento na costa do nordeste brasileiro (Potyguara Alencar dos Santos, UNB)
16. Uma questão de palavras – para pensar sensibilidades jurídicas (Felipe José Comunello, Ppgas/UFRGS)
17. A Cidade e o capital: um breve histórico da situação da classe operária (Paulo Augusto Nobre (Min. Público-MA) e Elienne Maria Barbosa Ramos (UFMA))

Coordenação: A definir

Sala GILBERTO FREYRE – Ciência Política e Desenvolvimento

Dia 23/11 (4ª. feira):

Sessão da Manhã:

Abertura do Evento (sem programação acadêmica)**Sessão da Tarde:****Mesa 1: 14:30-16:15h**

1. Desenvolvimento e cultura política (Hemerson Luiz Pase - Unipel)
2. Estado e empresários na política industrial brasileira recente: processos de cooperação e mudança institucional (Jackson De Toni -ABDI)
3. A governança de esquerda na América Latina e a retomada do desenvolvimento diante da aquiescência às instituições da democracia liberal e parlamentar: o caso singular do Brasil (Carlos Eduardo Pinho-UERJ)

Coordenação: A definir

Mesa 2: 16:30-18:30h

4. Redistribuição de renda e democracia: mudanças no perfil político brasileiro (Augusto B. Vedan - UFPR e Flávio Oliveira Gonçalves - UFPR)
5. Democratização da gestão pública e representação da sociedade civil: a experiência do CDES (Priscilla Ribeiro dos Santos - UFRGS)
6. Autoritarismo instrumental e desempenho econômico em Roberto Campos: teoria e testes econometríticos (Jaime Constantini - UFPR e Mauricio Bittencourt - UFPR)

Coordenação: A definir

Dia 24/11 (5^a. feira):**Sessão da Manhã:****Mesa 3: 8:30-10:15h**

7. A Lei Geral das Micro e Pequenas empresas: uma política voltada para o desenvolvimento econômico e social (Fabrícia Correia Guimaraes – UFF)
8. O Nô Tributário: por que não se aprova uma reforma tributária no Brasil (Murilo de Oliveira Junqueira – USP)
9. Avaliação das Capacidades institucionais dos municípios Tocantinenses pertencentes ao território da Cidadania do Jalapão (Marcos da Silva Fernandes – UFT e Eder Lucinda Pereira – UFT)

Coordenação: A definir

Mesa 4: 10:30-12:30h

10. A geografia do voto no Brasil nas eleições municipais de 2008: uma análise com efeito threshold (Pablo Urano Castelar, UFC/Sobral; Vitor Monteiro, UFC/Sobral; e Fernando D. Mayorga, UFC/Sobral)
11. Defensoria Pública e defensores no Brasil: um estudo sobre o acesso à justiça em contexto de judicialização da política (Ligia Mori Madeira, UFRGS)
12. A cooperação Sul-Sul revisitada: a política externa do governo Lula da Silva e o

desenvolvimento africano (Roberto Goulart Menezes, UNB e Claudio Ribeiro, PUC_SP)
Coordenação: A definição

Sessão da Tarde: (Sem programação)

Sala OLIVEIRA VIANA – Ciências Sociais e Desenvolvimento

Dia 23/11 (4ª. feira):

Sessão da Manhã:

Abertura do Evento (sem programação acadêmica)

Sessão da Tarde:

Mesa 1: 14:30-16:15h

1. Estado e Desenvolvimento: a política ambiental brasileiro como locus de observação dos desafios de uma nova agenda desenvolvimentista (Diogo Antunes Silva e Bruna Ranção Conti, UFJF)
2. Agricultura familiar em áreas de relevância ambiental: desafios e perspectivas para a adoção de práticas ambientalmente adequadas (Ana Paulo Valdiones e Luiz Carlos Filho, USP)
3. Novas contradições do desenvolvimento na Amazônia brasileira: a indústria florestal e a invisibilidade dos trabalhadores do setor marceneiro do Xapuri (João Maciel de Araújo, UFAC)

Coordenação: A definir

Mesa 2: 16:30-18:30h

4. Desenvolvimento, projeto nacional e os dilemas da construção da identidade nacional no Brasil (Antonio de Pádua Brito, Min. Comunicações-DF)
5. Linhagens e variantes do pensamento dependentista (José Elesbão de Almeida)
6. Geopolítica de território e territorialidade: dilemas na construção de "Identidades comunitárias" na Roupão Suja, Rocinha (Courtney Ivens e Inês Maria Maciel, PUC-RJ)

Coordenação: A definir

Dia 24/11 (5ª. feira):

Sessão da Manhã:

Mesa 3: 08:30-10:15h

7. Novos caminhos para a participação social na administração pública brasileira: a experiência da 1ª. Conferência Nacional de Segurança Pública (Mariana Siqueira Oliveira, ENAP-DF)
8. O sistema privado de saúde: a reconfiguração do sistema de saúde brasileiro (1988- 2010) (Ricardo de Lima Jurca, UNIFESP)
9. Pacto Federativo no Brasil: coordenação e controle social das políticas públicas de

assistência (Ana Cláudia Farranha, André Luiz Serrano e José Carneiro Neto, UNB)

Coordenação: A definir

Mesa 4: 10:30-12:30h

10. Estratificação social e desigualdade de renda na agropecuária brasileira: desenvolvimento rural e participação relativa dos principais estratos sociais do setor (Daniete Fernandes Rocha, UFMG)
11. Arranjo produtivo local: um instrumento de desenvolvimento humano e melhoria de qualidade de vida? O caso da piscicultura em Restinga Seca-RS (Tanise Dias Freitas, UFRGS)
12. A dinâmica da agricultura familiar e a economia solidária: a experiência de inserção em mercados e a diversificação da Rede Xique-xique (RN) (Andrey Raquel de França, Emanoel Nunes e Jéssica Samara Lima, UFRN)
13. Uma avaliação da capacidade de pagamento de financiamentos em projetos de fruticultura no Pronaf em Pelotas (RS) (Cícero Zanetti de Lima e Mário Conil Gomes, UFPEL)

Coordenação: A definir

Sessão da Tarde:

Mesa 5: 14:30-16:15h

14. Modelo de desenvolvimento mexicano sob o NAFTA (North American Free Trade Agreement): exemplo para o Brasil? (Katiuscia Moreno Galhera Esposito)
15. Internacionalização Born Global: perspectivas para um novo modelo de desenvolvimento das empresas nacionais (Diego Rafael Silva, USP)
16. Lineamentos sobre a Cooperação Sul-Sul brasileira e sua política de transferência a partir de um estudo de caso (Maria do Carmo Rebouças dos Santos, PNUD)
17. Políticas Públicas de Integração Física da Amazônia e a Fronteira Internacional do Amapá (Eliane Supert, Jadson Luis Porto e Carmentilla das Chagas Martins, UNIFAP)

Coordenação: A definir

Mesa 6: 16:30-18:30h

18. O desenvolvimento na perspectiva institucional: algumas reflexões sobre o processo de legitimação junto à sociedade (Vinícius Claudino de Sá e Renato Santos de Souza, UFSM)
19. Políticas sociais comparadas na América Latina (Leila Maria D'Ajuda Bijos, UCB-DF)
20. Expertise e formulação de políticas: proposta de marco analítico e metodológico para investigação de Think Tanks brasileiros (Camila Carneiro Rigolin e Maria Cristina Hayashi, UFSCAR)

Coordenação: A definir

Dia 25/11 (6ª. feira):

Sessão da Manhã:**Mesa 7: 08:30-11:00h**

21. Transformações urbanas e desigualdade ambiental na Grande São Paulo (Elizabeth Borelli, PUC-SP)
22. A questão regional e estudo de caso sobre o complexo industrial e portuário de Suape (PE) (Debhora Fernanda Bento, UFPE)
23. Condições e desafios para concretização da sustentabilidade, enquanto conceito de base de políticas governamentais de desenvolvimento – reflexão a propósito de uma formação social específica da Amazônia, a microrregião do Alto Solimões (José Geraldo Machado, UNEMAT)
24. Sustentabilidade como projeto para a vida associada (Oklinger Mantovanelli Jr., URBBlumenau)

Coordenação: A definir

Sala MACHADO DE ASSIS – Desenvolvimento e Sociologia**Dia 23/11 (4º. feira):****Sessão da Manhã:**

Abertura do Evento (sem programação acadêmica)

Sessão da Tarde:**Mesa 1: 14:30-16:15h**

1. Integração Produtiva na agricultura familiar: um debate sobre perspectivas de desenvolvimento (Alex Alexandre Mengel e Silvia Lima e Aquino, UFRJ)
2. A implantação de perímetros públicos de irrigação como estratégia de desenvolvimento para o Nordeste e o desafio de inclusão da juventude: o caso do Perímetro Curu-Paraipaba, no Ceará (Virzângela Paula Sandy Mendes, UECE)
3. Sociologia rural e desenvolvimento territorial (Bruno de Assis Monteiro, UFRPE)

Coordenação: A definir

Mesa 2: 16:30-18:30h

4. O desenvolvimento à luz do trabalho e do tempo livre (Diego Mendes Lyra e Nelson Rosas Ribeiro, UFCG e UFPB)
5. Florestan Fernandes e os dilemas do subdesenvolvimento capitalista: a sociologia como crítica da dependência cultural (Diogo Valença de Azevedo Costa, UFRB)
6. Instituições, crescimento e desenvolvimento econômico no Brasil: as teorias modernas e a de Raymundo Faoro (Joilson dias, EU Maringá)

Coordenação: A definir

Dia 24/11 (5º. feira):**Sessão da Manhã:**

Mesa 3: 08:30-10:15h

7. A "nova classe média" vai ao paraíso? (Ludmila Costhek Abílio, UNICAMP)
8. A favela como reação à descontextualização da modernidade: práticas cotidianas e adaptação tática (Tales Lobosco, UFMT)
9. Quando o desenvolvimento outsider atropela o envolvimento dos insiders: um estudo do campo de desenvolvimento no litoral do ES (Winifred Knox e Aline Trigueiro, UFES)

Coordenação: A definir

Mesa 4: 10:30-12:30h

10. Os programas de "participação nos Lucros ou Resultados" (PLR) no setor bancário brasileiro de 1994 a 2010: da implantação ao modelo atual (Wilson Emanuel Fernandes dos Santos, USP)
11. Práticas de governo que promovem o aprendizado social, os consensos e o desenvolvimento do bem estar coletivo na cidade (Milton Cruz, UFRGS)
12. Participação e viabilidade de empreendimentos autogestionários no Brasil: um estudo de dois casos da indústria têxtil (Marcos de Carvalho Dias, Fatec/Americana-SP)

Coordenação: A definir

Sessão da Tarde:**Mesa 5: 14:30-16:15h**

13. Engajamento militante, recrutamento de lideranças e reconversão do capital militante em capital político-partidário: um estudo a partir do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra (MST) (Carla Betânia Reiher, UFSE)
14. Projetos de assentamento ambientalmente diferenciados: a reforma agrária eco-socialista do século XXI? (Monica Cavalcanti Lepri)
15. Desenvolvimento rural através da educação do campo e do cooperativismo não patrimonial: o caso da Cooperativa dos Agricultores Familiares do Vale do Rio Capivari - COOPERRICA (Dimas de Oliveira Estevam, Joelcy José Sá Lanzarini, Liara D. Ronçani e Rossandra Oliveira Maciel, UNESC)

Coordenação: A definir

Mesa 6: 16:30-18:30h

16. As relações culturais implicadas no desenvolvimento do planalto norte catarinense (Carlos Roberto da Silva, Flávia A. P. Ledur e Maria Lúiza Milani, UNC)
17. Desenvolvimento e construção de mercados: o caso da caprinovinocultura no Nordeste (Oswaldo Gonçalves Junior, UNESP e Ana Cristina Braga Marte, FGV)
18. Desenvolvimento, expansionismo e integração regional (Angelita Matos Souza, UNESP)

Coordenação: A definir

Sala JOSUÉ DE CASTRO – Comunicação e Desenvolvimento

Dia 23/11 (4ª. feira):

Sessão da Manhã:

Abertura do Evento (sem programação acadêmica)

Sessão da Tarde:

Mesa 1: 14:30-16:15h

1. Desenvolvimento e meios de comunicação: teorização e práxis (Francisco Fonseca)
2. O processo de refração comunicacional da ciência – a inovação tecnológica como indicador de desenvolvimento (Hiago Antonio Santos e Sandra Nunes Leite)
3. Os meios de comunicação e aprendizagem contemporânea (Luciana Corra e Magda Chamon)

Coordenação: A definir

Mesa 2: 16:30-18:30h

4. Na crista da onda: uma reflexão sobre o discurso e a prática da inclusão digital como (mais) um instrumento de promoção da inclusão social no Brasil (Fábio Oliveira Campos)
5. O uso das Tecnologias da Informação e Comunicações nas políticas de acesso à Informação pública na América Latina (Cristiano Aguiar Lopes)
6. Comunicação e tecnologia social: caminhos para o desenvolvimento com protagonismo comunitário (Andrea M.G. Albuquerque, Simone Romão e Augusto A. Albuquerque)
7. Cenários da comunicação e sistema de informação no meio rural (Hélio Augusto de Magalhães)

Coordenação: A definir

Dia 24/11 (5ª. feira):

Sessão da Manhã:

Mesa 3: 08:30-10:15h

8. Democratização do estado digital: governança eletrônica e e-participação no círculo de políticas públicas (Ana Júlia Possamai)
9. O fim da invisibilidade e isolamento do cidadão ordinário (Lylian Rodrigues)
10. Perspectivas estratégicas do campo da comunicação: o valor no capitalismo contemporâneo como chave para compreender a glocalização da existência (Tales Augusto Q. Tomaz)

Coordenação: A definir

Mesa 4: 10:30-12:30h

11. Democracia via web: direito à informação e transparéncia (Heloisa Dias Bezerra, Marisleily Freitas, Vladimyr Lombardo Jorge e Joscimar S. Silva)
12. Comunicação para o desenvolvimento: experiências de participação comunitária nas políticas públicas de cultura de Pernambuco (Mariana Ferreira Reis e Maria Salett Tauk Santos)
13. Instrumentos de comunicação pública como auxílio à participação política dos cidadãos (Fabíola de Paula Liberato)

Coordenação: A definir

Sessão da Tarde:

Mesa 5: 14:30-16:15h

14. Comunicação na área de serviço social e de aprendizagem do transporte – a utilização da plataforma digital e das redes sociais (Ellis Regina Araújo da Silva)
15. Tecnologias da educação e comunicação aplicadas à educação (João Carlos Poeschke)
16. Apropriações de propostas de comunicação para o desenvolvimento em redes globalizadas pelos jovens do Cariri Cearense (Nataly de Queiroz Lima e Maria Salett Tauk Santos)

Coordenação: A definir

Mesa 6: 16:30-18:30h

17. Experiência educomunicativa na Zona da Mata de Pernambuco (Cristina T. Vieira de Melo)
18. Banda larga e sua possível relação sobre indicadores de desempenho escolar (Hildebrando Rodrigues Macedo)
19. Comunicação para o desenvolvimento nas ciências agrárias (Antonio Luiz Heberlê e Daniel da Rosa Eslabão)
20. Avaliação da transparéncia pública no portal do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (Henrianne B. Ferreira da Silva, Carlos Roberto Hayashi, Andressa A. França e Maria Cristina Hayashi)

Coordenação: A definir

Dia 25/11 (6º. feira):

Sessão da Manhã:

Mesa 7: 08:30-11:00h

21. Transformações urbanas e desigualdade ambiental na Grande São Paulo (Elizabeth Borelli, PUC-SP)
22. A questão regional e estudo de caso sobre o complexo industrial e portuário de Suape (PE) (Debhora Fernanda Bento, UFPE)
23. Condições e desafios para concretização da sustentabilidade, enquanto conceito de base de políticas governamentais de desenvolvimento – reflexão a propósito de uma formação social específica da Amazônia, a microrregião do Alto Solimões (José Geraldo Machado, UNEMAT)
24. Sustentabilidade como projeto para a vida associada (Oklinger Mantovanelli Jr., URBlumenau)

Coordenação: A definir

Sala MILTON SANTOS – Desenvolvimento e Espaço (ANPUR)

Dia 23/11 (4ª. feira):

Sessão da Manhã:

Abertura do Evento (sem programação acadêmica)

Sessão da Tarde:

Mesa 1: 14:30-16:15h

18. Desenvolvimento capitalista e política habitacional brasileira: o retrocesso do paradigma participativo na implementação do Programa Minha Casa, Minha Vida (Juliano Varella de Oliveira; Suely Maria Ribeiro Leal - Universidade Federal de Pernambuco)
19. O crescimento urbano e as condições de submoradia Estudo da efetividade do Programa de Cortiços da cidade de São Paulo (Lívia de Souza Lima - FESP-SP)
20. Sistema Financeiro Habitacional e Sistema Financeiro Imobiliário (Luciana de Oliveira Royer - FAU/USP)

Coordenação: A definir

Mesa 2: 16:30-18:30h

21. Setor da Construção, Política e Licitações de Obras Públicas, no Município de São Paulo no início do século XXI (Luis Maurício Martins Borges – FMU)
22. Dimensão Sócio-Espacial do Transporte Informal em Manaus, o Caso do Mototáxi (Márcio Silveira Nascimento - Universidade Federal do Amazonas)
23. Padrões espaciais da vacância residencial brasileira (Vanessa Nadalin; Renato Balbim – IPEA)

Coordenação: A definir

Dia 24/11 (5ª. feira):

Sessão da Manhã:

Mesa 3: 8:30-10:15h

24. Empresariamento Urbano: concepção, estratégias e críticas (Flávio Faria de Araújo - Mestrando do Programa de Engenharia Urbana da Escola Politécnica – UFRJ)
25. O patrimônio da união como recurso público a serviço do desenvolvimento urbano: entre o planejamento inclusivo e a governança empreendedora (Jennifer dos Santos Borges – MPOG, Doutoranda da UFPE; Suely Ribeiro Leal – Professora de Pós-Graduação da UFPE)
26. Triângulo Institucional sistêmico como modelo de planejamento para cidades brasileiras (Solange Irene Smolarek Dias – Faculdade Assis Gurgacz; Caio Smolarek Dias – Politecnico di Milano – Itália)

Coordenação: A definir

Mesa 4: 10:30-12:30h

27. A governança territorial no Brasil: Conceitos e Modalidades (Elson L.S. Pires; Lucas Labigalini Fiuin; Rodrigo Furgieri Mancini; Danilo Piccoli Neto – UNESP)
 28. Governança territorial e desenvolvimento: as experiências de descentralização político-administrativa no Brasil como exemplos de institucionalização de novas escalas territoriais de governança (Valdir Roque Dallabrida- UnC/SC)
 29. Apoio territorial do desenvolvimento nacional: alcances e limites (Ricardo José dos Santos; Priscila Santos de Araujo – UFU)
- Coordenação: A definição

Sessão da Tarde:

Mesa 5: 14:30-16:15h

30. Desafios do desenvolvimento e a importância da regionalização funcional (Eduardo Nunes Gulmarães –Instituto de Economia da UFU)
 31. Sertão, território e desenvolvimento: reflexões sobre o imaginário desenvolvimentista brasileiro (Gustavo Soares Iorio –PPGG/UFRJ)
 32. A Indicação Geográfica como vetor de desenvolvimento regional e a possibilidade de sua aplicação no setor de cristais artesanais do Vale do Itajaí (Patrícia Luiça Kegel; Mohamed Amal; Suelen Carls – FURB)
- Coordenação: A definição

Mesa 6: 16:30-18:30h

33. Ordenamento Territorial e Deslocamentos de Comunidades Locais em Barcarena (Amazônia Oriental): usos, abusos e saberes (Eunápio Dutra do Carmo – Centro Universitário do Estado do Pará)
 34. Circuito pecuário do "boi que come floresta" e a reprodução da lógica de acumulação primitiva nos cercamentos da fronteira amazônica: uma discussão sobre especulação financeira e a riqueza patrimonial (José Sidnei Gonçalves – IEA Agência Paulista de Tecnologia dos Agronegócios – APTA)
 35. Grandes investimentos e a reestruturação do espaço regional no Norte Fluminense (José Luis Vianna da Cruz – UFF)
 36. Grandes projetos de desenvolvimento e implicações sobre as populações locais: o caso da usina de Belo Monte e a população de Altamira, Pará (Samira El Saiti; Ricardo de Sampaio Dagnino – UNICAMP)
- Coordenação: A definição

Dia 25/11 (6ª. feira):

Sessão da Manhã:

Mesa 7: 8:30-10:15h

37. Dinâmicas territoriais, conflitos e forma urbana em Diadema/SP (Licio Gonzaga Lobo Júnior – UFABC)
38. Enclaves Fortificados: Tipologias dos Condomínios Horizontais e Loteamentos Fechados e Perfil dos seus Moradores na Cidade São José dos Campos, São Paulo (Rafael Lúcio da Silva; Sandra Maria Fonseca da Costa – UNIVAP)
39. A privatização do planejamento urbano pelos condomínios horizontais: um desafio em expansão (Raquel Garcia Gonçalves; Natália Cardoso Marra – UFMG)
Coordenação: A definir

Mesa 8: 10:30-12:30h

40. Democracia e participação popular: As possibilidades de transformações nas formas de gestão do território a partir do Estatuto da Cidade (João Telmo de Oliveira Filho – IMED-Faculdade Meridional; Carla Portal Vasconcellos – UPF)
41. Conselhos regionais de desenvolvimento – coredes/rs: articulações regionais, referenciais estratégicos e considerações críticas (Pedro Luís Büttnerbender; Dieter Rüggeberg; Sérgio Luís Allebrandt – UNIJUÍ)
42. Desenvolvimento Local Sustentável: os desafios da preservação, do planejamento participativo e da gestão pública em Paranapiacaba (Vanessa Gayego Bello Figueiredo – FAU/CEUNSP)
Coordenação: A definição

Sala GILBERTO FREYRE – Desenvolvimento e Espaço (ANPUR)

Dia 25/11 (6ª. feira):

Sessão da Manhã:

Mesa 9: 8:30-10:15h

43. Análise e gestão de políticas sociais em unidades microterritoriais (Luciene Rodrigues; Casimiro Marques Balsa; Maria Elzete Gonçalves – UNIMONTES)
44. O circuito espacial produtivo da vacina no Brasil e os Impactos Sócio Espaciais da sua Implementação na Cidade de São Paulo (Mait Bertollo – Mestrado-USP)
45. O desenvolvimento social e focalização: a estratégia de saúde da família e o desafio das grandes cidades brasileiras (Nilson do Rosário Costa – ENSP/FIOCRUZ; Thais S. da Silva – Viva Rio)

Coordenação: A definir

Mesa 10: 10:30-12:30h

46. Analise da contribuição do projeto água: fonte de alimento e renda quanto à resiliência familiar na comunidade de Uruçu-PB (Sonáli Amaral de Lima; Waleska Silveira Lira; Kepler Borges França; Gesinaldo Ataíde Cândido – UFCG; Nayron Freitas Medeiros – UEPB)
47. Inclusão financeira a partir de moedas locais: um estudo exploratório do Banco Palmas, Fortaleza/CE (Wallace Marcelino Pereira – SSEDRU-MG; Marco Aurélio Crocco – CEDEPLAR/UFMG)

48. Questão social, redes de solidariedade e estratégias de sobrevivência das famílias entre recursos materiais e o simbólicos: uma análise na região do cerrado norte mineiro (Yara Mendes Cordeiro Araújo; Luciene Rodrigues – UNIMONTES)

Coordenação: A definir

Sala SERGIO BUARQUE DE HOLANDA – Desenvolvimento e Espaço (ANPUR)

Dia 24/11 (5ª. feira):

Sessão da Manhã:

Mesa 11: 8:30-10:15h

49. Apontamentos para uma pesquisa dos limites e consequências do projeto de integração do Rio São Francisco no Sertão Pernambucano (Andrei de Mesquita Almeida – ENGECORPS)
50. Apropriação local dos recursos provenientes dos projetos de mdI nos aterros sanitários na cidade de São Paulo (Silvia Regina Stuchi Cruz – DPCT – UNICAMP; Sônia Regina Paulino EACH – USP)
51. Democratização do acesso à água e desenvolvimento local: a experiência do Programa Cisternas no semiárido brasileiro (Vitor Leal Santana; Igor da Costa Arsky; Carlos Cleber Sousa Soares – Secretaria de Segurança Alimentar e Nutricional – MDS)

Coordenação: A definir

Mesa 12: 10:30-12:30h

52. Reestruturação produtiva e regeneração urbana (Cláudia Pauperlo Tilton – Bolsista ANPUR/ IPEA – Universidade Presbiteriana Mackenzie/São Paulo)
53. Grandes projetos urbanos: das utopias de lugar nenhum às estratégias de qualquer lugar (Raquel Garcia Gonçalves – UFMG; Ricardo Viana Carvalho de Paiva – Centro Universitário Una)
54. Territórios Luminosos e Territórios Opacos – uma análise à luz das contribuições de Milton Santos (Virginia Elisabeta Etges – Bolsista IPEA/CAPES 2010; Eduardo Carissimi – UNISC)

Coordenação: A definir

Sessão da Tarde:

Mesa 13: 14:30-16:15h

1. Verticalização urbana e segregação socioespacial: Crise da cidade quadricentenária (Luiz Eduardo Neves dos Santos – UFMA)
2. Função social da propriedade e disputas no território (Marcos Vinícius Ferreira de Godoy – Prefeitura Municipal de Juiz de Fora)
3. Desenvolvimento Urbano, O Uso de Instrumentos Adaptados. O Caso das Operações Urbanas em São Paulo (Renato Balbim – IPEA; Larissa Campagner – FAU-Mackenzie)

Coordenação: A definição

Mesa 14: 16:30-18:30h

4. Para que e para quem serve a sustentabilidade urbana? Um olhar crítico sobre as novas tendências do planejamento e gestão das cidades globais (Gabriela de Freitas Figueiredo Rocha)
5. Cidade e Reconstrução: Uma análise psicossocial do espaço citadino após inundação (Leandro Roberto Neves – UFRR; Ianni Régia Scarcelli – Pesquisadora do LAPSO-USP)
6. Esfacela-se o cyborg": a produção do espaço urbano entre sociedade/natureza, especulação fundiária, riscos e impactos sacionaturais (Reginaldo José de Souza –UNESP)
7. A produção do espaço urbano: formação de território e governança urbana, o caso da quadra 50 da cidade Gama - DF (Tânia Maria de Freitas; Cleison Leite Ferreira –UnB)

Coordenação: A definir

Dia 25/11 (6ª. feira):**Sessão da Manhã:****Mesa 15: 8:30-10:15h**

1. A geografia da atividade econômica no estado de São Paulo (Alexandre Abdal –CEBRAP e FAP-SP; Carlos Torres-Freire; Victor Callil – CEBRAP)
2. Aglomeração, Caracterização e Dinâmica Econômica Setorial dos Municípios do Estado de Goiás em 2008: Avaliação Empírica e Proposição de Política (Eduiges Romanatto; Marcos Fernando Arriel – Segplan/GO; Guilherme Jonas Costa da Silva –UFU)
3. Um recorte geográfico sobre as contradições do desenvolvimento do extremo Sul da Bahia (Sebastião P. G. de Cerqueira Neto – IFBA)
4. A integração produtiva da região da Grande Dourados à economia nacional: Uma análise a partir da criação do Prodegran em 1976 (Walter Guedes da Silva - Bolsista do CNPq – UEMS)

Coordenação: A definir

Mesa 16: 10:30-12:30h

5. Análise da concentração da atividade industrial nas três principais microrregiões no nordeste brasileiro pós abertura econômica (Camila Ribeiro Cardoso dos Santos – UFAL)
6. Dinâmica do emprego industrial nos municípios do estado de Sergipe no período de 1994 a 2009 (Fernanda Paes Arantes – UFPB)
7. Dinâmica do emprego industrial nos municípios do estado do Rio Grande do Norte, no período de 1994-2009 (Joelma Alice Bezerra da Silva)
8. Dinâmica da indústria de alagoas: uma análise da competitividade no período de 2007 a 2010 (Reynaldo R. Ferreira Junior; Luciana P. Santa Rita; Francisco J.P. Rosário; José Francisco O. Amorim; Paula P. Albuquerque; Eliana Ma. O. Sá – UFAL)

Coordenação: A definição

Sala JOAQUIM NABUCO – Desenvolvimento e Espaço (ANPUR)**Dia 25/11 (6ª. feira):**Sessão da Manhã:**Mesa 17: 8:30-10:15h**

9. Descentralização industrial brasileira: a tendência permanece? Análise da dinâmica espacial no período 1994-2009 (Paula Pradines de Albuquerque; André Maia Gomes Lages; José Francisco Oliveira de Amorim – UFAL)
10. O desenvolvimento analisado através da relação entre centros urbanos e cidades rurais (Silvia Augusta do Nascimento; José Luiz Cuco; Ana Louise Fiúza – UFV)
11. Infraestruturas de integração entre brasil e demais países do mercosul: a iirsa enquanto possibilidade (Vitor Helio Perelra de Souza; Márcio Rogério Silveira – UNESP)

Coordenação: A definir

Mesa 18: 10:30-12:30h

12. O consumo de queijos e a relação alimentação-alimento: um olhar além do desenvolvimento local (Marie Anne Najm Chalita – IEA/SAA/SP; Dirceu da Silva – UNICAMP/FECAP)
13. Determinantes dos rendimentos e discriminação por gênero nas áreas rurais brasileiras em 2009 (Priscila Casari; André da Cunha Bastos; Cristiane Feltre – UFSCAR)
14. A influência das ações cooperativistas sobre a reprodução social da agricultura familiar e seus reflexos sobre o desenvolvimento rural (Rodolfo A. Moraes Filho; Ana Maria Navaes da Silva – UFRPE; Roberto da Silva Alves - Faculdade de Olinda)
15. Diagnóstico Rural Participativo (DRP) uma ferramenta necessária para investigação/intervenção: experiência do Projeto Cajusol no território do Seridó (RN) (Suzaneide Menezes; Márcia Dantas; Maria Clara Salles; Paulo Cesar Filho; Alyana Duarte; José Medeiros – Projeto Cajusol)

Coordenação: A definir

Sala JOAQUIM NABUCO – Direito e Desenvolvimento**Dia 23/11 (4ª. feira):**Sessão da Manhã:

Abertura do Evento (sem programação acadêmica)

Sessão da Tarde:**Mesa 1: 14:30-16:15h**

1. Direito e desenvolvimento no século XXI: rumo ao terceiro momento? (Rafael Augusto Zanatta, USP)
2. Poder Judiciário e desenvolvimento: aspectos históricos e políticos do funcionamento do Conselho Nacional de Justiça no Brasil (Alisson Droppa (UNICAMP) e Walter Olivelra, UFRGS)
3. O princípio da proibição do retrocesso social como norte para o desenvolvimento do direito à saúde no Brasil (Jarbas Ricardo A. Cunha, FIOCRUZ/DF)

Coordenação: A definir

Mesa 2: 16:30-18:30h

4. Responsabilidade social – um pacto entre a sociedade civil no enfrentamento do caráter destrutivo do federalismo (Silva Nélia Alves, UFAL)
5. A limitação à aquisição de propriedades rurais por pessoas jurídicas de capital estrangeiro: grupos de interesse e efeitos socioeconômicos (Luís Eduardo Sceton e Flavia Trentini, USP)
6. A intervenção do Estado na economia regulada pela Constituição de 1988 – Uma análise da retórica liberal e uma crítica a partir e além da escola estruturalista (Eduardo Matos Oliveira, UFPE)

Coordenação: A definir

Dia 24/11 (5º feira):

Sessão da Manhã:

Mesa 3: 8:30-10:15h

7. Trabalho, educação e emancipação humana (Rogério De Faria Braga, PUC-GO)
8. "Mulheres dos pântanos" Mbyá-Guaraní: garantindo direitos fundamentais (Luiz Fernando C. Fagundes, PREF. MUN. PORTO ALEGRE)
9. Políticas de promoção de igualdade racial no Brasil (Sandra Cordeiro Molina, Univ. MACKENZIE)

Coordenação: A definir

Mesa 4: 10:30-12:30h

10. Planejamento público municipal e gerenciamento democrático como estratégias para o desenvolvimento urbano (Aline Virginia Nelson e Sergio Braga Junior, UFRN)
11. A responsabilidade social corporativa (Isolda Lins Ribeiro, UFMG)
12. Reflexões acerca do papel da ANP na regulação da questão ambiental na seara de produção do biodiesel (Jéssica de A. Batista e Patricia Borba Guimaraes, UFRN)

Coordenação: A definir

Sessão da Tarde:

Mesa 5: 14:30-16:15h

13. Moradia e desenvolvimento: aspectos jurídicos e políticas públicas setoriais no Brasil urbano

- (Camilla F. Moreira e Alessandro André Leme, UFU)
14. Desenvolvimento e globalização: dilemas e perspectivas neste início de década (Daniel Agostini Neto, FURB).
 15. A efetividade do mecanismo de federalização como prevenção à responsabilidade internacional por violação de direitos humanos (Eloisa Machado de Almeida, USP)

Coordenação: A definir

Mesa 6: 16:30-18:30h

(Sem programação)

Sala CELSO FURTADO – Desenvolvimento Econômico

Dia 23/11 (4º. feira):

Sessão da Manhã:

Abertura do Evento (sem programação acadêmica)

Sessão da Tarde:

Mesa 1: 14:30-16:15h

1. Por que não, baixa tecnologia? (Paulo Morceiro, Lourenço Faria, Vinicius Fornari e Rogério Gomes)
2. Desenvolvimento a partir das TICs: uma abordagem da difusão tecnologia na economia paulista através do emprego (Carlos H. M. Garcia, Elisiane Sartori, Enrique Arce)
3. O perfil das interações de universidades e empresas no Brasil a partir de alguns segmentos da indústria (Milene S. Tessarin, Wilson Suzigan)

Coordenação: A definir

Mesa 2: 16:30-18:30h

4. Desindustrialização no Brasil: mudança estrutura ou doença holandesa? (Francisco Roberto de Lira)
5. Desindustrialização, especialização tecnológica e crescimento econômico: uma análise empírica para o período 1969-2010 (Kaio Glauber da Costa, Flávio O. Gonçalves e Nelson Granato Neto)
6. Questões para se pensar o desenvolvimento no Brasil: especialização regressiva e pauta exportadora no período 2003-2010 (Ana Maria Rita Milani)
7. O novo marco regulatório do setor petrolífero brasileiro: dádiva ou maldição (Rodrigo Valente Serra)

Coordenação: A definir

Dia 24/11 (5º. feira):

Sessão da Manhã:**Mesa 3: 08:30-10:15h**

8. Limite das exportações como fonte do crescimento brasileiro recente: uma análise setorial baseada na modelagem insumo-produto (Guilherme Riccioppo Magacho)
9. Primarização da pauta de exportações, desindustrialização e doença holandesa no Brasil (Rosembergue Valverde e Rosenilda Chagas Oliveira)
10. Industrialização e desenvolvimento: uma análise do pensamento econômico brasileiro (Marcelo Curado)

Coordenação: A definir

Mesa 4: 10:30-12:30h

11. Instituições e Crescimento Econômico: conectando as noções de regime (Claudio R. Amitrano)
12. Empirical analysis of development (Marcelo de O. Passos e Rodrigo R. Gonçalves)
13. Análise empírica da função investimento privado no Brasil (Daniel O. da Silva e Ignácio Tavares de Araújo Jr.)

Coordenação: A definir

Sessão da Tarde:**Mesa 5: 14:30-16:15h**

14. Institutions, human capital and growth: the long-run institutional mechanism (Joilson Dias)
15. O desenvolvimento econômico além do mainstream: institucionalismo e outras perspectivas (Élson Cedro Mira)
16. Instituições e desenvolvimento econômico (Adriana Kirchof de Brum e Ailton Pinto de Moura)

Coordenação: A definir

Mesa 6: 16:30-18:30h

17. Sistemas financeiros, funcionalidade e desenvolvimento econômico: a experiência do Governo Lula (2003-2010) (Norberto Montani Martins)
18. Estado x Mercado (Eduardo Mendes de Carvalho e João Carlos S. Peixé)
19. Nacional-desenvolvimentismo às avessas (Reinaldo Gonçalves)

Coordenação: A definir

Dia 25/11 (6ª. feira):**Mesa 7: 08:30-10:15h**

20. O comércio intra-industrial entre Brasil e os países da OCDE: decomposição e análise de seus determinantes (Alex Sander S. Carmo, Mauricio Vaz Lobo Bittencourt)
21. Sistema nacional de inovações e comportamento inovativo das grandes empresas nacionais e estrangeiras da indústria de transformação brasileira (Adriano José Pereira e Ricardo

- Dathelin)
22. Indústrias centrais e pioneiras no desenvolvimento regional (Rodrigo Loureiro Medeiros e Gustavo A. Galvão dos Santos)
Coordenação: A definir

Mesa 8: 10:30-12:30h

23. Complexo da indústria de alumínio e seus efeitos em cadeia para trás e para frente na economia da Amazônia: uma análise estrutural focada na matriz de contabilidade social (David Ferreira Carvalho e André Cutrim Carvalho)
24. Taxa de formação de empresas no Rio Grande do Sul: deslocamentos espaciais e relação com o crescimento econômico (Maria Duarte Canever, Gabrielito Menezes e Volnei Krause Kohls)
25. Guerra Fiscal no estado do Pará: uma avaliação da política de incentivos sobre o ISS, emprego e valor adicionado bruto da indústria (Adilson Freitas Dias)
26. Diferenciais de Desenvolvimento Econômico entre os Municípios Brasileiros: uma análise sob o prisma da regressão quantílica (Marcos Antonio de Brito, Jean Santos Nascimento e João Eustáquio de Lima)
Coordenação: A definir

Sala JORGE AMADO – Desenvolvimento Econômico

Programação:

Dia 25/11 (6ª. feira):

Sessão da manhã:

Mesa 9: 08:30-10:15h

27. Uma análise empírica do comércio internacional do Chile, Argentina e México a partir da crise dos anos 80 (Lucas Lúcio Godeiro)
28. A evolução do consumo de alimentos na China e seus efeitos sobre as exportações agrícolas brasileiras (Daniela Tatiane dos Santos, Mario Otávio Batalha e Marcelo Pinho)
29. Determinantes do crescimento das regiões: um processo de mensuração (Mario Romero P. de Souza)
Coordenação: A definir

Mesa 10: 10:30-12:30h

30. Estrutura e distribuição funcional da renda (Pedro Quaresma de Araújo)
31. Queda na desigualdade de rendas das macrorregiões brasileiras: a participação dos programas de transferência monetária no período 2001-2009 (Juliana F. Batistella, Solange I. de Souza e Carlos R. Ferreira)
32. A importância da Educação para a recente queda da desigualdade de renda salarial no Brasil: uma análise de decomposição para as regiões Nordeste e Sudeste (Valdemar R. Pinho Neto, Flávio Ataliba Flexa, Daltro Barreto e Janaina R. Feijó)
33. Notas sobre a dinâmica econômica recente em área periférica: as mudanças na estrutura

produtiva no Maranhão (Benjamim Alívio de Mesquita)
Coordenação: A definir

Sala MACHADO DE ASSIS – Desenvolvimento Econômico

Programação:

Dia 25/11 (6ª. feira):

Mesa 11: 08:30-10:15h

34. Perfil das famílias artesãs dos municípios de Angelim, Canhotinho, São Bento do Una do Agreste de Pernambuco – 2010 (Ana Paula A. Soares, Eliane Pereira de Abreu e Ana Maria N. da Silva)
35. Análise espacial do crescimento econômico dos municípios paraenses no período 2002-2006 (Sérgio Castro Gomes e Lúcia Cristina de Andrade)
36. Direitos de propriedade e o desenvolvimento econômico das etnias indígenas brasileiras: instituições e a emergência da ordem territorial (Luis Otávio B. Macedo)

Coordenação: A definir

Mesa 12: 10:30-12:30h

37. Heterogeneidade estrutural no setor agropecuário: evidências a partir do censo agropecuário de 2006 (Armando Fornazier e José Eustáquio R. V. Filho)
38. Estratificação social e desigualdade de renda na agropecuária brasileira: desenvolvimento rural e participação relativa dos principais estratos sociais do setor (Daniete Fernandes Rocha)
39. Dinâmicas regionais, instituições econômicas e desenvolvimento rural: o polo fruticultor Assú-Mossoró-RN (Emanuel Marcio Nunes e Sergio Schneider)
40. Estimativa da demanda pela formalização da economia informal no agreste pernambucano – uma aplicação do método de valoração contingente (Monaliza da Oliveira Ferreira, Kelly Samá L. de Vasconcelos)

Coordenação: A definir

Sala PAULO FREIRE – Educação e Desenvolvimento

Dia 23/11 (4ª. feira):

Sessão da Manhã:

Abertura do Evento (sem programação acadêmica)

Sessão da Tarde:

Mesa 1: 14:30-16:15h

1. Reformas macroeconômicas e educacionais no Brasil: uma breve análise sobre as influências do modelo regulatório supranacional do estado -avaliador na concepção das políticas públicas educacionais nos últimos vinte anos (André R.B. Duarte, Vera Lucia A.F. Brito e Alexandre W.B. Duarte, UFMG)
2. Ações do Governo Federal no ensino médio: o ENEM em FHC e Lula (Elaine Nicolodi, UFMG)
3. Avaliação do Desempenho da Educação Superior brasileira: medindo indicadores de equidade no acesso, formação de capital humano e produção científica do sistema no Período 2000-2009 (Júlio C.G. Bertolin, Cristina Fioreze, UFF)

Coordenação: A definir

Mesa 2: 16:30-18:30h

4. Determinantes socioeconômicos, demográficos e institucionais da repetência no ensino (Maria Elizete Gonçalves, UNIMONTES, Eduardo Luiz G. Rios e Cibele Cominí Cesar, UFMG)
5. Educação, qualificação, produtividade e crescimento econômico: a harmonia colocada em questão (Leonardo Melo Lins, USP)
6. Relações entre qualidade da educação no Brasil e desenvolvimento (Luciana Santos Lenoir, UEMC)

Coordenação: A definir

Dia 24/11 (5ª. feira):**Sessão da Manhã:****Mesa 3: 8:30-10:15h**

7. A educação ambiental e o robustecimento da escola pública: um estudo de caso em Teresópolis (RJ) (Rodrigo A.C. Lamosa e Carlos Frederico B. Loureiro, UFRJ)
8. As perspectivas de ingresso da juventude afrodescendente no mundo do trabalho na cidade de Nazaré-BA (Maria Gonçalves C. Santos e Adalberto de Salles Lima, UEBA)
9. Parcerias entre redes de ensino para o desenvolvimento da educação musical na região Norte e Noroeste do Ceará (Leonardo Borne, Marco Antonio T. Nascimento e Jose Brasil de Matos Filho)

Coordenação: A definir

Mesa 4: 10:30-12:30h

10. A educação e o desenvolvimento na visão do empresariado industrial (Mario Luiz de Souza, CEFET-RJ)
11. Inclusão social e educação profissional: a construção do currículo para a formação do trabalhador (Antonio Henrique Pinto)
12. Mineração de granito no município de Vila Pavão (ES): compreender o trabalho para pensar a formação (Daniel Handan Triginelli, UFMG)

Coordenação: A definição

Sessão da Tarde:**Mesa 5: 14:30-16:15h**

13. Retorno de escolaridade no Brasil e regiões (Glauber F. Silveira, Marília F. M. Gomes, João Eustáquio de Lima e Jose Maria A. da Silva, UFV)
14. Uma escola justa contra o sistema de multiplicação de desigualdades sociais (Ione Ribeiro Valle, UFCS)
15. A formação do trabalhador polivalente, pedagogia da alternância e desenvolvimento do meio: possibilidades e desafios para educação do Campo Fluminense (Gabriel A. Frazão e Jaqueline de Moraes. T. Dália, UFRRJ)

Coordenação: A definição

Mesa 6: 16:30-18:30h

16. A relação entre violência nas escolas e desempenho acadêmico no estado de São Paulo em 2007: uma análise multinível (Evandro C. Teixeira-UFOP e Ana Lucia Kassouf, ESALQ/USP)
17. Aproximar a escola da comunidade pode afetar a qualidade da educação e os níveis de violência? (Marco Túlio A. França, Rogério Allon Duenhas e Flávio O. Gonçalves, UFPR)
18. O impacto da violência urbana nos indicadores de evasão escolar na região metropolitana de Fortaleza (Vitor Borges Monteiro e Elano Ferreira Arruda, UFC)
19. Situação e perspectivas dos jovens rurais no campo (Jovani A. Puntel-UNISC, Carlos Águedo N. Paiva-UNISC e Marília Patta Ramos, UFRGS)

Coordenação: A definição

Dia 25/11 (6ª. feira):Sessão da Manhã:**Mesa 7: 8:30-10:15h**

20. O impacto do programa Bolsa Família na inclusão educacional: análise da matrícula escolar em Minas Gerais (Murilo C. X. Fahel-FJP, Thais Morais-MDS e Bruno Cabral França, FJP)
21. Educação superior e desenvolvimento no estado da Bahia: um estudo sobre as universidades estaduais baianas (Patrícia L. S. Costa, UFBA)
22. Um perfil de concluintes do curso superior com base no ENADE (2005) (Mara Janaina G. Oliveira e Alexandre Sartoris, UNESP)

Coordenação: A definir

Mesa 8: 10:30-12:30h

23. Planejamento educacional no contexto da federação brasileira: o desafio do PAR (Maria Silva L. S. Trlani, Daniel H. Ferreira e Roberta F. Bastos, UFES)
24. Desenvolvimento da cultura cinematográfica: novas tecnologias para educação de jovens e adultos (Lucas Leal, UNIRIO)
25. Educação, democracia e desenvolvimento nos planos do governo Lula (Elisangela Alves da

Silva Scaff-UFGD, Regina Tereza C. Oliveira-UCDB e Ester Senna, UFMS)

Coordenação: A definição

Sala SÉRGIO BUARQUE – Historiografia Brasileira

Dia 23/11 (4^a. feira):

Sessão da Manhã:

Abertura do Evento (sem programação acadêmica)

Sessão da Tarde:

Mesa 1: 14:30-16:15h

1. A (des)construção dos símbolos nacionais (Cleber Santos Vieira)
 2. A construção da nação desde o Sul (Antonio Manoel E. Junior)
 3. A formação do Brasil contemporâneo e inserção internacional da economia brasileira: do sentido da colonização à integração regional como estratégia de desenvolvimento (Camilla Capucio)
- Coordenação: A definir

Mesa 2: 16:30-18:30h

4. O Exército e a Nação (Fernanda de Santos Nascimento)
 5. A ACRJ, o Porto e o Estado Imperial brasileiro (Nívea Silva Vieira)
 6. Terra em disputa: facetas da história agrária recente do Rio Grande do Sul (Nilson Binda)
 7. Escravidão, núcleos familiares e mestiçagem: uma análise do Cariri Cearense no século XIX (Ana Sara Cortez e Guilherme Irff)
- Coordenação: A definir

Sala EMILIA VIOTTI – O Serviço Social e o Desenvolvimento

Dia 23/11 (4^a. feira):

Sessão da Manhã:

Abertura do Evento (sem programação acadêmica)

Sessão da Tarde:

Mesa 1: 14:30-16:15h

1. O mundo do trabalho no cais do porto da Manaus moderna: o carregador de bagagens e o trabalho precário (Maria Milene Gomes, Ufam e Elenise Faria Scherer, Ufam)
2. Sobre vivendo do Lixo: População Excedente, Trabalho e Pobreza (Maria Fernanda Escurra, Uerj)
3. Economia solidária e trabalho: elementos para análise das políticas públicas de geração de trabalho e renda (Adrianyce de Souza, Unb e Daniela Neves, Ufrj)
Coordenação: A definir

Mesa 2: 16:30-18:30h

4. Paradoxos do desenvolvimento socioeconômico no Brasil do Século XXI (Mirella Rocha, UFSC e Beatriz Augusto de Paiva, UFSC)
5. O viés do (neo) desenvolvimentismo no debate sobre a categoria território no serviço social (Maria Helena Elpídio Abreu, Ufes e Uerj)
6. Disparidades do crescimento global: avanços econômicos e atrasos sociais (Priscila Santos de Araújo, Ufu e Niemeyer Almeida Filho, Ufu)
7. Modernização agrícola e migração rural: uma breve reflexão acerca da realidade paranaense (Diustene Fabris e Marli Roesler, UNIOESTE)
Coordenação: A definir

Dia 24/11 (5º. feira) Sessão da Manhã:**Mesa 3: 08:30-10:15h**

8. Pacto federativo e financiamento da assistência social: as implicações da regulação do SUAS nos orçamentos municipais (Jeda Maria Nobre de Castro, UNB)
9. Fundo público e políticas sociais: o trabalho necessário sobre a égide do capital portador de juros (Giselle Souza da Silva, UERJ)
10. A desvinculação de recursos da união – DRU e o (des) financiamento da seguridade social brasileira (Renata Teixeira Tobaldini, UTPR e Vera Tieko Suguihiro (UEL E PUC-SP)
Coordenação: A definir

Mesa 4: 10:30-12:30h

11. O processo de acumulação capitalista, crise estrutural do capital e a destruição ambiental: uma visão crítica (Rachel Zacarias, UFRJ)
12. Desafios contemporâneos acerca do terceiro setor e serviço social: entre o novo trato da questão social e a negação da solidariedade de classe (Kleylenda Linhares da Silva, UFRN)
13. A universalização da seguridade social em questão: a tradução antinômica dos direitos socioassistenciais (Beatriz Augusto de Paiva, Eliete Vaz, Renata Nunes, Kathiuça Bertollo e Josiane Biondo (UFSC)

Coordenação: A definir

Sessão da Tarde:**Mesa 5: 14:30-16:15h**

14. O processo de (des) construção da legislação trabalhista no serviço público (Lucília Mendes

Roch, Ufrn).

15. O papel do Fundo Penitenciário nacional no desenvolvimento das políticas públicas frente à questão social presente no sistema prisional feminino (Ana Maria Menezes e Renato Tadeu Veroneze, PUC/SP)
16. O Financiamento do SUS: principais dilemas (Juliana Fiúza Cislaghi, Sandra O. Teixeira e Tainá Souza, UERJ)
Coordenação: A definir

Mesa 6: 16:30-18:30h

17. Programa Bolsa Família: repercussões nas condições de vida dos beneficiários no Sertão de Canudos (Luzivane Souza Cunha e Aline Pimenta Motta, UNEB)
18. Os Conselhos de Assistência Social e o SUAS: uma aproximação ao diálogo no fortalecimento de uma cultura de direitos (Angela Vieira Neves e Marlene de Jesus S. Santos, UNB)
19. Aspectos econômicos e políticos determinantes da política social brasileira (Maria Luiza Amaral Rizzotti, UELONDRINA)
20. Desenvolvimento e pobreza: uma análise crítica (Luana Siqueira, UFRJ)

Coordenação: A definir

Dia 25/11 (6ª. feira):

Mesa 7: 08:30-10:15h

21. Economia solidária como estratégia de desenvolvimento: Uma análise crítica a partir das contribuições de Paul Singer e José Ricardo Taulle (Kella Lucio de Carvalho, UFRJ)
22. Sociedade civil e poder local: participação nos conselhos municipais gestores de políticas públicas para a ampliação do debate do desenvolvimento local (Silmara Cameiro e Silva, UEL)
23. A "Onguização" da sociedade civil: temas para o debate (Henrique Mendes dos Santos, PUC-RJ)

Coordenação: A definir

Mesa 8: 10:30-12:30h

24. Dinâmica da população e a proteção social: contribuições da demografia para o Planejamento (Anayara Raissa Pereira de Souza, Pref. Poços de Caldas)
25. O Ministério Público dos estados e a implementação das políticas públicas sociais: um caminho para o enfrentamento à pobreza, à desigualdade e à exclusão social (Luzijones F. C. Façanha e Solimar Oliveira Lima, UFPI)
26. Orçamento participativo e políticas sociais: um inventário das correlações na experiência de Santa Maria - RS (Rosilaine Coradini Guilherme, UNIFRA-RS)

Coordenação: A definir

Sala GILBERTO FREYRE – O Serviço Social e o Desenvolvimento

Programação:

Dia 24/11 (4ª. feira):

Sessão da Tarde:**Mesa 9: 14:30-16:15h**

27. Desenvolvimento e igualdade de gênero: avanços e desafios no enfrentamento da violência contra a mulher (Patrícia K. Grossi, Sonia Almeida, Jaina R. Pedersen e Jaqueline G. Vincensi, PUC-RS)
28. Um debate necessário: as desigualdades no cotidiano das mulheres pescadoras do estuário do rio Paraíba, Brasil (Emanuel Silva, Marinalva Conserva, Cristiane Freire e Ariana Nogueira, UFPB)
29. A família como centralidade nas políticas públicas: a constituição da agenda política da assistência social no Brasil e as rotas de reprodução das desigualdades de gênero (Andrea Pacheco de Mesquita, UFBA/UFAL)

Coordenação: A definir

Mesa 10: 16:30-18:30h

Interdisciplinaridade e questão social: novo paradigma no trabalho do serviço social na Amazônia
(Andreia S. Cavalcante, Milane L. Reis e Suzete Araujo de Lira, UFAM/FAPEAM)

30. Pobreza e desigualdade social no Brasil: um desafio para as Políticas Sociais (Isabel Cavalcante Godinho, UFRJ)
31. Brasil: uma década de crescimento com diminuição das desigualdades (João Carlos S. Peixoto, PUC-RJ)

Coordenação: A definir

Programação Cultural

Além de promover três dias de debates sobre o desenvolvimento nacional, a 2ª Conferência do Desenvolvimento traz eventos culturais como a Série de Mostras de Cinema, a Mostra Fotográfica e grandes shows.

Todas as atividades são gratuitas.

1ª Série de Mostras de Cinema da CODE

A iniciativa da Mostra pretende incentivar o senso crítico da sociedade e valorizar a pluralidade de saberes do Brasil, promovendo outras perspectivas do audiovisual do país. Em três salas de projeção, serão exibidas várias mostras de expoentes do cinema:

- **Mostra de Cinema Independente** – organizada pelo Ipea, que recebeu filmes de produção independente por meio do regulamento da Mostra
- **Mostra Festival do Minuto** – com filmes "Melhores de 2010" e "Melhores tema: água"
- **Mostra Outros fazedores de Cinema** – filmes de cineastas como Afonso Brazza, Martins Muniz e Manoel Lorena. Encerramento com a palestra da Profª. Drª. Alice Fátima Martins
- **Mostra Banco do Nordeste de curtas-metragens** – produção de cineastas do Nordeste
- **Mostra de documentários da TV Senado e TV Câmara**
- **Mostra Cine Periferia Criativa** – organizada em parceria com a CUFa-DF com a produção de filmes das periferias urbanas do Brasil

MOSTRA FOTOGRÁFICA

23, 24 e 25 de novembro

Vozes Mulheres

A mostra de fotografias Vozes-Mulheres ilustra com beleza e sutileza inigualáveis os versos da poetisa e escritora negra Conceição Evaristo. A sinergia entre a poesia e a fotografia celebra o Ano Internacional dos e das Afrodescendentes pela valorização da imagem de mulheres negras brasileiras. Por detrás de lamentos e dores brotam o sorriso, a ousadia, a coragem, a criatividade e o movimento dessas mulheres para enfrentarem o racismo e o sexismo.

Fotógrafo:

- Januário Garcia

Poema Vozes-Mulheres (Poemas da recordação e outros movimentos, Ed. Nandyala – Conceição Evaristo)
Projeto Gráfico: Luz Carlos Gá

Mulheres em Marcha

A exposição exibirá imagens feitas por jovens fotógrafas que trabalhem com a temática de marchas e movimentos de mulheres ou mesmo movimentos que tenham a participação de mulheres. Além de estimular a produção de fotografias feitas por mulheres, o intuito é evidenciar a participação e atuação de mulheres em movimentos e marchas que busquem autonomia e empoderamento das mulheres, e a luta

pela conquista de direitos e igualdade de gênero.

Fotógrafas:

- Alexandra Martins Costa (Brasília)
- Elaine Campos (São Paulo)
- Julia Simões Zamboni (Brasília)
- Rayane Noronha (Brasília)

Retratos Mulheres Brasileiras e Margaridas

Fotógrafo:

- Sidney Murrieta

Roda de conversa com fotógrafas e fotógrafos

25 de novembro, às 16h30, no Espaço Latinidades

SHOWS

23 de novembro (quarta-feira), às 19h

Grupo SaiaBamba

A banda, formada por sete mulheres, apresenta um repertório de artistas consagrados da música brasileira, como Cartola, Paulinho da Viola, Geraldo Pereira, Clara Nunes, Dona Ivone Lara e Chico Buarque.

O Maior São João do Mundo

Artistas de Campina Grande, na Paraíba, mostraram a cultura junina da região.

24 de novembro (quinta-feira), às 19h

Capital do Rock

A Associação Brasiliense de Bandas de Rock (ABBRock) reunirá bandas locais com o melhor do rock de Brasília.

18h30 – Beladita Maldona

19h30 – Molly Morgan

20h30 – Coyote Clã

21h30 – DOT CODI

25 de novembro (sexta-feira), às 21h

Margareth Menezes

A cantora baiana mistura na música elementos africanos, brasileiros, indígenas e pop, num movimento denominado Afropop Brasileiro.

Festival Latinidades

25 de novembro (sexta-feira)**19h - Desfile com roupas inspiradas nas vestimentas de orixás femininas****20h - Homenagem à mestra Griô Raquel Trindade**

Homenagem à artista plástica, dançarina, coreógrafa, poetisa e filha de um dos maiores poetas negros do Brasil, Solano Trindade.

O IPEA não se responsabiliza por perda de objetos durante as atividades da 2ª Code. Os certificados de participação na 2ª Conferência do Desenvolvimento serão entregues no último dia do evento ou por e-mail, quando solicitado no endereço code@ipea.gov.br. A programação está sujeita a alterações. Mais informações podem ser obtidas no site www.ipea.gov.br/code.

Arthur Maciel Motta

De: Humberto Junior Montenegro [fhmontejr@hotmail.com]

Enviado em: terça-feira, 22 de novembro de 2011 18:15

Para: Arthur Maciel Motta

Assunto: Pedido

Prezado Cel Motta

Conforme combinado, seguem os dados referentes ao Pupin. Desde já, agradeço ao senhor pela disposição em ajudar.

Forte abraço,

Montenegro.

MINISTRO RELATOR WALTON ALENCAR RODRIGUES**Processo nº TC 009.521/2009-2****Ofício N° 1176/2010-TCU/SECOB-2, de 17 de novembro de 2010**

Durante o discurso do Sr. Eduardo Suplicy, a Sra. Marta Suplicy, 1ª Vice-Presidente deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pela Sra. Ana Amélia.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – Muito obrigada, Senador Eduardo Suplicy. A sua solicitação será atendida na forma regimental.

Para uma comunicação inadiável, concedo a palavra ao Senador Mozarildo Cavalcanti, pelo tempo regimental.

A próxima oradora inscrita será a Senadora Marta Suplicy, em permuta com a Senadora Vanessa Grazziotin.

O SR. MOZARILDO CAVALCANTI (PTB – RR) – Para uma comunicação inadiável. Sem revisão do orador.) – Sr^a Presidente, Senadora Ana Amélia, Sr^{as} Senadoras e Srs. Senadores, leio, hoje, matéria no *Correio Braziliense* – na verdade, de ontem –, cujo título é o seguinte: “Controladora-Geral da União Prepara Cadastro para Barrar ONGs sujas”.

Diz a matéria:

Em uma ação para coibir as fraudes com a aplicação de recursos públicos, o governo federal está na fase final da criação de um cadastro com informações sobre ONGs e entidades sem fins lucrativos envolvidas em irregularidades. Quem entrar na lista ficará impedido de celebrar convênios com a União e seguirá os moldes do Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis), que enumera as firmas que sofreram sanções por órgãos e entidades da administração pública e não podem fechar novos contratos com o governo.

Estão na mira do governo os contratos firmados com 73.089 ONGs, que, ao todo, receberam repasses de R\$ 2,7 bilhões em 2010. O cadastro também é uma resposta aos recentes escândalos que atingiram três ministérios (Turismo, Esporte e Trabalho) e já derrubaram dois titulares dessas pastas, Pedro Novais (Turismo) e Orlando Silva (Esporte). No Ministério do Trabalho, foco de uma crise detonada pelas suspeitas em torno do relacionamento do ministro Carlos Lupi com o empresário Adair Meira, dirigente da Fundação Pró-Cerrado e da Rede Nacional de Aprendizagem, Promoção Social e Integração (Renapsi), são 25 as ONGs com irregularidades já identificadas pela Controladoria-Geral da União (CGU). No Ministério do Esporte, o governo busca recuperar cerca de R\$28 milhões somente em convênios fechados dentro do Programa Segundo Tempo,

origem do escândalo que derrubou Orlando Silva do comando da pasta.

A previsão é que a lista seja divulgada no próximo dia 9, uma semana depois do fim do prazo de 30 dias de suspensão determinado pela presidente Dilma para o repasse de verbas federais para essas entidades, em decreto assinado em 30 de outubro.

E a matéria ainda prossegue. Vou pedir a V. Ex^a que, depois, autorize a transcrição na íntegra.

Mas quero, aqui, repisar um tema que venho falando desde 2001 e 2002, quando fui Presidente da primeira CPI das ONGs.

Havia e ainda há uma espécie de ideologia a respeito dessas entidades, e um tratamento que não condiz com o nome que elas têm: Organizações Não Governamentais. Porque, hoje, aliás, desde aquela época, como ficou provado naquela CPI, elas são, na verdade, organizações neogovernamentais, porque vivem às custas basicamente dos recursos públicos. Aliás, estas que estão aqui, envolvidas em escândalos, só têm como fonte justamente os recursos públicos.

Mas, hoje, li no jornal *Folha de S. Paulo* o seguinte título: “ONG divulga fotos que seriam de tribo de índios isolados em Roraima”, no meu Estado.

Veja só, Senadora:

A ONG Survival International divulgou nesta terça-feira fotos aéreas que afirmam ser de uma tribo isolada de índios yanomami, em Roraima.

Segundo a organização, as imagens mostram que próximo da comunidade existem áreas devastadas supostamente por garimpeiros.

O coordenador... Aí fala dos índios.

No fim, uma coisa que me surpreende: “Foram necessários 10 dias de voos sobre a terra indígena em um avião fornecido pela Funai”, para que essa ONG estrangeira fizesse esse trabalho e, portanto, alardeasse mundialmente.

Quero, aqui, fazer este registro porque vou requerer informações da Funai, vou requerer informações do Ministério da Justiça.

Por que o Governo brasileiro não tem capacitação para fazer esse trabalho? Tem que haver uma ONG transnacional, internacional para cuidar desse trabalho?

Recentemente, saiu outra notícia de que a Funai recebeu não sei quantos mil dólares para levar um cidadão estrangeiro, um pesquisador, a uma tribo; e ainda que o agente da Funai teria enganado o pesquisador na tradução da língua indígena.

Então, é preciso, embora tardiamente, acabar com essa farra que nós detectamos em 2001 e 2002.

Em 2004, aprovamos uma lei aqui no Senado, que está na Câmara, para pôr fim a essa farra.

Espero que dessa vez acabe.

Peço, portanto, Senadora Ana Amélia, a transcrição de ambas as matérias e registro aqui que vou pedir informações à Funai, ao Ministério da Justiça e ao Tribunal de Contas sobre essa ONG internacional, que está, de maneira muito zelosa, cuidando dos nossos índios.

DOCUMENTOS A QUE SE REFERE O SR. SENADOR MOZARILDO CALVANCANTI EM SEU PRONUNCIAMENTO.

(Inseridos nos termos do art. 210, inciso I e § 2º, do Regimento Interno.)

CONTROLADORA-GERAL DA UNIÃO PREPARA CADASTRO PARA BARRAR ONGS SUJAS

Karla Correia – dsdsdsds

Publicação: 22-11-2011

Em uma ação para coibir as fraudes com a aplicação de recursos públicos, o governo federal está na fase final da criação de um cadastro com informações sobre ONGs e entidades sem fins lucrativos envolvidas em irregularidades. Quem entrar na lista ficará impedido de celebrar convênios com a União e seguirá os moldes do Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis), que enumera as firmas que sofreram sanções por órgãos e entidades da administração pública e não podem fechar novos contratos com o governo.

Estão na mira do governo os contratos firmados com 73.089 ONGs, que, ao todo, receberam repasses de R\$ 2,7 bilhões em 2010. O cadastro também é uma resposta aos recentes escândalos que atingiram três ministérios (Turismo, Esporte e Trabalho) e já derrubaram dois titulares dessas pastas, Pedro Novais (Turismo) e Orlando Silva (Esporte). No Ministério do Trabalho, foco de uma crise detonada pelas suspeitas em torno do relacionamento do ministro Carlos Lupi com o empresário Adair Meira, dirigente da Fundação Pró-Cerrado e da Rede Nacional de Aprendizagem, Promoção Social e Integração (Renapsi), são 25 as ONGs com irregularidades já identificadas pela Controladoria-Geral da União (CGU). No Ministério do Esporte, o governo busca recuperar cerca de R\$ 28 milhões somente em convênios fechados dentro do Programa Segundo Tempo, origem do escândalo que derrubou Orlando Silva do comando da pasta.

A previsão é que a lista seja divulgada no próximo dia 9, uma semana depois do fim do prazo de 30 dias de suspensão determinado pela presidente Dilma Rousseff para o repasse de verbas federais para essas entidades, em decreto assinado em 30 de outubro. Até lá, os ministérios deverão ter concluído as auditorias internas

ordenadas pelo Planalto para encontrar irregularidades nos convênios firmados com ONGs. Essa investigação será uma das fontes de informação que irão fundamentar a elaboração do cadastro (leia quadro ao lado).

Critérios

Os dados serão reunidos pela CGU, que utilizará também informações coletadas dentro do Sistema Integrado de Administração Financeira (Siafi) para identificar as entidades em situação irregular, diz o secretário de Prevenção da Corrupção da CGU, Mário Vinícius Spinelli. “As próprias auditorias realizadas pela CGU que encontrarem problemas nos convênios com ONGs poderão colaborar na formulação do cadastro”, diz o secretário.

Encontrada a irregularidade em um convênio com uma ONG, o passo seguinte será o registro no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse (Siconv). Também é aberta uma Tomada de Contas Especial (TCE), instrumento equivalente a uma auditoria que tem como finalidade identificar recursos públicos desviados e que devem ser devolvidos ao erário, seguida da inclusão da entidade na lista do governo federal. De acordo com Spinelli, o governo ainda estuda a regulamentação dos critérios de inclusão das ONGs no cadastro. “Entidades endividadas, por exemplo, serão incluídas, mas precisamos definir ainda qual será o limite de endividamento que levará uma ONG para o cadastro”, explica o secretário. “É preciso lembrar, também, que as entidades que regularizarem sua situação poderão sair da lista.”

A quantidade de escândalos envolvendo convênios com ONGs se transformou em um flanco aberto do governo para ataques da oposição. Ontem, no Congresso Brasileiro de Fundações e Entidades de Interesse Social, em São Paulo (SP), o ministro da Secretaria-Geral da Presidência da República, Gilberto Carvalho, anunciou que nos próximos 90 dias será lançado o marco regulatório para nortear o funcionamento de entidades civis. Carvalho defendeu ainda a atuação das ONGs. “O governo não pode sozinho cuidar de todas as questões do país”, disse o ministro. O ministro respondia às declarações do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso, que pouco antes defendeu a independência do terceiro setor em relação ao Estado e cobrou maior fiscalização sobre as ONGs.

ONG divulga fotos que seriam de tribo de índios isolados em RR

DE SÃO PAULO

A ONG Survival International divulgou nesta terça-feira (22) fotos aéreas que afirma ser de uma tribo isolada de índios yanomami, em Roraima.

Segundo a organização, as imagens mostram que próximo da comunidade existem aéreas devastadas supostamente por garimpeiros.

O coordenador da associação Hutukara, Ailton da Silva, disse à agência France Presse que as fotos foram tiradas em março pelo fotógrafo yanomami Morsamiel Iramari.

ONG Survival International divulgou fotos aéreas de uma tribo isolada de índios yanomami, em Roraima

Foram necessários 10 dias de voos sobre a terra indígena em um avião fornecido pela Funai (Fundação Nacional do Índio). Silva estima que a tribo tenha cerca de 38 pessoas.

É a terceira vez que a ONG revela fotografias que seriam de índios isolados. As duas divulgações anteriores --uma no começo deste ano e outra em 2008-- mostraram uma tribo do Acre, na fronteira com o Peru.

"Estas novas imagens mostram o quanto a terra indígena foi importante para proteger os yanomami de garimpeiros que devastaram a tribo nos anos 1980", diz Stephen Corry, diretor da Survival International.

A organização lembra que no próximo ano se comemora os 20 anos da criação da terra indígena Yanomami, que ocupar aéreas no Amazonas e Roraima.

De acordo com a entidade, a violência e a doença reduziram a população indígena do local em 20% nos últimos 7 anos.

"As condições de vida dos yanomami têm melhorado consideravelmente, mas eles sempre estão confrontados com ameaças reais", afirma Corry.

A SR^a PRESIDENTE (Ana Amélia. Bloco/PP – RS) – A solicitação será atendida na forma regimental.

Aproveito, antes de chamar a Senadora Marta Suplicy, para anunciar a presença aqui, no plenário, dos Vereadores de Panambi, Lauro Michels e Sérgio Cardinal, ambos pertencentes ao meu partido, o Partido Progressista.

Muito obrigado pela visita.

Com a palavra a Senadora Marta Suplicy, por permuta com a Senadora Vanessa Grazziotin.

A SR^a MARTA SUPILCY (Bloco/PT – SP. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Obrigada, Senadora Ana Amélia.

Caros ouvintes da Rádio Senado e telespectadores da TV Senado, caros Senadores e caras Senadoras, hoje é matéria de capa do Jornal *Folha de S. Paulo* a notícia de que o Governo estuda distribuir parte dos lucros do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS). Achei ótima essa decisão do Executivo, que se alinha ao projeto que apresentei nesta Casa há dois meses, o PLS nº 580, de 15 de setembro de 2011. Meu projeto visa a corrigir uma injustiça histórica com os trabalhadores: a de que o FGTS pertence a eles, mas eles não participam efetivamente de seus lucros. Finalmente, pode-se dar ao trabalhador a real condição de cotista do Fundo.

No projeto, determino que pelo menos 50% do lucro obtido pelo FGTS no ano sejam distribuídos aos trabalhadores com contas vinculadas. Esse montante pode chegar até 100%, a depender de decisão do Conselho Curador do FGTS. Isso significa dizer que, caso meu projeto já estivesse em vigor nos últimos anos, considerando o lucro anual médio do FGTS, entre R\$1,5 bilhão e R\$3 bilhões seriam distribuídos aos trabalhadores com conta no Fundo. E o critério de distribuição que utilizo é a participação de cada conta no saldo total do Fundo, ou seja, a cota percentual de cada trabalhador no Fundo.

Quero destacar que o PLS nº 580 é também um "ovo de Colombo" para o problema de menor rentabilidade da conta do trabalhador no FGTS.

O fato é que, atualmente, a remuneração da conta é extremamente baixa, porque é calculada pela Taxa Referencial de Juros (TR), que, hoje, está em 1,65% ao ano, mais 3% de juros reais. Isso é a metade do que o trabalhador receberia na caderneta de poupança e muito menos que a remuneração obtida em fundos de renda fixa. Aliás, esse valor tende a ser menor que a inflação, indicando que há, de fato, uma perda real na conta do FGTS.

No entanto, a simples mudança da regra da correção das contas do FGTS ou poria em risco o equilíbrio financeiro do Fundo ou geraria um efeito em cadeia que encareceria o crédito para a casa própria concedido com recursos do Fundo. Quer dizer, se se aumentassem os juros, como alguns projetos nesta Casa propõem – e quem se beneficia desses juros é o próprio trabalhador –, essa não seria uma solução. Então, calcula-se que a substituição da TR como índice de correção das contas vinculadas, por exemplo, levaria à duplicação da taxa de juros média. Com isso, prejudicaríamos o trabalhador, que queremos beneficiar.

Por isso, a distribuição do lucro do FGTS para o trabalhador é realmente a melhor solução, representando um aumento de mais de 50% da rentabilidade das contas sem por em risco o crédito para a casa própria.

Meu projeto encontra-se atualmente na Comissão de Assuntos Sociais, em caráter terminativo, sob a relatoria do Senador Rodrigo Rollemberg. O projeto já conta, inclusive, com Nota Técnica favorável da Caixa Econômica Federal, apenas divergindo do percentual a ser distribuído para o trabalhador. Enquanto a Caixa defende um percentual máximo de 50%, acredito que esse percentual deve ser o piso, ou seja, o trabalhador deve ter a garantia de que, no mínimo, vai receber 50% do lucro desse Fundo.

Desde o início da tramitação do PLS nº 580, recebi também a visita de representantes do Conselho Curador do FGTS, que me convenceram que poderí-

amos aproveitar a oportunidade com meu projeto para realizarmos alguns outros ajustes e atualizações na legislação do Fundo. Por isso, decidi, em acordo com o Senador Rollemberg, realizar audiência pública no âmbito da Comissão de Assuntos Sociais para debater o projeto e essas outras ideias. Dada a proximidade do fim de ano, essa audiência vai se realizar no início de 2012.

Por fim, acho importante que o Executivo prestigie o nosso Senado ao apoiar iniciativas legislativas como a do PLS nº 580 e aproveite para concluir os nobres colegas para vermos aprovado esse projeto que considero muito importante para os trabalhadores brasileiros.

Mudando totalmente de assunto, quero dizer que, toda semana, há um novo caso de espancamento de homossexuais. Essa questão está ficando muito grave, Senador Paim, que, agora, assumiu a Presidência no lugar da Senadora Ana Amélia. É tão grave essa questão, que fiz um pequeno relato, para que as pessoas pudessem ter conhecimento disso. Se a pessoa não está acompanhando essa questão, ela acha que isso pode ocorrer de vez em quando. Isso não está ocorrendo de vez em quando.

Em novembro do ano passado, na região da Rua Augusta, um rapaz de 27 anos, estudante da Universidade de São Paulo (USP), foi atacado brutalmente, às 4h30. Ele levou uma garrafada no olho, e seu amigo foi atingido por pontapés. No mesmo mês de novembro, um grupo de cinco rapazes atacou quatro jovens em lugares diferentes da Avenida Paulista. O caso ganhou repercussão nacional devido ao fato de que uma das agressões foi filmada pela câmera de segurança de um banco. Isso passou em todo o Brasil várias vezes. Cansamos de ver aquela coisa horrorosa. Um estudante de Jornalismo de 23 anos foi atingido no rosto com uma lâmpada fluorescente. Mais à frente, o mesmo grupo espancou Sérgio, um rapaz de 38 anos; a vítima levou sete golpes de soco inglês.

Durante um jogo entre Vôlei Futuro/SP e Cruzeiro/MG, pela Superliga masculina, uma cena de homofobia explícita reinou. Não sei se vocês estão lembrados. Isso também teve visibilidade. Os torcedores ofenderam Michael, jogador do Vôlei Futuro, chamando-o de bicha e de gay.

No último sábado, um jovem de 21 anos sofreu três fraturas em ossos da face e ficou com um coágulo no cérebro ao ser agredido por um grupo de pelo menos dez pessoas em frente a um bar localizado na região central de São Paulo.

Em 19 de julho deste ano, pai e filho – isto mostra o nível a que está chegando essa questão –, ao saírem abraçados de um show no centro de exposições, no

interior de São Paulo, em São João da Boa Vista, foram barbaramente agredidos por um grupo de jovens. O homem, de 42 anos, teve a orelha mordida e parte dela decepada, e o filho sofreu ferimentos leves. Segundo a vítima, os agressores perguntaram se pai e filho eram um casal – eram pai e filho abraçados –, e eles disseram que não. Os rapazes foram embora, mas voltaram poucos minutos depois e fizeram essa agressão. Uma mulher que estava no local pegou o pedaço da orelha e o colocou em um copo com gelo. A vítima foi encaminhada para um cirurgião plástico. Afirmou a vítima: "Cheguei lá, e uma junta de médicos disse que foi um objeto cortante". Quer dizer, os agressores voltaram com um objeto cortante, para atacar o pai, porque acharam que se tratava de um casal gay. Um homem foi preso, suspeito de participar da agressão.

Isso é o que está acontecendo, é uma agressão atrás da outra. Já há outros casos.

As estatísticas da homofobia são alarmantes. Segundo dados divulgados pela organização não governamental Grupo Gay da Bahia, a cada dia e meio, um homossexual foi morto no Brasil em 2010, colocando o Brasil na liderança mundial em assassinatos de homossexuais. Foram 260 homicídios. Segundo a mesma ONG, até agosto deste ano, houve 144 mortes. O risco de um homossexual ser morto violentamente no Brasil é 785% maior, Senador Paim, do que nos Estados Unidos. Naquele país, foram registrados 14 homicídios de travestis em 2010, enquanto, no Brasil, foram 110 assassinatos.

V. Ex^a, que é Presidente da Comissão de Direitos Humanos, e todos nós, que batalhamos nessa área de direitos humanos há muito tempo, vemos que tem demorado muito para os homossexuais adquirirem seus direitos no País. O projeto da união estável, que apresentei há 16 anos na Câmara dos Deputados, encontra-se lá, no plenário. Já caducou, foi ultrapassado pelo Judiciário e não foi votado. Entretanto, alguns países avançaram muito, como a Argentina. Quando esse projeto de lei da união estável foi proposto por mim na Câmara há 16 anos, a Argentina era um país extremamente conservador em relação à questão da homossexualidade. Hoje, na Argentina, há casamento gay, e, aqui, há espancamento na Avenida Paulista.

Realmente, temos de nos posicionar. Temos de dar fim a essa omissão que vemos no Congresso na discussão do tema e temos de nos posicionar como seres humanos que somos. Não se trata de ser contra ou a favor. Isso nada tem a ver com casamento. Temos de nos posicionar em relação à violência contra homossexuais e de votar o Projeto nº 122, que criminaliza a homofobia. Se não vai extinguir a homofobia, pelo menos vai ter um impacto grande. Hoje, se um cidadão

xinga uma pessoa negra ou lhe dá um chute, ele vai para a cadeia. Mas, quanto a tudo que ouvimos aqui, é difícil a pessoa ir para a cadeia. Pode-se dar um chute em uma pessoa, xingá-la de bicha ou do que quiser, que nada acontece. Mas nada acontece até alguém matar outra pessoa, até alguém ficar machucado de forma muito mais séria.

Tudo isso também tem a ver com uma parte que se radicalizou na sociedade à medida que os direitos foram sendo concedidos, não por esta Casa, o Congresso Nacional, mas pelo Judiciário, que, numa sentença histórica, permitiu a união estável e que vem permitindo em todo o Brasil sentenças favoráveis aos homossexuais. Isso vem acontecendo nos últimos dez anos e culminou com essa sentença do Supremo Tribunal Federal (STF).

Temos de realmente começar a fazer a roda girar e a fazer acontecer no Congresso Nacional e no Senado.

Hoje, na Câmara, há a Mobilização Nacional por uma Educação sem Homofobia, que está sendo presidida pela Deputada Fátima Bezerra, Presidenta da Comissão de Educação, que também é uma das áreas em que temos de ter essa preocupação, porque, na questão do racismo, na questão de gênero, na questão da homofobia, em tudo isso, a sociedade cria um caldo favorável ou desfavorável, preconceituoso ou não preconceituoso, e isso se dá na família também. Mas a escola tem de ter uma posição de laicidade, uma posição de ensino mesmo, de respeito à diversidade, de respeito à igualdade entre os gêneros, de respeito às pessoas que são diferentes em raça, em etnia, em orientação sexual. É importantíssimo que haja essa possibilidade nas escolas.

Na televisão, na novela das 21 horas que acabou, *Insensato Coração*, Gilberto Braga foi um mestre em explicar o que é homofobia, não em forma de leitura, fazendo uma aula, porque isso não se faz em novela, mas ele o fez de forma muito mais eficiente, Senador Mozarildo V. Ex^a me ajudou a lembrar o nome da novela. Gilberto Braga mostrou o que é homofobia, com exemplos práticos, como o do pai que descobriu que aquele menino homossexual era seu filho – foi mostrado como ele, que era tão antagônico, lidou com aquilo – e como o da destruição daquele quiosque na praia, porque o dono era homossexual. Foram mostradas coisas desse tipo.

As novelas são um grande instrumento, pois conseguem chegar ao povão. Tenho estado muito atenta. Como as novelas são um grande instrumento, temos de estar muito atentos para o que elas estão levando.

Nesta última novela, *Fina Estampa* – eu a estou seguindo quando posso –, uma mulher apanhava a toda hora. Achei muito bonito a Ministra Iriny Lopes ter

a atitude de escrever, como cidadã – cidadã-Ministra –, para o departamento da Rede Globo onde se faz reclamação para dizer que aquilo era um absurdo. A mulher apanhava, apanhava, apanhava, não reagia. Dali a pouco, o homem mataria a mulher. Eles tinham de pensar numa solução diferente. E a Globo a escutou. Não sei se os senhores notaram que a mulher parou de apanhar. A Ministra disse uma coisa interessante, sobre a qual eu não tinha pensado: muitas vezes, essa mulher fica com quem bate nela por que não tem alternativa ou por que ela gosta do sujeito que bate nela. E uma alternativa que a Ministra apresentou à Rede Globo – e percebi que, de certa forma, a novela está indo nessa direção – seria a de fazer o indivíduo mudar um pouco a visão dele, como o Gilberto Braga conseguiu mudar a visão do pai do homossexual. Agora, na novela, o Baltazar – que nunca pode ser um herói – está tentando se entender com a filha e com a mulher, sem bater em ambas. Não sei se vai conseguir isso ou se vai acabar matando uma delas, não sei o que vai acontecer. Mas, de qualquer forma, parou de bater na mulher. E ela deu queixa. Ela não retirou a queixa.

Então, há esses instrumentos. Também foi publicado um artigo excelente de Contardo Calligaris, que é articulista da *Folha*, psicanalista, que já fala para um público mais sofisticado, explicando, através da psicanálise, a homofobia. Ele diz que a pessoa não resolve um conflito interno e aí o projeta no outro: “Ele é um homossexual. Eu o detesto. Ele é um horror. Eu acabo com ele”. Mas é uma coisa referente a si próprio que se destrói no outro. Acho que esse artigo foi publicado no dia último dia 11. Quem tiver interesse deve entrar na Internet e pegar esse artigo na *Folha*, porque é muito, muito interessante.

Então, são todas ações que vemos por parte de um lado da sociedade que se sensibiliza. Haverá a Conferência Homossexual em dezembro.

Queremos dar um fim nisso. Queremos uma sociedade harmoniosa, que conviva com paz e com amor. Queremos que todos se respeitem.

Muito obrigada, Senador Paim, pelo tempo.

Durante o discurso da Sra. Marta Suplicy, a Sra. Ana Amélia deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Paulo Paim.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Cumprimento V. Ex^a.

Se V. Ex^a me permitir, eu queria, neste momento, ler uma correspondência que recebi da Ministra de Estado Chefe da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República:

Caríssimos Sr^{as} e Srs. Senadores, a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência

da República tem a honra de convidar para participar da cerimônia oficial de abertura da III Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa, a realizar-se no auditório da Confederação Nacional dos Trabalhadores do Comércio – CNTC, situado na Av. W5 SGAS 902, Bloco C, Brasília-DF.

A III Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa terá como tema 'O compromisso de todos por um envelhecimento digno no Brasil' e contará com a participação de representantes de movimentos sociais e de representantes de governo de todo o País.

Já informo que confirmei com a Ministra a minha presença. Estarei lá, às 19h, para participar da cerimônia de abertura da III Conferência Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa.

Passamos a palavra, neste momento, ao Senador Pedro Bauer, ou melhor, Paulo Bauer. É que tudo começa com "p" aqui: Paulo Paim, Pedro Simon e Paulo Bauer. Aqui, o nome estava escrito de forma correta. É que eu lia "Pedro".

Concedo a palavra ao Senador Paulo Bauer, que trocou com o Senador Pedro Simon.

O SR. PAULO BAUER (Bloco/PSDB – SC). Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Muito obrigado, Sr. Presidente. Certamente, essa troca se deve ao fato de a minha inscrição ter sido realizada porque solicitei ao eminentíssimo Senador Pedro Simon a possibilidade de permuta de horário de inscrição com ele. Por isso, o registro da Casa ficou Pedro Bauer. Espero que, na hora de chamá-lo, chamem-no Paulo Simon, o que me dará muito alegria, porque ele evidentemente é um ilustre Senador, que presta grande contribuição aos trabalhos desta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Daí vamos chamar o Paulo Davim também, que começa com "p".

O SR. PAULO BAUER (Bloco/PSDB – SC) – Exatamente.

Sr^{as} e Srs. Senadores, na tarde de hoje, apresento-me a V. Ex^{as} para formalizar um pronunciamento que pretende abordar um tema muito importante para o País, para Santa Catarina, e certamente precisa merecer a atenção e a dedicação das Sr^{as} Senadoras e dos Srs. Senadores que integram esta Casa, porque tem repercussões na vida econômica de todo o País, principalmente nas regiões e nos Estados mais industrializados.

Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, há décadas, o debate político brasileiro e o debate público brasileiro realçam a importância de realizarmos uma efetiva e justa reforma tributária no País.

Muito tem se falado. Mas, de fato, pouca coisa tem sido concretizada para dotarmos o Brasil de um regramento tributário que fuja à complexidade e à ineficácia atuais. É notório que tal condição – que se convencionou chamar de custo Brasil – tem se configurado em importante entrave ao florescimento do empreendedorismo em nosso País.

Como representante de Santa Catarina, Sr. Presidente, Estado possuidor de uma economia vibrante e extremamente dinâmica, porque também muito diversificada, tenho a exata noção de como os negócios, principalmente aqueles vinculados às micro e pequenas empresas, são tolhidos e atravancados por nosso pesado, esdrúxulo e punitivo sistema de cobrança de taxas e impostos.

Exemplo bastante claro dessa situação se dá, meus nobres colegas, em relação ao mecanismo que, supostamente, representaria uma tábua de salvação para os pequenos empresários. Refiro-me às regras de adesão ao Simples, cujo regulamento excessivamente rígido, somado às intempéries econômicas, tem levado à exclusão do programa dezenas de milhares de empresas.

Para os senhores e as senhoras terem uma dimensão do problema, exatamente 111.272 pedidos de adesão ao Simples Nacional foram negados por seu Comitê Gestor no começo deste ano, só no começo deste ano. Em mais de 90% dos casos, Sr. Presidente, o motivo da recusa foi a existência de débitos fiscais com a União, Estados ou Municípios.

Ora, pela contundência dessas estatísticas, fica patente que algo não está funcionando bem nesse quesito.

Os grandes problemas pelos quais passam as micro e pequenas empresas em nosso País foram agora um pouco minimizados pela sanção que a Presidente da República promoveu, da lei aprovada por esta Casa, de adequação e de reajustamento dos valores de enquadramento. Apesar da alta carga tributária e também dos altos custos operacionais e da valorização cambial excessiva, os números divulgados indicam que as regras atuais não estão adequadas para o propósito maior do mecanismo, qual seja, a proteção desses pequenos negócios e o incentivo a eles.

Salvo um ou outro caso de má-fé, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, tenham certeza de que os inadimplentes fiscais assim o são por falta de opção ou de estrutura. Até pela facilidade representada pelo Simples, o cumprimento das obrigações fiscais representaria uma condição muito mais vantajosa e segura para o funcionamento regular de qualquer empresa de menor envergadura. Se não o fazem, por alguma coisa certamente será.

Nesse sentido, temos o dever de rediscutir essa matéria, como o enquadramento de mais segmentos dentro do Simples e a criação de condições especiais de financiamento e recuperação fiscal para essas pequenas empresas.

Vejo com bons olhos a retomada da discussão do assunto, que importou e resultou na votação do programa e na correção das tabelas do Supersimples, também estabelecendo regras para o parcelamento de débitos. Mas isso ainda não é suficiente. Precisamos discutir mais esse assunto, facilitar a vida do contribuinte, facilitar a vida do empresário, que tem em nosso País uma das maiores dificuldades dentro do cenário dos países desenvolvidos para instalar seu negócio, para regulamentar sua atividade, para cumprir o ritual exigido pela lei, de formalização e de inscrição da empresa, do seu negócio, perante as instituições e os órgãos públicos.

E é com essa dura realidade, de elevados impostos e regras muitas vezes draconianas, que se deparam os nossos empreendedores. O País precisa sobremaneira deles para crescer, gerar emprego, renda e produção. Mas, em troca, o País lhes tem oferecido um ambiente fiscal e tributário bastante hostil para as suas operações.

O fato é que nossa imensa e sufocante carga tributária representa um dos grandes obstáculos para um salto ainda maior em nosso crescimento econômico. Sob o ponto de vista da competição internacional, o elevado número de tributos incidentes sobre nossos produtos tem diminuído a competitividade brasileira em diversos segmentos e limitado o potencial produtivo de nossa economia e da indústria.

Alguns exemplos objetivos são extremamente educativos, Sr. Presidente. Todos nós sabemos que o preço de automóvel no Brasil é um dos mais altos do mundo. Pois bem, em uma comparação feita com o preço final de um modelo Toyota Corolla em 12 grandes mercados automobilísticos, o Brasil é o campeão absoluto de custo para a sua aquisição, R\$ 75 mil, com quase o dobro em relação ao preço médio da amostra, de R\$ 45,8 mil nos 12 maiores mercados analisados.

O que explicaria tal discrepância? Ora, cerca de 42% do preço do veículo se devem a impostos federais e estaduais. Sem essa grave incidência, esse custo estaria dentro dos parâmetros médios. Nossos vizinhos argentinos, parceiros do Mercosul e sob condições análogas, pagam R\$ 46,7 mil pelo mesmo modelo de automóvel vendido naquele país.

Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, quem é de Santa Catarina sabe que a reforma tributária sempre esteve, com especial destaque, no rol

dos projetos que me comprometi a encampar em meu mandato de Senador.

Associados à valorização do empreendedorismo, com o estímulo fiscal e efetivo apoio à criação de micros e pequenas empresas, a simplificação e o enxugamento de nossa atual legislação tributária são mais do que um imperativo de nossa economia: são um reclame de toda a sociedade brasileira.

Como primeiro passo, vejo a necessidade de um Simples ampliado e mais bem adequado às condições e necessidades operacionais das pequenas empresas de nosso País. Do jeito que está, a missão fiscal do Simples de facilitar a vida do pequeno empreendedor tem ficado bastante comprometida.

Mas, de fato, o Brasil precisa de uma geral, efetiva e corajosa reformulação em seu intrincado sistema tributário. Precisamos, de maneira criteriosa, porém célere, enxugá-lo e torná-lo muito mais decodificado e cristalino para os investimentos e empreendimentos que, de fato, viabilizam a pujança de nossa economia.

Ao fazê-lo, Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras e Srs. Senadores, estaremos dando um passo decisivo rumo à modernização de nossa economia. E podem estar certos de que nós estaremos aqui pessoalmente e, tenho certeza, com a presença e a contribuição de quase todos os integrantes desta Casa, para trabalhar nesta grandiosa tarefa, a reforma tributária, sonhada desde os tempos da redemocratização do País, objeto de discurso...

E eu me encontrava aqui – creio que o Senador Paulo Paim ainda era Deputado na época – quando o Presidente Lula veio ao Congresso apresentar uma proposta de reforma tributária, apoiado e acompanhado de todos os governadores de Estado do Brasil, independente de cor partidária. Nós vimos eminentes Senadores, eminentes Deputados apresentarem grandes e viáveis propostas para o País, de reforma tributária que, infelizmente, nunca se concretizou.

(O Sr. Presidente faz soar a campainha.)

O SR. PAULO BAUER (Bloco/PSDB – SC) – Nunca se consolidou, e isso acontece exatamente por falta de vontade política.

Antes de ouvir o Senador Casildo Maldaner, que me pede um aparte, devo dizer a V. Ex^{as} que, no momento em que o Brasil cresce, como cresceu 6%, 7% ao ano – e a previsão para este ano é perto de 5% –, obviamente, a arrecadação de tributos aumenta, e este é o momento para se fazer a reforma tributária; este é o momento para organizar o País, permitindo, assim, que o desenvolvimento se torne uma realidade nacional ainda mais promissora.

Ouço, com muito prazer, o Senador Casildo Maldaner, que me pede um aparte.

O Sr. Casildo Maldaner (Bloco/PMDB – SC) – Senador Paulo Bauer, antes de mais nada, eu quero aproveitar para fazer um registro inclusive de catarinenses. Está aqui uma comissão do Município de Taió, da região do Alto Vale de Itajaí, presidida pela presidente da Câmara de Vereadores de Taió, com vereadores e empresários. Também destacamos aqui a presença de autoridades e vereadores do Município de Ituporanga, que é considerado a capital nacional da cebola. É o registro que faço dessas duas comissões de dois grandes Municípios importantes do Alto Vale do nosso Itajaí. E, no mais, Senador Paulo Bauer, para cumprimentá-lo por essa luta, que é não só de V. Ex^a; também é nossa, é do Senador Luiz Henrique que, quando governador, já vinha pregando muito a descentralização e que o Governo Federal ficasse mais na normatização das questões e deixasse para os Estados e os Municípios do Brasil gerirem as questões em seus Estados, em seus Municípios. Funcionaria bem melhor. É a grande caminhada, a caminhada da descentralização, que é o foco do pronunciamento de V. Ex^a. Quero aderir a isso e cumprimentá-lo por essa luta que vem desempenhando, já no Senado, com grande desprendimento.

O SR. PAULO BAUER (Bloco/PSDB – SC) – Agradeço ao aparte de V. Ex^a. Quero associar-me à saudação que fez aos eminentes vereadores e vereadoras de Taió e de Ituporanga que, sem dúvida alguma, prestam grande serviço às nossas comunidades em Santa Catarina e que hoje visitam Brasília e o Senado Federal.

Certamente, Senador Casildo, gastamos muito tempo, dedicamos centenas de horas ao debate de medidas provisórias, à discussão de medidas que o Governo adota para tapar buracos, para evitar determinadas crises, para resolver e salvar determinados setores que se encontram agonizando, ora por causa da competição internacional, ora por conta da falta de crédito, ora por conta da falta de mão de obra qualificada.

Enfim, o Governo – e não só este, Senador Paulo Paim –, muitos governos, no âmbito federal e no âmbito estadual, têm-se dedicado a equacionar problemas, mas é preciso – e a Presidenta Dilma deveria fazê-lo – que o Governo Federal pare, pense, aja e proponha ao País uma política industrial, uma reforma tributária, uma organização nova para o Governo. Aí sim, teremos condições de trabalhar com uma regra clara, com uma definição perfeita e com uma condição de desenvolvimento assegurada.

Agradeço a atenção de V. Ex^as e espero que possamos, em um prazo muito curto, desenvolver muitas ações nesse sentido.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Paim. Bloco/PT – RS) – Passamos a palavra, neste momento, como Líder, ao Senador Paulo Davim.

Cumprimento o Senador Paulo Bauer pelo seu pronunciamento.

O Senador Paulo Davim falará como Líder.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN). Como Líder. Sem revisão do orador) – Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, existem atualmente cerca de 6 mil brasileiros cursando Medicina fora do País, principalmente em países como Argentina, Bolívia, Cuba e Paraguai. Desses, aproximadamente 600 voltam todos os anos para o Brasil e encontram sérias dificuldades para regularizar sua situação profissional, tendo em vista as notórias falhas no aprendizado e na prática médica desses cursos feitos no exterior. Há, por exemplo, uma falsa ideia de que a Medicina de Cuba é referência mundial. Enquanto que, no meio científico brasileiro, sabe-se, notoriamente, que essas informações são falaciosas. É fato que as faculdades cubanas de Medicina valorizam a medicina preventiva, sobretudo aquele que possa atender à população de baixa renda, mas deixa a desejar na chamada medicina de média e alta complexidade.

Existem atualmente 183 cursos de Medicina em todo o Brasil. O que nos coloca no segundo lugar no ranking mundial de escolas médicas. Ficamos atrás somente da Índia, que tem 272 escolas médicas. Ou seja, em números relativos, temos faculdades de Medicina suficientes no nosso País para formar esses estudantes que vão para fora. Só que com um detalhe importante: nossos vestibulares são bem mais concorridos que os de outros países. Para se ter uma ideia, há algumas faculdades fora do País que têm um processo seletivo bem menos competitivo e, portanto, facilitam o ingresso do estudante; outras sequer têm processos seletivos. Mas a questão é: a que preço? Como fica a formação desse futuro médico, se a grade curricular for falha e insuficiente?

Sr. Presidente, preocupados com a necessidade de regularização profissional daqueles que fazem Medicina no exterior, o Ministério da Educação, em consonância com o Ministério da Saúde, instituiu em 2010 o Exame Nacional de Revalidação de Diplomas Médicos, mais conhecido pelo nome de Revalida, que consiste em um processo de avaliação com duas etapas, uma teórica e outra prática, de maneira a validar o diploma de médico no Brasil.

Pois bem, vamos aos dados que referendam outra preocupação, dessa vez do Conselho Federal de Medicina. Dos 628 inscritos no Revalida do ano passado (2010), apenas dois foram aprovados. Dados do MEC dizem que, no Revalida de 2011, 37 instituições públicas de ensino superior – federais, estaduais e municipais – aderiram ao exame e estão aptas a emitir certificado.

As provas escritas serão aplicadas pelo Inep nas seguintes cidades: Brasília, Porto Alegre, Manaus, Fortaleza, Rio de Janeiro e Campo Grande. A prova de habilidades clínicas ocorrerá para todos os candidatos somente em Brasília e são esperados cerca de 800 médicos para este ano de 2011.

Pois bem, voltando ao dado alarmante de apenas dois aprovados no Revalida do ano passado, tal fato motivou o Ministério da Saúde a criar um curso preparatório gratuito no qual serão incluídas matérias não abordadas nas faculdades estrangeiras. Nesse caso, especialmente das faculdades de Cuba, de onde surgiu a ideia, em setembro desse ano, após uma visita do Ministro Alexandre Padilha. Tal medida, se aplicada, favorecerá 500 médicos brasileiros formados em Cuba.

Meu questionamento, caros Srs. Senadores e Senadoras, é: por que, em vez de ser gasto dinheiro público para favorecer um pequeno grupo de estudantes, não se investe na educação básica de milhões de brasileiros e na preparação dos estudantes para os vestibulares do Brasil de maneira a dar condições para que esses jovens que vão cursar Medicina fora passem nos vestibulares no seu próprio País?

Favorecer com um curso preparatório um pequeno grupo tem, no meu entendimento, uma lógica descabida! Os defensores alegam que, em se tratando dos formandos de Cuba, existe uma espécie de preconceito ideológico contra eles. Convenhamos, muito mais importante que o favorecimento de um pequeno grupo de brasileiros – geralmente oriundos de famílias abastadas e que têm condições de manter durante anos os filhos estudando no exterior – é o preparo profissional para a prática da Medicina.

Nosso País é extremamente rigoroso nos exames para residências médicas e estágios médicos – e deve ser assim. Portanto, não faz sentido ético que haja favorecimento para grupos, em detrimento da maioria. O que está em jogo, no meu entendimento, são dois pontos basilares nessa questão: a qualidade da educação em sua totalidade, desde o ensino básico, passando pelo médio que prepara para os processos seletivos internos e o próprio aprendizado da Medicina e sua prática, que garanta a excelência possível e a certeza de um bom profissional a serviço da sociedade.

Era isso, Srª Presidente.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Paulo Davim, o Sr. Paulo Paim deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pela Sra. Marta Suplicy, 1ª Vice-Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Obrigada, Senador Paulo Davim.

Com a palavra o Senador Casildo, em permuta com a Senadora Lídice da Mata, em seguida.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC.) Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Srª Presidente Marta Suplicy, caros Colegas, em primeiro lugar, quero aqui agradecer à Senadora Lídice da Mata ter aceito fazermos uma permuta, para que eu faça uma espécie de comunicação antes, e ela falará em seguida. Essa permuta nos ajuda para que eu possa atender a outro compromisso externo em seguida.

Srª Presidente, Srs. Colegas, quero fazer uma espécie de registro que ocorre neste instante: não só o grande tema do Código Florestal, que está sendo debatido aqui no Senado na Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, como também, numa outra Comissão Mista – da qual saí há pouco –, liderada pelo Senador Sérgio Souza, cujo Vice-Presidente é o Deputado Alfredo Sirkis, do Rio de Janeiro, onde se discute a questão das mudanças climáticas no mundo.

A comissão permanente que está tratando disso está em sua 13ª reunião e estuda o comportamento e as condições climáticas também no Brasil. Além de termos participado, também lá se encontra o Deputado Glauber Braga, do Rio de Janeiro, que é o relator da Comissão de Defesa Civil na Câmara dos Deputados. Nós, aqui no Senado, estamos com uma comissão temporária também, ultimando os trabalhos de um novo paradigma para a defesa civil no Brasil. Nessa comissão temporária do Senado, que analisa a nova proposta de defesa civil, fui designado relator dessa proposta.

Estamos caminhando e estamos praticamente indo para os “finalmentes” na elaboração de uma nova metodologia da questão da defesa civil no Brasil, em sintonia não só com o Senado, mas também com a Câmara dos Deputados, com a Comissão que lá existe sobre defesa civil.

O que temos de fazer no Brasil? Hoje, somos imprevidentes. A defesa civil no Brasil, hoje, não é prática. Quando ocorrem os sinistros, somos pegos – como se diz na gíria – de calças curtas. Vivi isso mesmo, na minha experiência, quando Governador do meu Estado de Santa Catarina.

Tendo sido despertado de madrugada com inundações em alguns lugares no Estado e ter ligado ainda, em seguida – mesmo de madrugada –, à defesa civil para ver o que poderíamos fazer. E a defesa civil, também despreparada, sem ter condições. Não somos previdentes. O que vem ocorrendo quando isso sói acontecer? Faz-se um levantamento dos Municípios atingidos... E aqui temos representantes do Alto Vale do Itajaí, que é Taió, Ituporanga, enfim, isso tem ocorrido agora no Alto Vale, principalmente Rio do Sul e

Municípios adjacentes. O que ocorre? Hoje se faz um levantamento; a defesa civil estadual traz o levantamento; a defesa civil do Estado, por sua vez, procura com o Governador encaminhar à defesa civil nacional; vai ao Ministério da Integração Nacional que, por sua vez, vai ao Planalto, à Casa Civil; procura-se elaborar uma medida provisória para vir ao Congresso Nacional e tentar aprovar alguns recursos.

Mas isso, geralmente – já desde o meu tempo –, do sinistro até acontecer a coisa concreta, leva meio ano. A escola caída continua lá; a ponte no chão; o posto de saúde sem poder atender; a pinguela não foi arrumada; e assim por diante. Quer dizer, nós não somos previdentes e não estamos preparados para isso. Então, o que é que nós estamos ultimando – e ainda há pouco debatemos sobre esse tema –: precisamos nos organizar e ser mais previdentes no Brasil. É por isso que estamos com as propostas e ultimando o relatório para fazer com que se crie um fundo para responder imediatamente a isso. Como é que estamos tentando elaborar esse fundo? De todo o seguro no Brasil que se fizer; não daquele obrigatório, mas daquele seguro que é de *sponte* livre, que não é compulsório, de casa, de automóvel, o prêmio do seguro-automóvel, qualquer coisa... Por exemplo, de um automóvel, ao fazer o seguro, 1% vai para um Fundo Nacional de Defesa Civil; o outro 1% (um terço) vai para a defesa civil no Estado onde surgiu o seguro, e o último 1%, por exemplo, vai para um Município, no caso de Santa Catarina, poderia ir lá para Taió ou lá para Ituporanga. Cito porque são as duas representações que estão aqui na tribuna de honra hoje. Vai para lá onde foi feito o seguro. Então, já se sabe que um terço daquele seguro vai para a defesa civil no município onde estiver organizada. Para que isso? Para estimular o seguro, para fazer mais seguro.

Com isso, se aplicar 70% disso na prevenção, nos prevenirmos para os sinistros, se por acaso ocorrer, já existiria alguma coisa para entrar em campo imediatamente e não esperar uma novela para levar.

Se o sinistro for de tamanho maior, existe a defesa civil organizada e a nacional também com preparação.

A outra medida, Senadora Lídice da Mata, que estamos procurando criar com o fundo é fazer com que, quando é para prevenção, o município destinará alguma coisa. Se ele destinar 1% do orçamento para prevenção, o Estado vai colocar 2% e a União vai colocar 3%. Esse fundo é distribuído de acordo com a organização da defesa civil dos Estados e dos Municípios.

E vai haver normas para aplicar na prevenção, 70% mais ou menos e fica ainda com uma reserva. Quando o sinistro vier, estão preparados para entrar imediatamente em campo.

São algumas questões que trago aqui para comunicar que estamos trabalhando nesse novo paradigma, buscando, inclusive, o que há de melhor em alguns países do mundo através das embaixadas aqui, em Brasília. O que há de melhor na Austrália, na Nova Zelândia, no Chile, na Alemanha, nos Estados Unidos e no Japão, buscando o que há de melhor que eles têm hoje para nós adaptarmos na legislação brasileira.

Esse é o trabalho do relatório que estamos procurando trazer nos próximos 8 ou 10 dias. A nossa Comissão deverá meditar e decidir sobre isso, em sintonia com a comissão da Câmara dos Deputados e vamos trazer ao plenário, se Deus quiser, em 15 dias, para que nós possamos ainda este ano trazer uma nova proposta de defesa civil para o Brasil.

Ainda fizemos um apelo ao Deputado Marco Maia, Presidente da Câmara, porque lá está a medida provisória do Governo, de nº 547, Senador Walter Pinheiro, que trata das questões de defesa civil.

Se nesta medida provisória, puder o Presidente da Câmara fazer com que haja um relator para trabalhar e inserir algumas questões, e nós, aqui no Senado, na nossa comissão, presidida pelo Senador Jorge Viana e da qual sou o relator, possamos inserir, quem sabe, nesta medida provisória, já este ano, Senador Walter Pinheiro e Senadora Lídice da Mata, para que possamos já colocar em prática aquilo que sói acontecer sempre, as enchentes, os vendavais, como tem no Natal, todo ano, o dia 1º do ano, tem páscoa e também costuma no verão, quando vem a chuvarada que nos pegam desprevenidos. Temos que nos preparar.

Se a nobre Presidente permitir, eu ouço o Senador Walter Pinheiro.

O Sr. Walter Pinheiro (Bloco/PT – BA) – Só muito rapidamente para dizer que concordo com V. Ex^a, e, nessa mesma linha, apresentamos uma proposta, Senador Casildo, no sentido de a gente consolidar um programa de criação de centros integrados de emergência, constituídos no País inteiro. Nós vamos ter de fazer isso nas doze cidades-sedes da Copa, por que não fazer isso em todo o País? Esse centro incorpora as ações de defesa civil, incorpora as questões de alterações climáticas e todo nível de atendimento e comunicação com a população, como tem no mundo inteiro, com um número único, inclusive. É o caso europeu do 112 ou a situação americana do centro de emergência 911. Então, nós estamos defendendo esses centros de defesa civil e de emergência instalados no Brasil.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – É com muita alegria que eu recolho a ideia – se não estou equivocado, V. Ex^a faz parte até dessa Comissão. A ideia é fundamental, principalmente agora que nós queremos que esse fundo criado seja 70%

aplicado em prevenção, e aí os centros para cuidar de meteorologia, nos centros meteorológicos para prevenir, para avisar, para preparar os profissionais. Outra ideia é fazer com que o currículo escolar receba uma disciplina sobre defesa civil, para preparar as crianças e a sociedade. Nós temos, em Santa Catarina, os voluntários da defesa civil em vários Municípios, a fim de preparar isso, para que, quando ocorrer, nós estejamos mais prevenidos.

No mais, era esta uma das comunicações. Agradeço, mais uma vez, Senador Lídice da Mata por ter aceito essa permuta, V. Ex^a que representa tão bem a Bahia, como também o Senador Walter Pinheiro que aqui está.

Muito obrigado, Senadora Marta Suplicy.

A SR^a PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Obrigada, Senador Casildo.

Com a palavra, a Senadora Lídice da Mata.

A SR^a LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA). Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora) – Sr^a Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, seria interessante, inclusive, Senador Walter Pinheiro, chamar a atenção porque nós acabamos de aprovar uma emenda na nossa bancada, emenda que recebeu mais votos, para a instalação do centro de emergência. E, na linha do que falou o Senador Casildo Maldaner, lembrar a importância do voluntariado nesse processo de defesa civil.

Quanto fui Prefeita de Salvador, nós tínhamos o Conselho da Defesa Civil, que teve uma atuação muito destacada no período das chuvas em Salvador e, portanto, convocando a participação da sociedade organizada, como o Crea, como o Instituto dos Arquitetos, que nos ajudou enormemente naquele período, para identificar os imóveis em áreas de risco e em condições de risco.

Mas, Sr^a Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, eu gostaria de hoje destacar que tenho em minhas mãos uma pesquisa inédita, cujos resultados gostaria de apresentar aqui no Senado. Trata-se da pesquisa feita pelo DataSenado, atendendo a um requerimento apresentado por mim na Comissão de Educação, Cultura e Esporte e que diz respeito à opinião dos brasileiros sobre a importância da cultura em nosso País. A pesquisa foi realizada entre o dia 31 de outubro e 14 de novembro e apontou que 83% dos entrevistados acham que investir em cultura pode contribuir muito para desenvolvimento econômico do País.

Essa percepção aumenta conforme cresce a escolaridade e a renda dos entrevistados. A apuração mostrou também que 70% defendem que área de cultura com mais apoio do governo poderia gerar muito mais emprego.

A base da compreensão e os dados da pesquisa deixam claro que logo após as questões que dizem respeito às necessidades básicas da população, como saúde, educação e infraestrutura, o povo deseja demandar e consumir cultura, esta entendida como indústria cultural. Isso é extremamente importante para que possamos debater de forma diferente os investimentos em cultura no nosso País.

Ao indicar o principal problema para o desenvolvimento da área de cultura, 38% apontaram pouco incentivo do governo ao setor e 31% acham que há má gestão dos recursos.

Outro dado de grande importância revela que 78% acham que o dinheiro para a área da cultura já é pouco, já é muito pouco, e não deve ser reduzido; e apenas 17% acham que por extrema necessidade o governo pode optar pela retirada de recursos dessa área.

A pesquisa é resultado de 1.306 entrevistas feitas por telefone com pessoas maiores de 16 anos de todas as regiões do País e mostra o alto grau de consciência do brasileiro sobre a necessidade de preservação e investimento na cultura no Brasil.

No início desta legislatura, e por isso solicitei à Comissão de Educação essa pesquisa, Sr^a Presidente, apresentei uma proposição que julgo de muita importância, que foi o Projeto de Lei Complementar nº 20, que tem por finalidade determinar que as despesas em cultura não sejam objeto de limitação do empenho e movimentação financeira.

Nós sabemos que o Ministério da Cultura é um dos ministérios com menor orçamento em todas as pastas ministeriais do Brasil. E nós não estamos reivindicando sequer, nesse projeto, o aumento desses recursos. Nós estamos reivindicando que não haja, que não seja possível fazer o contingenciamento desses recursos da cultura, já tão pequenos para essa que é uma das indústrias que mais crescem no mundo hoje.

Diversos países, sempre os mais desenvolvidos do mundo, registram dados de crescimento na indústria cultural tão importantes quanto a produção industrial, sei lá, de automóvel, de computador ou coisas do gênero.

A Inglaterra, por exemplo, é um dos países em que o investimento na indústria cultural mais cresce e em que a indústria cultural mais cresce no mundo.

Isso deve nos fazer compreender que num país com a capacidade e a diversidade cultural que tem o Brasil, com a criatividade do povo brasileiro, investir em cultura significa abrir um espaço de crescimento, de geração de renda e de emprego muito grande e muito relacionado à ideia de um Brasil que pretende assumir protagonismo internacional. E um país que pretende ter esse papel tem de ter a sua cultura não só preser-

vada, como relevada, colocada num patamar superior dos investimentos governamentais.

A Assembleia Legislativa da Bahia aprovou ontem, por unanimidade, a Lei Orgânica da Cultura, que apresenta, entre seus destaques, a implantação do Sistema Estadual de Cultura e a regulamentação do Plano Estadual de Cultura, sendo que este último vai permitir a projeção de políticas culturais para os próximos dez anos na Bahia.

A nova lei, conforme bem observou o nosso Secretário de Cultura, Albino Rubim, certamente será um dos maiores alicerces para a organização da cultura no Estado e vai beneficiar não apenas os agentes e gestores culturais, mas obviamente toda a sociedade baiana.

Hoje ainda, teremos aqui no Congresso Nacional mais uma ação importante para a preservação dos recursos da cultura. A Frente Parlamentar Mista em Defesa da Cultura, da qual faço parte, está organizando um ato pela ampliação do orçamento da cultura que será realizado no auditório da TV Câmara, a partir das 16 horas, para o qual convido a todos os Srs. e Sras. Senadoras que tiverem interesse em fortalecer essa luta.

Por todas essas razões estou plenamente convencida de que o Brasil fará muito bem se der um tratamento preferencial à cultura, livrando-a de certas contingências impostas pela legislação atual.

Também há pouco, na Bancada da Bahia, nós tivemos um rico debate a respeito das emendas estruturantes do nosso Estado e – ainda bem – tivemos a possibilidade de ter uma votação muito importante, muito decisiva para a emenda de reformulação do Teatro Castro Alves, mais importante equipamento cultural do Estado da Bahia, da cidade de Salvador.

Também a Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado aprovou emenda ao Orçamento de 2012, no valor de R\$500 milhões, para ação de fortalecimento da cultura, que faz parte de uma ação do Parlamento para repor o corte de R\$1 bilhão do Ministério da Cultura. Muito importante a decisão da Comissão de Educação, Cultura e Esporte do Senado Federal.

Finalmente, Srª Presidente, quero deixar registrado e pedir que seja inserido nos Anais da Casa o registro parabenizando o Comitê Paraolímpico Brasileiro pelo espetacular desempenho de nossos atletas nos Jogos Parapan-Americanos de Guadalajara, no México.

Pela segunda vez consecutiva, o Brasil ficou na primeira colocação de seu continente, repetindo o feito de quatro anos atrás, no Rio de Janeiro. É um exemplo de superação, portanto, das pessoas com deficiência, e está condizente com o lançamento do Plano Viver Sem Limites, na semana passada, pela Presidente da República, que revelou, em Salvador, ser um dos

projetos por que tem maior carinho e maior interesse em viabilizar em nosso País.

Por último, Srª Presidente, quero, em nome da Bancada da Bahia e do Senador Walter Pinheiro, convidar a Casa e o Líder do Bloco, Senador Humberto Costa, para colocar em votação projeto de lei da Câmara que dispõe sobre a criação de cargos de provimento efetivo no *Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região (BA)*, e dá outras providências. Isso é extremamente importante para o Estado da Bahia.

Houve essa modificação em outros Estados brasileiros e apenas a Bahia ficou de fora. E hoje nós precisamos muito que o Quadro de Pessoal do Tribunal Regional do Trabalho seja recomposto em nosso Estado.

Peço, portanto, a atenção do Líder do nosso Bloco, do Líder do Governo, para dar atendimento a esse pleito da Bahia na data de hoje.

Muito obrigada.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Obrigada, Senadora Lídice. É incrível o que aprovaram na Bahia. Realmente, vai dar uma ajuda fantástica e fundamental para os baianos e para a cultura brasileira.

Com a palavra o Senador Walter Pinheiro, como orador inscrito.

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Srª Presidenta Marta Suplicy, Sras. e Srs. Senadores, quero, aqui, realçar o que colocou a minha companheira Lídice da Mata, na decisão tomada há pouco pela Bancada da Bahia; na decisão, meu caro Senador Clésio, de tratar as 21 emendas a que a bancada tem direito. As 15 emendas da bancada, as três dos Senadores que inclusive deverão ser tratadas agora enquanto mais coletivas as ações dos Senadores do que individuais. Essa é uma inovação.

A companheira Lídice fez a sua emenda para a promoção do turismo em todo o Estado, e a emenda patrocinada por mim foi no sentido de aquisição de máquinas também para todo o Estado, no Ministério do Desenvolvimento Agrário. Assim como o Senador João Durval fez sua emenda para atender a uma demanda importante da infraestrutura rodoviária no nosso Estado, o Anel de Contorno de Feira de Santana, a nossa entrada para o sertão, ali, na Princesa do Sertão, que é cidade de Feira de Santana.

E também a bancada adotou uma postura de atender à cultura, com a reforma do teatro, à área da saúde, com a reforma de hospitais, à área de educação, com recursos para as nossas universidades estaduais e federais, e os Ifets – Institutos Federais de Ensino Tecnológico; à área – é importante lembrar

isso – de produção, tanto no MDA, com as iniciativas importantes para a aquisição de equipamentos para agricultura, que vão servir muito, por exemplo, como resfriadores de leite, pequenos tratores, equipamentos para frigoríficos, ou ainda à área produtiva.

É importante lembrar as iniciativas adotadas pela bancada na área de infraestrutura, mas visando exatamente à atração de investimento para o porto de Aratu, as estradas, a obra estruturante para a cidade de Salvador, com a extensão do metrô, um projeto para que possamos levar o metrô até a região mais populosa da cidade, mais conhecida como a região de Cajazeiras, e ainda outras obras importantes, como a estrada 122, que, no seu sentido norte-sul, corta exatamente o Estado da Bahia ao meio.

Portanto, foram importantes investimentos. Tanto na infraestrutura, na saúde, no desenvolvimento, na educação, a bancada buscou nessa coesão apresentar as 21 emendas de maneira que tivéssemos a oportunidade de discutir com o Governo Federal a liberação dos recursos e, principalmente, dotar o Estado da Bahia de condições para ampliar a sua capacidade de desenvolvimento e crescimento.

Por isso, acho que é importante este registro, no momento, eu diria, de unidade da nossa bancada, que busca fazer esse atendimento.

Mas quero, aqui, Srª Presidenta, tratar exatamente de uma questão abordada pela minha companheira Lídice da Mata: a questão cultural, mas que é muito mais do que só uma questão cultural; é uma questão, inclusive, que está inserida no contexto da Bahia.

A Capital da Bahia, nossa Salvador, com dados do IBGE, Senadora Marta Suplicy, é a capital com a maior população negra fora do continente africano: 80% dos três milhões de habitantes são afrodescendentes.

Salvador sediou, na semana passada, o 21º Encontro Ibero-americano do Ano Internacional dos Afrodescendentes, ou o Afro XXI, como é chamado. Na América Latina, 81 milhões de pessoas são afrodescendentes, sendo que mais de 24 milhões são jovens. Embora representem uma parcela expressiva da população latino-americana, os negros ainda enfrentam, de forma muito incisiva, esse impacto da discriminação racial.

Durante três dias, governos de 15 países, da África, da América Latina, do Caribe, discutiram políticas públicas de apoio às comunidades negras e ao combate ao racismo, à xenofobia, à discriminação e à intolerância racial, principalmente o que foi estabelecido neste País nos últimos anos. É óbvio que avançamos muito, mas ainda há muito o que fazer.

O Afro XXI foi uma parceria entre a Secretaria-Geral Ibero-americana, o Governo brasileiro, o Governo

da Bahia, a ONU, a Fundação Alexandre de Gusmão (Funag), a Agência Espanhola de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento (Aecid) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

Ao final do encontro, no sábado, dia 19, com a presença, inclusive, da Presidenta Dilma Rousseff, foi assinada a Carta de Salvador, documento com propostas, por exemplo, de acesso à educação, à justiça, à realização de censos e estatísticas étnico-raciais, para garantir que os governos também tenham conhecimento da realidade sociocultural da população negra em nosso País.

Uma das principais conquistas do Afro XXI, expressa na Carta de Salvador, é a criação de um fundo internacional para financiar e reforçar ações complementares das políticas públicas de combate ao racismo e melhorar a qualidade de vida das populações negras em todo este continente, inclusive no continente africano.

Também está prevista a criação de um fórum internacional permanente da sociedade civil com a finalidade de acompanhar e cobrar dos governos a implementação de ações efetivas, discutidas e apontadas durante esse encontro.

Os chefes de Estado e representantes de governos, como chanceleres e ministros presentes à reunião, firmaram um compromisso conjunto para avançar na luta para a manutenção de uma lógica que fixe de uma vez por todas a igualdade racial na América Latina.

Realizado no Centro de Convenções da cidade, o Afro XXI celebrou também os dez anos da Conferência Mundial das Nações Unidas contra o Racismo, que ocorreu em Durban, na África do Sul. Portanto, consagrando, assim, mais uma etapa importante nessa nova caminhada para fixarmos parâmetros dessa importante conquista da população negra em todo o mundo.

Em sintonia com as ações do Governo Federal, em nosso Estado, a Bahia, foi criada a Secretaria da Igualdade Racial e instituído o ensino da história africana nas escolas públicas; o reconhecimento da festa da Irmandade da Boa Morte como patrimônio imaterial da Bahia, e da capoeira como patrimônio cultural brasileiro.

Em sintonia com as ações do Governo Federal, minha cara Senadora Marta Suplicy, no nosso Estado da Bahia, foi criada a Secretaria da Igualdade Racial e instituído o ensino da história africana nas escolas públicas; o reconhecimento da festa da Irmandade da Boa Morte, como patrimônio imaterial da Bahia, e da Capoeira como patrimônio cultural brasileiro.

Ao encerrar o encontro, a Presidenta Dilma Rousseff reconheceu que os afrodescendentes ainda são os que mais sofrem com o desemprego, a extrema

pobreza e a violência, que tem vitimado tantos jovens nas nossas periferias urbanas.

A Presidenta, minha cara Senadora Marta, chegou até a usar esta expressão: "Sabe-se pela cor onde está a pobreza no Brasil". Ela é identificada assim. Aliás, é uma expressão que nós, baianos, usamos muito, Senadora Marta Suplicy. Pela cor das pessoas identificamos exatamente os bairros nos quais elas estão jogadas, abandonadas ou onde elas sobrevivem efetivamente. Esse ainda é um traço que precisa ser retirado da nossa história, essa perseguição e essa forma de atuação. É por isso que nós sempre batizamos as nossas secretarias como secretarias da reparação. Esse é o compromisso que o Governo brasileiro tem de assumir neste quadrante da história.

A Presidenta disse ainda que a pobreza no Brasil tem face negra e feminina e que, embora o Brasil tenha a segunda maior população negra do mundo, atrás apenas da Nigéria, a discriminação persiste: os afrodescendentes são os que mais sofrem com a pobreza e o desemprego.

Reverter esse quadro é o objetivo maior do Afro XXI e das suas determinações, expressas na Carta de Salvador. Nossa expectativa é que, a partir dessa Carta e a exemplo de Durban, o encontro realizado na Bahia se constitua também em novo marco para a adoção de políticas públicas, no Brasil e em toda a América Latina, que visem efetivamente à supressão do racismo em suas mais diferentes formas.

Era isso, Senadora Marta Suplicy, Presidente desta sessão, que gostaria de deixar registrado no dia de hoje. É importante que façamos isso, na hora, inclusive, da aprovação do Plano Plurianual de Orçamento, priorizando, aumentando, inclusive, o orçamento dessas secretarias nacionais, desses ministérios, para que, efetivamente, as políticas públicas possam ser implementadas.

Muito obrigado.

A SR^a PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Obrigada, Senador Walter Pinheiro.

Com a palavra o Senador Humberto Costa, pela Liderança do Partido dos Trabalhadores.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE. Como Líder. Sem revisão do orador.) – Sr^a Presidenta, Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, venho à tribuna para lembrar da importância do diálogo e da política para superar momentos de crise. Hoje, o mundo assiste à deterioração dos sinais da atividade econômica na Europa e nos Estados Unidos. A economia mundial mostra sinais preocupantes.

A Europa vive uma situação de incertezas, com parte dos líderes políticos sem saber exatamente o que fazer. Alguns se mantêm agarrados aos dogmas

liberais, no discurso de austeridade a qualquer custo. O clima no Velho Mundo é desolador. Basta ver o nível de frustração da maioria da população, submetida às incertezas do desemprego.

Nos Estados Unidos, a falta de diálogo entre governo e oposição – democratas e republicanos – traz riscos importantes para o futuro. No Congresso americano, o supercomitê para redução de gastos do governo não consegue chegar a um entendimento para diminuir a dívida pública. Incumbido de identificar fontes de receita e de diminuir despesas no valor de US\$1,2 trilhão, entre 2013 e 2021, o supercomitê falhou.

O agravamento da crise econômica no mundo é real. Estamos quase revivendo o que aconteceu em 2008, com a contração da economia e a escassez de crédito.

Como disse hoje o Ministro da Fazenda, Guido Mantega, em audiência pública na Câmara dos Deputados, a cada dia a situação fica mais complicada. E por quê? Os problemas na União Europeia e nos Estados Unidos não se resolvem. Países da zona do euro estão endividados, as taxas de crescimento permanecem baixas, e o desemprego segue elevado. Pior: falta diálogo, falta política.

O jornal *Wall Street Journal* traz reportagem mostrando que a redução no financiamento por parte de bancos europeus já começou a ser sentida por empresas da África e América Latina, aumentando a pressão sobre as economias em desaceleração.

Diz a reportagem:

Os bancos europeus aumentaram sensivelmente o crédito para os mercados emergentes e se tornaram alguns dos maiores credores internacionais nesses países. O recuo deles apertou o crédito para várias indústrias – aeronáutica, comunicação, mineração –, prejudicando ainda mais economias que já sentem os efeitos da redução da demanda dos países desenvolvidos por suas exportações.

E continua o jornal:

O temor agora é que mesmo um recuo modesto no crédito possa se transformar numa repetição do aperto de crédito de 2008 que ocorreu após o colapso do Lehman Brothers. Na época, a redução do crédito disponível forçou empresas a lutarem para garantir recursos e colaborou para o maior encolhimento do comércio mundial desde a Grande Depressão, nos anos 30...

Sr^{as} Senadoras, Srs. Senadores, este é o cenário que se avizinha para o Brasil. Porém, não somos pessimistas. Venho aqui para dizer que, apesar disso, o

Brasil está preparado para atravessar a crise. O ano de 2012 não será fácil, mas o País dispõe de instrumentos para manter a economia no rumo, sem esquecer-se da maioria do nosso povo.

Há o PAC 2, que deverá ser acelerado em 2012, justamente quando o cenário externo estará num grande processo de deterioração. É quando o Brasil precisará do seu mercado interno para crescer e gerar empregos.

A Presidenta Dilma Rousseff acertou ao definir uma estratégia de colocar o PAC 2 cumprindo um papel anticíclico. Isso vai permitir ao País manter as condições de sustentar-se no cenário internacional, numa situação muito diferente da União Europeia e dos Estados Unidos.

Daí a importância da aprovação da Medida Provisória nº 541, na noite de terça-feira, pelo Senado, estabelecendo a continuidade das ações do Plano Brasil Maior, lançado em agosto. Apesar dos ataques da oposição, principalmente por conta dos excessos no texto, a MP nº 541 é importante, pois vai dar estímulos ao setor exportador, com a redução do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) da indústria automobilística, com a mudança de critério de cobrança de contribuição previdenciária de empresas e com a instituição de um regime de compensação tributária para exportadores.

Por isso, também é preciso destacar a importância da aprovação do projeto de Desvinculação das Receitas da União (DRU) pela Câmara, na noite de ontem. A proposta chega agora para apreciação aqui, no Senado.

Precisamos garantir ao Governo a margem para gerir livremente R\$62 bilhões. Um terço desses recursos, algo em torno de R\$20 bilhões, irá para programas prioritários, como a construção de moradias e a erradicação da pobreza, e também para obras de infraestrutura.

Essa é a resposta à crise. Esse é o caminho para seguirmos avançando. No Brasil, é a política que define o futuro. E o futuro, Srªs e Srs. Senadores, apesar das nuvens cinzas, é promissor para todos nós, brasileiros.

Muito obrigado, Srª Presidenta, pela tolerância.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Obrigada, Senador Humberto Costa.

Concedo a palavra ao Senador Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE. Fora do microfone.) – Senador Flexa, V. Exª quer permutar?

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Estou aqui.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – V. Exª está na frente. É que não tinha entrado ainda.

Com a palavra o Senador Antonio Carlos Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Srª Presidenta, obrigado, Senador Flexa Ribeiro.

Presidenta, estou lendo um artigo muito interessante que levo ao conhecimento desta Casa. É da revista *Princípios*. O artigo dispõe sobre os desafios da 14ª Conferência Nacional de Saúde, que vai ser realizada este mês, se não me engano, nos dias 26 e 27 de novembro.

A Conferência Nacional de Saúde tem um grande desafio pela frente, como fala a revista. Um grande desafio, a meu ver, que vai repercutir na melhoria do atendimento, da atenção básica e da alta complexidade: encontrar uma fonte de recurso capaz de atender as demandas nacionais.

Temos de reconhecer que se existe uma crise financeira internacional de, a meu ver, longa duração, no Brasil, existe uma crise na área da saúde, de longa duração. Já não é de agora que a população, não apenas do nosso Nordeste, mas de todas as regiões do País, reclama um atendimento mais adequado, uma política de prevenção e de assistência nos postos de saúde, nos hospitais, enfim, que o SUS seja o grande desaguadouro no atendimento das necessidades do povo brasileiro.

Sobre conferência de saúde, que é o grande foro de debate da saúde pública do Brasil, a primeira conferência de saúde que foi realizada no Brasil deu-se no ano de 1941, no longínquo ano de 1941, antes da redemocratização do nosso País, ainda no Governo do Presidente Getúlio Vargas, em plena ditadura do Estado Novo. A segunda conferência já aconteceu em 1950, durante o Governo do Presidente Dutra, já em plena vigência do regime democrático, ocasião em que vários temas foram assinalados.

Quando essas duas primeiras conferências foram realizadas no Brasil, ainda não existia o Ministério da Saúde. O que contava na estrutura federal era o Ministério da Educação e da Saúde, que depois foi desmembrado no ano de 1953. Os temas das primeiras conferências realizadas em nosso País se referiam à situação sanitária e assistencial dos Estados e legislação referente à higiene e à segurança do trabalho. Seus participantes eram dirigentes e técnicos das três esferas governamentais. Elas tinham um papel de articular as ações entre governos federal, estadual e municipal. Mas a grande conferência que antecipou a criação do SUS, que nasceu com a Constituição Cidadã de 1988, foi a conferência realizada em 1986, um

marco na história da luta deste País em favor de uma saúde de qualidade.

Aqui no Senado Federal chegou uma proposta da Câmara dos Deputados, que foi aprovada inicialmente por esta Casa, dispondo que 10% das receitas líquidas da União seriam destinadas ao setor saúde. Segundo dados do Governo, esse percentual de 10% acrescentaria aos gastos que hoje são efetivados na saúde um volume de recursos da ordem de R\$35 bilhões. A equipe econômica, formada pelos Ministérios da Fazenda e do Planejamento, diz que, aprovada essa regulamentação da Emenda nº 29... A Emenda nº 29, todos se lembram, está na nossa Constituição – eu fui seu Relator –, fixa os percentuais obrigatórios que devem ser utilizados, que devem ser empregados pelos Estados e Municípios e também pela própria União na aplicação de recursos certos e determinados em favor da saúde.

Ora, Srª Presidente, a essa altura dos acontecimentos, não há uma fonte definidora de recursos que deva ser empregada para o setor saúde. Várias sugestões, várias ideias surgiram ao longo desse debate antes da aprovação pela Câmara dos Deputados, inclusive a possível aprovação, o que não aconteceu, da chamada Contribuição Social para a Saúde, a CSS. Esta ideia não prevaleceu na Câmara dos Deputados – e, certamente, não vai prevalecer, pelo menos é o clima que eu sinto, aqui, no âmbito do Senado Federal –, a criação de mais um tributo para fortalecer o sistema saúde.

Nós apresentamos, como uma das saídas, a taxação das grandes fortunas, uma proposta que está na Comissão de Assuntos Sociais há três meses e para a qual não foi designada até agora nenhum relator. A gente fica até pensando que ou não se tem interesse em alocar novos recursos para a saúde ou as grandes fortunas, no Brasil, reagem, quando se apresenta uma proposta deste tipo, que visa à taxação daqueles que são considerados milionários ou que têm grandes fortunas. Aliás, sobre esse assunto, nos Estados Unidos e na Europa, já apareceram apoios fortíssimos. Diante da crise avassaladora que invadiu os Estados Unidos e a Europa, espontaneamente as grandes fortunas já estão oferecendo a sua riqueza em favor de setores sociais dos países onde vivem, onde construíram essa riqueza.

No Brasil, infelizmente, os grandes afortunados ainda não se manifestaram, mas estamos dando uma oportunidade, como o fez Fernando Henrique Cardoso, há quase 20 anos, quando era Senador. Existem outros tantos projetos na Câmara dos Deputados e no Senado com essa iniciativa. É um projeto de lei complementar, que dispõe sobre a regulamentação de um

artigo da Constituição, prevendo a cobrança de um imposto sobre grandes fortunas.

Mas, Srª Presidente, tivemos uma reunião hoje com a Bancada do Governo e este assunto sobre fonte para dar cobertura aos gastos da saúde foi ventilado. E eu disse: por que uma proposta como esta está engavetada na Câmara dos Deputados – e aqui está engavetada na Comissão de Assuntos Sociais –, sem a designação sequer de um relator? Sei lá, dependendo dos percentuais, essa receita poderia situar-se entre R\$8 bilhões a R\$14 bilhões em favor da saúde do brasileiro mais pobre.

O nosso sistema não é fácil de ser administrado, primeiro, porque o SUS é um sistema universal para atender a todos os brasileiros, de todas as faixas e de todos os segmentos. Não há diferenciação entre pobres e ricos no Brasil. Esse é o Sistema Único de Saúde criado pela Constituição de 1988.

Então a perdurar...

(Interrupção do som.)

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – A perdurar esse sistema, o Sistema Único de Saúde, que não faz diferença entre pobres e ricos, onde todos têm os mesmos direitos, apesar de mais de 48% do que se gasta em saúde virem da iniciativa privada, se houver cobrança, os ricos também têm direito a esse sistema.

De sorte, Srª Presidenta, nós achamos que, neste momento em que a redação da Emenda 29 se encontra nesta Casa, o debate em torno da fonte financeira para atender a saúde deve ser ventilada nesta Casa.

O Sr. Flexa Ribeiro (Bloco/PSDB – PA) – Permite-me um aparte, Senador Valadares?

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Senador Flexa Ribeiro, com a anuência da Presidenta, eu concedo um aparte a V. Exª.

O Sr. Flexa Ribeiro (Bloco/PSDB – PA) – Serei muito rápido. Eu queria pedir a V. Exª o apoio para quando...

(Interrupção do som.)

O Sr. Flexa Ribeiro (Bloco/PSDB – PA) – ...nós estivermos em votação da Emenda 29, se V. Exª vai votar para que possamos colocar a exigência do piso dos 10% da Receita Fiscal da União para a saúde; se V. Exª vai acompanhar o voto para... Porque o único ente federado que não tem esse piso para a saúde... Os Estados e Municípios têm o piso de exigência; e a União, não. V. Exª acompanhará os 10% que o Senador Tião Viana propôs?

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Acho que V. Exª desconhece a história

do Senado e a minha história. Eu fui o Relator dessa matéria!

O Sr. Flexa Ribeiro (Bloco/PSDB – PA) – Agora... Eu só queria que V. Ex^a...

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Eu aprovei os 10% aqui! Eu fui o Relator na Comissão de Justiça!

O Sr. Flexa Ribeiro (Bloco/PSDB – PA) – Ah, então, pronto... Eu sei... Eu quero que o Brasil inteiro... Eu sei disso, Senador Valadares...

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – E eu não mudei de opinião!

Senador, eu sou um homem que não muda de opinião fácil. Sou um defensor intransigente da saúde pública do povo brasileira. Eu acho que 10% são razoáveis, muito embora seja uma despesa adicional de R\$35 bilhões, mas nós temos de encontrá-la. Eu apontei uma saída: taxação sobre as grandes fortunas. V. Ex^a é favorável?

O Sr. Flexa Ribeiro (Bloco/PSDB – PA) (*Fora do microfone.*) –Favorável...

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Taxação sobre as grandes fortunas.

Então, vamos trabalhar na Comissão de Assuntos Sociais – e V. Ex^a é um dos membros – para que o Presidente designe o relator.

O SR. PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Concedo a palavra ao Senador Flexa Ribeiro por 10 minutos regimentais, e depois abrimos a Ordem do Dia.

Serão 10 minutos para abrirmos a Ordem do Dia.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA. Sem revisão do orador.) – Presidenta Marta Suplicy, quero iniciar o pronunciamento desta tarde parabenizando o Senador Valadares, que está sendo cumprimentado pelos nossos visitantes da tribuna de honra. Sei que V. Ex^a é um Senador, além de presente e competente, que mantém a sua posição. Sei que V. Ex^a, que foi o relator, votará pelos 10%, para que a União cumpra com os 10% mínimos da sua receita para a saúde. Vamos estar juntos nessa votação histórica que ocorrerá.

Quero, Senadora Marta, tratar de dois assuntos hoje, nesta tarde. Primeiro, quero parabenizar mais uma vez – e já estou até repetitivo, porque são tantas as vezes que venho à tribuna para isso – o Município de Paragominas, no nordeste do meu Estado, que é realmente um exemplo, eu diria, nacional.

O Município de Paragominas, que há 16 anos era conhecido como Paragobala, era tido como os piores indicadores em qualquer setor que fosse visualizado e, hoje, ele é modelo. Recebe prêmios em nível nacional. Saiu do Arco de Fogo pelo desmatamento e, hoje, é

um município modelo, que, inclusive, lançou e dissemina um programa hoje estadual de município verde.

Recebeu, hoje, pelo seu Prefeito Adnan Demachki, pelo oitavo ano consecutivo, o prêmio Gestor Eficiente da Merenda Escolar. É o único município brasileiro a receber esse prêmio por oito anos consecutivos.

Nenhum município do Brasil, de qualquer porte, recebeu por oito anos seguidos esse prêmio. O que mais se aproxima recebeu por cinco anos. E o nosso Município de Paragominas recebe este ano pela oitava vez. Como disse, é um orgulho para nós. São quatro administrações do PSDB seguidas que mantêm a mesma sequência exitosa.

Este ano, nesse prêmio, inscreveram-se 1.082 municípios, dos mais de cinco mil municípios brasileiros. Entre agosto e setembro passados, 37 prefeituras finalistas em todo o País receberam as visitas técnicas de pesquisadores do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE).

São 30 mil crianças atendidas nas escolas públicas municipais que recebem um cardápio variado. O Município de Paragominas é acompanhado de perto pela Secretaria Municipal de Educação, Mosimeire Costa. O menu é adaptado e depende da estação das frutas e dos legumes. “Cheiro-verde, cariru, alface, pepino e abóbora são apenas alguns produtos que vêm das hortas e pequenas plantações da região para a cozinha das escolas”.

O Conselho Municipal de Alimentação acompanha a merenda escolar do Município desde o processo licitatório até o preparo e a distribuição para os alunos. Desde que foi criado o prêmio, Paragominas é campeã. A primeira vez foi ainda na gestão de Sidney Rosa, em 2004, hoje Deputado Estadual e Secretário Especial de Desenvolvimento no Estado do Pará. A Prefeitura, Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras, fechou este ano parceria com um renomado chef de cozinha, Fábio Sicília, do Pará, para realizar cursos de técnicas de corte, aromas, ervas e temperos para as merendeiras das escolas municipais.

O Prêmio é uma atividade de avaliação, seleção e divulgação de boas gestões públicas municipais do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). Seu objetivo é destacar os prefeitos que realizam gestões criativas e responsáveis do PNAE e disseminar estas boas práticas, para que sejam conhecidas e adotadas por outros gestores.

Sr^a Presidenta, encaminho à Mesa um requerimento, nos termos do art. 222 do Regimento Interno, para que seja consignado nos Anais do Senado voto de aplauso ao Município de Paragominas pelo Prêmio Gestor Eficiente da Merenda Escolar e que seja comu-

nicado ao Perfeito, ao Vice-Prefeito e aos Vereadores em nome de todos os municípios daquele Município.

Parece coincidência, mas, hoje pela manhã, na Comissão de Educação tivemos uma audiência pública, atendendo ao requerimento de minha autoria, em que o tema foi exatamente discutir, no âmbito daquela Comissão, o Programa Nacional de Alimentação Escolar e o Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar. Tivemos, como convidados, a Presidente da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação do Rio Grande do Sul (Undime), a Drª Márcia Adriana de Carvalho; o representante do Programa Nacional de Alimentação Escolar (FNDE), do Ministério da Educação, Dr. Eduardo Maniary; a Presidente do Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed), Maria Nilene Costa; um representante da Confederação Nacional dos Municípios e o coordenador do Programa de Apoio à Manutenção do FNDE, o José Maria Rodrigues.

Foi uma atividade bastante proveitosa, em que debatemos o assunto da maior importância, porque trata não só da questão da complementação alimentar para tirar da subnutrição os alunos, mas também da questão da mudança do hábito alimentar. Hoje trata uma questão de saúde para que os alunos não entrem também na obesidade.

Às vezes, ou muitas vezes, nos lugares mais afastados e nas regiões menos favorecidas, como é o caso do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste, aqueles alunos menos favorecidos têm na merenda escolar a única refeição do dia. Vamos tirar dessa audiência de hoje sugestões importantes para encaminhamento de propostas legislativas.

Para terminar, Presidenta Marta Suplicy, o Governador Simão Jatene encaminhou em caráter de urgência, ontem, à Assembleia Legislativa do Estado do Pará, um projeto de lei criando a taxa de controle, acompanhamento e fiscalização das atividades de pesquisa, lavra, exploração e aproveitamento de recursos minerais e o cadastro estadual de controle, acompanhamento e fiscalização das atividades de pesquisas, lavras, exploração e aproveitamento de recursos minerais.

A expectativa do Governo é de que a lei seja aprovada ainda em 2010 e entre em vigor a partir do

próximo ano. A lei é a mesma, Senador Aloysio, nos moldes da que foi criada no Estado de Minas Gerais pelo Governador Anastasia. Ela cobra e vai taxar por tonelada de minério explorada.

Enquanto nós não conseguimos avançar, Senador Walter Pinheiro, no projeto que está em discussão para rever a CFEM sobre os minerais e enquanto o Governo também não encaminha ao Congresso o novo Código de Mineração,...

(Interrupção do som.)

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA. Fora do microfone.) – ... o Governo de Minas e o Governo do Pará,...

A SR^a PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Senador, para concluir, para começarmos a Ordem do Dia.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – ...que são os dois Estados de maior impacto na mineração, estão tomando ações, eu diria, paliativas.

Então, o Governador Anastasia criou essa taxa de controle e o Governador Simão Jatene também, na mesma linha, encaminhou à Assembleia.

Estarão isentos do pagamento da taxa microempresas e empresários individuais enquadrados nessa categoria pelo Estatuto Nacional da Microempresa.

A SR^a PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Conclua, Senador.

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA) – Já o cadastro – já concluo – é obrigatório para todos os empreendimentos minerários, independentemente do porte.

Eu teria outras observações a fazer, mas para cumprir o Regimento e atender à Presidência...

(Interrupção do som.)

O SR. FLEXA RIBEIRO (Bloco/PSDB – PA. Fora do microfone.) – ...o farei em uma nova oportunidade.

Muito obrigado, Presidente.

A SR^a PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Sobre a mesa, requerimento que será lido.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO N° 1414, DE 2011

Requeiro, nos termos do art. 2º da Resolução do Senado Federal nº 14, de 2010, a realização de sessão do Senado no dia treze de dezembro de 2011, terça-feira, às onze horas, para entrega, aos agraciados da 2ª premiação, da Comenda de Direitos Humanos Dom Hélder Câmara.

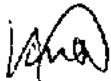
Justificação

A exemplo do ano passado, estamos propondo a realização de uma sessão do Senado Federal, especialmente convocada para agraciar, em 2ª premiação, personalidades que tenham oferecido relevante contribuição à defesa dos direitos humanos no Brasil, escolhidas pelo Conselho da Comenda de Direitos Humanos Dom Hélder Câmara.

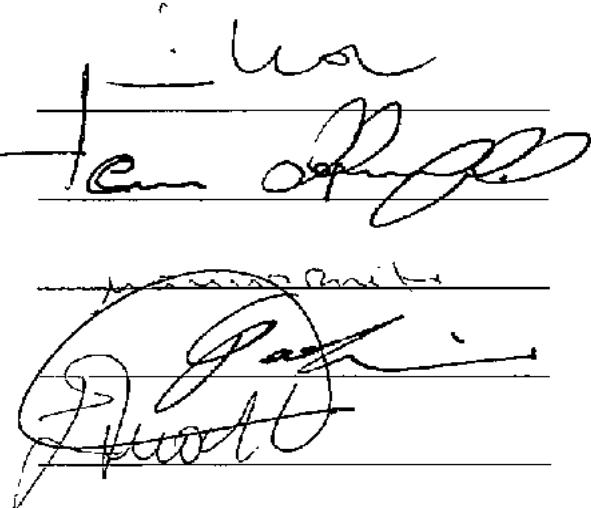
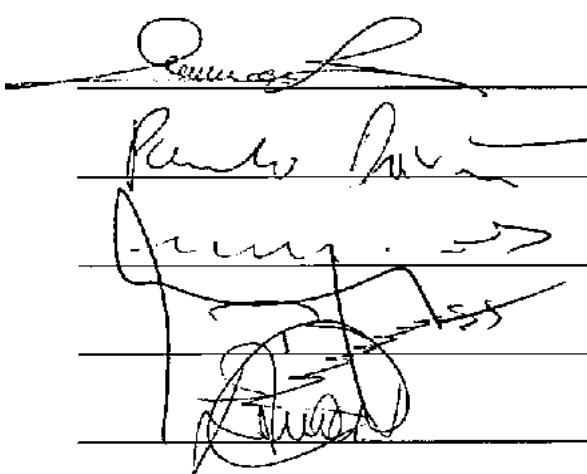
A cada ano temos constatado maior participação de grandes expressões da cidadania, atuando com firmeza e eficácia na defesa dos direitos humanos no Brasil.

Pelas razões acima expostas, resta plenamente justificada a solicitação para a justa homenagem do Senado aos líderes que se destacaram nessa ação humanitária em prol da cidadania brasileira.

Sala das sessões, em novembro de 2011.


Senadora Ana Rita

Presidente do Conselho da Comenda de Direitos Humanos
Dom Hélder Câmara



A SR^a PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – O requerimento que acaba de ser lido será apreciado oportunamente.

Sobre a mesa, requerimentos que serão lidos.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 1.415, DE 2011

Da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática

Requeiro, nos termos do disposto nos arts. 39 e 40, do Regimento Interno do Senado Federal, autorização para participar do **“II Fórum Latino-Americano de Políticas Públicas para Internet, Comércio Eletrônico e Tecnologias Móveis: Impacto Econômico, Social e Cultural no desenvolvimento da América Latina”**, que será realizado no Hotel Four Seasons em Miami, Flórida, entre os dias 05 e 07 de dezembro de 2011.

Sala da Comissão, em 23/11/11



Senador WALTER PINHEIRO

REQUERIMENTO Nº 1.416, DE 2011

Requeiro, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, Voto de Aplauso pela passagem dos 68 anos de libertação do Líbano da dominação francesa em 1943. Solicito, também, que, uma vez aprovada essa homenagem, o Senado dela dê conhecimento à respectiva Embaixada.

Sala das Sessões, em



Senadora MARINOR BRITO

PSOL/Pará

Justificativa

O Líbano celebra este mês 68 anos da sua independência. Foi no dia 22 de novembro de 1943 que o presidente Bechara al Khoury e o premiê Riad al Solh foram libertados pelos franceses da prisão na fortaleza de Rachaya. Cinco anos mais tarde, o Líbano enfrentava a sua primeira guerra contra o recém criado Estado israelense em 1948, lutando ao lado de outros países árabes. De herança, milhares de refugiados palestinos que hoje somam quase 400 mil em todo o território libanês sem terem ainda sido integrados à sociedade libanesa. Dez anos depois, em 1958, a segunda guerra, desta vez civil.

Os resultados não foram tão desastrosos, como na que estava por vir, em 1975. Em um conflito que arrasou Beirute e a maior parte do Líbano, dezenas de milhares de pessoas foram mortas. A guerra envolveu facções cristãs inimigas, grupos sunitas, xiitas, drusos, uma série interminável de milícias palestinas, guerrilheiros de esquerda, Israel, Síria e forças de paz da França, dos EUA e de outros países.

Para muitos, a data do fim do conflito é 1990, quando os libaneses assinaram os Acordos de Taif. Mas, nessa época, o Líbano ainda vivia a guerra civil no sul do país. O confronto terminaria apenas em 2000. Desde então, seguiram-se outros conflitos de menor escala que seguem mantendo o Líbano refém de uma profunda instabilidade.

Assim, o Líbano ainda está longe de ser plenamente independente. Dentro do território existe uma forte presença estrangeira, o que pode culminar em uma nova guerra. Por isso, celebrar a independência do Líbano em 1943 é também um gesto em defesa da paz por parte do Senado Federal.


Senadora MARINOR BRITO
PSOL/Pará

A SR^a PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Os requerimentos que acabam de ser lidos serão encaminhados à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

A SR^a PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Sobre a mesa, requerimentos que serão lidos.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO Nº 1.417, DE 2011

Requeiro, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, Voto de Aplauso pela passagem dos 50 anos da Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional. Solicito, também, que, uma vez aprovada essa homenagem, o Senado dela dê conhecimento à entidade homenageada.

Nesse início de século, a FASE se lançou na atuação local, nacional e internacional com vistas a integrar redes, fóruns e plataformas, sempre visando derrotar as políticas de caráter neoliberal. Assim, justifica-se a aprovação deste Voto de Aplauso por parte do Senado Federal, como forma de reconhecer os serviços prestados por esta entidade.

Senadora Marinor Brito
Senadora **MARINOR BRITO**
PSOL/Pará

Justificativa

A FASE - Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional - foi fundada em 1961. É uma organização não governamental, sem fins lucrativos, que atua em seis estados brasileiros e tem sua sede nacional no Rio de Janeiro. Desde suas origens, esteve comprometida com o trabalho de organização e desenvolvimento local, comunitário e associativo. Ao longo da década de 60, a FASE lançou as bases de um trabalho ligado ao associativismo e ao cooperativismo, mas o golpe de 64 fez com que estes rumos tivessem de ser redefinidos.

Na década de 70, a FASE apoiou o movimento de organização social que enfrentou a carestia, o trabalho infantil e as desigualdades econômicas e sociais. Teve grande presença junto ao campesinato no norte do Brasil, junto aos trabalhadores rurais do nordeste, aos trabalhadores da construção civil e das indústrias metalúrgicas do sudeste e dos movimentos de associações de moradores de norte a sul do país. Formando centenas de lideranças pelo Brasil e apoiando-as em suas reivindicações, chegou aos anos 80 participando de todo o processo que levou à anistia, à constituinte e às eleições diretas.

Para aprofundar a transição democrática, ao longo da segunda metade dos anos 80 e nos anos 90, a FASE desenvolve ferramentas e metodologias educativas voltadas para o controle popular e a participação da cidadania no âmbito das questões urbanas e rurais. O tema do desenvolvimento social e ambientalmente sustentável, a luta pela ação afirmativa de movimentos sociais de mulheres, afro-descendentes e indígenas, bem como a ação pela exigibilidade e justiciabilidade em Direitos Econômicos Sociais e Culturais, vêm marcando a sua atuação no quadro de luta contra as desigualdades.

REQUERIMENTO Nº1.418, DE 2011

Requeiro nos termos do Art. 222 do Regimento Interno, e ouvido o Plenário, que seja consignado, nos anais do Senado, Voto de Aplauso ao Município de Paragominas pelo prêmio de “Gestor Eficiente da Merenda Escolar”.

Requeiro ademais que este Voto seja comunicado às seguintes autoridades:

- O Prefeito - Sr. Adnan Demacki;
- O Vice Prefeito - Sr. Paulo Pombo Tocantins;
- A todos os Vereadores.

JUSTIFICATIVA

Paragominas não é excelência apenas na área ambiental, Há oito anos, a cidade do nordeste paraense, mostra que é exemplo também quando o assunto é alimentação escolar. Hoje, 23, a cidade recebe em Brasília, pela oitava vez consecutiva, o prêmio “Gestor eficiente da Merenda Escolar”, sete deles na gestão do atual Prefeito, Adnan Demacki.

Estes prêmios são a clara demonstração de uma administração séria, competente e dedicada ao desenvolvimento sustentável, sempre preocupado com o bem estar de seus cidadãos.

Parabéns a Paragominas e felicitações ao meu amigo Adnan, heptacampeão desta premiação.

Sala das sessões em
23 de novembro de 2011
Senador FLEXA RIBEIRO

A SR^a PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – A Presidência encaminhará os votos solicitados.

Os requerimentos que acabam de ser lidos vão ao Arquivo.

A SR^a PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – A Presidência recebeu o Ofício nº 196/2011, do Senador Luiz Henrique.

É o seguinte o Ofício:

OF. GSLHEN 196/2011

Brasília, 17 de novembro de 2011.

Senhor Presidente,

Ao renovar meus cordiais cumprimentos, dirijo-me a Vossa Excelência para encaminhar o relatório de minha viagem em Missão Oficial à Rússia, a qual foi objeto do Requerimento nº 994, de 2011, aprovado nesta Casa,

Sempre ao seu inteiro dispor, subscrevo-me

Cordialmente,



LUIZ HENRIQUE DA SILVEIRA
Senador da República

A SR^a PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – O expediente lido vai à publicação e será juntado ao processado do Requerimento nº 994, de 2011.

A SR^a PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – A Presidência designa o Senador Antonio Russo,

como titular, para compor a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, em vaga cedida pelo Bloco de Apoio ao Governo, nos termos do **Ofício nº 18, de 2011**, da Liderança do PR.

É o seguinte o Ofício:

Of. Leg. 018/2011 GLPR

Brasília, 22 novembro de 2011.

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais e tendo em vista que o Bloco de Apoio ao Governo cedeu ao Partido da República uma vaga de titular, na Comissão de Agricultura e Reforma Agrária – CRA, conforme Of. nº 137/2011 GLDBAG (cópia anexa), indico o nome do Senador ANTONIO RUSSO para compor, como titular, aquele colegiado.

Atenciosamente,

Senador MAGNO MALTA
Líder do PR no Senado

A SR^a PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – O ofício lido vai à publicação.

Sobre a mesa, ofício que será lido.

É lido o seguinte:

OF. N^º 074/11-GLDEM

Brasília, 23 de novembro de 2011

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indicamos o Senador José Agripino Maia (DEM/RN) para ocupar, como titular, a Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle – CMA. Em substituição ao Senador Jaime Campos.

Senador DEMOSTENES TORRES
Líder dos Democratas no Senado Federal

A SR^a PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – O ofício que acaba de ser lido vai à publicação e será feita a substituição solicitada.

A SR^a PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – A Presidência designa, nos termos do Ofício nº 140, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao

Governo, a Senadora Vanessa Grazziotin para integrar como membro suplente a Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, em vaga do Bloco de Apoio ao Governo.

É o seguinte o Ofício:

Ofício nº 140/2011 – GLDBAG

Brasília, 22 de novembro de 2011

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico a **Senadora Vanessa Grazziotin** como membro suplente na Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa - CDH, em vaga do Bloco de Apoio ao Governo.



Senador Humberto Costa

Líder do PT e do Bloco de Apoio ao Governo

A SR^a PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – A Presidência recebeu o **Ofício nº 17, de 2011**, da Liderança do PR, indicando o Senador Clésio Andrade, como titular, para compor a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, bem como solicitando substituições conforme específica.

A Presidência designa o Senador Clésio Andrade para compor a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária e determina que sejam feitas as substituições solicitadas.

É o seguinte o Ofício:

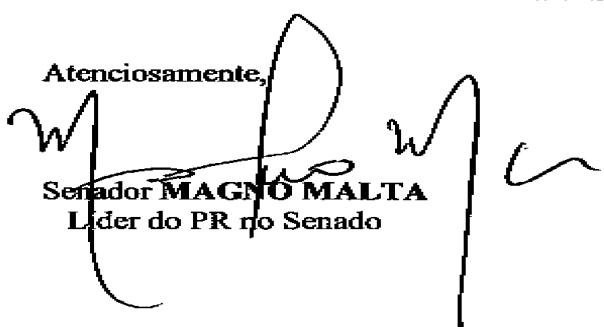
Of. Leg. 017/2011 GLPR

Brasília, 23 de novembro de 2011.

Excelentíssimo Senhor Presidente,

Nos termos regimentais e em decorrência da revisão do cálculo da proporcionalidade da participação do Partido da República – PR nas comissões permanentes do Senado Federal, informo a V.Exa. as novas indicações do Partido para integrarem os colegiados:

Comissão Permanente	Senador Titular	Senador Suplente
CAE	Clésio Andrade e João Ribeiro	Blairo Maggi e Alfredo Nascimento
CAS	Vicentinho Alves	Clésio Andrade
CCJ	Magno Malta	Clésio Andrade
CE	Magno Malta e João Ribeiro	Clésio Andrade e Vicentinho Alves
CMA	Vicentinho Alves	Blairo Maggi
CDH	Magno Malta	Vicentinho Alves
CRE	Blairo Maggi	Clésio Andrade
CI	Blairo Maggi	Vicentinho Alves
CDR	Vicentinho Alves	Magno Malta
CRA	Clésio Andrade	Blairo Maggi
CCT	Alfredo Nascimento	João Ribeiro

Atenciosamente,

 Senador MAGNO MALTA
 Líder do PR no Senado

A SR^a PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Muito agradecida, Senador Flexa Ribeiro.

Está aberta a

ORDEM DO DIA

Item 1:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA N° 79, DE 2011

(Em regime de urgência, nos termos do art. 64.)

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 353, parágrafo único, do Regimento Interno.)

Projeto de Lei da Câmara nº 79, de 2011 (nº 1.749/2011, na Casa de origem), de iniciativa da Senhora Presidenta da República, que autoriza o Poder Executivo a criar a empresa pública denominada Empresa Brasileira de

Serviços Hospitalares – EBSERH; acrescenta dispositivos ao Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal; e dá outras providências.

Não foram apresentadas emendas no prazo único regimental previsto no art. 122, II, b, do Regimento Interno.

A matéria foi despachada às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania, de Educação Cultura e Esporte e de Assuntos Sociais.

Há, sobre a mesa, parecer da Comissão de Assuntos Sociais, Relator Senador Mozarildo Cavalcanti, favorável ao projeto, que será publicado na forma regimental. Cópias do referido parecer encontram-se distribuídas nas suas bancadas.

É o seguinte o parecer:

PARECER N° 1.299, DE 2011

Da COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 79, de 2011 (Projeto de Lei nº 1.749, de 2011, na origem), da Presidente da República, que autoriza o Poder Executivo a criar a empresa pública denominada Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares – EBSERH; acrescenta dispositivos ao Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal; e dá outras providências.

RELATOR: Senador MOZARILDO CAVALCANTI

I – RELATÓRIO

É submetido à análise da Comissão de Assuntos Sociais (CAS) o Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 79, de 2011 (Projeto de Lei nº 1.749, de 2011, na origem), da Presidente da República, que autoriza o Poder Executivo a criar a empresa pública denominada Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares – EBSERH; acrescenta dispositivos ao Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal; e dá outras providências.

A autorização para a criação da EBSERH está consignada no art. 1º da proposição, com fundamento no art. 5º do Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, e no art. 5º do Decreto-Lei nº 900, de 29 de setembro de 1969.

Os §§ 1º e 2º do art. 1º do projeto determinam que a empresa terá sede e foro na Capital Federal, mas poderá manter filiais e escritórios de representação em outras unidades da Federação, bem como criar subsidiárias.

O capital social da empresa será integralizado apenas pela União, com recursos oriundos de dotações consignadas em seu orçamento, bem como pela incorporação de bens e direitos (art. 2º).

O art. 3º determina que a finalidade da EBSERH será a prestação de serviços gratuitos de assistência médica-hospitalar, ambulatorial e de apoio diagnóstico e terapêutico no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS), assim como a prestação de serviços de apoio ao ensino, à pesquisa, à extensão, ao ensino-aprendizagem e à formação de pessoal no campo da saúde pública às instituições públicas federais de ensino ou instituições congêneres.

Em suas atividades assistenciais, a empresa deverá atender às diretrizes da Política Nacional de Saúde, do Ministério da Saúde (§ 2º do art. 3º). O ressarcimento das despesas efetuadas com o atendimento de clientes de planos privados de assistência à saúde é assegurado pelo § 3º do art. 3º da proposição.

O art. 4º trata das competências da EBSERH:

- i.administrar unidades hospitalares, bem como prestar serviços de assistência médica-hospitalar, ambulatorial e de apoio diagnóstico e terapêutico à comunidade, no âmbito do SUS;
- ii.prestar, às instituições federais de ensino superior e a outras instituições congêneres, serviços de apoio ao ensino e à pesquisa, ao ensino-aprendizagem e à formação de pessoal no campo da saúde pública, mediante as condições que forem fixadas em seu estatuto social;
- iii.apoiar a execução de planos de ensino e pesquisa de instituições federais de ensino superior e de outras instituições congêneres, cuja vinculação com o campo da saúde pública ou com outros aspectos da sua atividade torne necessária essa cooperação, em especial na implementação das residências médica, multiprofissional e em área profissional da saúde, nas especialidades e áreas estratégicas para o SUS;

- iv.prestar serviços de apoio à geração do conhecimento em pesquisas básicas, clínicas e aplicadas nos hospitais universitários federais e em outras instituições congêneres;
- v.prestar serviços de apoio ao processo de gestão dos hospitais universitários e federais e de outras instituições congêneres, com implementação de sistema de gestão único com geração de indicadores quantitativos e qualitativos para o estabelecimento de metas; e
- vi.exercer outras atividades inerentes às suas finalidades, nos termos do seu estatuto social.

O art. 5º dispensa a administração pública de realizar licitação para contratar a empresa para a execução de atividades relacionadas ao seu objeto social.

Pelo art. 6º, a prestação de serviços pela EBSERH às instituições de ensino será feita mediante contrato, que será amplamente divulgado e deverá estabelecer:

- i.as obrigações dos signatários;
- ii.as metas de desempenho, indicadores e prazos de execução a serem observados pelas partes;
- iii.a respectiva sistemática de acompanhamento e avaliação, contendo critérios e parâmetros a serem aplicados; e
- iv.a previsão de que a avaliação de resultados obtidos, no cumprimento de metas de desempenho e observância de prazos pelas unidades da empresa, será usada para o aprimoramento de pessoal e melhorias estratégicas na atuação perante a população e as instituições de ensino.

O § 3º desse artigo conceitua as instituições congêneres, equiparadas às instituições federais de ensino para os efeitos da lei: “as instituições públicas que desenvolvam atividades de ensino e de pesquisa na área da saúde e que prestem serviços no âmbito do Sistema Único de Saúde – SUS”.

O art. 7º faculta às instituições de ensino a cessão, para a EBSERH, de seus servidores efetivos, para a realização de atividades administrativas e de assistência à saúde. A cessão se dará com ônus para o

cessionário e serão assegurados os direitos e as vantagens a que os servidores façam jus no órgão ou entidade de origem.

O financiamento da empresa é regulado pelo art. 8º do PLC nº 79, de 2011, que define as seguintes fontes:

I – recursos oriundos de dotações consignadas no orçamento da União;

II – as receitas decorrentes:

a) da prestação de serviços compreendidos em seu objeto;

b) da alienação de bens e direitos;

c) das aplicações financeiras que realizar;

d) dos direitos patrimoniais, tais como aluguéis, foros, dividendos e bonificações; e

e) dos acordos e convênios que realizar com entidades nacionais e internacionais;

III – doações, legados, subvenções e outros recursos que lhe forem destinados por pessoas físicas ou jurídicas de direito público ou privado; e

IV – rendas provenientes de outras fontes.

A administração da EBSERH será confiada a quatro colegiados – Conselho de Administração, Diretoria Executiva, Conselho Fiscal e Conselho Consultivo –, sendo a composição, as atribuições e o funcionamento desses órgãos definidos em seu estatuto social (art. 9º).

O § 2º do art. 9º determina que o Conselho de Administração terá, como membros natos, representantes do Ministério da Saúde, do Ministério da Educação, da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior e da Federação dos Sindicatos de Trabalhadores das Universidades Brasileiras. O Conselho Consultivo será o responsável pelo controle social da empresa e contará com representação paritária do Estado e da Sociedade Civil (§ 3º).

O art. 10 trata do regime de contratação de pessoal da empresa, que será regido pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), mediante aprovação em concurso público de provas ou de provas e títulos. O art. 11 autoriza a EBSERH a contratar pessoal técnico e administrativo por tempo determinado, mediante processo seletivo simplificado, enquanto o art. 12 permite a celebração de contratos temporários de emprego.

As instituições de ensino estarão autorizadas a ceder à EBSERH, no âmbito do contrato de que trata o art. 6º da proposição, bens e direitos necessários a sua execução (art. 13).

O art. 14 explicita a submissão da empresa e de suas subsidiárias à fiscalização dos órgãos de controle interno do Poder Executivo e ao controle externo exercido pelo Congresso Nacional, com auxílio do Tribunal de Contas da União (TCU).

O art. 15 autoriza a empresa a patrocinar entidade fechada de previdência privada, enquanto o art. 16 concede prazo de um ano, contado a partir da assinatura do contrato de que trata o art. 6º, para que a EBSERH reactive leitos e serviços inativos por falta de pessoal.

O art. 17 autoriza os Estados a criar empresas públicas de serviços hospitalares.

Os arts. 18 e 19 alteram o Código Penal para instituir nova modalidade de crime: a fraude em certames de interesse público.

A cláusula de vigência – art. 20 – determina que a lei originada a partir do projeto entre em vigor na data de sua publicação.

O PLC nº 79, de 2011, tramita em regime de urgência, nos termos do art. 64 da Constituição Federal (CF). Dessa forma, foi distribuído à apreciação simultânea dos seguintes colegiados: CAS, Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) e Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Esgotado o prazo regimental, não lhe foram oferecidas emendas.

Na exposição de motivos que acompanha a proposição, o Ministro Fernando Haddad, da Educação, e a Ministra Miriam Belchior, do

Planejamento, Orçamento e Gestão, informam que o texto enviado à apreciação do Congresso Nacional propõe modelagem jurídico-institucional inovadora para as atividades executadas pelos hospitais vinculados às universidades públicas federais. Pretende-se, com a medida, viabilizar um modelo de gestão mais ágil, eficiente e compatível com a atuação desses hospitais, além de oferecer solução para as demandas e questionamentos do TCU e do Ministério Público Federal (MPF).

Hoje, existem 45 hospitais na estrutura do Governo Federal, com força de trabalho composta por mais de setenta mil profissionais, muitos deles com vínculos empregatícios precários.

O Poder Executivo informa, ainda, que a medida proposta tem precedentes exitosos, exemplificados pelo Hospital de Clínicas de Porto Alegre e pelo Grupo Hospitalar Conceição.

II – ANÁLISE

Nos termos do art. 100, II, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), compete à CAS examinar os aspectos da proposição relativos à proteção e à defesa da saúde. Os aspectos ligados ao ensino e à pesquisa serão avaliados pela CE, enquanto as questões jurídico-constitucionais serão apreciadas pela CCJ.

A medida enviada pela Presidente Dilma Rousseff à apreciação do Congresso Nacional está revestida de inegável mérito. O PLC nº 79, de 2011, reproduz, em larga medida, os termos do Projeto de Lei de Conversão nº 14, de 2011, originário da Medida Provisória nº 520, de 2010, que perdeu a eficácia em função do esgotamento do prazo constitucional.

O PLC demonstra a preocupação da Presidente com a situação calamitosa por que passam nossos hospitais universitários. Com efeito, as instituições responsáveis pela formação da força de trabalho que vai atuar no setor saúde estão, há pelo menos duas décadas, funcionando em condições precárias, com reflexos sobre a qualidade do profissional formado e do serviço prestado à população.

Diversas foram as soluções adotadas por essas instituições para superar seus problemas administrativos – terceirização, contratação de cooperativas, criação de fundações de apoio etc. –, mas nenhuma logrou o

êxito esperado. O que se vê é o aprofundamento da crise que afeta há anos os hospitais de ensino. Iniciativas isoladas, a exemplo do Projeto de Reforço à Reorganização do Sistema Único de Saúde (REFORSUS), lançado no final da década de 1990 pelo Ministério da Saúde, representam, no linguajar médico, apenas um paliativo, sem que se consiga solucionar em definitivo o problema.

É preciso ressaltar que quem mais sofre com a atual situação é o usuário dos serviços de saúde. Para boa parte da população, os hospitais de ensino representam a única porta de acesso a ações de saúde de alta complexidade. As melhorias advindas da criação da EBSERH terão impacto sobre alunos, professores e funcionários das instituições de ensino, mas estamos convictos de que os maiores beneficiados serão os pacientes.

Dessa forma, no que se refere às questões atinentes à saúde, nosso entendimento é de que o Senado Federal deve acolher o PLC nº 79, de 2011.

III – VOTO

Em vista do exposto, o voto é pela **aprovação** do Projeto de Lei da Câmara nº 79, de 2011.

Sala das Comissões,

Senador JAYME CAMPOS
Comissão de Assuntos Sociais
Presidente , Presidente



Relator

COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS

Projeto de lei da Câmara nº 79, de 2011

ASSINAM O PARECER NA REUNIÃO DE 26/10/2011 OS (AS) SENHORES (AS) SENADORES (AS)

PRESIDÊNCIA: SENADOR JAYME CAMPOS

RELATORIA: Senador MOZARILDO CAVALCANTI

TITULARES	SUPLENTES
BLOCO DE APOIO AO GOVERNO (PT, PDT, PSB, PC do B, PRB)	
PAULO PAIM (PT) <i>Paulo Paixão</i>	1- EDUARDO SUPILY (PT)
ÂNGELA PORTELA (PT) <i>Angela Portela</i>	2- MARTA SUPILY (PT)
HUMBERTO COSTA (PT) <i>Humberto Costa</i>	3- VAGO
WELLINGTON DIAS (PT) <i>Wellington Dias</i>	4- ANA RITA (PT) <i>Ana Rita</i>
VICENTINHO ALVES (PR) <i>Vicentinho Alves</i>	5- LINDBERGH FARIAS (PT)
JOÃO DURVAL (PDT) <i>João Durval</i>	6- CLÉSIO ANDRADE (PR)
RODRIGO ROLLEMBERG (PSB) <i>Rodrigo Rollemberg</i>	7- CRISTOVAM BUARQUE (PDT)
VANESSA GRAZZIOTIN (PC do B) <i>Vanessa Graziotin</i>	8- LÍDICE DA MATA (PSB) <i>Lídice da Mata</i>

BLOCO PARLAMENTAR (PMDB, PP, PSC, PMN, PV)

WALDEMAR MOKA (PMDB)	1- EUNÍCIO OLIVEIRA (PMDB)
----------------------	----------------------------

BLOCO PARLAMENTAR MINORIA (PSDB, DEM)

CÍCERO LUCENA (PSDB)	1- AÉCIO NEVES (PSDB)
----------------------	-----------------------

PTB

MOZARILDO CAVALCANTI <i>Relator</i>	1- ARMANDO MONTEIRO <i>Armando Monteiro</i>
-------------------------------------	---

A SR^a PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Concedo a palavra ao Senador Humberto Costa, para proferir parecer conjunto pelas Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania e de Educação, Cultura e Esporte sobre a matéria.

PARECER Nº 1.300, DE 2011–PLEN

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE. Para proferir parecer. Sem revisão do orador.) – Sr^a Presidenta, Sr^ss Senadoras, Srs. Senadores, vem ao exame do Plenário desta Casa o Projeto de Lei da Câmara (PLC) nº 79, de 2011, (Projeto de Lei nº 1.749, de 2011, na Casa de origem), de autoria do Poder Executivo. Vazado em vinte artigos, tem como objetivo principal autorizar a criação da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH).

Nos termos do substitutivo aprovado pela Câmara dos Deputados, trata-se de empresa pública unipessoal, com personalidade jurídica de direito privado e patrimônio próprio, vinculada ao Ministério da Educação (MEC).

A EBSERH terá sede e foro no Distrito Federal e poderá manter escritórios, representações, dependências e filiais em outras unidades da federação, além de criar subsidiárias para o desenvolvimento de atividades inerentes ao seu objeto social.

O capital social da EBSERH será, em sua totalidade, de propriedade da União e integralizado mediante recursos oriundos de dotações orçamentárias bem como pela incorporação de bens e direitos suscetíveis de avaliação em dinheiro.

A finalidade da empresa será a prestação de serviços gratuitos de assistência médico-hospitalar, ambulatorial e de apoio diagnóstico e terapêutico à comunidade, assim como a prestação às instituições federais de ensino ou instituições congêneres de serviços de apoio ao ensino, à pesquisa, à extensão, ao ensino-aprendizagem e à formação de pessoas no campo da saúde pública, observada a autonomia universitária de que trata o art. 207 da Constituição Federal.

Ainda nos termos da proposição, são consideradas “instituições congêneres” as instituições públicas que desenvolvem atividades de ensino e pesquisa na área de saúde e que prestem serviços ao Sistema Único de Saúde (SUS).

A prestação de serviços de assistência à saúde da EBSERH observará as orientações da Política Nacional de Saúde, de responsabilidade do Ministério da Saúde (MS), e estará integral e exclusivamente inserida no âmbito do SUS.

A proposição assegura à EBSERH o resarcimento das despesas com o atendimento de consumidores e respectivos dependentes, de planos privados de as-

sistência à saúde, na forma estabelecida pelo art. 32 da Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, observados os valores de referência estabelecidos pela Agência Nacional de Saúde Suplementar.

As competências da EBSERH são assim detalhadas no PLC:

a) administrar unidades hospitalares e prestar serviços de assistência médica-hospitalar, ambulatorial e de apoio diagnóstico e terapêutico à comunidade, no âmbito do Sistema Único de Saúde;

b) prestar às instituições federais de ensino superior e instituições congêneres serviços de apoio ao ensino, à pesquisa, à extensão, ao ensino-aprendizagem e à formação no campo da saúde pública;

c) apoiar a execução de planos de ensino e pesquisa de instituições federais de ensino superior e congêneres, especialmente no que se refere à implementação das residências médica, multiprofissional e em área profissional da saúde, nas especialidades e regiões estratégicas para o SUS;

d) prestar serviços de apoio à geração do conhecimento em pesquisas básicas, clínicas e aplicadas nos hospitais universitários federais e instituições congêneres;

e) prestar serviços de apoio ao processo de gestão dos hospitais universitários e federais e a outras instituições congêneres, com implementação de sistema de gestão único e indicadores quantitativos e qualitativos para o estabelecimento de metas;

f) exercer outras atividades inerentes às suas finalidades, nos termos do seu estatuto social.

Segundo o projeto, é dispensada a licitação para a contratação da EBSERH pela administração pública para realizar atividades relacionadas ao objeto social da empresa.

Além disso, a EBSERH, respeitado o princípio constitucional da autonomia universitária, poderá prestar os serviços relacionados às suas competências mediante realização de contrato com as instituições federais de ensino ou instituições congêneres. Tais contratos, aos quais será dada ampla divulgação na internet, estabelecerão: as obrigações dos signatários; as metas de desempenho, indicadores e prazos de execução a serem observados; a sistemática de acompanhamento e avaliação; a previsão de uso das avaliações de resultados no aprimoramento de pes-

soal e em aperfeiçoamentos estratégicos que levem ao melhor aproveitamento dos recursos da EBSERH.

No âmbito desses contratos, os servidores titulares de cargo efetivo em exercício em instituição federal de ensino ou instituição congênere que exerçam atividades relacionadas ao objeto da EBSERH poderão ser a ela cedidos para a realização de atividades de assistência à saúde e administrativas. A esses servidores ficam assegurados os direitos e as vantagens a que façam jus no órgão ou entidade de origem, com ônus para o cessionário.

O PLC enumera as seguintes fontes de recursos para a EBSERH:

1) dotações consignadas no orçamento da União;

2) receitas decorrentes da prestação de serviços compreendidos em seu objeto, da alienação de bens e direitos, das aplicações financeiras que realizar, de direitos patrimoniais e de acordos e convênios que realizar com entidades nacionais e internacionais;

3) doações, legados, subvenções e outros recursos que lhe forem destinados por pessoas físicas ou jurídicas de direito público ou privado;

4) rendas provenientes de outras fontes.

O projeto prevê, também, que o lucro líquido da EBSERH será reinvestido no atendimento do objeto social da empresa, excetuadas as parcelas decorrentes da reserva legal e da reserva para contingência.

Conforme a proposição, a administração da EBSERH caberá a um Conselho de Administração, com funções deliberativas, e a uma Diretoria Executiva. Serão membros natos do Conselho de Administração representantes do Ministério da Saúde, do Ministério da Educação, da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES) e da Federação dos Sindicatos de Trabalhadores das Universidades Federais (FASUBRA), sem prejuízo da composição a ser definida no estatuto social da empresa, assegurado o direito da União de eleger a maioria de seus membros.

A empresa contará também com um conselho fiscal e um conselho consultivo, sendo este responsável pelo controle social. O Conselho Consultivo será paritariamente constituído por representantes da sociedade civil, incluindo usuários, e do Estado, na forma estabelecida no estatuto social, e sem prejuízo de outros meios de fiscalização por parte da sociedade civil. De acordo com o projeto, terão assento no Conselho Consultivo representantes do Conselho Nacional de Saúde, do Conselho Federal de Medicina, do Conselho Federal de Enfermagem, da Andifes, da Fasubra e da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB). A atuação de representantes da sociedade civil nesse Conselho

não será remunerada e será considerada como função relevante.

Quanto ao regime de contratação de recursos humanos, o projeto estabelece que o pessoal permanente da EBSERH será regido pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e legislação complementar, observado o requisito de contratação mediante prévia aprovação em concurso público de provas ou de provas e títulos e as normas específicas editadas pelo Conselho de Administração. Os editais de concursos públicos para o preenchimento de emprego no âmbito da EBSERH poderão estabelecer, como título, o cômputo do tempo de exercício em atividades correlatas às atribuições do respectivo emprego.

Além disso, exclusivamente para fins de sua implantação, a EBSERH é autorizada a contratar, mediante processo seletivo simplificado, pessoal técnico e administrativo por tempo determinado. Esses contratos somente poderão ser celebrados nos dois anos subsequentes à constituição da empresa e, quando destinados ao cumprimento de contrato celebrado com instituição federal de ensino ou congênere, nos primeiros cento e oitenta dias da vigência do respectivo contrato. Os contratos temporários, destinados à implantação da EBSERH e dos contratos com instituições de ensino ou congêneres, poderão ser prorrogados uma única vez, desde que a soma dos dois períodos não ultrapasse cinco anos.

A EBSERH poderá ainda celebrar contratos temporários de emprego com base nas alíneas *a* e *b* do § 2º do art. 443 da CLT, mediante processo seletivo simplificado, observado o que estabelece o art., 445 da citada norma.

As instituições públicas federais de ensino e instituições congêneres ficam autorizadas a ceder à EBSERH, no âmbito e durante a vigência dos respectivos contratos, bens e direitos necessários à sua execução, que serão devolvidos à instituição cedente quando do término do contrato.

A proposição estabelece, também, que a EBSERH e suas subsidiárias estarão sujeitas à fiscalização dos órgãos de controle interno do Poder Executivo e ao controle externo exercido pelo Congresso Nacional, com auxílio do Tribunal de Contas da União (TCU).

Autoriza, ainda, a EBSERH a patrocinar entidade fechada de previdência privada, nos termos da legislação vigente, inclusive mediante adesão a entidade preexistente.

O PLC nº 79, de 2011, determina que, a partir da assinatura do contrato entre a EBSERH e a instituição de ensino superior, a empresa disporá do prazo de um ano para reativação de leitos e serviços inativos por falta de pessoal. Outrossim, dispõe que os estados

poderão autorizar a criação de empresas públicas de serviços hospitalares.

Finalmente, o texto aprovado pela Câmara dos Deputados incluiu dispositivos que não se referem diretamente à EBSERH. Trata-se de alterações no Código Penal (Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940), com o intuito de coibir o cometimento de fraudes e de promover a observância dos princípios da moralidade e da impensoalidade. Assim, o projeto acrescenta ao art. 47 do Código Penal, como pena de interdição temporária de direitos, a “proibição de inscrever-se em concurso, avaliação ou exame públicos” e inclui um Capítulo V no Título X da Parte Especial do Código, para tratar das “fraudes em certames de interesse público”.

O derradeiro dispositivo da proposição traz a cláusula de vigência, que determina sua entrada em vigor na data da publicação.

Aprovado por Comissão Especial e pelo Plenário da Câmara dos Deputados, o PLC nº 79, de 2011, que tramita em regime de urgência, foi distribuído, nesta Casa, para apreciação simultânea das Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania, de Educação, Cultura e Esporte e de Assuntos Sociais – CAS.

Posteriormente, seguindo para o Plenário desta Casa.

A ele não foram apresentadas emendas.

ANÁLISE

Remetido ao Congresso Nacional em junho de 2011, o Projeto de Lei em análise advém da perda de eficácia, por falta de deliberação desta Casa, da Medida Provisória nº 520, de 2010.

Assim, o PLC nº 79, de 2011, incorpora diversos aperfeiçoamentos, resultantes de exaustivos debates, seminários e audiências públicas tanto durante a tramitação da mencionada Medida Provisória quanto de sua própria análise pela Câmara dos Deputados.

A motivação do Poder Executivo, explicitada na Exposição de Motivos que acompanha a proposição, é de duas ordens. De um lado, visa a estabelecer um novo modelo jurídico-institucional mais ágil, transparente e eficiente, para os hospitais vinculados a universidades federais, que somam mais de quarenta instituições. Hoje, essas instituições, responsáveis por cerca de 40 milhões de procedimentos anuais de média e alta complexidade no âmbito do SUS, não têm personalidade jurídica própria e padecem de limitada autonomia administrativa e financeira.

De outro lado, o Projeto busca solucionar, de maneira sustentável e definitiva, as vulnerabilidades, distorções e precariedades que marcaram a contratação de pessoal nos hospitais universitários. Atualmente, mais de um terço dos cerca de 70 mil profissionais

que atuam nessas instituições são contratados por meio de fundações de apoio às universidades, sob diversos regimes que caracterizam a terceirização, já condenada pelo TCU.

O formato de empresa pública propugnado pelo projeto, compatibiliza, de maneira satisfatória, as funções precípuas de ensino e pesquisa em saúde que fundamentam os hospitais universitários, com a função de extensão, traduzida na efetiva prestação de serviços de assistência médico-hospitalar e ambulatória à população.

Não se trata, como argumentam alguns críticos, de privatização dos hospitais universitários. Muito pelo contrário. O capital da EBSERH será integralmente de propriedade da União e a empresa deverá seguir todos os ritos e controles que delimitam a atuação dos entes públicos. A Câmara dos Deputados aperfeiçoou ainda mais as salvaguardas nesse sentido, ao substituir a forma de sociedade anônima que constava do projeto original pelo modelo de sociedade unipessoal e a determinar expressamente a sujeição das subsidiárias da EBSERH eventualmente criadas às normas aplicáveis à própria empresa.

Reafirma-se, assim, o caráter público da EBSERH, que supre a necessidade de agilidade de gestão dos hospitais universitários, visando a atender a demanda crescente de seus serviços com as condições de flexibilidade para adequação do quadro de profissionais da saúde.

Outro aperfeiçoamento obtido na Câmara para resguardar o caráter público da EBSERH refere-se à destinação dos lucros eventualmente auferidos pela empresa à prestação de suas atividades-fim, além da especificação das entidades que deverão estar representadas em seus Conselhos Consultivos e de Administração.

Tampouco o projeto afronta a autonomia universitária, prevista no art. 207 da Carta, conforme explicita a mensagem que acompanha o projeto:

O relacionamento entre a EBSERH e cada universidade será objeto de um contrato que especifique as obrigações das partes e as metas de desempenho esperadas da Empresa Pública, com respectivos indicadores para a avaliação e o controle pela Universidade.

Esse formato possibilitará a implantação de mecanismos mais eficazes e transparentes de relacionamento entre o hospital e a universidade, sem a insegurança jurídica que tem afetado a situação atual.

Ainda no que se refere à autonomia universitária, expressamente resguardada nos arts. 3º e 6º da proposição, deve-se ressaltar que a constituição

da EBSERH não significa extinção de competências ou perda de patrimônio ou pessoal pelas instituições federais de ensino. De fato, caberá à própria universidade a decisão de contratar ou não os serviços da EBSERH, bem como a definição do momento mais conveniente para fazê-lo e dos termos do contrato a ser firmado, incluindo a cessão de servidores e bens móveis e imóveis, com o aval do MEC.

A criação da EBSERH, portanto, não fere o art. 207 da Constituição Federal, por ser constituída externamente as IFES, tendo uma relação contratual com as mesmas, que se realiza somente mediante a opção das instituições conforme sua conveniência.

Quanto às críticas de que o modelo empresarial adotado pela EBSERH não passaria de fachada para desmandos administrativos, ela não se baseia em fatos concretos, mas em suposições. É possível que a sistemática de funcionamento da empresa, na prestação de serviços à comunidade e na efetivação dos contratos com as instituições de ensino, requeira aperfeiçoamentos futuros, que só poderão ser identificados à medida que seu formato diferenciado seja operacionalizado. Mas, no momento, o que se depreende do projeto é a busca de uma alternativa sustentável para a regularização da situação laboral de milhares de trabalhadores imprescindíveis para a assistência à saúde da população, de forma a assegurar a continuidade da prestação dos serviços, preservar as equipes vinculadas às instituições de ensino que atuam nos hospitais universitários e, ao mesmo tempo, avançar rumo a melhorias de gestão e ganhos estratégicos na formação dos recursos humanos da área de saúde.

Resgato o texto apresentado no Parecer oferecido pelo Exmº Senador Mozarildo Cavalcanti à Comissão de Assuntos Sociais, onde, com a visão de experiente profissional da saúde, afirma:

O PLC demonstra a preocupação da Presidente com a situação calamitosa por que passam nossos hospitais universitários. Com efeito, as instituições responsáveis pela formação da força de trabalho que vai atuar no setor saúde estão, há pelo menos duas décadas, funcionando em condições precárias, com reflexos sobre a qualidade do profissional formado e do serviço prestado à população.

Diversas foram as soluções adotadas por essas instituições para superar seus problemas administrativos – terceirização, contratação de cooperativas, criação de fundações de apoio etc. –, mas nenhuma logrou o êxito esperado. O que se vê é o aprofundamento da crise que afeta há anos os hospitais de ensino. Iniciativas isoladas, a exemplo do Projeto de Reforço

à Reorganização do Sistema Único de Saúde (Reforsus), lançado no final da década de 1990 pelo Ministério da Saúde, representam, no linguajar médico, apenas um paliativo, sem que se consiga solucionar em definitivo o problema.

É preciso ressaltar que quem mais sofre com a atual situação é o usuário dos serviços de saúde. Para boa parte da população, os hospitais de ensino representam a única porta de acesso a ações de saúde de alta complexidade. As melhorias advindas da criação da EBSERH terão impacto sobre alunos, professores e funcionários das instituições de ensino, mas estamos convictos de que os maiores beneficiados serão os pacientes [conclui o Senador Mozarildo].

Por fim, quanto às mudanças pretendidas no Código Penal pelos arts. 18 e 19 do projeto, afiguram-se-nos positivas, especialmente porque os incisos II e III do art. 311-A, objeto do art. 19 da proposição, dizem respeito especificamente à avaliação ou exame públicos e a processos seletivos para ingresso no ensino superior, ambos de interesse para a área da educação.

Por conseguinte, conclui-se pela constitucionalidade, juridicidade, regimentalidade e adequada técnica legislativa do PLC nº 79, de 2011, e, no mérito, pela sua aprovação.

Diante do exposto, somos pela aprovação do Projeto de Lei da Câmara nº 79, de 2011.

Plenário do Senado Federal.

Durante o discurso do Sr. Humberto Costa, a Sra. Marta Suplicy, 1ª Vice-Presidente deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Paulo Davim.

Durante o discurso do Sr. Humberto Costa, o Sr. Paulo Davim deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. José Sarney, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Completada a instrução da matéria, passamos à discussão.

A SR^a MARINOR BRITO (PSOL – PA) – Peço a palavra, Excelência.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Está inscrito o Senador Jayme Campos em primeiro lugar.

A SR^a MARINOR BRITO (PSOL – PA) – Peço a palavra, Senador Sarney.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Com a palavra a Senadora Marinor, para uma questão de ordem.

A SR^a MARINOR BRITO (PSOL – PA) – Não; é para discutir

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Então, está inscrita. A senhora é a terceira para discutir.

A SR^a MARINOR BRITO (PSOL – PA) – Obrigada.

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) – Imagino que ela vai encaminhar a matéria também, não é?

(Interrupção do som.)

O SR. JAYME CAMPOS (Bloco/DEM – MT) Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente José Sarney, Sr^{as}s e Srs. Senadores, como dizia eu, nesta mesma tribuna, em meu discurso acerca da matéria que ora se discute, quanto mais o tempo passa, mais e mais esta nossa Casa oferece a seus detratores consistente demonstração de que o Parlamento brasileiro não serve para nada. Quando muito, serve ao jogo do faz de conta; serve de palco para simular a discussão de decisões já tomadas. Isso porque que a desfaçatez do Poder Executivo acaba sempre sendo premiada pela cega e subserviente aprovação de medidas inconstitucionais e, assim, alimentamos o insaciável furor legislatório de nossos atuais governantes.

O que vamos votar daqui a pouco nada mais é do que a reedição do Projeto de Conversão nº 14, de 2011, proveniente da Medida Provisória 520, que, em última análise, buscava privatizar os hospitais universitários. Tal medida, que perdeu sua eficácia há alguns meses, nos chega agora outra vez, no texto do PLC nº 79, de 2011.

Já tive oportunidade de manifestar-me aqui, desta tribuna, a respeito dessa desastrosa proposta. Não resta dúvida de que se trata de proposição absolutamente inconstitucional, porque viola os princípios da autonomia universitária e do concurso público. É incontestável que, ao interferir na área administrativa das universidades, afetando os serviços prestados por todo o corpo docente e discente das universidades federais, o projeto agride frontalmente o art. 207 da Constituição Federal.

Desde seu primeiro ensaio, o Executivo procura justificar sua infeliz iniciativa com o argumento de que precisava sanar as irregularidades apontadas pelo Tribunal de Contas da União, quanto às terceirizações praticadas pela Administração Pública. Só que não podemos consertar uma ilegalidade cometendo outra!

Na ocasião do debate acerca da referida MPV 520, dizia eu, neste plenário, que “não é com a adoção de fórmulas esdrúxulas, como esta que estamos a examinar, que o problema será resolvido”. Ademais, “a empresa a ser criada se fantasia de empresa pública, mas obedece a uma lógica privada”.

Nesse caso, Senador Aloysio, a grande verdade é que o PLC 79 abre caminho para que os hospitais universitários venham a ser, de fato, privatizados.

Há que se registrar a grande preocupação e o esforço com que a Câmara buscou prevenir o desastre e estabelecer algumas garantias para assegurar o bom funcionamento do modelo proposto, excluindo a forma da sociedade anônima e destinando os lucros à prestação das atividades fins, além de impor a presença de representantes dos Ministérios da Educação e da Saúde como membros do Conselho de Administração da nova empresa.

Mas, apesar dessas salvaguardas, o projeto além de incoerente e excêntrico em sua formulação, continua, mesmo com o aprimoramento da Câmara, a enfrentar o vício insanável quanto ao mérito educacional e a situação jurídica, com evidenciado desrespeito à autonomia universitária.

No que se refere à gestão administrativa, orçamentária e financeira, chega às raias do ridículo, quando não do cinismo, a argumentação expressa na exposição de motivos que encaminha a matéria, ao afirmar que o modelo se baseia em resultados e em efetivo controle de gastos, equiparando-o aos empreendimentos da iniciativa privada.

A empresa que se pretende criar é um verdadeiro disparate! Trata-se de uma empresa de pura fachada, que vai piorar a situação caótica da política de pessoal hoje adotada em nossos hospitais universitários. Parafraseando o ilustre Senador Roberto Requião, relator da matéria na Comissão de Educação, pergunto: “Que empresa é essa que depende de recursos orçamentários da União para sobreviver?”.

Somos totalmente solidários aos mais de 45 mil trabalhadores dos hospitais universitários em sua luta pela derrubada do PLC nº 79.

Da mesma forma, enfatizamos nosso total apoio à Federação de Sindicatos de Trabalhadores das Universidades Brasileiras, em sua moção de repúdio contra o projeto. Estamos diante de uma proposição concebida para resolver a incompetência do Governo Federal; para sanar problemas que ele próprio criou; para atropelar a Constituição e o bom-senso, fantasiando e tentando disfarçar o indisfarçável; nada menos que uma despidorada maquiagem legal para facilitar os desmandos e as falcaturas.

De forma que, concluindo, meus amigos e caros colegas Senadores e Senadoras, rogo que tenhamos especial empenho no exame desta matéria e que nos recusemos a compactuar com sua aprovação, apenas para satisfazer as conveniências do Poder Executivo, à custa de violentar nossas consciências.

O PLC 79 é uma daquelas matérias mediante as quais se nos depara o confronto entre a cooptação e a decência.

É o momento, meu caro Presidente, em que a nossos eleitores é dado perceber claramente nossa intenção e escolha: representar, com altivez e independência, o bem comum e o interesse nacional, ou desonrar a procuração das urnas, abdicando do verdadeiro mandato e cedendo à silente tentação de desprezíveis barganhas, acovardados qual impotentes e subalternos servícias.

Dessa maneira, minha posição é inarredável e inequívoca a respeito desta matéria, Sr. Presidente.

Espero que façamos uma reflexão, sobretudo porque entendemos que isso aqui nada mais é do que o desmonte do serviço público federal, principalmente dos nossos hospitais universitários que têm um compromisso na formação acadêmica daqueles que vão lidar com a vida de milhares e milhares de pessoas que dependem desses hospitais universitários.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Muito obrigado a V. Ex^a.

Concedo a palavra ao Senador Aloysio Nunes, segundo orador inscrito.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP. Para discutir. Com revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs Senadoras, Srs. Senadores, tenho dificuldade para acrescentar novos argumentos ao veemente requisitório pronunciamento pelo ilustre Senador Jayme Campos contra o projeto que está na Ordem do Dia.

Os argumentos estão todos ali. Cumpro apenas o papel de repisar alguns deles. E o primeiro, o essencial, o que diz respeito ao direito administrativo é que nós estamos diante de um verdadeiro desvio de finalidade.

O objetivo desse projeto de lei, real, não é criar uma empresa pública para gerenciar os hospitais universitários; é exatamente regularizar a situação de contratações irregulares no âmbito das universidades federais que subsistem há bastante tempo.

Essas irregularidades que afetam a contratação de cerca de 26 mil funcionários não foram detectadas ontem, às vésperas da edição de um projeto de lei com regime de urgência. Não. O Tribunal de Contas da União apontou essas irregularidades há mais de cinco anos. O voto do Tribunal de Contas que conclui pela ilegalidade das contratações e determina a correção dos desvios é de 2006. Só depois de quatro anos, quase cinco anos, é que o Governo acordou e tomou uma providência. Providência canhestra, porque, ao invés de regularizar para valer, abrir concurso nos hospitais respeitando a autonomia universitária, a ligação um-

bilical que deve existir entre cada hospital universitário e os cursos de medicina das universidades, resolveu criar um enorme trambolho burocrático, uma empresa pública para gerenciar todos esses hospitais. A emenda saiu pior do que o soneto: pretendeu corrigir um problema, e criou outro muito maior.

E mais, não vai corrigir. Não vai corrigir porque o próprio projeto de lei permite a contratação temporária, sem concurso, de funcionários para os hospitais e prevê também a prorrogação dessas contratações temporárias por um período que não pode exceder cinco anos.

Ora, na toada em que vai este Governo para resolver esse problema grave apontado pelo Tribunal de Contas da União em 2006, que exigiu a reparação imediata do desvio, mais cinco anos se seguirão aos cinco anos, não tenho dúvidas. É a eternização de um problema que já vem se arrastando há muito tempo e que precisa ser enfrentado e corrigido, mas corrigido com a solução adequada.

O óbice de natureza constitucional e também de mérito, além desse que aponto na mesma linha do Senador Jayme Campos, é o atentado contra o princípio da unidade que deve haver entre pesquisa, ensino e extensão, nas nossas universidades. Unidade que há de ser exercida, buscada, dirigida de maneira autônoma pelas universidades.

Ora, o projeto prevê a criação de uma empresa que vai dirigir um hospital que deveria manter uma conexão – repito – com os cursos de medicina. Ora, o projeto de lei fragmenta essa unidade necessária, basta que leiamos o art. 4º do projeto de lei, que trata das competências das empresas.

Art. 4º

I – administrar as unidades hospitalares, prestar serviços médico-hospitalar, ambulatorial e de apoio logístico e terapêutico à comunidade no âmbito do SUS.

Ora, isso é função do hospital universitário e não da empresa federal, do trambolho enorme que será criado para cobrir todos os hospitais universitários. De modo que já se começa a fragmentar o nexo entre ensino e pesquisa aqui, na prestação de serviços de assistência médica-hospitalar.

Vai adiante o projeto quando diz que essa instituição que se pretende criar deve prestar apoio ao ensino e à pesquisa. Ora, quem se encarrega de ensino e de pesquisa é a faculdade, não a empresa pública que o Governo quer criar.

Formação de pessoal no campo da saúde pública é função das faculdades de medicina e das formam outros profissionais da área da saúde, não é atribuição de uma empresa, é das universidades.

Subtrai-se, igualmente, das universidades, Srs. Senadores, a execução de planos de ensino e pesquisa

de todas as instituições federais de ensino superior e de outras instituições congêneres, assim como deixa de ser atribuição precípua da universidade, nos termos do inciso IV do art. 4º, *prestar serviço de apoio a geração de conhecimento em pesquisas básicas, clínicas e aplicadas nos hospitais universitários federais.*

Portanto, o Projeto não deixa qualquer dúvida quanto ao seu alcance. Ele é explícito. Ele está despojando as universidades do seu dever de ministrar cursos na formação de pessoal de prestar assistência médica hospitalar, no âmbito do SUS, e orientar a pesquisa no campo médico, das ciências médicas, das ciências que dizem respeito à saúde.

Tudo é transferido, terceirizado, de alguma forma, nas mãos dessa empresa. No caso de universidades que têm tradição de décadas, como, por exemplo, a Universidade Federal de São Paulo, que tem a Escola Paulista de Medicina e o seu hospital universitário, o Hospital São Paulo, passa-se por cima dessa história e se cria uma empresa federal, administrada daqui de Brasília, longe da realidade local, para dizer o que este hospital deve fazer para continuar prestando assistência médica e hospitalar e servindo como um centro de aprendizagem, onde se combina ciência e ética médica.

Isso não se faz numa empresa criada assim, às pressas, para corrigir uma irregularidade administrativa. Isso é um atentado à Universidade, e mereceu da parte do Relator Roberto Requião um voto furibundo na Comissão de Educação do Senado, infelizmente derrotado por um Voto em Separado, encomendado às pressas pela Liderança do Governo.

Por essas razões, vamos votar contra o presente Projeto de Lei.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Muito obrigado.

Com a palavra a Senadora Marinor Brito.

A SR^a MARINOR BRITO (PSOL – PA. Para discutir. Sem revisão da oradora.) – Sr. Presidente, Sr^as e Srs. Senadores, queria pedir também a atenção dos telespectadores da TV e da Rádio Senado para a importância que o debate que iniciamos de novo, do dia de hoje, tem para o povo brasileiro.

No dia 1º de junho de 2011, a Medida Provisória 520 perdeu a sua eficácia em razão de o prazo de vigência ter se encerrado naquele dia.

O debate foi tenso, foram muitas as intervenções de mérito, mas naquele momento também havia a intervenção relacionada ao método. Naquele dia, foram feitos dois acordos que eu faço questão de lembrar e cobrar do Presidente Sarney, mais uma vez. Um é que, com a vigência do prazo da emenda – e foram feitos alguns acordos, pela dissonância da base governista em relação ao tema –, o debate sobre os hospitais univer-

sitários se transformaria num projeto de lei complementar e que nós iniciariamos um processo de discussão e formulação de alternativas às medidas provisórias. Ontem, foi bastante debatido aqui, no Senado Federal.

Refiro-me a isso só para lembrar que em cinco meses, para responder aos interesses da iniciativa privada, o Governo se movimenta rapidamente, elabora e bota em votação um projeto de lei complementar. Mas não houve a movimentação política necessária para garantir autonomia, o direito do Legislativo de debater os temas de interesse nacional pelas vias que a Constituição Federal nos assegura. O Governo não se mobilizou, Presidente Sarney. Não se mobilizou.

Por isso, a gente continua respirando a avalanche de medidas provisórias, a junção de temas diversificados, às vezes até com antagonismos, como foi feito no dia de ontem aqui.

Bom, mas agora o debate é o PLC nº 79, de 2001, que pretende – espero que não consiga – criar a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares, sociedade anônima, com a finalidade específica de gerir os hospitais universitários.

Olha, durante a Medida Provisória nº 520, o PSOL tomou a iniciativa e entrou com uma ação direta de constitucionalidade. Eu quero informar que a mesma atitude tomada em relação à medida provisória, se aprovado este projeto de lei, nós iremos repetir na Suprema Corte do País, exatamente porque este projeto de lei afronta o art. 207 da Constituição Federal, uma vez que interfere diretamente na administração dos hospitais universitários, que, por sua vez, são subordinados às universidades.

O art. 207 diz: “As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial e obedecerão ao princípio da indissociabilidade entre ensino pesquisa e extensão.”

É importante salientar que, a despeito do disposto no inciso I do art. 4º do PLC, no que permite a competência da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares, ambulatorial e de apoio diagnóstico e terapêutico à comunidade no âmbito do SUS, as únicas unidades hospitalares que poderiam ser administradas por essa empresa são exatamente os hospitais universitários. Isso porque, no art. 1º, é expressamente prevista a vinculação da empresa ao Ministério da Educação e não ao Ministério da Saúde. Desta forma, não resta dúvida de que a competência para administrar unidades hospitalares é adstrita a unidades hospitalares vinculadas às instituições de ensino superior.

Olha, eu queria aqui pedir licença para fazer a leitura de um documento que foi apresentado a todos os Senadores da República – pelo menos essa é a informação que temos –, enviado pelas entidades fi-

liadas, Fasubra, que demonstra claramente o descontentamento com essa decisão do Governo Federal.

O documento diz:

Lamentavelmente, contamos com a aprovação do PL 1749/2011, na Câmara dos Deputados, a morte anunciada dos HUs, no seu papel histórico de ensino, de pesquisa e de extensão. Essa aprovação banaliza a função dos HUs, reduzindo essas Unidades Acadêmicas a meras “prestadoras de serviço” na área de saúde.

Os Hospitais Universitários (HUs), além de prestarem assistência vinculada à rede do SUS, são partes integrantes das universidades, tendo por princípio a indissociabilidade do ensino, pesquisa e extensão. É no ambiente dos Hospitais Universitários onde se desenvolve a maioria das pesquisas na área de saúde, colocando o Brasil no caminho do desenvolvimento de pesquisas que resolvem seus problemas sociais antigos ou emergentes, advindos da pobreza, da vida moderna, ou do envelhecimento da população, tais como diabetes, cardiopatias, câncer, além de serem as principais referências em atendimentos de alta complexidade.

Com isso, ao longo de sua existência têm desempenhado importante papel na formação de profissionais na área da saúde – Medicina, Enfermagem, Farmácia, Biomedicina, Bioquímica, Fisioterapia, Nutrição, Psicologia e outros, que, por terem contato direto com os pacientes e com abundância e a diversidade de casos durante toda a sua formação, têm a possibilidade de contribuir com a sociedade já durante seu curso e ao mesmo tempo, no atendimento, experienciarem a solução de problemas metodologicamente refletidos na pesquisa.

A qualidade, referenciada socialmente, na formação de profissionais da área da saúde e na produção de conhecimento e tecnologia na área de saúde ficam profundamente comprometidas com a legalização da gestão terceirizada nas Universidades.

A autonomia da universidade começa a agonizar, pois os Conselhos Superiores e as Reitorias terão que se submeter à gestão externa privada da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares no tocante ao cotidiano administrativo e acadêmico dos Hospitais Universitários.

O PLP 79/2011, que propõe a criação da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares promove a desvinculação dos Hospitais Universitários das Universidades, rompendo com esse modelo e representa um ataque à formação desses profissionais e a produção das pesquisas ali desenvolvidas. Não se trata apenas da mudança de gestão, mas de toda uma concepção de estado, onde a educação e a saúde ficam comprometidas e sujeitas a privatização e a um mero modelo administrativo autônomo, ao serem os hospitais geridos por empresa pública de direito privado, com subsidiárias que podem ser privadas, processo que pode ser ampliado a outros órgãos do serviço público.

Quero dizer que eles fazem um apelo ao voto dos Senadores aqui...

(Interrupção do som.)

A SR^a MARINOR BRITO (PSOL – PA) – (Fora do microfone) ...e que esse voto pudesse representar o interesse de toda a comunidade universitária do Brasil inteiro, mas que também pudesse refletir a importância histórica, estratégica que têm os hospitais universitários na perspectiva do trabalho entre pesquisa, extensão e ensino, mas também na qualidade do atendimento e nas possibilidades futuras. Que, se esses hospitais fossem bem administrados e os recursos públicos fossem voltados para melhorar as suas condições de atuação e de atendimento, poderiam continuar e melhorar a referência que são em muitas áreas importantes da pesquisa e do atendimento de saúde no Brasil.

Quero declarar aqui, em nome da nossa bancada, o nosso contraponto, o nosso voto contrário a esta atitude de privatização vergonhosa do Governo Federal.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Com a palavra o Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR. Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sr^{as} Senadoras, nós já debatemos esse assunto numa tarde-noite que se prolongou até o dia seguinte, quando duas medidas provisórias foram arquivadas em razão da obstrução realizada pela oposição nesta Casa. Naquela oportunidade, o nosso partido havia impetrado junto ao Supremo Tribunal Federal ação direta de constitucionalidade relativamente à criação dessa empresa para administrar hospitais universitários.

A ação direta de constitucionalidade tornou-se sem efeito em razão de ter sido a medida provisória arquivada por decurso de prazo, naquela noite em que a oposição resistiu à maioria e conseguiu, obstruindo, arquivar duas medidas provisórias.

O Governo buscou o caminho mais curto e, utilizando-se desse mecanismo no projeto em regime de urgência, traz novamente à deliberação a criação dessa empresa, que retira a autonomia da universidade, autonomia essa consagrada no art. 207 da Constituição Federal, que diz o seguinte:

Art. 207. As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

Ao permitir que órgãos das universidades, no caso os hospitais universitários, sejam administrados por sujeito jurídico estranho a sua composição, o Governo fere norma expressa da Constituição Federal. Os hospitais ficam reduzidos a meros prestadores de serviço na área de saúde, sem nenhum compromisso com o princípio da indissociabilidade entre o ensino, a pesquisa e a extensão, como preceitua a Constituição Federal.

O fato de o projeto, no seu art. 3º, explicitar a observação nos termos do art. 207 não afasta a inconstitucionalidade. A norma legal proposta naquela medida provisória fere a autonomia em sua natureza, tendo em vista ser a própria criação da empresa que atinge frontalmente a previsão constitucional que confere às universidades a plena independência didático-científica, administrativa e financeira. Neste caso, a inconstitucionalidade está na natureza de sua existência e não nos possíveis princípios ou fins que definem a extensão do seu campo de atuação.

É o Governo interferindo diretamente na administração de mais de 40 hospitais universitários existentes no País.

Vejam um exemplo dessa interferência: a partir dessa proposta, se aprovada, o diretor de um hospital se dirigirá ao reitor da universidade ou ao presidente dessa empresa que pretendem criar?

É o Governo dando continuidade ao aparelhamento do setor público. Basta calcular o absurdo número de cargos que poderão ser criados com a possibilidade de subsidiárias, escritórios, representações, dependências e filiais da empresa. Vejam o tamanho desse cabide de empregos. O trem da alegria que certamente apitará.

Ora, Sr. Presidente, tanto há interferência que o §5º do artigo 9º estabelece que o ato do Poder Executivo aprovará o estatuto da empresa. É o estatuto que definirá a composição, as atribuições e o funcionamento dos órgãos societários da empresa.

Há que se criticar, também, a dispensa de licitação para a contratação pela administração pública. A dispensa de licitação facilita a fraude e o favoreci-

mento. A corrupção, a ausência de um ambiente concorrencial elimina o compromisso da empresa com a gestão eficiente.

Há, ainda, a questão dos cargos criados. Em lugar de, efetivamente, substituir os trabalhadores terceirizados por agentes públicos concursados, criou-se a pessoa jurídica com o único objetivo de contornar a obrigatoriedade de concurso público, prevista no art. 37 da Constituição Federal.

Portanto, estamos na contramão das aspirações da sociedade brasileira. Hoje, o loteamento de cargos, esse modelo espúrio que estabelece uma relação de promiscuidade do Poder Executivo com partidos aliados é a fábrica dos grandes escândalos de corrupção que estão atormentando o povo brasileiro nos últimos anos. E nós estamos, ao invés de combater esse modelo, ao invés de eliminar cargos comissionados – no Brasil, são mais de 23 mil contra sete mil dos Estados Unidos, 780 da Holanda –; enfim, a farra dos cargos comissionados no Brasil sustenta agremiações partidárias, e é exatamente na origem desse modelo espúrio que nós temos a fábrica de sindicatos no Ministério do Trabalho, que nós temos a fábrica de Ongs aparelhadas para celebrar convênios com desvios de finalidade, corrompendo, com um festival de atos praticados no campo da corrupção ativa, da corrupção passiva, da formação de quadrilha, da improbidade administrativa.

Ora, Sr. Presidente, esse ato praticado agora, aqui no Senado Federal, estimula o modelo do loteamento de cargos, que, repito, é a causa essencial dos grandes escândalos de corrupção que estão acontecendo no Brasil.

Os arts. 11 e 12 do projeto, que permitem a contratação mediante processo seletivo simplificado de pessoal técnico e administrativo por tempo determinado, durante os dois anos subsequentes à constituição dessa empresa ou nos primeiros 180 dias, contados da vigência do contrato celebrado entre a empresa e as instituições federais de ensino ou instituições congêneres, os contratos com a prorrogação prevista poderão alcançar até cinco anos, vai possibilitar o favorecimento, vai reduzir a qualificação técnica, não vai se premiar o talento, o preparo, o estudo, a pesquisa, a qualificação técnico-profissional, vai estabelecer mais um cenário de favorecimento político. A contratação poderá ser feita simplesmente mediante análise de currículo, que é algo relativo, observados os quantitativos aprovados pelos Ministérios do Planejamento e da Educação.

Como dissemos no início, protocolamos uma Ação Direta de Inconstitucionalidade, em maio deste ano, no Supremo Tribunal Federal, a Adin de nº 46.05, questionando violações que já citamos neste pronunciamento cometidas contra os arts. 37 e 207, da Constituição Fe-

deral. A ação perdeu seu objeto, porque aquela medida provisória perdeu sua vigência por decurso de prazo. Mas mantemos a mesma interpretação. Somos contrários a esse abuso, a essa afronta à autonomia da universidade, a essa constituição de uma empresa que vem na esteira da prática, adotada por este Governo, de aparelhamento do Estado, puxando para baixo a qualidade da Administração Federal e abrindo as portas para os ilícitos que são praticados reiteradamente.

Portanto, Sr. Presidente, o nosso voto é contrário. Vamos inclusive pedir votação nominal dessa matéria.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Com a palavra a Senadora Lúcia Vânia. (Pausa.)
Com a palavra o Senador José Agripino.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco/DEM – RN). Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, fui Governador em 1982 e depois em 1990. Senador Benedito, em 1982, eu era Governador e não havia exigência do provimento das funções públicas por concurso público. O provimento era feito por nomeação do Chefe do Poder Executivo.

Em 1990, Senador Aloysio, o provimento era feito só por concurso público. Eu vivi uma experiência e a outra e posso dar o meu testemunho pessoal da diferença da qualidade do preenchimento dos cargos e da tranquilidade. Desaparece aquela pressão do pedido do emprego. O pistolão da pessoa passa a ser a qualificação da pessoa. Preenchem-se as funções por mérito, mérito avaliado em concurso público.

O que nós estamos apreciando agora? A criação de uma empresa, uma curiosa empresa, que está sendo proposta para resolver uma situação que o Tribunal de Contas da União já disse ser ilegal e ilegítima em 2006.

Um acórdão de 2006 disse, pela opinião do Tribunal de Contas da União, que a contratação de 26 mil funcionários para os Hospitais Universitários, de diversos Estados do Brasil, era irregular.

De 2006 para 2011, são decorridos cinco anos. São cinco anos, portanto, para você fazer o que aconteceu entre os meus dois governos, de 82 a 90: realizar concurso público.

Eu não entendo, não cabe na minha cabeça por que o serviço público do Brasil hoje todo obedece ao preenchimento dos cargos por concurso público e se insiste no preenchimento dos lugares nos hospitais universitários por meio do artifício de criação de uma empresa, que vai substituir as fundações de apoio às universidades para o preenchimento de pessoas com qualificação, que pode ser boa, média ou ruim. Eu não sei, não foi feito o concurso público.

O Tribunal de Contas da União decretou a ilegalidade, a irregularidade. O Governo teve tempo demais para sanar o problema, e não sanou, Senador

Randolfe. Apresentou, por medida provisória, neste ano, a proposta que esta Casa rejeitou: a de criação desta empresa.

Qualquer Senador sabe que uma medida rejeitada em um ano não pode ser objeto de uma mesma proposta no mesmo ano. A medida provisória foi rejeitada, a criação desta empresa foi rejeitada neste ano. O Governo insiste, por meio de um projeto de lei complementar com o mesmo teor, para criar o mesmo *bypass* para evitar o mesmo concurso público.

Posso eu votar a favor disso, por maior boa vontade de que eu tenha com os funcionários? Senador Jayme Campos, eu conheço muitos. Eles estão aflitos com a fragilidade de sua situação funcional. Nada mais lógico, eles que são pessoas competentes, do que se tivesse sido dada a oportunidade a que eles se submetessem ao concurso público, no qual já teriam passado, para já estarem regulares, sem precisar se submeter a qualquer tipo de questionamento e a nenhum tipo de constrangimento.

Resultado: nós estamos aqui trocando a criação de uma empresa pela realização de concurso público, e tempo demais para isso já se passou, foram cinco anos. E para cometer uma irregularidade administrativa, para permitir uma liberalidade a um governo que, na minha opinião, não merece esse crédito.

Eu vou votar contra essa matéria e vou me associar àqueles que vão querer ver quem vota “sim” e quem vota “não”, por votação nominal, por uma razão muito simples, Senador Benedito: eu vivi a experiência como Governador. Em 1982, eu nomeava sem concurso público, porque a lei permitia; em 1990, não mais. Só se preenchia qualquer vaga, de professor a ASG, do que fosse, por concurso público. Por que se cria esse artifício agora para preencher lugares das coisas mais importantes, que são funções em hospitais universitários, deixando pessoas qualificadas teoricamente em situação fragilizada e de constrangimento pessoal? Quero resolver resolvendo, e não resolver deixando uma ponta solta. Isso é solução irregular, deixando ponta solta, e eu me recuso a isso. Vou votar contra e vou querer que se resolva por inteiro essa situação. Eu não vou trocar concurso público, nem muito menos obediência à Constituição por nenhum *by pass* nem nenhuma marmota como a que se está, neste momento, propondo.

O meu voto é contra.

Durante o discurso do Sr. José Agripino, o Sr. José Sarney, Presidente deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pela Sra. Vanessa Grazziotin, Suplente de Secretário.

A SR^a PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – Obrigada, Senador Agripino.

Senadora Lúcia Vânia, que se encontra no plenário, V. Ex^a está inscrita, pode utilizar a tribuna para o seu pronunciamento. (Pausa.) Senadora Lúcia Vânia, é que V. Ex^a já havia sido chamada antes do Senador Agripino e não se encontrava no plenário.

Na sequência, Senador Randolfe.

A SR^a LÚCIA VÂNIA (Bloco/PSDB – GO) – Para discutir. Sem revisão da oradora.) – Sr^a Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, já foram aqui discutidas questões regimentais, portanto, quero aqui tecer alguns comentários acerca do mérito dessa medida provisória, aliás, desse projeto de lei – isso é o hábito de só votar medida provisória.

Nesse ponto, somos de opinião de que se trata de mais uma medida que em nada contribui para a solução do problema caótico da saúde pública no Brasil.

Há algumas semanas, discutimos a medida provisória que reajustava a bolsa concedida aos médicos residentes no Brasil, mas aquela foi uma proposta isolada, desconexa da realidade social do País.

O que se discute neste projeto é a terceirização da gestão nas universidades, em especial dos hospitais universitários, sobretudo na forma de mais uma empresa pública, algo no mínimo preocupante.

Temos o dever de chamar, aqui, a atenção para essa questão.

Os hospitais-escola não podem ser reduzidos a meros “prestadores de serviços” na área de saúde, uma vez que deles não se pode dissociar o vínculo com o ensino, a pesquisa e a extensão universitária.

Nesse aspecto, a autonomia das universidades não pode sofrer gestão externa da nova empresa, no tocante ao cotidiano administrativo e acadêmico dos hospitais universitários.

Além disso, preocupa-nos a possibilidade de mais um cabide de emprego para os apadrinhados políticos.

Este Governo, a despeito de todas as dificuldades econômicas por que passa o mundo todo, parece não atentar para o momento de parcimônia e austeridade que se exige, hoje, no uso dos escassos recursos públicos.

Chamo a atenção aqui, aliás, para o brilhante relatório do Senador Roberto Requião, Relator dessa matéria perante a Comissão de Educação.

Destaco, apenas para citar alguns, os termos utilizados com muita propriedade pelo Senador Requião na análise deste PLC: “precariedade de sustentação legal”, “desrespeito à autonomia universitária”, “ambiguidade das normas”, “certeza de sua inoperância” e “instituição que tende a ser marcada por desmandos administrativos”.

Ora, com a experiência de quem já governou um Estado em que se buscou solução semelhante, o Senador Requião oferece seu vasto conhecimento para sugerir a rejeição da matéria, ao menos na forma como proposta.

O imbróglio é um só: como pode uma empresa pública depender de recursos orçamentários da União para sobreviver? E mais: como se pode admitir criar uma nova entidade pública para gerir área tão sensível com a prerrogativa de não se submeter sequer a qualquer processo licitatório? É o típico caso de tratamento privilegiado incompatível com o espírito republicano.

As consequências desse modelo são inafastáveis: gestão ineficiente, protecionismo irracional, privilégio de funcionários, improdutividade e ausência de comprometimento com resultados.

Ora, a própria sistemática de contratação de pessoal para essa nova empresa já é fragilizada: a adoção de processo seletivo simplificado vai de encontro à preocupação com resultados e qualidade de prestação de serviços à sociedade.

Como se não bastasse, o projeto permite a reprodução desse modelo empresarial ao autorizar os Estados a criar suas próprias Empresas Brasileiras de Serviços Hospitalares. Seria a perpetuação do fracasso.

O PLC ora em debate, ao que tudo indica, segue em direção diametralmente oposta aos princípios constitucionais que regem a Administração Pública, em particular a moralidade e a eficiência.

Somos, portanto, contrários à matéria, tanto em seu mérito, quanto em sua forma de tramitação e admissibilidade, contra a qual já nos posicionamos. Deixo aqui o meu pensamento a respeito desse projeto. A posição do nosso partido, o PSDB, já foi aqui externada pelo Líder Alvaro Dias. Portanto, somos contrários a esse projeto de lei.

Muito obrigada, Sr^a Presidente.

A SR^a PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – Muito obrigada, nobre Senadora Lúcia Vânia.

Ainda na discussão da matéria, Senador Randolfe Rodrigues, para debater o Projeto de Lei da Câmara nº 79, de 2011, que cria a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP) – Para discutir. Sem revisão do orador.) – Obrigado, Sr^a Presidente.

É importante recuperarmos aqui de onde vem esse projeto de lei. Eu queria me recusar a acreditar que o Governo fosse insistir nessa matéria, porque é uma matéria, Excelência, que contraria... Eu sei que já tivemos um conjunto de contrariedades em relação ao que outrora pregávamos e defendíamos, então, no

Partido dos Trabalhadores. Essa é uma matéria que, claramente, contraria tudo o que, anteriormente, o Partido dos Trabalhadores e as forças políticas que hoje estão no Governo sempre defenderam.

Primeiro, ela é inconstitucional, porque fere claramente um dispositivo da Constituição da República que sempre foi sagrado para nós. Foi uma conquista do Texto Constitucional de 1988, que é o art. 207 da Constituição, que estabelece e prevê a autonomia universitária.

O art. 207 da Constituição diz, *ipsis litteris*, o seguinte:

As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão.

Esse foi um dispositivo conquistado em 1988 pela luta dos professores, pela luta dos trabalhadores, e com o esforço e a mobilização, então, do Partido dos Trabalhadores e de várias forças progressistas.

De várias medidas nossas, de várias medidas do Governo de ataque ao passado, de conquistas para a sociedade e para os trabalhadores, essa é uma das mais veementes. É uma das mais veementes, primeiro, porque achincalha a autonomia universitária. A autonomia universitária, primeiro, está consagrada na Constituição, no art. 207, que eu já destaquei aqui para os senhores e para as senhoras, mas a autonomia universitária está destacada, inclusive, na doutrina em relação a isso.

Um artigo do eminentíssimo estudioso do Banco Interamericano de Desenvolvimento, Sr. A.C. Medici, ao definir o conceito de hospital universitário, destaca o que é hospital universitário:

A concepção tradicional define um hospital universitário (HU) como uma instituição que se caracteriza: (a) por ser um prolongamento de um estabelecimento de ensino em saúde (de uma faculdade de medicina, por exemplo) [É para isso que se destina um hospital universitário. A primeira necessidade de um hospital universitário é uma extensão, por exemplo, de um curso de medicina]; (b) por prover treinamento universitário na área de saúde; (c) por ser reconhecido oficialmente como hospital de ensino, estando submetido à supervisão das autoridades competentes; (d) por propiciar atendimento médico de maior complexidade [...] a uma parcela da população.

Claro está na Constituição, claro mais está na doutrina e em todo o entendimento acerca dessa ma-

téria que um hospital universitário é uma extensão, insere-se na definição do que é universidade.

Um hospital universitário é parte indissociável do tripé que fundamenta, que estabelece, que cria uma instituição de ensino superior denominada como universidade. O hospital universitário está íntima e diretamente ligado ao tripé do ensino, da pesquisa e da extensão.

Isso está consagrado nos entendimentos, isso está consagrado em qualquer doutrina, em qualquer análise sobre a definição de hospital universitário. Isso é em qualquer canto, em qualquer lugar, isso é na Constituição da República, no seu art. 207.

O que nós estamos, hoje... E eu espero que não façamos, porque sempre faço apelo ao Plenário e quero acreditar que o voto em Plenário não é pré-estabelecido, não é preconcebido; voto em Plenário sempre está à disposição de um eventual convencimento. Então o apelo a fazer é que nós não insistamos nesse erro, porque só se pode definir a insistência do Governo em aprovar esta matéria como um erro, como um erro inclusive que contraria a história das forças políticas majoritárias que compõem o Governo, que, na sua ampla maioria, defenderam a introdução desse dispositivo do art. 207 na Constituição da República, em 1988. Eu só posso apelar, porque não quero acreditar que uma matéria como esta, que fere clara e escandalosamente a Lei Complementar nº 95, por exemplo, que fere a autonomia universitária, que fere as prerrogativas e os direitos dos trabalhadores, flexibilizando a contratação de trabalhadores sem a necessidade de concurso público, por exemplo, possa ser aprovada aqui, porque é uma insistência no erro.

O Governo tentou aprovar isso sob medida provisória. Foi a única medida provisória que não prosperou no decorrer deste ano no Plenário deste Senado. Como se fosse um castigo vindo dos céus, ela caiu por decurso de prazo num dia em que insistimos na inconstitucionalidade dessa medida provisória.

Agora, insistindo no erro, apresentam esta matéria como projeto de lei.

O Plenário do Senado poderá até aprovar hoje esta matéria. Ela é inconstitucional. O Partido Socialismo e Liberdade já moveu uma ação direta de inconstitucionalidade contra a então Medida Provisória nº 520, de 2011.

Iremos, caso ela seja aprovada hoje, no Senado, propor, mais uma vez, uma ação direta de inconstitucionalidade contra esse PLC nº 79, venha ela a ser a lei que vier, acreditando que o Supremo Tribunal Federal não rasgará a Constituição da República, como nós estaremos fazendo se, por acaso, aprovarmos esse projeto de lei, que fere a autonomia universitária, que

flexibiliza os direitos dos trabalhadores, que cria uma instituição para contratação de trabalhadores sem concurso público, que representa um atentado ao princípio do tripé estabelecido na doutrina, na Constituição, em todos os cantos, em todos os lugares, de que a universidade é sustentada por ensino, pesquisa e extensão e que os hospitais universitários são instituições indissociáveis dos cursos de medicina espalhados pelo Brasil, que os hospitais universitários são instituições indissociáveis das universidades públicas brasileiras.

Quero acreditar que essa matéria não passará, pelo menos não passará com o nosso voto.

A SR^a PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – Obrigada, Senador Randolfe.

Passo a palavra, agora, ao Senador Cristovam.

O SR. CRISTOVAM BUARQUE (Bloco/PDT – DF). Para discutir. Sem revisão do orador.) – Sr^a Presidenta, Sr^ss e Srs. Senadores, de vez em quando chegam aqui assuntos em que nós não temos o direito de votar sem dizer como vota e por que vota.

Esse é um dos assuntos nos quais não temos esse direito. É preciso que a sociedade saiba de que lado nós estamos quanto a esse projeto.

É preciso lembrar também que há décadas os hospitais públicos das universidades não estão funcionando bem. Algo é preciso fazer para que eles voltem a funcionar como já funcionaram há alguns anos, há décadas atrás. O que não podemos é fazer isso de repente, nas carreiras, sem um debate cuidadoso, sem ouvir com cuidado os reitores, os diretores das faculdades de medicina, os alunos das faculdades de medicina. E é o que se está propondo, de uma maneira rápida, sem um debate mais cuidadoso, tentando criar uma saída que até poderia dar certo, mas que, provavelmente, não dará certo, pela dissociação que se está propondo entre a administração desses hospitais e a finalidade deles, que é a formação de alunos para que virem médicos.

Não estamos tratando da gestão de hospitais, cujo objetivo apenas é curar doentes. Estamos tratando de hospitais que têm o objetivo de curar doentes e de formar médicos. É diferente o conceito. Quando queremos um hospital que, além de curar, forma médicos, é preciso que este hospital esteja plenamente dentro da instituição, da filosofia, da pedagogia da faculdade de medicina. Da maneira como está sendo feito, é muito provável que seja um salto gerencial, mas com um retrocesso pedagógico, com um retrocesso universitário e acadêmico.

Por isso, tenho a impressão de que é necessário barrar esse projeto agora e voltar a debater qual a melhor instância, qual o melhor funcionamento para que os hospitais universitários funcionem bem e cum-

pram o papel deles. Uma coisa é funcionar bem, outra coisa é cumprir o papel; outra coisa é funcionar bem, cumprindo o papel.

Hoje, eles não estão funcionando bem, mas sacrificar a sua finalidade, para que ele seja bem gerido, bem administrado, é um crime contra a universidade, é um crime contra a formação dos nossos professores, dos nossos médicos, e, portanto, é um crime contra a saúde. Contra a saúde, mesmo que funcione bem, porque, funcionando bem, vai curar um, dois, três, quatro, cinco dez mil, mas, se não formar médicos, não vai curar milhões, como precisamos.

O hospital universitário é um hospital de formação. O hospital universitário tem de estar dentro da instituição universitária, mesmo que – e eu não tenho nenhum preconceito –, dentro da Universidade, possa ter uma gestão autônoma. Mas, dependendo de todos os outros aspectos, inclusive da gestão do conselho universitário, da filosofia universitária, como está, é um perigo para o Brasil aprovarmos esse projeto.

O meu voto será contrário, mas ele é também público, como todos os votos devem ser. Às vezes, a gente pode votar sem vir aqui e dizer. Em relação a esse, eu faço questão de dizer que voto contra, com o objetivo, Senador Jucá, de fazermos um projeto de lei ouvindo todo mundo, consultando todo mundo. Já faz décadas que estão funcionando mal, e é verdade. Podia ficar mais alguns anos com alguns ajustes, mas a grande revolução que se está tentando exige um cuidado muito maior, uma discussão muito melhor. E isso precisa de tempo, que não se teve.

Por isso estou de acordo com aqueles que aqui vieram dizendo: "Esse projeto é ruim para o processo de formação de médicos." Pode ser até bom para o Ministério da Saúde, pode ser até bom, se for o caso, para cuidar dos hospitais, mas não é bom para a formação dos nossos profissionais.

Essa é a minha posição, Sr^a Presidenta, e eu faço um apelo: que nós recusemos esse projeto para poder elaborar outro, com o cuidado devido, ouvindo quem precisa dizer o que pensa, que são os reitores, os professores, os alunos das nossas faculdades de Medicina e das universidades onde essas faculdades estão.

A SR^a PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – Muito obrigada, Senador Cristovam.

Encerrada a discussão neste momento, vez que não há nenhum orador escrito, eu passo a palavra ao Relator da matéria, Senador Humberto Costa, para fazer algumas observações em relação à matéria.

Em seguida, passaremos à votação do projeto.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE. Como Relator. Sem revisão do orador.) – Sr^a Presidenta, Sr^ss Senadoras, Srs. Senadores, eu não gosto de utilizar a

ironia no debate político, mas, algumas vezes, é praticamente impossível não utilizar, porque o que vários oradores aqui disseram representa a discussão sobre outra coisa, não sobre esse projeto. Vários dos argumentos que foram utilizados aqui são argumentos que não têm nenhuma consistência.

Eu vou, inclusive, ter o cuidado de citar aqui os artigos nos quais estão contidas as questões que foram objeto da manifestação e da preocupação de muitos dos oradores e oradoras que aqui me antecederam.

Em primeiro lugar, a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares não é uma ação isolada, não caiu de paraquedas: ela é parte do Programa Nacional de Reestruturação dos Hospitais Universitários Federais, o REHUF, criado pelo Decreto nº 7.082, de 2010, no qual está prevista a criação da Ebserh e que tem uma série de iniciativas estruturadoras do ensino universitário na área de saúde. A primeira delas é a recuperação do financiamento do sistema, composto por 46 hospitais federais, por meio de um aporte igualitário entre Ministério da Saúde e Ministério da Educação, estabelecendo, até 2012, uma recuperação significativa dos recursos dos hospitais universitários.

A segunda, ações de aperfeiçoamento da gestão dessas unidades hospitalares, que vão desde a criação de unidades orçamentárias específicas para cada um deles até a implementação do aplicativo de gestão dos hospitais universitários, um dos mais modernos do Brasil.

A recuperação física e tecnológica dos 43 hospitais universitários federais está sendo consolidada por meio de um plano nacional de recuperação gerenciado pelo comitê gestor nacional, que é formado – e aí eu peço ao nobre Senador Cristovam Buarque – por representantes dos Ministérios envolvidos – o MEC, o Ministério da Saúde, o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão –, por reitores das instituições federais de ensino superior que possuem hospitais, diretores de hospitais universitários federais, gestores municipais e estaduais de saúde.

Portanto, essa proposta de criação da Ebserh é parte de um programa muito mais amplo do que simplesmente a definição de um novo modelo de contratação e de gestão para os hospitais universitários.

É importante dizer que, segundo o próprio Rehuf, os hospitais universitários têm uma rede que, em 2009, contabilizava 67 mil pessoas contratadas, sob os mais diferentes regimes, por fundações de apoio às universidades, empresas terceirizadas e até mesmo gente que trabalhava recebendo a remuneração mediante recibos.

Isso se deu exatamente porquê, em governos que nos antecederam, nós deixamos a prática da realização do concurso público. Tudo se resolvia pela tercei-

rização. E quem pagou essa conta? Foi exatamente o Governo do Presidente Lula, que teve de fazer – e é correto que tenha feito – uma série de concursos públicos para substituir a mão de obra terceirizada pelos governos anteriores.

Portanto, naquela situação, 26 mil desses 67 mil eram e são funcionários que se encontram em situação irregular. E a criação da Ebserh vai ser exatamente para atender isso como uma das demandas.

A fonte de recursos para esse pagamento será feita pelo produto de faturamento de serviços do SUS. Aliás, nas antigas fundações, era feito assim e o que acontecia era que a unidade passava a perder recursos para custeio e para investimentos porque precisava bancar os terceirizados pelas fundações de apoio.

Pois bem, eu gostaria de levantar algumas questões importantes. A primeira delas é que, diferentemente do que foi dito aqui, não há qualquer tipo de ameaça à autonomia universitária; pelo contrário, as condições para contratação da Ebserh acontecerão de acordo com os critérios definidos pelo hospital universitário federal que desejar fazer essa contratação.

A universidade, portanto, celebrará um contrato com a empresa para definir o que ela, a universidade, quer. Segundo, ninguém é obrigado a contratar essa empresa. Qualquer hospital universitário que deseje continuar com o seu modelo atual poderá fazê-lo. Onde é que isso fere a autonomia universitária? Onde é que está decidido que esse é o modelo que será obrigatoriamente seguido por todos os hospitais universitários?

Em segundo lugar, falar de privatização, sinceramente, é só para quem não leu o projeto que chegou até aqui, a nós. Primeiro, a Ebserh terá seu capital social integralmente sob a propriedade da União. A integralização do capital social será realizada com recursos oriundos de dotações consignadas no Orçamento da União, bem como pela incorporação de qualquer espécie de bens e direitos suscetíveis de avaliação em dinheiro.

Portanto, estão falando de outra coisa, não desse projeto!

Além do mais, a Ebserh só poderá atender ao serviço público, só poderá prestar serviços de saúde ao Sistema Único de Saúde. Não é permitido convênio com plano de saúde, não é permitido cobrança de consulta ou de qualquer procedimento às pessoas! Portanto, falar de privatização, como eu disse, é só para aqueles que não tiveram a oportunidade de ler o projeto.

Além do mais, outras questões que são fundamentais, a Ebserh terá que seguir todas as orientações do Ministério da Saúde para o atendimento e a formação de profissionais.

Teremos ...

(A Sr^a Presidente faz soar a campainha.)

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Peço a V. Ex^a tolerância para que eu possa responder a tantos questionamentos que aqui foram realizados.

Da mesma forma, não se deve falar em terceirização, ao contrário. Na verdade, a criação da empresa vem na tentativa de solucionar as irregularidades na contratação de mais de 26 mil profissionais. Nós agora vamos estatizar a prestação de serviços de saúde pelos hospitais universitários e não estabelecer qualquer tipo de terceirização. Além do mais, esse modelo adotado é perfeitamente aceito pelo Tribunal de Contas da União, que determinou a substituição dessa mão de obra terceirizada.

Teremos como referencial de pagamento de cargos e salários o modelo do Hospital de Clínicas de Porto Alegre, que é uma empresa que funciona perfeitamente bem.

Ainda como Senador Cristovam...

(A Sr^a Presidente faz soar a campainha.)

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Peço a V. Ex^a que me conceda pelo menos cinco minutos para eu poder responder a todas as questões.

Ainda com relação ao Senador Cristovam Burarque.

Isso tudo foi definido em reunião realizada pelo Governo com a Andifes, que são os representantes dos reitores das universidades federais que possuem hospitais e os representantes dos diretores de hospitais universitários, ficando acordada a criação da Ebserh, que deverá atender as seguintes premissas: a empresa só pode estabelecer contratos com instituições públicas; ela não vende seus serviços a nenhuma instituição privada.

Segundo, o Conselho de Administração é composto pelos Ministérios da Saúde, da Educação do Planejamento e também pelos reitores e diretores de hospitais universitários.

Os hospitais com os quais ela se relacionará terão que ser 100% SUS: não podem prestar qualquer tipo de atendimento a quem quer que seja que não por intermédio do SUS. Além do mais, como eu disse, há a autonomia das universidades para que elas queiram ou não fazê-lo.

Além disso, nós deveremos aqui colocar uma questão que reputo como uma das mais importantes. Não é verdade que se está propondo aqui a implantação do compadrio nem a contratação sem concurso público. V. Ex^{as} sabem que a Constituição Federal brasileira determina que as empresas públicas só podem

contratar mediante concurso público. Há jurisprudência do próprio Supremo Tribunal Federal nesse caminho.

Por acaso a Petrobras é uma empresa de compadrio? É uma empresa na qual há afilhadismo? Nós estamos falando aqui de empresa pública, que se rege pela legislação que trata as empresas públicas.

Além do mais, aqui se disse também: "Não, não precisa se submeter à lei de licitação para exercer as suas funções". Não é verdade! As empresas públicas têm que se submeter à Lei nº 8.666, e essa é uma empresa pública. Então, não corresponde à realidade esse argumento que aqui foi colocado.

Agora, o que deveriam vir aqui dizer os ilustres Parlamentares vários que aqui se manifestaram é como os hospitais são administrados nos seus respectivos Estados. Por exemplo, no Estado de São Paulo, estão as organizações sociais. Em outros Estados também. E eu aqui não estou nem questionando organização social. Mas levantar questionamento sobre a Ebserh, dizendo que ela não faz concurso público? E organização social faz concurso público? Dizer que a Ebserh não está submetida à lei de licitação? E organização social está submetida à lei de licitação? Dizer que a Ebserh não é controlada socialmente com esse conselho de administração e o conselho consultivo? E as organizações sociais têm controle social?

Então, antes de fazerem a crítica e quererem caracterizar esse projeto como um projeto privatista, façam a crítica aos seus respectivos governos estaduais, os quais, esses, sim, estão fazendo privatização do atendimento à saúde. Esses, sim, implantaram a dupla porta: quem tem plano de saúde é atendido aqui; quem não tem é atendido ali.

É isso que V. Ex^{as} deveriam questionar e não uma proposta como essa, que vem para resolver o problema que os governos neoliberais criaram neste País!

Portanto, Sr^a Presidenta, eu quero agradecer a V. Ex^a pela tolerância e dizer a todos os Senadores e a todas as Senadoras: podem votar com a consciência tranquila. Esse é um projeto para tornar público aquilo que é público.

Portanto, vamos votar e garantir a aprovação dessa empresa que é um anseio de toda a comunidade universitária brasileira e de todos que...

(Interrupção do som.)

(A Sr^a Presidente faz soar a campainha.)

A SR^a PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – Obrigada a V. Ex^a, Relator da matéria, Senador Humberto Costa.

Como a discussão havia sido encerrada, o projeto está em votação.

Em votação o projeto. (Pausa.)

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP)

– Peço verificação, Sr^a Presidente.

A SR^a PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – Pois não?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP)

– Verificação.

A SR^a PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – Primeiro, temos que votar para, depois...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP)

– Exatamente.

No encaminhamento de V. Ex^a.

A SR^a PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – Os Senadores e as Senadoras que aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado o projeto.

Votos contrários...

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP)

– Verificação.

A SR^a PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – Senador Randolfe?

Verificação concedida.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE. Para encaminhar.) – O PT e o Bloco votam “sim”.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR. Para encaminhar.) – Sr^a Presidente, a liderança do Governo encaminha o voto “não” e convida todas as Sr^as e os Srs. Senadores...

A SR^a PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – A verificação do Senador Randolfe está apoiada por quem?

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP)

– Está apoiada...

Apoio para a minha verificação, por favor.

A SR^a PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – Senadores Alvaro Dias, Aécio Neves e Aloysio Nunes.

A verificação foi concedida.

Vamos abrir o painel.

(Procede-se à votação.)

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Sr^a Presidente, a liderança do Governo encaminha o voto “sim” e solicita aos Srs. e Sr^as Senadoras que estão em seus gabinetes que venham ao plenário, porque há votação nominal.

O SR. RANDOLFE RODRIGUES (PSOL – AP)

– O PSOL encaminha o voto “não”, Sr^a Presidente.

A SR^a PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – Pois não, o Governo encaminha o voto “sim” e o PSOL o voto “não”.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – O PT e o Bloco encaminham o voto “sim”.

O SR. EUNÍCIO OLIVEIRA (Bloco/PMDB – CE)

– Sr^a Presidente, o PMDB encaminha o voto “sim” e convida os Srs. Senadores a comparecerem ao plenário – estamos em votação nominal.

O SR. BENEDITO DE LIRA (Bloco/PP – AL) – O PP, Sr^a Presidenta, encaminha o voto “sim” e convida os Srs. Senadores para comparecerem ao plenário porque estamos em regime de votação nominal.

A SR^a PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – A Mesa reforça a chamada dos Srs. Líderes partidários para que todas as Sr^as Senadoras e os Srs. Senadores compareçam, porque está aberta a votação do Projeto de Lei da Câmara nº 79, de 2011, que cria a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares.

O SR. ALOYSIO NUNES FERREIRA (Bloco/PSDB – SP) – O PSDB, “não”.

A SR^a PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – A Mesa comunica que, nos termos regimentais, indica o Senador José Agripino Maia, DEM do Rio Grande do Norte, para assumir a liderança do Democratas nas sessões deliberativas dos dias 23 e 24 de novembro do corrente ano. Assina o Senador Demóstenes Torres, pela liderança do Democratas.

O ofício vai à publicação.

É o seguinte o ofício:

OF. N° 073/11-GLDEM**Brasília, 23 de novembro de 2011****Senhor Presidente,**

Nos termos regimentais, indico o Senador **José Agripino Maia (DEM/RN)** para assumir a Liderança dos Democratas, nas Sessões Deliberativas dos dias 23 e 24 de novembro do corrente ano.



Senador DEMOSTENES TORRES
Líder dos Democratas

A SR^a PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – Registramos também a presença, no plenário desta Casa, da Ministra Rosa Weber, Ministra do Tribunal Superior do Trabalho.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – O PT e o Bloco votam “sim”.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco/DEM – RN) – Sr^a Presidente, o Democratas vota “não”.

A SR^a PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – Pois não, Senador.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Convocamos os Senadores e as Senadoras do PT e do Bloco de Apoio ao Governo para que compareçam ao plenário e votem “sim”, pela EBSERH.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – A Liderança do Governo encaminha o voto “sim”, a favor do Projeto que melhora a atuação dos hospitais universitários, Sr^a Presidente.

A SR^a PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. PCdoB – AM) – A Mesa reforça o convite às Sr^as e aos Srs. Senadores que se encontram em seus gabinetes e nas Comissões para que compareçam ao plenário. Estamos em votação nominal.

O SR. GIM ARGELLO (PTB – DF. Para encaminhar.) – Sr^a Presidente, pela Liderança do Partido Trabalhista Brasileiro, glorioso PTB, encaminhamos o voto “sim”.

O SR. FRANCISCO DORNELLES (Bloco/PP – RJ. Para encaminhar.) – Sr^a Presidente, o Partido Progressista encaminha o voto “sim”.

A SR^a PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. PCdoB – AM) – Pois não, Senador Dornelles, feito o encaminhamento pelo PP.

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco/PMDB – AL) – Sr^a Presidente, eu queria fazer um apelo aos Senadores do PMDB – hoje é um dia muito cheio – que estão em outras dependências da Casa para que, por favor, venham ao plenário.

A orientação para a Bancada é o voto “sim”, portanto, favorável ao parecer.

A SR^a PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/PCdoB – AM) – Muito obrigada, Senador Renan Calheiros. De fato, as Sr^as e Srs. Senadores devem estar elaborando suas emendas, cujo prazo se conclui no dia de amanhã. Mas reforçamos o apelo para que todos se dirijam ao plenário. Estamos em votação nominal do Projeto de Lei da Câmara nº 79, de 2011, que cria a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares.

Mais alguns minutos para que todos possam votar, para que possamos encerrar esta votação e dar continuidade à pauta do dia de hoje.

A Mesa reforça o convite às Sr^as Senadoras e aos Srs. Senadores que se encontram nas comissões e em seus gabinetes, para que venham ao plenário. Estamos em votação nominal.

O SR. GIM ARGELLO (PTB – DF) – Sr^a Presidente, enquanto está havendo votação, enquanto os Senadores se dirigem ao Plenário para continuar a votação – e olha que o nosso quórum já está em 48 e vai aumentar – eu gostaria só de reforçar, Sr^a Presi-

dente, Sr^{as} e Srs Senadores, que o primeiro item da pauta, logo após essa votação, fosse, por favor, pela aprovação do PLS nº 225, de 2001, que é da Defensoria Pública.

Então, logo após essa votação, Sr^a Presidente Vanessa Grazziotin, eu peço às Sr^{as} e aos Srs. Senadores que continuem no plenário para que a gente possa apreciar e votar, porque essa matéria já foi aprovada, por unanimidade, em todas as comissões por que passou. É de autoria do nobre Senador José Pimentel, que é de adequar a Lei de Responsabilidade Fiscal à Lei Complementar nº 101, de 2001, que é autonomia administrativa, orçamentária e administrativa à Defensoria Pública, consagrada na Emenda Constitucional nº 45, de 2004.

Então, peço à senhora que está conduzindo a sessão neste momento, Presidente Vanessa, que logo após essa votação, por favor, coloque em votação o PLS nº 225, de 2011, porque realmente é o caso de fazer justiça à Defensoria Pública do País, que tanto faz pelos mais humildes, principalmente. O último recurso dos humildes é a Defensoria Pública, e a Defensoria Pública realmente merece toda a atenção do nosso Parlamento.

Muito obrigado.

A SR^a PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/ PCdoB – AM) – Senador Gim Argello, creio que foi justamente com esse espírito com que V. Ex^a se manifesta agora que, no dia de ontem, foi aprovado regime de urgência para o projeto, que já está incluído na pauta de amanhã.

Entretanto, há de haver – está incluído para votação na pauta de amanhã –, Senador Gim Argello, um consentimento e um acordo entre todas as lideranças partidárias para que ele possa efetivamente ser votado.

O SR. GIM ARGELLO (PTB – DF) – Sr^a Presidente, então, vamos reforçar. O acordo está feito com todos os líderes. Se amanhã não tiver o quórum necessário no painel, fica acordado que será o primeiro item com aprovação de todos os Líderes que se encontram aqui.

É isso? (Pausa.)

É para amanhã haver aquela certeza da votação.

A SR^a PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/ PCdoB – AM) – Mas há necessidade de que no dia de amanhã todas as lideranças partidárias se manifestem no Plenário.

O SR. GIM ARGELLO (PTB – DF) – Então, vamos tentar fazer isso hoje, Presidente Vanessa Grazziotin. O Líder Humberto Costa se encontra aqui; o Líder Renan Calheiros se encontra aqui; o Líder Francisco Dornelles. Todos os líderes se encontram aqui, e essa matéria foi aprovada por unanimidade em todas as Comissões.

Sobre a Defensoria Pública, existe esse consenso. O Projeto é da autoria do Senador José Pimentel. É mais do que justo que todos os líderes concordem e que amanhã já fique o acordo firmado.

A SR^a PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/ PCdoB – AM) – Senador, há possibilidade, inclusive, de o projeto ser pautado e votado hoje, caso haja a manifestação de todas as lideranças partidárias.

O SR. GIM ARGELLO (PTB – DF) – Muito obrigado, Presidente Grazziotin.

Então, peço aos Líderes, começando pelo Líder Renan Calheiros, que, por favor, se manifeste a favor de a gente votar ainda no dia de hoje, porque é uma votação simbólica. É a votação do PLS nº 255, que trata da Defensoria Pública, da autonomia da Defensoria Pública. Foi aprovado, por unanimidade. Já se votou, por unanimidade, em todas as comissões.

A SR^a PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/ PCdoB – AM) – Vamos fazer a consulta, Senador...

O SR. GIM ARGELLO (PTB – DF) – Só a manifestação dos Líderes...

A SR^a PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/ PCdoB – AM) – Senador...

O SR. GIM ARGELLO (PTB – DF) – Está bem.

A SR^a PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/ PCdoB – AM) – Senador Gim Argello, vamos proceder, enquanto estamos em votação,...

O SR. GIM ARGELLO (PTB – DF) – Para ver o resultado, e vamos lá.

A SR^a PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/ PCdoB – AM) – Consultamos a Liderança do PMDB em relação ao Projeto de Lei do Senado nº 225, que trata da Defensoria Pública. Pelo PMDB, como se manifesta, Senador Renan Calheiros? (Pausa.)

Senador Renan Calheiros, para a inclusão da votação na pauta de hoje...

O SR. RENAN CALHEIROS (Bloco/PMDB – AL) – Com muita satisfação, gostaria de somar os esforços do PMDB aos esforços do PTB e do Líder Gim Argello.

A SR^a PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/ PCdoB – AM) – Pois não.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Sr^a Presidente, eu teria uma ponderação a fazer. Eu prefiro aguardar a abertura do painel, porque esse projeto de lei da Defensoria, a que todos nós somos favoráveis, é um projeto de lei complementar; precisa ter 41 votos “sim”, favoráveis, e o quórum é baixo. Então, prefiro aguardar a votação. Logo após abrirmos o painel, dependendo do número, aí a gente poderá verificar essa questão ou não.

A SR^a PRESIDENTE (Vanessa Grazziotin. Bloco/ PCdoB – AM) – Pois não.

O Presidente José Sarney, que teve que se ausentar por alguns minutos para receber algumas autoridades, está de volta e dará sequência à nossa sessão.

Muito obrigada.

O SR. HUMBERTO COSTA (Bloco/PT – PE) – Srª Presidenta, quero aqui, com as devidas cautelas colocadas pelo Líder do Governo Romero Jucá, associar-me a essa proposta de votarmos hoje.

Mas eu queria, Sr. Presidente, aqui ressaltar uma questão. Trata-se de uma categoria da maior relevância, da maior importância; todos nós queremos que tenham os direitos a que aspira. Porém, estamos aí na pauta com alguns projetos extremamente relevantes para os quais já houve diversas manifestações de Senadores pedindo a votação. E agora que a pauta está desobstruída de medidas provisórias, nós poderíamos priorizar, entre eles, a proposta de emenda que obriga o diploma para o exercício da profissão de jornalista. Da mesma forma que esse pode vir para frente, nós poderíamos trazer esse outro também para frente, e, assim, atenderíamos não uma categoria só, mas pelo menos mais uma.

Durante o discurso do Sr. Humberto Costa, a Sra. Vanessa Grazziotin, Suplente de Secretário deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. José Sarney, Presidente.

O SR. VALDIR RAUPP (Bloco/PMDB – RO) – Pela ordem, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, eu queria pedir, se possível, que fosse colocado em pauta, para votação na tarde de hoje, o PLS nº 14, de 2009, de autoria da Deputada Federal Marinha Raupp.

O SR. MAGNO MALTA (PR – ES) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – V. Exª será atendido.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Sr. Presidente...

O SR. MAGNO MALTA (PR – ES) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Pela ordem, Senador Alvaro Dias.

O SR. ALVARO DIAS (Bloco/PSDB – PR) – Sr. Presidente, creio que já decorreu o tempo necessário para a abertura do painel, a fim de contarmos os votos.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – A Mesa vai, se todos os Srs. Senadores já votaram...

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Senador Antonio Carlos Valadares.

O SR. ANTONIO CARLOS VALADARES (Bloco/PSB – SE) – Presidente, eu queria saber de V. Exª se há possibilidade de colocar para primeira votação a PEC nº 33, já que ela está na pauta. Votação nominal.

O SR. MAGNO MALTA (PR – ES) – Pela ordem, Sr. Presidente. Pela ordem, Sr. Presidente. Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Senador...

O SR. MAGNO MALTA (PR – ES. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu queria comunicar a esta Casa que hoje tivemos aqui uma movimentação muito grande de Prefeitos do meu Estado, que, inclusive, estiveram com V. Exª, e de Prefeitos de outros Estados atingidos quando o Governo quer urgência urgentíssima para votar e trucidar os Estados que têm incentivo fiscal. Não se trata de matéria tributária dessa forma com urgência urgentíssima.

Nós nos movimentamos. Eu queria agradecer aqui à Liderança do PDT, do PSOL, à Liderança do PSC, do PSB, o nosso Senador Valadares, do PDT, do PSDB, o nosso PR, do PRB, do Senador Marcelo Crivella, e agora, sendo sensibilizado, o Senador Renan Calheiros, porque um dos Estados mais atingidos é o do Senador Luiz Henrique, e esse incentivo foi criado no Governo de Luiz Henrique.

E, olha, essa história de reforma tributária é discurso para campanha de Presidente da República. Ninguém nunca vai fazer. Porque reforma tributária, Sr. Presidente, só se faz no dia que o cara disser assim: “Amanhã nós vamos inaugurar um país”. Tem que fazer reforma tributária antes de inaugurar, porque um dia depois já não se faz mais.

Então, esses remendos, sem se discutir de fato, criam problemas... Agora já tomaram os *royalties* do petróleo de nós e agora querem acabar com o Fundap (Fundo de Desenvolvimento das Atividades Portuárias). O Fundap é um incentivo de quarenta anos. Tudo que tem no Espírito Santo, a vida econômica do Espírito Santo foi moldada em cima do Fundap. Se se tira isso, os Municípios terão que trancar e entregar a chave para o Mantega. Aí ele vai ter que construir um monte de casas do Minha Casa Minha Vida e levar o povo do Espírito Santo para morar lá. Isso é uma brincadeira!

Então, esses Partidos se manifestaram. O Senador Renan Calheiros está recebendo um apelo dos seus liderados para não assinar.

Sr. Presidente, eu disse à Ministra Ideli Salvatti e ao Líder Humberto Costa que, se vier urgência urgentíssima, eu assinarei as emendas com a oposição e nós vamos complicar a vida da DRU, porque eu fui

eleito por 1,3 milhão de pessoas do Espírito Santo para defender os interesses do meu Estado. Eu não vou me curvar, entendendo que matéria tributária não se vota com urgência urgentíssima.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco/PSC – SE) – Sr. Presidente, questão de ordem.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco/DEM – RN) – Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Se todos os Senadores já votaram...

Senador Eduardo Amorim, uma questão de ordem.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco/PSC – SE) – Sr. Presidente, eu queria pedir para que pudéssemos votar o PLS nº 225, de 2011, que trata da adequação da Lei de Responsabilidade Fiscal da Defensoria Pública, fundamental para que as Defensorias tenham sua autonomia administrativa, financeira e orçamentária. Como Líder do PSC, assim solicitamos, Sr. Presidente.

A SR^a LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Pela ordem, Senadora Lídice da Mata.

A SR^a LÍDICE DA MATA (Bloco/PSB – BA) – Sr. Presidente, eu queria solicitar a V. Ex^a, ao Líder do Governo e aos demais líderes que nós pudéssemos colocar com prioridade a votação do PLC nº 58, que trata do plano de cargos e salários do TRT da Bahia, da 5^a região.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Já está na pauta.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco/DEM – RN) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Todos os Senadores já votaram?

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco/DEM – RN) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. PAULO DAVIM (Bloco/PV – RN) – Sr. Presidente, eu queria registrar que hoje, dia 23 de novembro, é o Dia Nacional de Combate ao Câncer Infanto-Juvenil. Eu recebi, aqui, no Senado Federal, o Sr. Francisco Neves, do Instituto Ronald McDonald. Recebi também o Sr. Rilder Campos, que é da Casa Durval Paiva, no Rio Grande do Norte, e a Dr^a Ilda Peliz, da Abrace – Associação Brasileira de Assistência às Famílias de Crianças Portadoras de Câncer e Hemopatias. Portanto, eu só queria fazer o registro de que hoje é o Dia Nacional de Combate ao Câncer Infanto-Juvenil.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Senador Agripino, para uma questão de ordem.

O SR. JOSÉ AGRIPINO (Bloco/DEM – RN. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, estava previsto para se votar amanhã o projeto de lei complementar que promove a adequação salarial à Defensoria Pública. Nós estamos com 59 votos no painel. Eu acho que seria oportuno se V. Ex^a encerrasse agora e checasse o painel, votando, imediatamente a seguir, a matéria da Defensoria Pública. Há um festival de pedidos, mas acho que esse se impõe. Temos quórum, é possível votar, é matéria consensual e se atenderia a uma demanda que já se arrasta há muitos meses. É a sugestão que faço, é o pedido que faço a V. Ex^a.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Senador José Agripino, as causas da Defensoria Pública são minhas desde o tempo em que fui Presidente da República. Todos eles são testemunhas disso. De maneira que eu estou com muitos pedidos aqui para preferência, e nós vamos seguir a pauta. À consideração de V. Ex^a, formalize o requerimento de inversão de pauta para nós submetermos. (Pausa.)

Senador Agripino, a Secretaria me informa que, na pauta de amanhã, já consta a medida provisória. É só para trazer para hoje; não é para inversão de pauta.

Vou proclamar o resultado.

(Procede-se à apuração.)

VOTAÇÃO NOMINAL

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 79, DE 2011

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A CRIAR A EMPRESA PÚBLICA DENOMINADA EMPRESA RASILEIRA DE SERVIÇOS HOSPITALARES - EBSERH; ACRESCENTA DISPOSITIVOS AO DECRETO-LEI Nº 2.848, DE 7 DE DEZEMBRO DE 1940 - CÓDIGO PENAL; E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS

Num. Sessão: 1 Num. Votação: 1 Abertura: 23/11/2011 18:19:34
 Data Sessão: 23/11/2011 Hora Sessão: 14:00:00 Encerramento: 23/11/2011 18:39:29

Partido	UF	Nome do Senador	Voto
PDT	RO	ACIR GURGACZ	SIM
PSDB	MG	AÉCIO NEVES	NAO
PR	AM	ALFREDO NASCIMENTO	SIM
PSDB	SP	ALOYSIO NUNES FERREIRA	NAO
PSDB	PR	ALVARO DIAS	NAO
PP	RS	ANA AMÉLIA	SIM
PT	ES	ANA RITA	SIM
PT	RR	ÂNGELA PORTELA	SIM
PT	AC	ANÍBAL DINIZ	SIM
PSB	SE	ANTÔNIO CARLOS VALADARES	SIM
PTB	PE	ARMANDO MONTEIRO	SIM
PP	AL	BENEDITO DE LIRA	SIM
PR	MT	BLAIRO MAGGI	SIM
PSDB	PB	CÁSSIO CUNHA LIMA	NAO
PSDB	PB	CÍCERO LUCENA	NAO
PR	MG	CLÉSIO ANDRADE	SIM
PDT	DF	CRISTOVAM Buarque	NAO
PSDB	GO	CYRIO MIRANDA	NAO
PSC	SE	EDUARDO AMORIM	NAO
PMDB	AM	EDUARDO BRAGA	SIM
PT	SP	EDUARDO SUPLICY	SIM
PMDB	CE	EUNÍCIO OLIVEIRA	SIM
PSDB	PA	FLEXA RIBEIRO	NAO
PP	RJ	FRANCISCO DORNELLES	SIM
PMDB	AP	GEOVANI BORGES	SIM
PTB	DF	GIM ARGELLO	SIM
PT	PE	HUMBERTO COSTA	SIM
PCdoB	CE	INÁCIO ARRUDA	NAO
PMDB	PE	JARBAS VASCONCELOS	NAO
DEM	MT	JAYME CAMPOS	NAO
PDT	BA	JOÃO DURVAL	SIM
PR	TO	JOÃO RIBEIRO	SIM
PT	AC	JÓRGE VIANA	SIM
DEM	RN	JOSÉ AGRIPINO	NAO
PT	CE	JOSÉ PIMENTEL	SIM
PMDB	AP	JOSÉ SARNEY	SIM
PSB	BA	LÍDICE DA MATA	SIM
PT	RJ	LINDBERGH FARIAS	SIM
PSDB	GO	LÚCIA VÂNIA	NAO
PMDB	SC	LUÍZ HENRIQUE	SIM
PR	ES	MAGNO MALTA	SIM
PRB	RJ	MARCELO CRIVELLA	SIM
P-SOL	PA	MARINOR BRITO	SIM
PT	SP	MARTA SUPLICY	SIM
PSDB	SC	PAULO BAUER	NAO
PV	RN	PAULO DAVIM	NAO
PT	RS	PAULO PAIM	SIM
PMDB	RS	PEDRO SIMON	SIM
PDT	MT	PEDRO TAQUES	NAO
P-SOL	AP	RANDOLFE RODRIGUES	NAO
PMDB	AL	RENAN CALHEIROS	SIM
PSB	DF	RODRIGO ROLLEMBERG	SIM
PMDB	RR	ROMERO JUCÁ	SIM
PSD	AC	SÉRGIO PETECÃO	SIM
PMDB	PR	SERGIO SOUZA	SIM

Partido	UF	Nome do Senador	Voto
PMDB	RO	VALDIR RAUPP	SIM
PR	TO	VICENTINHO ALVES	SIM
PMDB	PB	VITAL DO REGO	SIM
PMDB	MS	WALDEMAR MOKA	SIM
PT	BA	WALTER PINHEIRO	SIM

Presidente: VANESSA GRAZZIOTIN

Votos SIM : 42
Votos NÃO : 18 **Total : 60**
Votos ABST. : 00


 Primeiro-Secretário

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – SIM: 42; 18 votos NÃO.

Nenhuma abstenção.

A matéria foi aprovada e vai à sanção.

A SR^a MARINOR BRITO (PSOL – PA) – Presidente Sarney, eu queria só registrar o meu voto “não” na votação anterior. Eu já tinha feito um pronunciamento sobre o tema e declarado o meu voto, por favor.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Sr. Presidente, pela ordem.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Sr. Presidente.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ) – Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, eu temo muito. Estou aqui defendendo a questão da Defensoria, mas nós tivemos 42 votos nessa medida. Nós não precisávamos de 42 votos, mas, na Defensoria, nós vamos

precisar. Portanto, eu acho um risco colocarmos para votar, tendo apenas 42 votos “sim”. É uma coisa para ser avaliada.

O SR. RICARDO FERRAÇO (Bloco/PMDB – ES) – Pela ordem, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, na votação anterior, o Senador Ricardo Ferraço votou de acordo com a orientação do seu partido.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Muito obrigado a V. Ex^a.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Sr. Presidente, o Senador Wellington Dias, na votação anterior, acompanha a orientação do Partido dos Trabalhadores. O voto é “sim”.

É o seguinte o projeto de Lei da Câmara aprovado:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA

Nº 79, DE 2011

(nº 1.749/2011, na Casa de origem)
(Da Senhora Presidente da República)

Autoriza o Poder Executivo a criar a empresa pública denominada Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares – EBSERH, acrescenta dispositivos ao Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal; e dá outras providências.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a criar empresa pública unipessoal, na forma definida no inciso II do art. 5º do Decreto-Lei nº 200, de 25 de fevereiro de 1967, e no art. 5º do Decreto-Lei nº 900, de 29 de setembro de 1969, denominada Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares – EBSERH, com personalidade jurídica de direito privado e patrimônio próprio, vinculada ao Ministério da Educação, com prazo de duração indeterminado.

§ 1º A EBSERH terá sede e foro em Brasília, Distrito Federal, e poderá manter escritórios, representações, dependências e filiais em outras unidades da Federação.

§ 2º Fica a EBSERH autorizada a criar subsidiárias para o desenvolvimento de atividades inerentes ao seu objeto social, com as mesmas características estabelecidas no caput deste artigo, aplicando-se a essas subsidiárias o disposto nos arts. 2º a 8º, no caput e nos §§ 1º, 4º e 5º do art. 9º e, ainda, nos arts. 10 a 15 desta Lei.

Art. 2º A EBSERH terá seu capital social integralmente sob a propriedade da União.

Parágrafo único. A integralização do capital social será realizada com recursos oriundos de dotações consignadas no orçamento da União, bem como pela incorporação de qualquer espécie de bens e direitos suscetíveis de avaliação em dinheiro.

Art. 3º A EBSERH terá por finalidade a prestação de serviços gratuitos de assistência médica-hospitalar, ambulatorial e de apoio diagnóstico e terapêutico à comunidade, assim como a prestação às instituições públicas federais de ensino ou instituições congêneres de serviços de apoio ao ensino, à pesquisa e à extensão, ao ensino-aprendizagem e à formação de pessoas no campo da saúde pública, observada, nos termos do art. 207 da Constituição Federal, a autonomia universitária.

§ 1º As atividades de prestação de serviços de assistência à saúde de que trata o caput estarão inseridas integral e exclusivamente no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS.

§ 2º No desenvolvimento de suas atividades de assistência à saúde, a EBSERH observará as orientações da Política Nacional de Saúde, de responsabilidade do Ministério da Saúde.

§ 3º É assegurado à EBSERH o resarcimento das despesas com o atendimento de consumidores e respectivos dependentes de planos privados de assistência à saúde, na forma estabelecida pelo art. 32 da Lei nº 9.656, de 3 de junho de 1998, observados os valores de referência estabelecidos pela Agência Nacional de Saúde Suplementar.

Art. 4º Compete à EBSERH:

I - administrar unidades hospitalares, bem como prestar serviços de assistência médica-hospitalar, ambulatorial e de apoio diagnóstico e terapêutico à comunidade, no âmbito do SUS;

II - prestar às instituições federais de ensino superior e a outras instituições congêneres serviços de apoio ao ensino, à pesquisa e à extensão, ao ensino-aprendizagem e à formação de pessoas no campo da saúde pública, mediante as condições que forem fixadas em seu estatuto social;

III - apoiar a execução de planos de ensino e pesquisa de instituições federais de ensino superior e de outras instituições congêneres, cuja vinculação com o campo da saúde pública ou com outros aspectos da sua atividade torne necessária essa cooperação, em especial na implementação das residências médica, multiprofissional e em área profissional da saúde, nas especialidades e regiões estratégicas para o SUS;

IV - prestar serviços de apoio à geração do conhecimento em pesquisas básicas, clínicas e aplicadas nos hospitais universitários federais e a outras instituições congêneres;

V - prestar serviços de apoio ao processo de gestão dos hospitais universitários e federais e a outras instituições congêneres, com implementação de sistema de gestão único com geração de indicadores quantitativos e qualitativos para o estabelecimento de metas; e

VI - exercer outras atividades inerentes às suas finalidades, nos termos do seu estatuto social.

Art. 5º É dispensada a licitação para a contratação da EBSERH pela administração pública para realizar atividades relacionadas ao seu objeto social.

Art. 6º A EBSERH, respeitado o princípio da autonomia universitária, poderá prestar os serviços relacionados às suas competências mediante contrato com as instituições federais de ensino ou instituições congêneres.

§ 1º O contrato de que trata o caput estabelecerá, entre outras:

I - as obrigações dos signatários;

II - as metas de desempenho, indicadores e prazos de execução a serem observados pelas partes;

III - a respectiva sistemática de acompanhamento e avaliação, contendo critérios e parâmetros a serem aplicados; e

IV - a previsão de que a avaliação de resultados obtidos, no cumprimento de metas de desempenho e observância de

prazos pelas unidades da EBSERH, será usada para o aprimoramento de pessoal e melhorias estratégicas na atuação perante a população e as instituições federais de ensino ou instituições congêneres, visando ao melhor aproveitamento dos recursos destinados à EBSERH.

§ 2º Ao contrato firmado será dada ampla divulgação por intermédio dos sítios da EBSERH e da entidade contratante na internet.

§ 3º Consideram-se instituições congêneres, para efeitos desta Lei, as instituições públicas que desenvolvam atividades de ensino e de pesquisa na área da saúde e que prestam serviços no âmbito do Sistema Único de Saúde - SUS.

Art. 7º No âmbito dos contratos previstos no art. 5º, os servidores titulares de cargo efetivo em exercício na instituição federal de ensino ou instituição congênere que exerçam atividades relacionadas ao objeto da EBSERH poderão ser a ela cedidos para a realização de atividades de assistência à saúde e administrativas.

§ 1º Ficam assegurados aos servidores referidos no caput os direitos e as vantagens a que façam jus no órgão ou entidade de origem.

§ 2º A cessão de que trata o caput ocorrerá com ônus para o cessionário.

Art. 8º Constituem recursos da EBSERH:

I - recursos oriundos de dotações consignadas no orçamento da União;

II - as receitas decorrentes:

a) da prestação de serviços compreendidos em seu objeto;

b) da alienação de bens e direitos;

c) das aplicações financeiras que realizar;

d) dos direitos patrimoniais, tais como aluguéis,uros, dividendos e bonificações; e

e) dos acordos e convênios que realizar com entidades nacionais e internacionais;

III - doações, legados, subvenções e outros recursos que lhe forem destinados por pessoas físicas ou jurídicas de direito público ou privado; e

IV - rendas provenientes de outras fontes.

Parágrafo único. O lucro líquido da EBSERH será reinvestido para atendimento do objeto social da empresa, excetuadas as parcelas decorrentes da reserva legal e da reserva para contingência.

Art. 9º A EBSERH será administrada por um Conselho de Administração, com funções deliberativas, e por uma Diretoria Executiva e contará ainda com um Conselho Fiscal e um Conselho Consultivo.

§ 1º O estatuto social da EBSERH definirá a composição, as atribuições e o funcionamento dos órgãos referidos no caput.

§ 2º O Conselho de Administração da EBSERH terá, como membros natos, representantes do Ministério da Saúde, do Ministério da Educação, da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior - ANDIFES e, observando o disposto no art. 2º da Lei nº 12.353, de 28 de dezembro de 2010, da Federação dos Sindicatos de Trabalhadores das Universidades Brasileiras - FASUBRA, sem prejuízo da composição que será definida no estatuto social da empresa.

§ 3º O Conselho Consultivo da EBSERH exercerá o controle social da empresa, será paritariamente constituído por representantes da sociedade civil, inclusive dos usuários, e do Estado, na forma estabelecida no estatuto social e sem prejuízo de outros meios de fiscalização por parte da sociedade civil, e terá representantes do Conselho Nacional de Saúde, do Conselho Federal de Medicina, do Conselho Federal de Enfermagem, da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior - ANDIFES, da Federação dos Sindicatos de Trabalhadores das Universidades Brasileiras - FASUBRA e da Ordem dos Advogados do Brasil - OAB.

§ 4º A atuação de membros da sociedade civil no Conselho Consultivo não será remunerada e será considerada como função relevante.

§ 5º Ato do Poder Executivo aprovará o estatuto da EBSERH.

Art. 10. O regime de pessoal permanente da EBSERH será o da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, e legislação complementar, condicionada a contratação à prévia aprovação em concurso público de provas ou de provas e títulos, observadas as normas específicas editadas pelo Conselho de Administração.

Parágrafo único. Os editais de concursos públicos para o preenchimento de emprego no âmbito da EBSERH poderão estabelecer, como título, o cômputo do tempo de exercício em atividades correlatas às atribuições do respectivo emprego.

Art. 11. Fica a EBSERH, para fins de sua implantação, autorizada a contratar, mediante processo seletivo simplificado, pessoal técnico e administrativo por tempo determinado.

§ 1º Os contratos temporários de emprego de que trata o caput somente poderão ser celebrados durante os 2 (dois) anos subsequentes à constituição da EBSERH e, quando destinados ao cumprimento de contrato celebrado nos termos do art. 6º, nos primeiros 180 (cento e oitenta) dias de vigência dele.

§ 2º Os contratos temporários de emprego de que trata o caput poderão ser prorrogados uma única vez, desde que a soma dos 2 (dois) períodos não ultrapasse 5 (cinco) anos.

Art. 12. A EBSERH poderá celebrar contratos temporários de emprego com base nas alíneas a e b do § 2º do art. 443 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, mediante processo seletivo simplificado, observado o prazo máximo de duração estabelecido no seu art. 445.

Art. 13. Ficam as instituições públicas federais de ensino e instituições congêneres autorizadas a ceder à EBSERH,

no âmbito e durante a vigência do contrato de que trata o art. 6º, bens e direitos necessários à sua execução.

Parágrafo único. Ao término do contrato, os bens serão devolvidos à instituição cedente.

Art. 14. A EBSERH e suas subsidiárias estarão sujeitas à fiscalização dos órgãos de controle interno do Poder Executivo e ao controle externo exercido pelo Congresso Nacional, com auxílio do Tribunal de Contas da União.

Art. 15. A EBSERH fica autorizada a patrocinar entidade fechada de previdência privada, nos termos da legislação vigente.

Parágrafo único. O patrocínio de que trata o caput poderá ser feito mediante adesão a entidade fechada de previdência privada já existente.

Art. 16. A partir da assinatura do contrato entre a EBSERH e a instituição de ensino superior, a EBSERH disporá de prazo de até 1 (um) ano para reativação de leitos e serviço inativos por falta de pessoal.

Art. 17. Os Estados poderão autorizar a criação de empresas públicas de serviços hospitalares.

Art. 18. O art. 47 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, passa a vigorar acrescido do seguinte inciso V:

"Art. 47.

.....

V - proibição de inscrever-se em concurso, avaliação ou exame públicos." (NR)

Art. 19. O Título X da Parte Especial do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, passa a vigorar acrescido do seguinte Capítulo V:

"CAPÍTULO V
DAS FRAUDES EM CERTAMES DE INTERESSE PÚBLICO

Fraudes em certames de interesse público

Art. 311-A. Utilizar ou divulgar, indevidamente, com o fim de beneficiar a si ou a outrem, ou de comprometer a credibilidade do certame, conteúdo sigiloso de:

- I - concurso público;**
- II - avaliação ou exame públicos;**
- III - processo seletivo para ingresso no ensino superior; ou**
- IV - exame ou processo seletivo previstos em lei:**

Pena - reclusão, de 1 (um) a 4 (quatro) anos, e multa.

S 1º Nas mesmas penas incorre quem permite ou facilita, por qualquer meio, o acesso de pessoas não autorizadas às informações mencionadas no caput.

S 2º Se da ação ou omissão resulta dano à administração pública:

Pena - reclusão, de 2 (dois) a 6 (seis) anos, e multa.

S 3º Aumenta-se a pena de 1/3 (um terço) se o fato é cometido por funcionário público.' (NR)

Art. 20. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Temos o primeiro requerimento para votar.

Nos termos do art. 311, inciso I, do Regimento Interno, requeiro a preferência para que a matéria constante

do item 7 da Ordem do Dia da presente sessão seja apreciada em segundo lugar. Senador Romero Jucá.

É o seguinte o requerimento:

REQUERIMENTO N° 1.419, DE 2011

Nos termos do art. 311, inciso I, do Regimento Interno, requeiro preferência para que a matéria constante do Item 7 da Ordem do Dia da presente sessão seja apreciada em 2º lugar.

Sala das Sessões, em 23 de novembro de 2011



Senador

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Os Srs. Senadores e as Senadoras que aprovarem permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

Passamos, então, à apreciação da matéria requerida e aprovada pelo Plenário.

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 87, de 2011, tendo como primeiro signatário o Senador Romero Jucá, que altera o art. 76 do Ato das Disposições Transitórias.

O parecer é favorável. Relator: Senador Renan Calheiros, com votos contrários dos Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Demóstenes Torres, Alvaro Dias e Pedro Taques e, em separado, do Senador Randolfe Rodrigues.

A matéria constará da Ordem do Dia de cinco sessões deliberativas ordinárias em face da discussão em primeiro turno, quando poderão ser oferecidas emendas assinadas por um terço mínimo da composição do Senado, nos termos do disposto no art. 358 do Regimento Interno.

É o seguinte o item:

Item 7:

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 87, DE 2011**

Primeira sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 87, de 2011, tendo como primeiro signatário o Senador Romero Jucá, que altera o art. 76 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias. (DRU)

Parecer favorável, sob nº 1.254, de 2011, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Renan Calheiros, com votos contrários dos Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Demóstenes Torres, Alvaro Dias e Pedro Taques e, em separado, do Senador Randolfe Rodrigues.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Transcorre, hoje, a primeira sessão de discussão.

Em discussão a proposta. (Pausa.)

Não havendo oradores, encerro a discussão.

A matéria constará da Ordem do Dia da sessão deliberativa de amanhã para prosseguimento da discussão.

O SR. GIM ARGELLO (PTB – DF) – Sr. Presidente, conforme orientação dos demais líderes, já existe a concordância de todos em votar o PLS nº 225, de 2011, da Defensoria, mas, escutando o bom-senso, porque hoje o quórum está baixo, peço a V. Exª que, em vez de amanhã, a gente coloque na próxima terça-feira, porque aí o quórum está garantido, conforme orientação dos líderes. Eu concordo e a Defensoria Pública, os representantes aqui também concordam. Agradeço

a V. Exª. Então, que seja o primeiro item da Ordem do Dia da próxima terça-feira, Sr. Presidente, por favor.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – A matéria já está na pauta para a sessão de amanhã, e a Mesa atende à solicitação de V. Exª, que é no interesse dos defensores públicos.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Item 2 da pauta.

É o substitutivo da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 121, que é uma lei complementar.

Também não havendo acordo entre as lideranças, a matéria fica adiada.

É o seguinte o item:

Item 2:

**SUBSTITUTIVO DA CÂMARA AO
PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 121, DE 2007 -
COMPLEMENTAR**

*(Em regime de urgência,
nos termos do Requerimento nº 1.314, de 2011)*

Substitutivo da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 121, de 2007-Complementar (nº 306/2008, naquela Casa), de iniciativa do Senador Tião Viana, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal, para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; institui contribuição social destinadas à saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas três esferas do Governo; revoga dispositivos das Leis nºs 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993; e dá outras providências.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Item 3.

Projeto de Decreto Legislativo em regime de urgência, apresentado como conclusão do Parecer nº 1.087, do Senador Romero Jucá, que aprova a programação monetária para o terceiro trimestre de 2011.

É o seguinte o item:

Item 3:

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 246, DE 2011**

(Em regime de urgência, nos termos do parágrafo único do art. 353 do Regimento Interno)

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 246, de 2011 (apresentado como conclusão do Parecer nº 1.087, de 2011,

da Comissão de Assuntos Econômicos, Relator: Senador Romero Jucá), que aprova a Programação Monetária para o 3º trimestre de 2011.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney, Bloco/PMDB – AP) – Não foram oferecidas emendas perante a Mesa.

Em discussão. (Pausa.)

Sem oradores, encerro a discussão.

Em votação.

As Senadoras e os Senadores que aprovarem permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

É o seguinte o parecer oferecendo a redação final:

PARECER N°1.301, DE 2011 COMISSÃO DIRETORA

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 246, de 2011.

A Comissão Diretora apresenta a redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 246, de 2011, que *aprova a Programação Monetária para o 3º trimestre de 2011.*

Sala de Reuniões da Comissão, em 23 de novembro de 2011.



ANEXO AO PARECER N°1.301, DE 2011.

Redação final do Projeto de Decreto Legislativo nº 246, de 2011.

Aprova a Programação Monetária para o 3º trimestre de 2011.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º É aprovada a Programação Monetária para o 3º trimestre de 2011, nos termos da Mensagem nº 106, de 2011, da Presidente da República.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – A redação final também em discussão e aprovação. (Pausa.)

Não havendo contestação nem objeção do Plenário, declaro aprovada.

A matéria vai à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Item 4 da pauta.

Redação final da Emenda ao Projeto de Decreto Legislativo que aprova com ressalvas o texto da convenção sobre a obtenção de provas no estrangeiro em matéria civil ou comercial, assinado em Haia, em 18 de março de 70.

É o seguinte o item:

Item 4:

REDAÇÃO FINAL DA EMENDA AO PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 638, DE 2010

Discussão, em turno único, da Redação Final (apresentada como conclusão do

Parecer nº 1.110, de 2011, da Comissão Diretora, Relator: Senador Wilson Santiago) do Projeto de Decreto Legislativo nº 638, de 2010 (nº 2.438/2010, na Câmara dos Deputados), que aprova, com ressalvas, o texto da Convenção sobre a Obtenção de Provas no Estrangeiro em matéria Civil ou Comercial, assinada em Haia, em 18 de março de 1970.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Discussão da redação final. (Pausa.)

Sem oradores, encerro a discussão.

A matéria vai à Câmara dos Deputados, considerada aprovada, nos termos do Regimento Interno.

É a seguinte a matéria considerada definitivamente aprovada:

ANEXO AO PARECER Nº 1.110, DE 2011

Redação final da Emenda do Senado ao Projeto de Decreto Legislativo nº 638, de 2010 (nº 2.438, de 2010, na Casa de origem).

Aprova, com ressalvas, o texto da Convenção sobre a Obtenção de Provas no Estrangeiro em matéria Civil ou Comercial, assinada em Haia, em 18 de março de 1970.

Emenda única

(Corresponde à Emenda nº 1 – CRE)

Dê-se ao *caput* do art. 1º do Projeto a seguinte redação:

“Art. 1º É aprovado o texto da Convenção sobre a Obtenção de Provas no Estrangeiro em Matéria Civil ou Comercial, assinada em Haia, em 18 de março de 1970, com reserva ao parágrafo 2º do artigo 4º e ao Capítulo II, nos termos do artigo 33, e com as declarações previstas nos artigos 8º e 23.

.....”

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Sr. Presidente, o item 5 não tem acordo. Peço para pular o item 5.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Então, se o item 5 não tem acordo, a Mesa adia a votação.

É o seguinte o item adiado:

Item 5:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 56, DE 2007

Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 56, de 2007 (nº 3.933/2004, na Casa de origem), que inclui a pesca industrial nas atividades vinculadas ao setor rural e dá outras providências.

Parecer sob nº 534, de 2008, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, Relator: Senador Flexa Ribeiro, favorável, com a Emenda nº 1-CRA de redação, que apresenta, com voto vencido, da Senadora Marisa Serrano.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – O item 6, da mesma forma, Sr. Presidente. É a votação da PEC, da emenda constitucional.

Como o quórum está baixo, na votação o quórum foi baixo, e esta emenda constitucional precisa ter 49 votos “sim”, eu não sei. O Senador Valadares é o autor da PEC, mas eu não sei se se deve votar essa PEC com esse quórum.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – A matéria está adiada.

É o seguinte o item adiado:

Item 6:

**PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO
Nº 33, DE 2009**

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 33, de 2009, tendo como primeiro signatário o Senador Antonio Carlos Valadares, que acrescenta o art. 220-A à Constituição Federal, para dispor sobre a exigência do diploma de curso superior de comunicação social, habilitação jornalismo, para o exercício da profissão de jornalista.

Parecer, sob nº 2.414, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Inácio Arruda, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Projeto de Lei da Câmara nº 102, que altera o art. 8º da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, para equiparar os efeitos jurídicos da subordinação exercida por meios telemáticos e informatizados à exercida por meios pessoais e diretos.

É o seguinte o item:

Item 8:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 102, DE 2007

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 102, de 2007 (nº 3.129/2004, na Casa de origem, do Deputado Eduardo Valverde), que altera o art. 6º da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para equiparar os efeitos jurídicos da subordinação exercida por meios telemáticos e informatizados à exercida por meios pessoais e diretos.

Pareceres favoráveis, sob nos 364 e 365, de 2011, das Comissões de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, Relator: Senador Cristovam Buarque; e de Assuntos Sociais, Relator: Senador Casildo Maldaner.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Os pareceres são favoráveis, das Comissões de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática, sendo Relator o Senador Cristovam Buarque.

Não foram oferecidas emendas ao projeto.

Em discussão. (Pausa.)

Sem oradores, encerro a discussão.

Em votação.

As Sras e os Srs. Senadores que o aprovarem permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

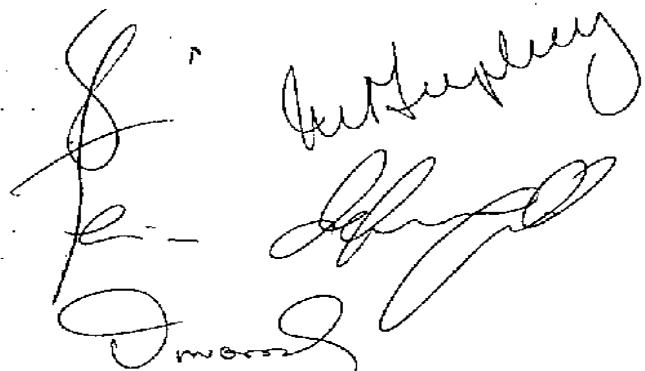
É o seguinte o parecer oferecendo a redação final:

PARECER N° 1.302, DE 2011
COMISSÃO DIRETORA

Redação final do Projeto de Lei da Câmara nº 102, de 2007 (nº 3.129, de 2004, na Casa de origem).

A **Comissão Diretora** apresenta a redação final do Projeto de Lei da Câmara nº 102, de 2007 (nº 3.129, de 2004, na Casa de origem), que *altera o art. 6º da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para equiparar os efeitos jurídicos da subordinação exercida por meios telemáticos e informatizados à exercida por meios pessoais e diretos, com adequações redacionais.*

Sala de Reuniões da Comissão, em 23 de novembro de 2011.

**ANEXO AO PARECER N° 1.302, DE 2011**

Altera o art. 6º da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para equiparar os efeitos jurídicos da subordinação exercida por meios telemáticos e informatizados à exercida por meios pessoais e diretos.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O art. 6º da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 6º Não se distingue entre o trabalho realizado no estabelecimento do empregador, o executado no domicílio do empregado e o realizado a distância, desde que estejam caracterizados os pressupostos da relação de emprego.

Parágrafo único. Os meios telemáticos e informatizados de comando, controle e supervisão se equiparam, para fins de subordinação jurídica, aos meios pessoais e diretos de comando, controle e supervisão do trabalho alheio.” (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Redação final, sem objeção do Plenário, aprovada.

A matéria vai à sanção presidencial.

Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – **Item 9** da pauta.

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 28, DE 2008

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 28, de 2008 (nº 5.702/2005, na Casa de origem), de iniciativa do Presidente da República, que altera o art. 37 da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, que dispõe sobre o Cadastro Informativo dos créditos não

quitados de órgão e entidades federais e dá outras providências.

Os pareceres são favoráveis da Comissão de Assuntos Econômicos,

O Senador Inácio Arruda foi o Relator.

Não foram oferecidas emendas perante a Mesa. Discussão. (Pausa.)

Sem oradores, encerrada a discussão.

Em votação.

As Srs Senadoras e os Srs. Senadores que o aprovarem permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à sanção.

Será feita a devida comunicação à Câmara dos Deputados.

É o seguinte o projeto de lei da Câmara aprovado.:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 28, DE 2008

(nº 5.702/2005, na origem)
(De iniciativa do Presidente da República)

Altera o art. 37 da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, que dispõe sobre o Cadastro Informativo dos créditos não quitados de órgãos e entidades federais e dá outras providências.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º O art. 37 da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 37. Os créditos do Banco Central do Brasil passíveis de inscrição e cobrança como Dívida Ativa e não pagos nos prazos previstos serão acrescidos de:

I - juros de mora, contados do primeiro dia do mês subsequente ao do vencimento, equivalentes à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia - SELIC para os títulos federais, acumulada mensalmente, até o último dia do mês anterior ao do pagamento, e de 1% (um por cento) no mês do pagamento;

II - multa de mora de 2% (dois por cento), a partir do primeiro dia após o vencimento do débito, acrescida, a cada 30 (trinta) dias, de igual percentual, até o limite de 20% (vinte por cento), incidente sobre o valor atualizado na forma do inciso I do caput deste artigo.

S 1º Os juros de mora incidentes sobre os créditos provenientes de multas impostas em processo administrativo punitivo que, em razão de recurso, tenham sido confirmadas pela instância superior contam-se do primeiro dia do mês subsequente ao do vencimento, previsto na intimação da decisão de primeira instância.

S 2º Os créditos referidos no caput deste artigo poderão ser parcelados em até 30 (trinta) parcelas mensais, a exclusivo critério do Banco Central do Brasil, na forma e condições por ele estabelecidas, incidindo sobre cada parcela a pagar os juros de mora previstos neste artigo." (NR)

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. MAGNO MALTA (PR – ES) – Pela ordem, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, eu gostaria de pedir ao senhor, porque há um requerimento, desde junho, solicitando uma sessão solene de homenagem aos oito anos do governo Lula.

Neste momento que o Presidente Lula está vivendo, um momento tão delicado de sua vida, nada mais oportuno do que a realização dessa sessão solene, solicitada desde junho passado, de homenagem aos oito anos vitoriosos de governo do Presidente Lula.

Então, gostaria de pedir a V. Ex^a, uma vez que já se encontra na Mesa, que votássemos após o que V. Ex^a está colocando em pauta.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AM) – A Mesa vai providenciar o requerimento citado por V. Ex^a para que seja examinado pelo Plenário.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AM) – Dispõe sobre a criação de cargos de provimento efetivo do Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 5^a Região (BA) e dá outras providências.

Relator: Senador Humberto Costa.

É o seguinte o item:

Item 10:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 58, DE 2011

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 58, de 2011 (nº 7.577/2010, na Casa de origem), de iniciativa do Tribunal Superior do Trabalho, que dispõe sobre a criação de cargos de provimento efetivo no Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região (BA) e dá outras providências.

Parecer favorável, sob nº 912, de 2011, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Humberto Costa.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AM) – Não foram oferecidas emendas.

Em discussão. (Pausa.)

Sem oradores, encerro a discussão.

Votação do projeto.

Sem objeção do Plenário, declaro aprovado.

A matéria vai à sanção presidencial.

Será feita a devida comunicação ao Presidente da República.

É o seguinte o projeto de Lei da Câmara aprovado:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 58, DE 2011

(nº 7.577/2010, na Casa de origem)
(De iniciativa do Tribunal Superior do Trabalho)

Dispõe sobre a criação de cargos de provimento efetivo no Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região e dá outras providências.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Ficam criados, no Quadro de Pessoal da Secretaria do Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região, os cargos de provimento efetivo constantes do Anexo desta Lei.

Art. 2º Os recursos financeiros decorrentes da execução desta Lei correrão à conta das dotações orçamentárias consignadas ao Tribunal Regional do Trabalho da 5ª Região no orçamento geral da União.

Art. 3º A criação dos cargos previstos nesta Lei fica condicionada à sua expressa autorização em anexo próprio da lei orçamentária anual com a respectiva dotação suficiente para seu primeiro provimento, nos termos do § 1º do art. 169 da Constituição Federal.

Parágrafo único. Se a autorização e os respectivos recursos orçamentários forem suficientes somente para provimento parcial dos cargos, o saldo da autorização e das respectivas dotações para seu provimento deverá constar de anexo da lei orçamentária correspondente ao exercício em que forem considerados criados e providos.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

ANEXO

(Art. 1º da Lei nº de de de)

CARGOS EFETIVOS	QUANTIDADE
Analista Judiciário	47 (quarenta e sete)
TOTAL	47 (quarenta e sete)

O SR. WALTER PINHEIRO (Bloco/PT – BA) – Muito bem, Presidente Sarney! O TRT da Bahia agradece ao Senado a importante contribuição para que, cada vez mais, seja ampliada a qualidade do trabalho do nosso TRT baiano.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – O Senado viu a gratidão de V. Ex^a.

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 196, de 2011 (nº 20/2011, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República do Brasil e o Governo da República do Burundi, assinado em Brasília, em 25 de agosto de 2009.

O parecer é favorável.

É o seguinte o item:

Item 11:

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 196, DE 2011**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 196, de 2011 (nº

20/2011, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República do Brasil e o Governo da República do Burundi, assinado em Brasília, em 25 de agosto de 2009.

Parecer favorável, sob nº 1.274, de 2011, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Marcelo Crivella.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Em discussão. (Pausa.)

Sem oradores, encerrada a discussão.
Em votação.

As Sras e os Srs. Senadores que o aprovarem permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

A matéria vai à promulgação.

É o seguinte o Projeto de Decreto Legislativo aprovado:

**(*) PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 196, DE 2011
(nº 20/2011, na Câmara dos Deputados)**

Aprova o texto do Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Burundi, assinado em Brasília, em 25 de agosto de 2009.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aprovado o texto do Acordo de Cooperação Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República do Burundi, assinado em Brasília, em 25 de agosto de 2009.

Parágrafo único. Ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão do referido Acordo, bem como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do inciso I do art. 49 da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Projeto de Decreto Legislativo que aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e a República de Moçambique para a instalação da Sede do Escritório Regional da Fiocruz para a África, celebrado em Brasília, em 4 de setembro de 2008.

Os pareceres são favoráveis. Foi Relator o Senador Marcelo Crivella.

É o seguinte o item:

Item 12:

**PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 235, DE 2011**

Discussão, em turno único, do Projeto de Decreto Legislativo nº 235, de 2011 (nº 47/2011, na Câmara dos Deputados), que aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Moçambique para a Instalação da Sede do Escritório Regional da Fiocruz para a África, celebrado em Brasília, em 4 de setembro de 2008.

Parecer favorável, sob nº 1.275, de 2011, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator: Senador Marcelo Crivella.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Em discussão. (Pausa.)

Sem oradores, encerrada a discussão.

Em votação.

Sem objeção do Plenário, considero aprovado o projeto.

A matéria vai à promulgação.

O SR. MARCELO CRIVELLA (Bloco/PRB – RJ. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, apenas pela ordem. O senhor hoje é o The Flash, está rápido.

Eu queria apenas dizer que essa Fiocruz, lá na África, é uma grande vitória do Governo do Presidente Lula, é lá da minha terra, ele levou para lá uma fábrica de antiretrovirais, e hoje estamos fabricando, com patentes cedidas pelo Brasil, 20 dos 25 remédios do coquetel contra a Aids.

Isso é de uma relevância tão grande, que eu não poderia deixar de fazer essa observação.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

É o seguinte o Projeto de Decreto Legislativo aprovado:

**(*) PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO
Nº 235, DE 2011**

(nº 47/2011, na Câmara dos Deputados)

Aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Moçambique para a Instalação da Sede do Escritório Regional da FIOCRUZ para a África, celebrado em Brasília, em 4 de setembro de 2008.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aprovado o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República de Moçambique para a Instalação da Sede do Escritório Regional da FIOCRUZ para a África, celebrado em Brasília, em 4 de setembro de 2008.

Parágrafo único. Ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão do referido Acordo, bem como quaisquer ajustes complementares que, nos termos do inciso I do art. 49 da Constituição Federal, acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

(*) A íntegra do texto do Acordo encontra-se publicada no DSF de 04/10/2011.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Muito obrigado a V. Ex^a.

Item 13:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 185, DE 2004

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 5, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 185, de 2004, do Senador Demóstenes Torres, que regulamenta o emprego de algemas em todo o território nacional.

Pareceres sob nº 920 e 921, de 2008, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator ad hoc: Senador Antonio Carlos Valadares, 1º pronunciamento (sobre o Projeto): favorável, nos termos do Substitutivo, que oferece; 2º pronunciamento (sobre as emendas apresentadas ao Substitutivo, em turno suplementar, perante à Comissão): favorável, na forma da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo).

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Também consulto se há acordo.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Sr. Presidente, não há acordo. Solicito a retirada da pauta.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Trata-se de um projeto polêmico sobre o emprego de algemas em todo o território nacional. Adiado.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Requerimento... Dezessete.

É o seguinte o item:

Item 17:

REQUERIMENTO Nº 1.328, DE 2011

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.328, de 2011, do Senador Waldemir Moka, solicitando que, sobre o Projeto de Lei da Câmara nº 41, de 2009, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Assuntos Sociais (arrendamento ou comodato de bens e direitos de empresa em processo de recuperação judicial).

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Votação do Senador Waldemir Moka, solicitando, além... Que, no Projeto de Lei da Câmara nº 41, além das Comissões constantes do despacho, seja ouvida, também, a Comissão de Assuntos Sociais.

As Senadoras e os Senadores que concordarem permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Requerimento também, do Senador Walter Pinheiro, solicitando que, no Projeto de Lei Complementar nº 550, seja ouvida a Comissão de Cultura, Esporte e Educação.

É o seguinte o item:

Item 18:

REQUERIMENTO Nº 1.337, DE 2011

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.337, de 2011, do Senador Walter Pinheiro, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 550, de 2011- Complementar, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Educação, Cultura e Esporte (piso salarial dos empregados com *educação superior*).

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Em votação. (Pausa.)

Os Senadores que concordarem permaneçam, e Senadoras, como estão. (Pausa.)

Aprovado.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Requerimento nº 1.338, do Senador Walter Pinheiro, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 120, também seja ouvida a Comissão de Educação, Cultura e Esporte.

É o seguinte o item:

Item 19:

REQUERIMENTO Nº 1.338, DE 2011

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.338, de 2011, do Senador Walter Pinheiro, solicitando que, sobre o Projeto de Lei do Senado nº 120, de 2011, além das Comissões constantes do despacho inicial de distribuição, seja ouvida, também, a de Educação, Cultura e Esporte (impedimento de repasses de verbas federais a Municípios).

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Em votação. (Pausa.)

Sem objeção do Plenário, aprovado.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – O Senador Valdir Raupp pediu para incluir na pauta este, extrapauta, que denomina Ponte Emerson Freitag a ponte sobre o rio Machado, na BR-364, do Município de Ji-Paraná, no Estado de Rondônia.

O parecer é favorável, sendo Relator o Senador Waldemir Moka.

Não foram oferecidas emendas perante a Mesa.

É o seguinte o item:

Item extrapauta:**PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 14, DE 2009**

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 14, de 2009, de autoria da Senadora Marinha Raupp, que *denomina Ponte Emerson Freitag - Boiadeiro a ponte sobre o Rio Machado na BR 364 do Município de Jí-Paraná, Estado de Rondônia.*

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Discussão. (Pausa.)

Sem oradores, encerro a discussão.

Em votação o projeto. (Pausa.)

Sem nenhuma objeção do Plenário, declaro aprovado.

A matéria vai à sanção presidencial.

É o seguinte o projeto de Lei da Câmara aprovado:

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 14, DE 2009

(Nº 1.742/2007, Na Casa de Origem)

Denomina Ponte Emerson Freitag Boiadeiro a ponte sobre o Rio Machado na BR 364 no Município de Ji-Paraná, Estado de Rondônia.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A ponte sobre o Rio Machado, localizada na BR 364 no Município de Ji-Paraná, Estado de Rondônia, passa a ser denominada Ponte Emerson Freitag - Boiadeiro.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Consulto os senhores líderes se podemos submeter também autoridades diplomatas, como é maioria simples, para o Mercosul.

É uma mensagem da Senhora Presidente indicando o Sr. Ruy Carlos Pereira, Ministro de Primeira Classe, para exercer o cargo de Delegado Permanente do Brasil junto a Associação Latino-Americana de Integração e ao Mercado Comum.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Sr. Presidente, vários Senadores e Senadoras perguntaram se haveria votação nominal e já se ausentaram. Não sei se...

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Então, ficará para a próxima sessão.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR) – Ficamos para amanhã.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Encerrada...

Requerimento do Conselho da Comenda de Direitos Humanos Dom Hélder pedindo para marcar a solenidade para o dia 13 de dezembro de 2011.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Senadores e Senadoras que estiverem de acordo permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Requerimento do Senador Magno Malta para uma sessão especial, em data a ser oportunamente marcada, destinada a comemorar o êxito dos dois períodos do governo do Presidente Lula.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Em votação o requerimento.

Senadores e Senadoras que o aprovarem permaneçam como se encontram. (Pausa.)

Aprovado.

O SR. MAGNO MALTA (PR – ES) – Presidente Sarney, é muito oportuno e significativo esse momento.

Veja que o meu pedido foi feito há muito tempo, para que nós fizéssemos uma sessão solene, porque penso que Lula escolheu o melhor lado: Lula escolheu os pobres para poder governar.

Aliás, Jesus disse: os pobres sempre tereis convosco.

Era um país de 40 milhões de miseráveis que hoje os colunistas e a elite já podem chamá-los de pobres emergentes, porque comem no shopping, podem viajar de avião, têm carro e eles têm microondas em casa, têm máquina de lavar. Tudo lhes foi proporcionado.

Ele escolheu o lado melhor, foi seguro. Em se tratando da economia brasileira, ganhou respeito internacional, rompeu com algumas bandeiras do seu próprio partido, que discursou a vida inteira falando de economia e, quando assumiu a Presidência, foi firme. Rasgou algumas bandeiras de lá de trás e foi firme. Acho que nada mais justo do que essa homenagem desses oito anos, e nesse momento, então, em que ele vive um momento difícil da sua vida. Nós, que temos essa compreensão, precisamos de fato e acho que isso será tão bom para ajudá-lo na recuperação da sua saúde, esse reconhecimento, a solenidade desse momento, que significa tanto para milhões de brasileiros que foram beneficiados com o instrumento do seu governo.

Por isso, Sr. Presidente, fico muito feliz com a aprovação e penso que V. Ex^a comande para que nós tenhamos, antes do final do ano, essa sessão solene em homenagem ao ex-Presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Muito obrigado.

Encerrada a Ordem do Dia.

São as seguintes as demais matérias não apreciadas e transferidas para a próxima sessão deliberativa ordinária:

14

REQUERIMENTO Nº 1.108, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.108, de 2007, do Senador Cristovam Buarque e outros Senhores Senadores, solicitando a criação de Comissão Temporária Externa, composta pelos Senadores do Distrito Federal, Goiás e Minas Gerais, para, no prazo de cento e vinte dias, promover amplo debate e propor medidas concretas para o combate à violência no Distrito Federal e Entorno.

15

REQUERIMENTO Nº 932, DE 2011

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 932, de 2011, de iniciativa da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, solicitando voto de solidariedade ao Excelentíssimo Senhor Comandante do Exército, General Enzo Martins Peri, em virtude de matéria veiculada pelo jornal Folha de São Paulo, na edição de 31 de julho deste ano.

16

REQUERIMENTO Nº 947, DE 2011

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 947, de 2011, da Senadora Vanessa

Grazziotin, solicitando voto de congratulações e aplausos pelos 93 anos do ex-Presidente da África do Sul e Nobel da Paz - Nelson Mandela, comemorado no dia 18 de julho de 2011.

Parecer favorável, sob nº 920, de 2011, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator ad hoc: Senador Eduardo Suplicy.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Com a palavra, o Senador Armando Monteiro, primeiro orador inscrito.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP) – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – Pela ordem, Senador Eduardo Suplicy.

O SR. EDUARDO SUPLICY (Bloco/PT – SP. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Eu encaminhei um requerimento à Mesa para que seja inserido um voto de pesar pelo falecimento da Srª Daniele Mitterrand, viúva do antigo Presidente francês François Mitterrand, na madrugada desta terça-feira, aos 87 anos. Ela sofria de problemas respiratórios e estava em coma induzido no hospital Georges Pompidou, em Paris, bem como apresentação de condolências aos filhos Jean-Christophe e Gilbert e à Embaixada da França no Brasil.

Então, se permite, Sr. Presidente, seja inserido na íntegra o requerimento de pesar e que possa ser apreciado. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – O requerimento de V. Exª já está na Mesa e será submetido à votação.

Sobre a mesa, requerimentos que serão lidos.

São lidos os seguintes:

REQUERIMENTO N° 1.420, DE 2011

Requeiro, nos termos do art. 218, inciso VII, e art. 221, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal, inserção em ata de voto de pesar pelo falecimento de Danielle Mitterrand, viúva do antigo Presidente francês François Mitterrand, na madrugada desta terça-feira, aos 87 anos. Ela sofria de problemas respiratórios e estava em coma induzido no hospital Georges Pompidou, em Paris, bem como apresentação de condolências aos filhos Jean-Christophe e Gilbert e à Embaixada da França no Brasil.

JUSTIFICAÇÃO

Danielle Gouze nasceu em 29 de Outubro de 1924, em Verdun, no nordeste de França, perto da fronteira com a Alemanha. Foi politicamente ativa desde a juventude. Aos 17 anos aderiu à Resistência Antinazista, onde conheceu Mitterrand. François e Danielle se casaram em outubro de 1944, época em que ele se lançou na carreira política pelo Partido Socialista, sempre com Danielle ao lado, até chegar à presidência, em 1981.

Reconhecida pelo seu trabalho de militante de esquerda, pela defesa dos oprimidos e pela sua indignação e teimosia permanentes, Danielle presidia, atualmente a fundação “France Libertés”, na qual sempre se manteve ativa na luta em prol dos problemas sociais. O marido, François Mitterrand – falecido em 1996 – a descrevia como a sua “consciência de esquerda”.

Foi duramente criticada pela sociedade e pela mídia francesa no velório do seu marido por autorizar a participação de uma filha tida por ele fora do casamento, chamada Mazarine Marie, e sua mãe. Em resposta,

publicou um texto onde condenou o conformismo e a hipocrisia, destacando-se: "Aceitei a filha de meu marido e hoje recebo mensagens do mundo inteiro de filhos angustiados que me dizem: - 'Obrigado por ter aberto um caminho. Meu pai vai morrer, mas eu não poderei ir ao enterro porque a mulher dele não aceita' (...). Espero que as pessoas sejam generosas e amplas para compreender e amar seus parceiros em suas dúvidas, fragilidades, divisões e pequenas paixões. Isso é amar por inteiro e ter confiança em si mesmo".

Danielle Mitterrand nunca foi apegada a títulos. "Primeira-dama de França não é um estatuto oficial. O importante é o que queremos, e isso depende da personalidade", costumava dizer. Recentemente, em Outubro, no 25.º aniversário da fundação, reafirmou que trabalhava com um propósito muito concreto: "O objetivo é claro: um mundo mais justo."

Sempre fiel à vida que manteve com François Mitterrand, que morreu em 1996, Danielle vivia na mesma residência e mantinha ainda a aliança de casada. Evitava falar da sua vida privada, preferindo sempre aparecer ligada a causas como a luta contra a AIDS, a defesa dos curdos ou o acesso à água potável em todo o planeta. Nestes últimos anos, ela colocou o direito de acesso à água como sendo o primeiro dos direitos do ser humano, decidindo torná-lo uma de suas prioridades ao lado da educação, da democracia participativa e da economia sustentável.

Danielle deixa dois filhos, Jean-Christophe e Gilbert.

Sala das Sessões, 23 de novembro de 2011



Senador Eduardo Matarazzo Suplicy

REQUERIMENTO N° 1.421, DE 2011

Senhor Presidente:

Requeiro, nos termos do art. 222 do Regimento Interno do Senado Federal, que seja encaminhado Voto de Congratulação ao Colégio Estadual Murilo Braga - CEMB, do município de Itabaiana-SE, pela passagem dos 62 anos de sua fundação, que ocorrerá no próximo dia 29 de novembro.

A homenagem do Senado Federal deverá ser encaminhada ao Diretor do CEMB, Senhor Éder de Jesus Andrade, no endereço Rua Quintino Bocaiúva, 659 - Centro - Itabaiana - SE, CEP 49.500-000, e é extensiva a toda à direção, professores, alunos, funcionários e comunidade.

Sala das Sessões, 22 de novembro de 2011. – Senador **Eduardo Amorim**, Líder do PSC.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – A Presidência encaminhará os votos solicitados.

Os requerimentos que acabam de ser lidos vão ao Arquivo.

Sobre a mesa, requerimento que será lido.

É lido o seguinte:

REQUERIMENTO N° 1.422, DE 2011

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 255, II, "c", nº 12, do Regimento Interno, que o PLS nº 280/2011 – (que

acrescenta § 3º ao art. 52 da Lei de Execução Penal, para proibir visitas íntimas aos presos provisórios e condenados submetidos ao regime disciplinar diferenciado por envolvimento com o crime organizado) - tramite, também, pela Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH), para que ela se manifeste acerca do tema, já que esse projeto de lei implica em restrições à direitos fundamentais. É importante, assim, que se analise, sob a ótica dos direitos humanos, se o texto proposto é adequado à ordem constitucional vigente.

Assim, é de suma importância que a CDH (Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa) possa se manifestar e oferecer parecer sobre essa questão, por tratar diretamente de tema de sua competência (Art. 102-E, III e VII do Regimento Interno do Senado Federal)

Sala das Sessões, 16 de novembro de 2011. – Senadora **Ana Rita**.

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – O requerimento que acaba de ser lido será incluído em Ordem do Dia oportunamente.

Sobre a mesa, requerimento que será lido.

É lido o seguinte:

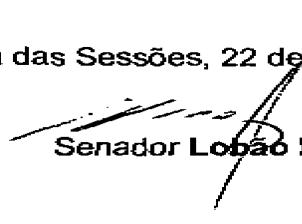
REQUERIMENTO N° 1.423, DE 2011.

Senhor Presidente,

Tendo sido designado pela Comissão Mista de Mudanças Climáticas CMMC e autorizado por Vossa Excelência para integrar Comitiva Brasileira à 17ª Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (COP 17), que será realizada em Durban, na África do Sul, requeiro, nos termos do artigo 40, § 1º do Regimento Interno do Senado Federal, autorização para desempenhar referida Missão no período de 28 de novembro a 9 de dezembro do corrente ano.

Nos termos do art. 39, I do Regimento Interno, comunico a Vossa Excelência que estarei ausente do País no referido período.

Sala das Sessões, 22 de novembro de 2011.


Senador **Lobão Filho**

O SR. PRESIDENTE (José Sarney. Bloco/PMDB – AP) – O requerimento que acaba de ser lido será apreciado oportunamente.

Com a palavra o Senador Armando Monteiro.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (PTB – PE. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^{as}s e Srs. Senadores, a infraestrutura nacional é deficiente e traz enorme prejuízo ao País, pois é um dos itens que mais afetam negativamente o chamado custo Brasil.

No *ranking* da competitividade 2011/2012, elaborado pelo Fórum Econômico Mundial, o Brasil, no requisito básico de infraestrutura, perdeu mais duas posições e situa-se na 64^a posição em um universo de 142 países. Além disso, a capacidade de investimento do setor público nessa área está limitada pela necessidade de geração de superávit primário e pela elevada rigidez dos gastos públicos – 85% das despesas não financeiras da União têm caráter obrigatório. Somando os investimentos públicos e privados em infraestrutura, a taxa brasileira não atinge, nos últimos dez anos, sequer a 2% do PIB, nível bastante inferior aos quase 6% da Índia, dos 6,3% do Chile e dos 7,5% investidos pela China.

O resultado dessa baixa capacidade de investimentos que se verifica por décadas pode ser avaliado pelo tempo que perdemos nos aeroportos, pelas vidas que foram ceifadas em virtude da precariedade das estradas, pela convivência com caminhões em vias onde só deveriam trafegar veículos leves, pelo custo da demora no embarque nos portos, no custo para saúde pública de uma provisão adequada de saneamento básico e no sucateamento de nossa malha ferroviária.

Por isso, as iniciativas para viabilizar o aprimoramento dos mecanismos que podem contribuir para a diminuição desse custo são altamente louváveis. Nesse sentido, meu caro Senador Benedito de Lira, a Frente Mista em Defesa da Infraestrutura Nacional promoveu, em 4 de outubro, seminário intitulado *Propostas para Destraravar as PPPs e Concessões*, evento que contou com o apoio da Bolsa de Valores Bovespa, da Confederação Nacional da Indústria e do jornal *Valor Econômico*.

O seminário contou com a participação de representantes de diversas entidades como Associação Nacional de Transportes Públicos, Agência Nacional de Transportes Terrestres, Câmara Brasileira da Indústria da Construção, Associação Nacional de Empresas de Obras Rodoviárias, assim como de líderes empresariais, dirigentes públicos e parlamentares interessados no assunto.

Os resultados do seminário apontam para a urgente necessidade das PPPs e concessões serem apri-

moradas e consolidadas para atrair os investimentos indispensáveis ao aumento da oferta e da qualidade dos serviços de infraestrutura.

No governo do Presidente Fernando Henrique Cardoso, deu-se inegável impulso às concessões e agora a Presidente Dilma sinaliza para a adoção desse modelo no setor aeroportuário e de energia elétrica. Já no governo do Presidente Lula, foi sancionada a Lei 11.079 de 2004, que instituiu normas gerais para licitação e contratação de parceria público-privada (PPP) no âmbito da administração pública. São arranjos ainda subutilizados pelo País no fortalecimento da nossa infraestrutura.

Por exemplo, a parceria público-privada é um instrumento que poderia dar grande impulso aos investimentos com maior participação e com a participação fundamental do setor privado.

Um estudo elaborado pelo economista Gesner Oliveira, a pedido da Frente Parlamentar em Defesa da Infraestrutura Nacional, constatou que, no âmbito federal, existem apenas sete projetos em estudo e nenhuma – pasmem os senhores! – nenhuma parceria público-privada foi contratada no âmbito do Governo Federal. Já os Estados mostraram 17 parcerias público-privadas contratadas, com valor total de R\$7,4 bilhões e outras 21 parcerias em estudo.

Um bom indicador da eficiência desse instrumento de realização de obras públicas está na avaliação que recebem. De acordo com matéria do jornal *Valor Econômico*, de 18 de outubro último, em três das quatro PPPs estaduais mais antigas, os indicadores de desempenho têm sido cumpridos em 100%. Apenas na rodovia MG-050, a média do índice está um pouco abaixo: 96%.

A diferença é que, na parceria público-privada, a empresa é remunerada a partir de metas de desempenho. Certamente, a empresa contratada fará tudo o que estiver ao seu alcance para o cumprimento das metas. Esse é um ponto fundamental para a realização dos serviços ou obras.

Sr^a Presidente, Srs. e Sr^{as}s Senadoras, para destinar as PPPs e estimular uma maior participação da poupança privada nos investimentos em infraestrutura é fundamental: aumentar a segurança jurídica para reduzir os riscos desse tipo de operação; melhorar os marcos regulatórios; diminuir os custos de financiamento; estimular novos mecanismos para financiamento de longo prazo e aumentar a capacidade de formulação e execução dos órgãos públicos no nosso País, que foram desaparelhados ao longo do tempo.

Das várias ações necessárias constatadas por esse seminário, destaco duas que são fundamentais:

1) permitir que o Fundo Garantidor de Parcerias Público-Privadas preste garantias para Estados e Municípios;

2) permitir que os entes subnacionais possam contratar PPPs acima do limite de 3% da receita corrente líquida, desde que respeitadas as regras da Lei de Responsabilidade Fiscal;

Srs e Srs. Senadores, com este pronunciamento pretendo alertar para a subutilização desse instrumento valioso, quando sabemos que é premente a necessidade de aportar novos investimentos e, ao mesmo tempo, demonstrar nossa estranheza com a constatação de que esse instrumento não decolou no Brasil, não teve uma trajetória exitosa durante esse período, desde a data de sanção da lei que o instituiu.

Acredito que as parcerias público-privadas e as concessões seriam as formas mais eficientes e rápidas de se alavancarem os investimentos em infraestrutura, e o Brasil não pode perder mais essa oportunidade.

Quero, nesta parte final, pedir licença – e a tolerância da Presidente – para trazer um outro assunto neste pronunciamento, que diz respeito a algo que vem representando, no Brasil, uma verdadeira epidemia. Refiro-me à preocupação com acidentes de trânsito e, em especial, com motocicletas.

Segundo a Organização Mundial de Saúde, acidentes de trânsito estão, no mundo inteiro, entre as dez causas mais frequentes de morte. Nos países de renda média, como o Brasil, chega a ser a sétima causa mais frequente. No Brasil, segundo estatística do Datasus, quase 40 mil pessoas morreram em acidentes de trânsito relacionados ao setor de transporte. A quase totalidade em acidentes de trânsito, desses, 10 mil óbitos foram registrados em acidentes envolvendo motocicletas.

Se acrescentássemos a esses dados os números relativos aos feridos, Srª Presidente, o quadro seria ainda mais dramático. Não nos esqueçamos, Srs Senadoras e Srs. Senadores, de que as sequelas de um acidente de trânsito podem ser gravíssimas, de tal modo que não podem ser totalmente separadas das estatísticas de mortalidade na percepção da gravidade que representam esses acidentes.

Acidentes envolvendo motos, em particular, são especialmente graves mesmo quando não implicam em morte. Estudo recente do Hospital das Clínicas de São Paulo mostra, por exemplo, que seis meses depois do acidente, 82% dos motociclistas acidentados atendidos naquele hospital, ainda não tinham voltado a trabalhar nem retornado às atividades normais.

Muitos deles, de fato, por força das sequelas do acidente, dificilmente retomarão as mesmas atividades que realizavam anteriormente.

Em média, segundo esse mesmo estudo, os pacientes atendidos por acidentes de moto ficaram 18 dias internados, representando, cada um, um custo médio de R\$35.000,00 ao SUS. Diante dessa gravidade, há quem defende a ideia de que o problema deveria ser tratado com a mesma seriedade com que se enfrentam as epidemias.

Por tudo isso, Srª Presidente, quero aqui louvar a iniciativa do Governo do Estado de Pernambuco, que criou, este ano, um comitê estadual de prevenção de acidentes de moto, com objetivo de fazer frente a essa verdadeira epidemia. Pernambuco já é hoje o quinto Estado com maior número de acidentes de moto, que representam mais de 30% do total de acidentes de trânsito, uma média, portanto, que se situa acima da média nacional, que já é elevada, como referi.

Entre 2000 e 2010, as mortes por acidentes de moto cresceram mais de 250% no nosso Estado, parte desse aumento talvez possa ser explicada como efeito de um aperfeiçoamento do registro estatístico, mas ainda assim não deixa de ser um número impressionante.

Na próxima semana, esse Conselho vai realizar, em Recife, o I Fórum de Mobilização para Prevenção dos Acidentes de Moto. Esse encontro, Srª Presidente, será uma excelente ocasião para que se discuta a situação dos acidentes, bem como para que se analisem estratégicas e experiências bem sucedidas de enfrentamento do problema, postas em prática em outras Unidades da Federação.

Quero concluir parabenizando o Comitê, a quem saúdo na figura de seu coordenador, Antônio Carlos dos Santos Figueira, Secretário Estadual de Saúde, pela iniciativa de promover o fórum, que vai por foco ao enfrentamento dessa questão e muito contribuirá, tenho certeza, para que adotemos políticas públicas mais eficientes para lidar com esse problema.

O Sr. Wellington Dias (Bloco/PT – PI) – V. Exª me permite um aparte?

O SR. ARMANDO MONTEIRO (PTB – PE) – Quero conceder, com muita satisfação, o aparte ao nobre Senador Wellington Dias.

O Sr. Wellington Dias (Bloco/PT – PI) – Primeiro, eu quero aqui me congratular com V. Exª nessa saudação ao Governo de Pernambuco por essa iniciativa. É, sem nenhuma dúvida, um dos grandes desafios que nós temos. Agora mesmo, foi divulgado, pelo Ministro José Eduardo Cardozo, embora com alguns dados incompletos de alguns Estados, os indicadores de homicídios à bala, à faca, enfim, todas as formas de homicídios. Tivemos um leve decréscimo em relação ao ano anterior. É claro que é preciso checar a finalização dos dados, como ele mesmo lembra, para que tenhamos um mapa mais adequado. Totalizam ali mais

de vinte mil pessoas assassinadas no Brasil no ano de 2010, o que já é, por si só, um quadro de guerra. Veja, a gente tenta imaginar vinte mil corpos para termos uma noção do que estamos falando. Na área dos acidentes, é o dobro. O dobro. No meu Estado, também vejo a preocupação do Governador Wilson Martins – e já era a minha também, quando governador. Veja, nós temos, principalmente no Sertão, a troca do cavalo, do burro, do jumento, pela moto. Muitas vezes, pela facilidade, o cidadão chega a cavalo na loja de revenda e sai de lá numa moto. Então, para que eu quero chamar a atenção? Para a necessidade de se ter um olhar de como lidar, de um lado, com um transporte popular, um transporte de grande utilidade, principalmente para as pessoas de mais baixa renda, para a juventude, e, de outro, com as duas rodas, que é muito perigoso, muito perigoso. Então, se não tivermos uma mudança nisso... De um lado, penso assim. Apresentei aqui uma proposta de colocar o capacete como um acessório obrigatório. Muitas vezes, você vende uma moto, e não vende o capacete. Então, quando você comprar a moto, já compra junto o capacete, assim como, ao comprar um carro, ele já vem com pneu de suporte, com o macaco, com outras coisas junto. Quero me somar a V. Ex^a por essa ideia de ter um comitê, porque isso envolve realmente diversas áreas.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (PTB – PE) – Diversas áreas.

O Sr. Wellington Dias (Bloco/PT – PI) – Diversas áreas. Aliás, o Governo Federal, o Governo...

O SR. ARMANDO MONTEIRO (PTB – PE) – Estadual.

O Sr. Wellington Dias (Bloco/PT – PI) – ...Estadual e os Municípios. Quero dar o testemunho, para finalizar, de que os Municípios têm dificuldade, em muitos lugares, de cumprir o seu papel. A pressão local, a cultura, enfim, na hora em que começa a arrochar, como se diz ali, para fazer a coisa certa, começa a vir a pressão, e termina tendo problema. Então, creio que esta Casa – e a gente da mesma forma – precisa olhar para essa área com todo o carinho. Eu me somo a V. Ex^a para que a gente possa ajudar o Brasil a encontrar uma saída nessa área que, todos os anos, tira milhares de vidas em nosso País. Muito obrigado.

O SR. ARMANDO MONTEIRO (PTB – PE) – Agradeço o aparte do Nobre Senador Wellington, que enriquece o nosso pronunciamento. E queria também, meu caro Senador, destacar o efeito, o reflexo disso no sistema de saúde no Brasil. Ou seja, os acidentes, nessa área, envolvem tratamentos que são muito dispendiosos, como na área de traumatologia, por exemplo. Isso vem representando um impacto no orçamento da área de saúde no Brasil, um impacto muito significativo.

Então, neste momento em que discutimos no Brasil, sempre, o subfinanciamento do sistema de saúde, imagine V. Ex^a o que vem representando essa escalaada, esse crescimento impressionante dos acidentes em decorrência do extraordinário aumento da frota de motocicletas neste País.

Penso que esse é um assunto que, pela sua gravidade, merece a atenção desta Casa e, sobretudo, reclama a necessidade da adoção de políticas públicas, articuladas nos diversos níveis, como V. Ex^a aqui bem lembrou. E, sobretudo, com um sentido de urgência que, a meu ver, esse assunto requer.

Era esse o pronunciamento.

Agradeço à Mesa pela tolerância.

Muito obrigado.

Durante o discurso do Sr. Armando Monteiro, o Sr. José Sarney, Presidente deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pela Sra. Marta Suplicy, 1^a Vice-Presidente.

A SR^a PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Obrigada, Senador Armando Monteiro.

Com a palavra o Senador Eduardo Braga, por cessão da Senadora Vanessa Grazziotin.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Sr^a Presidente, pela ordem.

A SR^a PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Só para esclarecimento: em seguida, o Senador Eduardo Amorim, pela Liderança do seu partido e, em seguida, a Senadora Ana Rita, por cessão do Senador Paulo Davim. Em seguida, o Senador Pedro Simon, por permuta com o Senador Paulo Bauer.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Sr^a Presidenta, quero agradecer à Senadora Vanessa Grazziotin, por ter permitido...

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Pela ordem, Sr^a Presidente. Se me permitir, pela ordem, só instante.

A SR^a PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Pois não, Senador Casildo.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Não interrompendo o nosso ilustre Senador Eduardo Braga, é que, como eu cheguei tarde, eu gostaria, se fosse possível, de consignar em ata, durante aquelas votações nominais, conforme a orientação da nossa Liderança, para que fosse feito isso.

A SR^a PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Pois não, Senador Casildo Maldaner. Será consignada em ata a sua presença.

O SR. CASILDO MALDANER (Bloco/PMDB – SC) – Muito obrigado.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM). Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.)

– Agradecendo à Presidência desta Casa e à Senadora Vanessa, cumprimentando o Senador Casildo Maldañer, que, com certeza, registra a sua posição por estar desempenhando papel importante em outra Comissão nesta Casa, eu gostaria, Sr^a Presidente, de destacar neste discurso de hoje algo que reputo memorável, que está acontecendo neste Senado da República, mais precisamente na Comissão de Meio Ambiente, Fiscalização e Controle, que é a votação, já em última instância em comissão de mérito, do Código Florestal, do Projeto de Lei da Câmara nº 30, de 2011, que trata do novo Código Florestal do Brasil.

Foi um trabalho extenso e extenuante, que exigiu de todos nós, em especial dos Relatores Luiz Henrique e Jorge Viana, que atuaram nas Comissões de Ciência e Tecnologia e de Agricultura, o primeiro, e na Comissão de Meio Ambiente, o segundo, uma grande capacidade de entendimento, muito trabalho, muito esforço hercúleo e, sobretudo, muita paciência.

Chegamos, finalmente, a um texto equilibrado, tanto que foi apoiado, nesta tarde, pela Comissão de Meio Ambiente, com apenas um voto contrário. Não houve, no processo de votação, nenhuma distinção entre ambientalistas e ruralistas. Todos os Senadores se sobrepuçaram às questões partidárias, políticas e ideológicas para se unirem em torno de um projeto que, com certeza, representará um novo marco para a floresta e o desenvolvimento sustentável para o Brasil.

Não vou, Sr^a Presidenta, falar extensivamente sobre o projeto, até porque, em breve, começaremos a discuti-lo aqui no plenário desta Casa.

Ouço a Senadora Vanessa Grazziotin, que me concedeu a gentileza de poder usar a tribuna nesta tarde.

A Sr^a Vanessa Grazziotin (Bloco/PCdoB – AM)

– Imagine. Faço isso com muito gosto, Senador Eduardo. Mas eu não poderia deixar este plenário sem antes fazer um aparte a V. Ex^a e concordar com a linha de raciocínio que V. Ex^a inicia. Não há dúvida nenhuma de que, mantida uma série de vitórias já alcançadas pela Câmara dos Deputados, o Senado avançou muito no projeto. V. Ex^a lutou muito, e eu queria dar este testemunho, o que já fiz hoje na Comissão de Meio Ambiente. V. Ex^a lutou muito para que o projeto fosse também à Comissão de Ciência e Tecnologia, mostrando a necessidade de vermos a floresta e trabalharmos a floresta não apenas olhando o seu passivo, mas olhando aquilo que ela pode gerar de riqueza para a nossa Nação; valorizar a floresta em pé. E disso redundou um capítulo importante não só para a Amazônia, para o nosso Estado do Amazonas, mas para o Brasil inteiro. Então, cumprimento V. Ex^a, e já tive a oportunidade de cumprimentar os Relatores. Não te-

nho dúvida nenhuma de que o Senado disponibilizará, e a Câmara deverá repetir a votação, um grande instrumento para o Brasil, não só de preservação das florestas, mas também de possibilidade de uso, dentro de um sistema não só de legalidade, mas de segurança para os pequenos produtores, aqueles que vivem lá nas nossas várzeas, produzindo, e que, a partir de agora, estarão na legalidade plena, podendo continuar a sua produção. Então, cumprimento V. Ex^a, Senador. É um presente. É um dispositivo moderno, importante – e virão outras leis depois –, que o Senado e o Parlamento brasileiro disponibilizam para a sociedade. Parabéns a V. Ex^a, Senador.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM)

– Eu é que agradeço a V. Ex^a e aproveito para parabenizá-la também pela participação ao longo de todo este debate, de forma a poder possibilitar a construção de um futuro inteligente, não apenas legalizando aquilo que estava, efetivamente, na ilegalidade, mas abrindo novos caminhos para que nós possamos ter uma nova economia, a economia da biodiversidade, a economia sobre a floresta, a economia que possa gerar a oportunidade de inclusão de renda e de atividade econômica para milhares de brasileiros que vivem e guardam o nosso maior patrimônio que é a floresta amazônica.

Não posso furtar-me à oportunidade de, em nome da nossa Comissão de Ciência e Tecnologia, a qual tenho a honra de presidir, juntamente com os colegas Senadores e as colegas Senadoras. Destaco aqui a participação do Senador Walter Pinheiro, sempre presente na nossa Comissão de Ciência e Tecnologia, que hoje presidiu nossa Comissão, num momento importante sobre as emendas para o Orçamento, tendo em vista que eu estava debruçado, trabalhando no Código Florestal.

Quero, portanto, agradecer penhoradamente a todos os Senadores e Senadoras que contribuem na Comissão de Ciência e Tecnologia; agradecer ao Relator Luiz Henrique pelo esforço de negociação que ele empreendeu durante muitos dias e indormidas noites, em busca incessante do entendimento.

Quero parabenizar os Presidentes das Comissões de Meio Ambiente e de Agricultura, os quais desempenharam, durante todo o processo de tramitação do PLC 30, em suas respectivas Comissões, um competente trabalho de condução das discussões, oferecendo a todos os Senadores a oportunidade de expor suas ideias e apresentar suas sugestões. Refiro-me ao Senador Acir Gurgacz e ao Senador Rodrigo Rollemberg, o qual, amanhã, inclusive, ainda presidirá a reunião que tratará dos destaques sobre a matéria.

Como mencionei, chegamos, ao final, ao equilíbrio entre a necessidade de manter a floresta em pé, pois

ela é essencial à nossa vida e à nossa economia, e a produção agropecuária, agrícola, também importante para nossa sobrevivência.

Quero louvar o trabalho do Relator Jorge Viana, cuja capacidade de articulação ficou amplamente demonstrada nos últimos dias. Seu trabalho em íntima colaboração com o Senador Luiz Henrique foi uma rara demonstração de como o Senado pode atuar, convergindo para as soluções que melhor consultem ao interesse coletivo.

De fato, Sr^a Presidente, com o relatório do Senador Jorge Viana, avançamos em vários temas de grande importância para o meio ambiente.

Desejo, em especial, referir-me à questão dos incentivos econômicos e financeiros destinados a estimular as populações rurais a conservar e preservar os recursos naturais, recebendo pelos serviços ambientais.

A matéria foi objeto de várias emendas de nossa autoria apresentadas ao PLC nº 30, quando ainda estava sob avaliação das Comissões de Ciência e Tecnologia e de Agricultura. O Relator Luiz Henrique acolheu várias delas e o assunto foi crescendo dentro do projeto, à proporção que as autoridades e os especialistas ouvidos durante as diversas audiências públicas promovidas pelas comissões temáticas avaliavam como extremamente importante definir regras que estimulassem os agricultores em geral e os guardiões da floresta, em particular, a defender nossas florestas. Na reta final do projeto, os incentivos financeiros assumiram papel de destaque, tendo sido selecionados entre os oito princípios básicos que nortearão a política florestal em nosso País daqui por diante.

Partimos de nossa própria experiência, quando, no exercício do mandato de Governador do Amazonas durante quase oito anos, planejamos e executamos o projeto Bolsa Floresta, pioneiro no pagamento de serviços ambientais às famílias que vivem em áreas florestais da Amazônia e que se comprometem com a redução do desmatamento. Pela primeira vez, a população do Amazonas profundo – os caboclos, os guardiões da floresta, os índios – passou a receber uma recompensa direta por estarem conservando a natureza. O projeto é parte de uma estratégia pioneira mundialmente e, entre nós, já produziu seu primeiro filho dileto: o Bolsa Verde, recentemente instituído pelo Governo Federal com o mesmo propósito, dessa feita, nas unidades de conservação do Governo Federal. Para mim, é motivo de justo orgulho constatar que a semente plantada no Amazonas em 2003 nasceu e floresceu em forma da introdução dos incentivos financeiros e dos serviços ambientais como elementos essenciais da nova política de florestas em nosso País.

Quero destacar, também, entre as disposições do PLC 30 que aprovamos esta tarde na Comissão de Meio Ambiente, a preocupação em preservar as práticas agrícolas das populações tradicionais da floresta e das comunidades indígenas. É muito importante destacar, Sr^a Presidente, a sensibilidade do Relator Jorge Viana, hoje acatando duas emendas de nossa autoria, que possibilitaram tirar da ilegalidade os caboclos, as caboclas, os índios que tratam a agricultura de subsistência tradicional, com culturas milenares na Amazônia, que estavam, mais uma vez, sendo esquecidos e colocados em ilegalidade.

Ouço S. Ex^a, Senador.

O Sr. Wellington Dias (Bloco/PT – PI) – Meu querido Eduardo Braga, quero dizer que é com muita satisfação...

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM) – Tuxau.

O Sr. Wellington Dias (Bloco/PT – PI) – Falou em índio, eu me inscrevi. É com muita satisfação que eu também quero aqui parabenizar todo esse importante trabalho feito por V. Ex^a, pelo Presidente Acir, pelos relatores Jorge Viana, Rodrigo Rollemberg e Luiz Henrique. Acompanhei, e, pela Liderança do Partido dos Trabalhadores, estivemos em vários momentos nesse diálogo, com uma proposta, uma posição que parecia inencontrável, usando aqui um termo já muito falado no passado no nosso País. Parabenizo, porque eu acho que, quanto mais tarde fizéssemos um projeto como esse, mais difícil seria e talvez mais prejuízos teríamos. Acho que a imagem do Brasil tem, novamente, as condições de respeito do mundo por uma política adequada que olha para os pequenos agricultores, para os povos da floresta, para os índios, especialmente, e que trata cada uma das áreas do Brasil com as suas especificidades. Então, eu quero aqui louvar a aprovação. Ou seja, isso permite o crescimento do Brasil, mas com responsabilidade. E, nesse ponto, como brasileiro, tenho muito orgulho da posição aqui aprovada e encabeçada por V. Ex^a. Parabéns.

O SR. EDUARDO BRAGA (Bloco/PMDB – AM)

– Eu é que agradeço a V. Ex^a. E V. Ex^a, quando Governador do Piauí, foi um grande aliado e um grande entusiasta na preparação do Governo brasileiro para a COP15, em Copenhague, que possibilitou ao Presidente Lula e à Presidenta Dilma – àquela altura Ministra-Chefa da Casa Civil – mudarem a posição brasileira, na sua diplomacia, para assumir um papel de protagonista e de líder mundial no desenvolvimento sustentável e no respeito às florestas em pé.

Como eu dizia, Sr^a Presidente, a Comissão do Meio Ambiente teve a preocupação em preservar as práticas agrícolas das populações tradicionais da flo-

resta e das comunidades indígenas. Só no Estado do Amazonas existe mais de um milhão de pequenos agricultores que produzem o mínimo suficiente para alimentar suas famílias.

Suas pequenas roças, onde praticam uma agricultura de subsistência, foram ressalvadas das justas restrições estabelecidas pelo projeto ao uso da queimada como prática agrícola extensiva.

Esperamos vencer, no menor espaço de tempo possível, a discussão e a votação do projeto do Código Florestal no plenário desta Casa, para que ele possa ser enviado, com a mesma rapidez, à consideração dos Srs. Deputados na Câmara dos Deputados.

Os Parlamentares daquela Casa do Congresso Nacional realizaram, como sempre, um bom trabalho, produzindo um texto que, em sua maior parte, foi mantido pelo Senado, inclusive nas questões mais cruciais, objeto de embates entre ambientalistas e líderes do agronegócio.

Temos convicção de que, atuando agora como Casa revisora, a Câmara dos Deputados estará à altura da expectativa da população brasileira em torno desta relevante matéria. Certamente, produzirá um texto equilibrado e justo, capaz de atender ao objetivo geral de conciliar a conservação e a preservação dos nossos recursos naturais e das nossas florestas, com a tarefa primordial de produzir para alimentar a população brasileira e os mercados mundiais.

Amanhã, Srª Presidenta, teremos a última votação na Comissão de Meio Ambiente, que é exatamente dos destaques que ficaram para ser votados amanhã pela manhã.

Tenho a esperança de que amanhã concluiremos esse embate na Comissão de Meio Ambiente, para que nós possamos, já na semana que vem, no plenário desta Casa, iniciar a discussão e votação deste histórico e importante projeto de lei que trata de um futuro inteligente para a Nação brasileira, o novo Código Florestal.

Muito obrigado, Srª Presidente.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Presidente, pela ordem.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Pois não, Senador Wellington.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI) – Presidente, só para fazer aqui um registro de alguma forma triste.

Esta semana, lá no Piauí, registramos a perda da Srª Socorro Claudino, que é a mãe do nosso colega Senador João Vicente Claudino, que veio a falecer. É uma pessoa muito querida lá no Estado, esposa do empresário João Claudino, que é suplente do nosso querido Senador Ciro Nogueira.

Então, eu queria fazer um requerimento de pesar, em nome da Casa, que pudesse ser direcionado à família, fazendo esse registro.

E, por último, registrar com muita satisfação – está presente a nossa Deputada Cida, que nos alegra com a sua presença – a criação da Frente Parlamentar de Apoio aos Povos Indígenas. E dou como lido um texto em que faço este registro e me incorpo a esse trabalho.

Muito obrigado.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Obrigada, Senador Wellington Dias.

A Mesa se solidariza na mensagem de pesar ao Senador João Claudino.

Com a palavra o Senador Eduardo Amorim, pela liderança de seu Partido.

O SR. EDUARDO AMORIM (Bloco/PSC – SE. Pela Liderança. Sem revisão do orador.) – Srª Presidente, Srªs e Srs. Senadores, em junho deste ano, tivemos o XI Congresso de Medicina de Família e, no próximo dia 30, na próxima semana, teremos aqui em Brasília a abertura da XIV Conferência Nacional de Saúde.

E este é um momento mais do que oportuno para falar de um tema de extrema importância para o setor, qual seja, investimento em recursos humanos, valorização e incentivo à formação de médicos, enfermeiros, profissionais da saúde, especialistas que atuam nos programas de Medicina de Família e Comunidade.

Devemos lembrar que a Medicina de Família é mais individualizada, o cuidado é longitudinal, o médico e a equipe não apenas conhecem o paciente, mas, mais do que isso, estabelecem vínculos, enxergam as complexidades relacionadas com a família e com a comunidade. E, por isso mesmo, os desafios são muitos. Desafios que passam pela valorização da atenção primária à saúde como estratégia de melhoria do nosso Sistema Único de Saúde (SUS), uma vez que investimentos nessa área podem representar economia nas áreas de média e de alta complexidade.

Além de ser iminente a formação de recursos humanos capacitados para trabalhar na Atenção Primária à Saúde, aliando o domínio técnico-científico à formação em gerência e gestão, mudanças significativas na política de remuneração desses profissionais precisam ser implementadas com a máxima urgência, valorizando as categorias e, dessa maneira, fixando o médico, por exemplo, nessa que é a principal etapa do atendimento à população.

Srªs Senadoras, Srs. Senadores, Sr. Presidente, é difícil imaginar um SUS sem a dedicação exclusiva de todos os profissionais da saúde. Para que isso aconteça, faz-se necessário a criação de um plano de

carreira, cargos e salários que garanta a estabilidade e acessão profissional das categorias envolvidas.

Todos os profissionais precisam, acima de tudo, e merecem bater no peito com orgulho e dizer: eu sou, sim, profissional do SUS, independentemente da remuneração.

Mas, para que isso aconteça, faz-se necessário que alguns pontos sejam revistos, tais como: a fragilidade nas políticas de recursos humanos praticadas com distorções em relação à remuneração, à carga horária extensiva e, sobretudo, à sobrecarga excessiva de trabalho.

Esses pontos foram sinalizados em um trabalho científico intitulado “Fatores Críticos para a Fixação do Médico na Atenção Primária no Brasil”, apresentado durante o XI Congresso Brasileiro de Medicina de Família e Comunidade.

Esses profissionais, assim como os professores de escolas públicas, merecem ter um plano de carreira, cargos e salários que os possibilite ter dedicação exclusiva, assim como é na maioria das carreiras jurídicas.

As profissões ligadas à saúde, de fato, não são carreiras típicas de Estado. Contudo esses profissionais exercem uma atividade essencial ao Estado, primordialmente os que compõem os quadros do SUS.

A nossa Constituição Federal, em seu art. 196, assegura que “a saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação.”

Logo, para que o Princípio Constitucional da Saúde seja realmente cumprido, precisamos de verbas para realização de programas - sim, claro que precisamos -, mas de nada adianta termos os programas tecnicamente mais bem pensados e elaborados, se não tivermos o material humano, bem treinado, qualificado e bem remunerado para implantá-lo.

A complexidade do SUS é indiscutível pela sua grandeza e abrangência. São indiscutíveis os avanços que temos tido desde a sua implantação, mas indiscutível, também, é a necessidade de darmos atenção às reivindicações dos médicos, enfermeiros e profissionais da saúde, por melhores condições de desenvolverem seu trabalho e por um plano de carreira, cargos e salários que garantam estabilidade e dedicação exclusiva.

Há uma frase de Hipócrates, na qual ele menciona que a cura está ligada ao tempo e, às vezes, também às circunstâncias. No caso, a cura para o nosso SUS, a meu ver, passa por quatro questões: primeiro, a necessidade premente e urgente de mais investimento; segundo, pela regulamentação da Emenda nº 29, que

garantirá qualidade com os gastos com saúde, ou seja, dizendo o que é gasto e o que não é gasto com saúde, evitando os ralos e que os maus gestores não gastem os poucos recursos da saúde com aquilo que, verdadeiramente, não é saúde; terceiro, uma política eficaz e justa de recursos humanos; e, por fim, Srª Presidente, que haja transparência em todas as ações. Que cada cidadão, em qualquer canto deste País, saiba verdadeiramente qual a sua responsabilidade e qual a sua missão, de cada ente federado, seja da União, seja do Estado, seja do Município, seja do Distrito Federal, perante o nosso SUS.

Por fim, queria parabenizar todos os profissionais e alunos do Colégio Estadual Murilo Braga, no qual estudei com muito orgulho, colégio responsável pela minha formação acadêmica, fruto do Projeto de Lei nº 106/49, de 21 de novembro de 1949, há 62 anos. Fazia parte da política nacional de expansão de ensino. O objetivo era construir escolas normais rurais nas cidades de Itabaiana e Lagarto. Grande importância nesse processo teve o professor Acrísio Cruz, na época Diretor Geral de Ensino. Quando surgiu, o atual Murilo Braga era uma escola normal rural.

O Murilo Braga tornou-se o principal estabelecimento de ensino do interior sergipano, portanto, da cidade de Itabaiana, onde nasci e onde ocorreu a criação do curso científico e a abertura de cursos noturnos, por força do Decreto-Lei nº 16, de 15 de maio de 1969.

Queria homenagear todos os profissionais que lá estão e por lá passaram, em nome da Professora Maria Zizi, que deixou muitos ensinamentos e, com certeza, continua ensinando muitos que por lá passam.

Muito obrigado, Srª Presidente.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Obrigada, Senador Eduardo Amorim.

Com a palavra a Senadora Ana Rita, por cessão do Senador Paulo Davim.

A SRª ANA RITA (Bloco/PT – ES. Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão da oradora.) – Srª Presidenta, prezadas Senadoras e Senadores, represento, aqui no Senado, um dos menores Estados da Federação, o Espírito Santo.

Estou convencida de que, em que pese às nossas diferenças de ideais e concepções, somos um País com 27 Estados irmãos. Nessa situação, não seria exagero dizer que podemos ser considerados uma espécie de enorme família.

É de se esperar que, nessas condições, os maiores não se sobreponham aos menores e que a maioria não prejudique um de seus irmãos menores.

Espera-se, em que pese aos interesses particulares de cada Estado, que cada um se preocupe também com as condições e o bem-estar de todos os

outros, que, em seu conjunto, formam o que chamamos de Brasil.

Sempre que falamos sobre os principais atributos de nosso País, exaltamos suas dimensões continentais, sua natureza rica e diversificada, sua diversidade cultural, particularidades produtivas e a capacidade que tivemos de construir uma Nação única, com as mais variadas características.

Se, por um lado, essas são características extremamente positivas, por outro, essas mesmas características, aliadas a fatores históricos, produziram enormes desigualdades regionais.

Frequentemente, para combater essas desigualdades, utilizamos instrumentos de incentivo de forma a diminuir o desequilíbrio entre os Estados e as regiões.

Não falo aqui, Srª Presidenta, de guerra fiscal, mas de instrumentos como a Zona Franca de Manaus, Sudene, Sudam e Sudeco, talvez os mais conhecidos dos brasileiros.

São instrumentos legítimos que, em que pese a todos os seus problemas, foram importantes para o desenvolvimento das respectivas regiões. São instrumentos válidos e que demonstram uma concepção de nação onde os que podem mais se preocupam com os que podem menos. Trata-se de um raciocínio fundamental para a construção da noção de um país.

Porém, o que tem sido feito com o meu Estado vai em sentido contrário a toda essa concepção.

Apesar de estar situado na Região Sudeste, Região com o maior peso econômico do nosso País, o Estado do Espírito Santo possui características semelhantes aos Estados mais pobres da federação.

Nossos indicadores sociais, fartamente publicados pela imprensa, mais especificamente nas áreas de educação, conforme demonstrado nos últimos resultados do Enem, e da segurança pública, demonstram as nossas dificuldades e necessidades de investimentos urgentes para resgatarmos uma dívida social histórica.

Recentemente esta Casa tomou uma decisão que impôs enormes prejuízos ao nosso Estado com a drástica diminuição de sua participação na distribuição dos *royalties* do petróleo oriundos da exploração do pré-sal. São perdas significativas de algo que já tínhamos e que consideramos nosso direito. São perdas que, se confirmadas, terão efeitos diretos sobre os investimentos do Estado e dos Municípios e na qualidade de vida da população capixaba.

Pois bem, como se já não bastasse esse quadro extremamente preocupante, o Projeto de Resolução do Senado nº 72, apresentado pelo Senador Romero Jucá, do PMDB de Roraima, no ano passado, ameaça a existência do Fundo de Desenvolvimento das Atividades Portuárias, conhecido como Fundap, que tem

sido um importante instrumento de desenvolvimento regional de nosso Estado.

Hoje, as receitas desse Fundo representam de 30% a 35% de todas as receitas de ICMS dos nossos Municípios. Estamos falando, Srs. Senadores, de uma receita estimada, somente para 2011, de cerca de R\$600 milhões para os Municípios e de cerca de R\$350 milhões para o Estado, o que representa algo próximo de 50% dos investimentos previstos para este ano.

A subtração desses recursos significará perda da capacidade de investimento e mesmo de custeio da imensa maioria dos Municípios capixabas. Se consumado, trata-se de um golpe inaceitável e incompreensível, por parte desta Casa, sobre um de seus entes federados.

Não consigo aceitar que esta Casa, Senador Benedito, seja responsável pela destruição de um de seus entes federados! É isso que vai acontecer. Não consigo aceitar, Srs. Senadores, que os outros Estados simplesmente ignorem essa situação!

O Fundap foi criado em 1970, através da Lei nº 2.508, de 22 de maio de 1970, e regulamentado pelo Decreto nº 163-N de 15 de maio de 1971. Tem, portanto, 40 anos de existência.

Dados do Governo do Estado indicam que 300 empresas estão cadastradas e que cerca de 45 mil empregos podem ser perdidos.

O Espírito Santo tem uma economia baseada no comércio internacional e não tem o perfil de um Estado consumidor pelo seu reduzido mercado interno. Será, devido a essas características, fortemente atingido pelas alterações propostas no projeto de resolução do Senador Romero Jucá, do PMDB.

Registro que sou a favor de uma reforma tributária que enfrente as desigualdades regionais e sociais historicamente existentes no País. Concordamos, inclusive, que o próprio Fundap é um mecanismo que deve ser repensado. Porém, é necessário que isso seja feito de forma responsável. É necessário que, caso sua extinção seja inevitável, seja feita de forma gradual e contenha mecanismos de compensação, permitindo ao nosso Estado construir alternativas concretas.

Não é razoável querer que o Estado recupere, de imediato e de forma abrupta, uma situação gerada por décadas.

Ignorar essa situação e essas condições é simplesmente condenar o Estado do Espírito Santo e seus Municípios, mas principalmente sua população à ruína econômica e social.

Hoje várias lideranças e prefeitos do PT do meu Estado, inclusive o Vice-Governador Givaldo Vieira, estiveram aqui no Congresso Nacional, justamente

para sensibilizar os Parlamentares da importância e relevância dessa luta para o Espírito Santo.

Faço meus os esforços desses companheiros. Nego-me a acreditar que esta Casa se proponha a destruir um de seus próprios irmãos, que é o Estado do Espírito Santo!

Apelo a todas as Senadoras e a todos os Senadores, em especial ao Senador Romero Jucá, do PMDB, para que dialoguem com o nosso Estado, que ouçam os capixabas e que tenham a sensibilidade de evitar a destruição do Espírito Santo.

Quero aqui aproveitar a oportunidade, Srs. Senadores, para fazer a leitura do manifesto dos prefeitos do Espírito Santo que foi entregue hoje às lideranças políticas, tanto da Câmara dos Deputados quanto do Senado e também do nosso Governo da Presidenta Dilma.

O texto diz o seguinte:

“Fundap e o fim do Espírito Santo

Todos os prefeitos do Estado do Espírito Santo, com apoio dos Senadores e Deputados Federais vêm por meio desta, manifestar nossa preocupação com o futuro do espírito santo e o que tange aos nossos Municípios.

Após analisar, calcular e mensurar as consequências avassaladoras na economia que atinge a sustentação básica das instituições públicas, observamos que: a sustentabilidade e o desenvolvimento local estão ruindo, atingindo áreas fundamentais como, por exemplo, saúde, educação, infraestrutura, dentre outras de importância para assistência à população, ficando como única alternativa entregarmos as chaves do Poder Público municipal a Excelentíssima Presidenta da República Federativa do Brasil e ao Congresso Nacional.

Resta-nos apenas fecharmos as portas administrativas e de gestão, transferindo as responsabilidades aos Governos estadual e Federal.

Historicamente, o Espírito Santo não obteve desenvolvimento em algumas fases por diversas causas. Nesse momento, diante do Congresso Nacional, Câmara dos Deputados e Presidência da República, juntos: Prefeitos, Deputados e Senadores, aqui reunidos com o testemunho do povo brasileiro e do Espírito Santo, bem como de todas as instituições e organizações, declaramos que estamos à beira de um abismo que nos conduz para o caos, com a conduta de ser votado em caráter de urgência o fim do Fundap, que se faz presente há mais de 40 anos na economia capixaba.

É hora de não aprovar em regime de urgência para votação do projeto de resolução do Senado Federal que trata do ICMS da importação e ter a oportunidade de discutir, debater os pontos principais que tragam benefícios ao Brasil e ao Espírito Santo.

Esta ação de votação em regime de urgência traz à tona uma batalha e uma luta que por fim culmina em desastres sem benefícios; pois prejudica o Espírito Santo, mata seus Municípios e não ajuda em nada o Brasil.

Nós que representamos a força democrática do Espírito Santo, Governador e Vice-Governador do Estado, Senadores da República, Deputados Federais, Deputados Estaduais, Prefeitos e Vereadores, junto com as instituições e a palavra do povo espírito-santense, pedimos que não seja votado em regime de urgência, bem como que seja debatido e que o resultado atinja os objetivos do País e o desenvolvimento sustentável do Espírito Santo.”

Assinam esse documento uma Comissão Representativa dos Municípios: o Prefeito João Carlos Coser, Prefeito de Vitória e Presidente da Frente Nacional de Prefeitos; o Prefeito Gilson Antônio de Sales Amaro, Prefeito de Santa Tereza e Presidente da Amunes; o Prefeito Antônio Wilson Fiorot, Prefeito de Pedro Canário e Presidente da Comissão Representativa.

Era isso, Srª Presidenta, que eu tinha para dizer. E eu gostaria de contar aqui com todo o apoio e com toda a sensibilidade dos nossos colegas Senadores e Senadoras desta Casa.

Muito obrigada.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Obrigada, Senadora Ana Rita, e parabéns pelo veemente discurso.

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Pela ordem, Srª Presidente, por gentileza.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Pois não,

Senador Cassol.

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Eu quero aqui, na votação nominal do Projeto de Lei da Câmara nº 79, que criou a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares, dizer que eu não pude estar presente, porque estava numa audiência pública com o Ministro Padilha, da Saúde.

Quero confirmar meu voto favorável à criação.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Será consignado em Ata, Senador Cassol.

O SR. IVO CASSOL (Bloco/PP – RO) – Obrigado.

A SR^a PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Com a palavra o Senador Geovani Borges, que falará pela liderança do seu partido, o PMDB.

O Senador Benedito usará da palavra? (Pausa). Então, será o último inscrito.

Por favor, Senador, um momento, que preciso pôr em votação.

O SR. GEOVANI BORGES (Bloco/PMDB – AP)

– Pois não.

A SR^a PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Em votação o **Requerimento nº 1.423, de 2011**, do Senador Lobão Filho, que solicita autorização para desempenhar missão oficial no exterior, como representante da Comissão Mista de Mudanças Climáticas no Congresso Nacional na 17^a Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudanças do Clima, no período de 28 de novembro a 9 de dezembro, em Durban, África do Sul.

A SR^a PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – As Sr^{as} e os Srs. Senadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa).

Aprovado.

Será cumprida a deliberação do Plenário.

Pois não, Senador.

O SR. GEOVANI BORGES (Bloco/PMDB – AP)

Pronuncia o seguinte discurso. Sem revisão do orador.)

– Sr^a Presidenta, Senadora Marta Suplicy, Senhores, Sr^{as} Senadoras, de forma acertada, talvez até para conter os impulsos do sentimento, apregoa-se que decisão judicial não se questiona, se cumpre.

Já em outra ocasião, registrei aqui desta tribuna, em meu nome, em nome do meu irmão, o titular deste mandato, Senador Gilvam Borges, as minhas despedidas e minhas palavras de gratidão, sobretudo a quem entendeu nossa luta pessoal e, com ela, solidarizou-se.

Nossa fala não é diferente de outras personagens dessa confusa história onde a vontade e o anseio popular pela instituição da Ficha Limpa foi sobreposta pelo entendimento de um grupo de Ministros que, em nome do Supremo Tribunal Federal, deitou o martelo impondo novos e diferentes rumos daqueles que a sociedade aclamou com tanto empenho.

Parece-me que naquele momento pisaram na semente plantada, por mais de um milhão e seiscentos mil brasileiros. Mas é isso: decisão judicial se cumpre, não se questiona; no máximo, se a causa for justa e nobre, e for o propósito, insiste-se nas vias paralelas da Justiça, para tentar senão reverter o caso, mas fazer com que ele se torne emblema de um processo de transformação social.

E não poderia ser menos que isso. A Lei Ficha Limpa foi aprovada graças à mobilização de milhões de brasileiros e se tornou marco fundamental para a

democracia e a luta contra a corrupção e a impunidade no País.

Ainda que contrário seja o pensamento de parte da Corte Suprema deste País, trata-se de uma conquista de todos os brasileiros e as brasileiras. E muitas vozes se levantaram, muitas bandeiras se agitaram, muitos protestos se ergueram para garantir que a vontade popular se refletisse já nas eleições de 2010 e nas próximas eleições.

Voto vencido. Sonho adiado.

Vamos para frente!

As demandas do nosso querido Amapá nos esperam e continuarão tendo estes dois soldados no front de batalha: eu e o grande guerreiro das sandálias, o Senador Gilvam Borges.

As medalhas do Senador Gilvam Borges são os votos recebidos. As condecorações são as manifestações intensas de carinho, de apoio, de torcida para que ele, mesmo sem mandato, continue fazendo o que vem fazendo ao longo de toda a sua vida: lutar pelo nosso querido Amapá.

Como eu disse em recente ocasião, levantamo-nos da cadeira, sem ter cometido um ilícito sequer e isso, se não nos garantiu a permanência nesta Casa, de certo nos credencia no coração das pessoas de bem do nosso Estado.

E como Deus, sabiamente, não permite que qualquer experiência deixe de imprimir no ser humano um aprendizado, eu levo comigo também os ensinamentos. Primeiro, o aprendizado da humildade para aceitar a sentença suprema e o sutil distanciamento que alguns colegas nos impõem. Segundo, o da hombridade, que nos motivou para, nesta reta final, continuar subindo a esta tribuna, comparecer às comissões, deixando o registro de nossas opiniões sobre os mais diversos temas, cumprindo, enfim, os ritos políticos que ainda exigiam a nossa presença.

Por fim, o da esperança, esperança de continuar servindo nosso povo nas instâncias que o destino nos determinar. Porque o nosso coração bate lá longe, lá nas terras tucujus, naquele extremo ainda tão desconhecido do Brasil. Amapá! Nossa terra amada, amazônica, que não se encolhe diante dos preconceitos das adversidades.

Ao nosso Presidente desta Casa, Senador José Sarney, e aos que mantiveram conosco a postura amiga, meu particular obrigado e os votos sinceros de que esta Casa siga cumprindo seu dever maior, seus compromissos federativos sem apequenar-se. Tenham cada uma das Sr^{as} Senadoras – aqui simbolizadas pela Senadora Marta Suplicy, que demonstrou uma dedicação, um carinho, uma disciplina, uma atuação exemplar para todo o Brasil. Tive a honra de conviver

esse tempo com V. Ex^a, que simboliza todas as Senadoras desta Casa – e dos Srs. Senadores, especialmente nesta reta final do ano, muitíssima vitalidade, arrojo, determinação para devolver ao Poder Legislativo o brilho encantador da aprovação popular.

Que tenham coragem, dentro de suas convicções pessoais e partidárias, de desfraldar suas bandeiras e lutar pelo que acreditam ser justo, lembrando que lá foram há uma imensa população atenta, vigilante e que já aprendeu a separar o joio do trigo e a identificar quando a opinião de um Parlamentar, mesmo discordante, tem um propósito de justiça e de compromisso social.

Que Deus abençoe os sonhos pessoas de cada Parlamentar aqui presente, de cada visitante e, sobre tudo, de todos os servidores desta Casa, que quero simbolizar aqui na figura da Dr^a Claudia Lyra, nossa Secretária da Mesa, sua equipe e de todo Senado Federal, verdadeiras locomotivas, que fazem tudo aqui funcionar.

Muito obrigado pela tolerância com minhas limitações. Muito obrigado pela oportunidade dessa convivência. E que a vontade imposta pelo Supremo Tribunal, por fim, não resulte tão prejudicial para um sonho adiado, um sonho adiado do povo brasileiro sobre a ficha limpa, o combate à corrupção.

Muito obrigado a Deus!

As minhas desculpas aos meus filhos, Rafael e Júnior, pelas minhas ausências. Muito obrigado a minha esposa Jucileide pela paciência, pela compreensão e pela tolerância. E um muito obrigado muito especial a dona Cícera, minha mãe, a telespectadora nº 1 desta Casa, principalmente quando o seu filho mais velho subiu a esta Casa.

Muito obrigado, Senador Gilvan Borges, pelo seu exemplo, pela sua determinação, pela sua coragem, e que já está na luta pelos interesses maiores do meu Estado.

Muito obrigado, Senadora Marta Suplicy, por esta oportunidade.

Quero fazer um agradecimento também especial ao Líder da bancada, que me proporcionou esta oportunidade de falar, inclusive, em nome da Liderança do meu partido, o PMDB.

A SR^a PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Obrigada, Senador Geovani Borges. Quero dizer que foi um grande prazer para nós todos, Senadores e Senadoras, conviver aqui com V. Ex^a.

Como V. Ex^a colocou, decisão da Justiça não se contesta, mas foi uma alegria poder compartilhar das suas ideias, dos seus discursos, de tantas mensagens carinhosas à senhora sua mãe, que, tenho certeza, acompanhou também com muito orgulho esse período em que V. Ex^a esteve aqui, assim como todos os seus eleitores.

Muito obrigada.

O SR. GEOVANI BORGES (Bloco/PMDB – AP)

– É uma mãe privilegiada. Dois filhos Senadores.

Muito obrigado.

A SR^a PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – É verdade. Não é pouca coisa.

Sobre a mesa, ofício que será lido.

É lido o seguinte:

Ofício nº 139/2011 — GLDBAG

Brasília, 22 de novembro de 2011

Senhor Presidente,

Nos termos regimentais, indico a Senadora **Vanessa Grazziotin** como membro suplente na Comissão de Educação, Cultura e Esporte, em substituição a Senadora **Gleisi Hoffmann**, em vaga do Bloco de Apoio ao Governo. – Senador **Humberto Costa**.

A SR^a PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – O ofício vai à publicação. Faça-se a substituição solicitada.

Sobre a mesa, ofício que será lido.

É lido o seguinte:

OFÍCIO N° S/60, DE 2011

Of. GB-PLA N° 137/2011

Brasília, 9 de novembro de 2011

Assunto: INFORMA ASSEMBLEIA ORDINÁRIA DO PARLATINO/ NÓ/ PANAMA, SOLICITA CUSTEJO DAS DIÁRIAS E PASSAGENS E SUGERE O NOME DO SENADOR INÁCIO ARRUDA PARA COMPOR A DELEGAÇÃO BRASIELRIA.

Senhor Presidente,

Na qualidade de Presidente do Grupo Brasileiro do Parlamento Latino-Americano, dirijo-me a Vossa Excelência para informar que a XXVII Assembléia Ordinária do Parlamento Latino-Americano se realizará no dia 2 de dezembro próximo, na Sede do Parlatino, na Cidade do Panamá-Panamá, bem como informar que durante os dias 28 de Novembro a 1 de Dezembro do presente ano, no Marco da XXVII Assembléia Ordinária, se realizarão as seguintes reuniões de Comissões:

- Reunião da Comissão de Educação, Cultura, Ciência, Tecnologia e Comunicação;
- Reunião da Comissão de Saúde;
- Reunião da Comissão de Direitos Humanos, Justiça e Políticas Carcerárias. (no dia 28 se reúne as Subcomissões de denúncias e Políticas Carcerárias).
- Reunião Conjunta da Comissão de Serviços Públicos, Defesa do Usuário e do Consumidor e a Comissão de Meio Ambiente e Turismo,
- Reunião Extraordinária da Comissão de Segurança Cidadã, Combate e Prevenção ao Narcotráfico, ao Terrorismo e ao Crime Organizado.

Informo que como Presidente do Grupo Brasileiro e Vice-Presidente do Parlamento Latino-Americano pelo Brasil fui convocado para participar da Assembléia e da Reunião da Junta Diretiva, as quais anexas à presente, solicito a Vossa Excelência a viabilização de minha presença nas Reuniões.

Na oportunidade, permita-me sugerir, além da minha participação, o nome do Senador Inácio Arruda que também é membro do Grupo Brasileiro do Parlatino e já confirmou interesse em integrar a delegação e conta com longa tradição de trabalho dentro desse Grupo:

Informo, ademais, que a Presidência poderá designar outros Parlamentares membros do Grupo Brasileiro ou com conhecimento do trabalho que o Parlatino vem desenvolvendo.

A título de conhecimento, o Grupo Brasileiro do Parlatino ainda não assinou o convênio com o Senado Federal, e esse convênio é que permite a liberação da verba de subvenção para o Grupo Brasileiro do Parlamento Latino-Americano, o qual possibilita a presença de Parlamentares brasileiros nas reuniões do Parlatino, em tais circunstâncias para se viabilizar essa representação oficial e tendo em vista a importância de o Parlamento brasileiro fazer-se representar no evento, solicito-

Ihe que verifique a possibilidade de viabilizar o meu comparecimento bem como o comparecimento do Senador Inácio Arruda para compor a Delegação brasileira, custeados diretamente pelo Senado Federal.

Na espera de uma manifestação positiva de Vossa Excelência, despeço-me,

Atenciosamente,



Senador FLEXA RIBEIRO

Presidente do Grupo Brasileiro no Parlamento Latino-Americano
Vice-Presidente do Parlamento Latino-Americano, pelo Brasil



XXVII ASAMBLEA ORDINARIA DEL PARLAMENTO LATINOAMERICANO
Panamá, Viernes 2 de diciembre de 2011

AGENDA

- 1.- Informe de la Comisión de Poderes, verificación del Quórum y apertura de la sesión
- 2.- Informe del Presidente del Parlatino sobre las actividades de los Órganos de la Institución y distribución de informes de labores de los demás miembros de la Mesa Directiva.
- 3.- Informe del Secretario Ejecutivo sobre el proyecto de construcción del edificio de la Sede del organismo en Panamá.
- 4.- Ratificación del Informe sobre ejecución presupuestaria aprobado por la Junta Directiva y aprobación del proyecto de presupuesto para el año 2012.
- 5.- La Crisis Económica Mundial: ¿Cómo debe afrontarla América Latina? ¿Qué efectos tiene, entre otros, sobre los migrantes de la región?

Conferencista por confirmar. Intervención de las delegaciones.

- 6.- Los Objetivos de Desarrollo del Milenio y sus metas: ¿Los cumplirá América Latina hasta el 2015?

Conferencista de la ONU por confirmar. Intervención de las delegaciones.

- 7- Propuestas formuladas por la Junta Directiva para decisión de la Asamblea. Aprobación de Resoluciones.

- 8.- Proposiciones y varios

*Secretaria Ejecutiva
Parlamento Latinoamericano*

Ciudad de Panamá, 10 de octubre de 2011

Senador

Flexa Ribeiro

Presidente del Grupo Brasileño del Parlatino

Vicepresidente del Parlamento Latinoamericano

BRASIL

De mi mayor consideración:

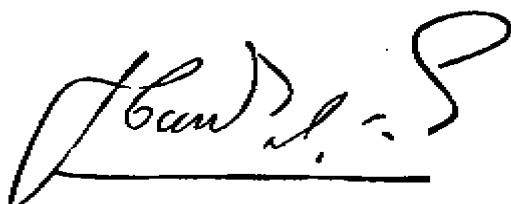
Tengo el agrado de dirigirme a usted, por instrucciones del Presidente del Parlamento Latinoamericano, Diputado Elías Castillo y de la Secretaria General, Senadora María de los Ángeles Moreno, a fin de convocarlo a la reunión de Junta Directiva que tendrá lugar en Panamá, República de Panamá, el jueves 1 de diciembre del corriente año, a partir de las 15h00.

En breve le haremos llegar el proyecto de agenda y de programa, así como otras informaciones de utilidad.

Ese mismo día, en la mañana, se reunirán las directivas de las Comisiones Permanentes. Al día siguiente, viernes 2 de diciembre, se llevará a cabo la XXVII Asamblea Ordinaria del Parlamento Latinoamericano, para lo cual también se le convoca.

A la espera de su confirmación, aprovecho la ocasión para reiterarle las seguridades de mi mayor consideración y estima personal.

Atentamente,



HUMBERTO PELAEZ GUTIERREZ
Secretario Ejecutivo Parlamento Latinoamericano

*Parlamento Latinoamericano
Secretaria de Comisiones*

Panamá, 11 de octubre de 2011.

**Señor Vicepresidente del
Parlamento Latinoamericano por Brasil
Senador FLEXA RIBEIRO
Su Despacho**

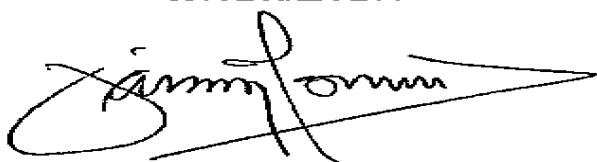
Tengo el agrado de dirigirme a Ud., en mi carácter de Secretaria de Comisiones del Parlamento Latinoamericano, a efectos de informarle que durante los días 28 de Noviembre al 1 de Diciembre del presente año, se realizarán en la ciudad Panamá, Panamá, las siguientes reuniones de Comisiones:

- Reunión de la Comisión de Educación, Cultura, Ciencia, Tecnología y Comunicación.
- Reunión de la Comisión de Salud.
- Reunión de la Comisión de Derechos Humanos, Justicia y Políticas Carcelarias. (El día 28 se reúnen las Subcomisiones de Denuncias y Políticas Carcelarias).
- Reunión de la Comisión de Servicios Públicos, Defensa del Usuario y el Consumidor.
- Reunión de la Comisión de Medio Ambiente y Turismo.
- Reunión de la Comisión de Seguridad Ciudadana, Combate, Prevención al Narcotráfico, Terrorismo y Crimen Organizado.

Las agendas correspondientes serán enviadas a la brevedad posible; así también las informaciones generales de índole operativa.

Sin otro particular a que hacer referencia, la saludo con mi mayor consideración y estima

Atentamente



**Diputada Daisy Tourné
Secretaria de Comisiones**

Sede Permanente Parlamento Latinoamericano
Av. Andrés Bello 1111, Panamá
Tel 507-5124522
Secom_norma@parlatino.org

A SR^a PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – O ofício que acaba de ser lido vai à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

Sobre a mesa, projetos de lei que serão lidos.

São lidos os seguintes:

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 697, DE 2011

Estabelece o fornecimento de ensino aos empregados pela empresa empregadora como hipótese de desconto no Imposto de Renda da Pessoa Jurídica, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei tem por objeto estabelecer o fornecimento de ensino aos empregados pela empresa empregadora como hipótese de desconto no Imposto de Renda da Pessoa Jurídica, vedando o cômputo da despesa como salário indireto, para todos os fins legais.

Art. 2º O valor gasto com o fornecimento de ensino aos empregados pela empresa empregadora, em qualquer área do conhecimento e em qualquer nível de escolaridade, pode ser descontado do valor a ser pago a título de Imposto de Renda da Pessoa Jurídica, na forma do regulamento.

Parágrafo único. É vedado o cômputo do gasto a que se refere o caput como salário para fins fiscais, trabalhistas e previdenciários.

Art. 3º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Chegou ao meu conhecimento que uma proposta que teve sua origem na Câmara, mas que infelizmente teve sua tramitação prejudicada, pela não reeleição do seu autor, o Deputado Federal, do meu partido, Marcelo Itagiba, que retrata uma situação da maior gravidade, por sua incoerência e falta de razoabilidade.

Trata-se da circunstância de que empresários que tomaram a iniciativa de fornecer cursos educacionais aos seus empregados estão sendo vitimados pelo próprio Estado, no sentido de que pagarão, coercitivamente, mais tributos por isso.

É que os fiscais da Previdência Social e do Trabalho consideram o caso como hipótese de pagamento de salário indireto, fazendo com que a iniciativa empresarial consista em motivo para cálculo retroativo do valor de contribuição ao INSS.

O cálculo tem gerado muitas e valores de contribuição a serem complementados, e, com isso, também o desestímulo daqueles que se prestam a fornecerem o benefício em prol de muitos que, de outra maneira, jamais terão a oportunidade de estudar.

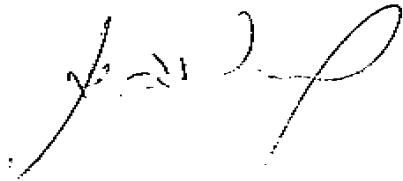
A postura absurda do Estado tem outra consequência. É que, considerado salário indireto, o fornecimento do serviço gera também disparidade salarial entre os empregados da empresa.

E nem se diga que se trata de investimento de interesse da própria empresa. Mesmo que o seja, ainda assim não se justifica abrir mão de algo que o mercado naturalmente desenvolveu em prol da função social do capital empresarial. Isso sem perder de vista a qualificação da própria empresa para a concorrência cada vez mais aberta a um mundo globalizado e desenvolvido.

Ao invés de invocar aumento da carga fiscal da empresa brasileira que desempenha a sua função social disponibilizando ensino aos seus empregados, a atitude deve ser incentivada para que possa se transformar em mais um veículo de acesso de nossa população à educação, razão pela qual espero seja a presente proposta apoiada pelos Pares.

O país tem hoje 14 milhões de pessoas acima de 15 anos de idade que não sabem ler nem escrever. Desse total, três milhões têm entre 15 e 40 anos. Os dados do Censo de 2010 divulgados pelo IBGE indicam ainda que a média de anos de estudos no país é de 7,2 anos, o que significa que os jovens não concluem sequer o ensino fundamental de nove anos de duração. O Brasil tem 16,7 % de jovens de 15 a 17 anos fora da escola.

Sala das Sessões, de de 2011.



Senador **AÉCIO NEVES**

(As Comissões de Assuntos Sociais e de Assuntos Econômicos, cabendo à última a decisão terminativa)

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 698, DE 2011

Dispõe sobre a transferência obrigatória de recursos do FUNPEN – Fundo Penitenciário Nacional – e do FNS – Fundo Nacional de Segurança Pública – para os Estados e o Distrito Federal.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º A transferência obrigatória de recursos do FUNPEN – Fundo Penitenciário Nacional – e do FNSP – Fundo Nacional de Segurança Pública – para os Estados e o Distrito Federal, observará as disposições desta Lei.

Art. 2º No mínimo 70% (setenta por cento) do montante total dos recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública – FNSP e do Fundo Penitenciário Nacional – FUNPEN, serão creditados automaticamente em favor dos entes federados, mensalmente.

§1º. O repasse de que trata o *caput*, no caso dos recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública – FNSP será realizado em quotas proporcionais à população e a extensão de cada Estado membro, incluído o Distrito Federal.

§2º No caso dos recursos do Fundo Penitenciário Nacional – FUNPEN, o repasse será realizado em quotas proporcionais à população carcerária de cada Estado membro, incluído o Distrito Federal.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICATIVA

A segurança pública, contextualizada de acordo com os princípios constitucionais que regem o Estado Democrático de Direito, deve estar calcada sob o estudo da criminalidade; a busca de uma política criminal eficaz; a propositura de políticas públicas que atendam às demandas sociais; e por fim, o respeito e valorização dos direitos e garantias fundamentais, reconhecendo-se no direito constitucional à segurança pública, um direito fundamental prestacional.

A insegurança afeta os princípios fundamentais que regem nosso Estado Democrático de Direito; fragilizam-no pela ineficácia de suas atividades públicas; agride o valor social do cidadão enquanto membro da comunidade politicamente organizada exatamente para a sua proteção.

Já passou da hora de o direito à segurança deixar de se restringir à literalidade da norma constitucional; deve romper com a abstração normativa e exigir a sua real aplicação no mundo dos fatos, enquanto direito e responsabilidade de todos, enquanto norma fundamental de eficácia e aplicabilidade plena e imediata.

O presente projeto de lei tem por escopo principal atingir a concretude prometida pela norma constitucional de 1988, mas que ainda não se realizou, garantindo que, do montante total dos recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública – FNSP e do Fundo Penitenciário Nacional – FUNPEN, no mínimo 70% (setenta por cento) de cada um deles sejam creditados automaticamente em favor dos entes federados, mensalmente.

O repasse dos recursos do Fundo Nacional de Segurança Pública – FNSP realizado em quotas proporcionais à população e a extensão de cada Estado membro; e o dos recursos do Fundo Penitenciário Nacional – FUNPEN, realizado em quotas proporcionais à população carcerária de cada Estado membro, incluído, em ambos os casos, o Distrito Federal.

Conforme o próprio Ministério da Justiça, gestor do FNSP, o *total de gastos realizados pelos governos estaduais em segurança pública subiu de R\$ 24 bilhões para R\$ 33,5 bilhões, de 2005 para 2008; os gastos por habitante, aumentou 36%, passando de R\$ 130,52 para R\$ 176,95 por habitante*¹. No entanto, todos os dados tabulados que consideram valores autorizados e efetivamente executados, mostram uma triste realidade: a criminalidade avança ao mesmo tempo em que os investimentos em Segurança Pública com recursos do FNSP se retraem.

De outro lado, em razão dos altos custos de manutenção do sistema penitenciário e de apoio aos egressos, os Estados Membros não possuem disponibilidades financeiras para arcar com a integralidade destes gastos, sendo, portanto, compelidas a fazer uso de recursos da União para cumprir tal mister, o que se faz com recursos do Fundo Penitenciário Nacional –FUNPEN, criado pela Lei Complementar n.º 79/1994, instituído com a finalidade de proporcionar recursos e meios para financiar e apoiar as atividades e programas de modernização e aprimoramento do Sistema Penitenciário Brasileiro.

Contudo, apesar de uma excelente arrecadação, nos últimos cinco anos (inclusive 2011), significativas parcelas do FUNPEN também deixaram de ser executadas, segundo informações do sistema Siga Brasil. Pode-se afirmar, que nem a metade da dotação orçamentária destinada ao FUNPEN foi de fato utilizada nos

últimos 8 (oito) anos (2003 a 2010). As consequências de tudo isso podem ser sentidas e vividas pela população brasileira, em cada um dos Estados da Federação, sem exceção, que vê a violência aumentar a cada dia.

Assim, acreditando que é preciso obrigar o governo federal à transferência dos recursos do FUNPEN e do FNSP no mínimo de 70% de seus montantes para torná-los mais efetivos, tendo em vista o atendimento das demandas sociais por segurança pública, submeto a presente proposta à consideração dos ilustres pares, na expectativa de seus apoios e aprovação.

Sala das Sessões,



Senador AÉCIO NEVES

(As Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania, e de Assuntos Econômicos, cabendo à última a decisão terminativa)

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 699, DE 2011

Disciplina a utilização de coletes a prova de balas por profissionais que fazem cobertura jornalística e acompanham operações policiais.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º As operações policiais que envolvam a utilização de armas de fogo poderão, a critério do comandante da corporação, ser acompanhadas por profissionais de imprensa, com vistas à sua cobertura jornalística.

§ 1º Quando admitidos a acompanhar a operação policial, os profissionais de imprensa deverão utilizar colete à prova de balas adequado, fornecido pela corporação policial.

§ 2º A quantidade de profissionais admitidos ao acompanhamento bem como a distância que deverão manter dos policiais que estiverem à frente da linha de tiro serão definidas pelo oficial responsável, levando em conta as circunstâncias do local em que se realiza a operação.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Há alguns dias a sociedade ficou estarrecida com a morte do cinegrafista Gelson Domingos, que acompanhava uma operação da Polícia Militar do Rio de Janeiro em uma comunidade da capital fluminense. O jornalista foi alvejado por um tiro de fuzil que trespassou o colete a prova de balas que utilizava na ocasião.

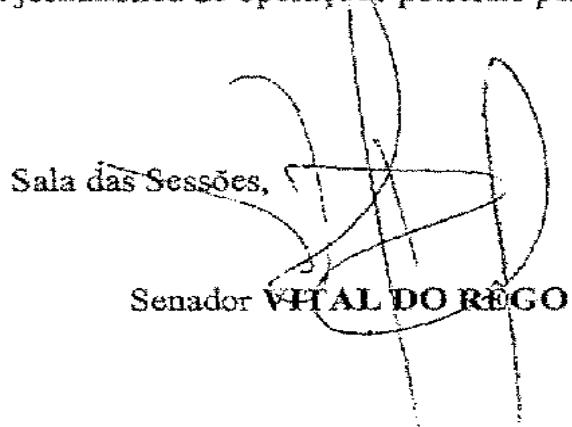
Depois do ocorrido viemos a saber que o colete não era adequado, diferentemente daqueles que foram utilizados pelos policiais escalados para aquela operação.

A matéria não encontra disciplina na nossa legislação, de forma que tomamos a iniciativa de apresentar este projeto, que estabelece ser da responsabilidade do comandante da corporação admitir que profissionais de jornalismo acompanhem as operações policiais em que o confronto com os delinquentes é esperado.

O número de profissionais em cada operação, bem como a distância que deverão manter dos policiais que estiverem à frente da linha de tiro, deverão ser definidos pelo oficial que a conduzir.

Além disso, e principalmente, os profissionais admitidos a acompanhar a operação policial deverão utilizar coletes à prova de balas adequado, fornecido pela própria corporação.

Pretendemos, com isso, diminuir os riscos dos profissionais que fazem a cobertura jornalística de operações policiais perigosas.



*(Às Comissões de Assuntos Sociais e de Constituição, Justiça e Cidadania,
cabendo à última a decisão terminativa)*

PROJETO DE LEI DO SENADO N° 700, DE 2011

Acrescenta art. 2º-A à Lei nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, que *dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e dá outras providências*, para isentar de tarifas bancárias as pessoas com deficiência que auferam renda mensal bruta de até cinco salários mínimos.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º A Lei nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 2º-A:

“Art. 2º-A. As instituições financeiras, públicas ou privadas, deverão isentar de tarifas bancárias as pessoas com deficiência que auferam renda mensal bruta de até cinco salários mínimos.”

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICACÃO

Trata-se de um projeto simples de ser justificado.

É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios cuidar da proteção das pessoas com deficiência, que merecem tratamento diferenciado.

Muitos avanços foram obtidos em nossa sociedade desde a edição da Lei nº 10.048, de 8 de novembro de 2000, que trata do direito de prioridade às pessoas com deficiência, e da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que disciplina com detalhamento as regras sobre acessibilidade.

E agora estamos diante da solução apresentada por este projeto, que trará avanço no trato do tema da proteção aos cidadãos com deficiência.

Trata-se da isenção de tarifas bancárias, muitas das quais são onerosas e abusivas, a todos os cidadãos com deficiência, que auferam renda bruta mensal de até cinco salários mínimos, que têm, portanto, reduzida capacidade econômica de pagamento de tarifas bancárias. Sua capacidade de pagamento é reduzida, na medida em que uma pessoa com deficiência precisa fazer gastos extras com medicamentos, equipamentos e tratamentos.

Como o número de clientes bancários com deficiência não é grande, verifica-se que o impacto econômico dessa medida para as instituições financeiras, sejam públicas ou privadas, é desprezível, o que faz esse projeto observar o princípio da proporcionalidade em matéria econômica, garantindo-se, assim, a sua constitucionalidade e adequação ao ordenamento jurídico.

Solicito, assim, o apoio dos ilustres Pares para a aprovação desta proposição, que é de relevante interesse econômico e social.

Sala das Sessões,

Senador **LINDBERGH FARIAS**

LEGISLAÇÃO CITADA

Presidência da República

Casa Civil
Subchefia para Assuntos Jurídicos

LEI N. 10.048, DE 3 DE NOVEMBRO DE 2000.

Dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e dá outras providências.

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA Faço saber que o Congresso Nacional decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º As pessoas portadoras de deficiência, os idosos com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, as gestantes, as lactantes e as pessoas acompanhadas por crianças de colo terão atendimento prioritário, nos termos desta Lei. (Redação dada pela Lei nº 10.741, de 2003)

Art. 2º As repartições públicas e empresas concessionárias de serviços públicos estão obrigadas a dispensar atendimento prioritário, por meio de serviços individualizados que assegurem tratamento diferenciado e atendimento imediato às pessoas a que se refere o art. 1º.

Parágrafo único. É assegurada, em todas as instituições financeiras, a prioridade de atendimento às pessoas mencionadas no art. 1º.

Art. 3º As empresas públicas de transporte e as concessionárias de transporte coletivo reservarão assentos, devidamente identificados, aos idosos, gestantes, lactantes, pessoas portadoras de deficiência e pessoas acompanhadas por crianças de colo.

(...)

(As Comissões de Direitos Humanos e Legislação Participativa, e de Assuntos Econômico, cabendo à última a decisão terminativa)

A SR^a PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Os projetos que acabam de ser lidos serão publicados e remetidos às comissões competentes.

A Presidência recebeu o Ofício nº 448, de 2011, da Comissão de Assuntos Econômicos, comunicando a aprovação de Substitutivo ao Projeto de Lei do Senado nº 40, de 2011.

É o seguinte o Ofício:

OFÍCIO Nº 448/2011/CAE

Brasília, 22 de novembro de 2011.

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência que esta Comissão aprovou, em reunião realizada nesta data, **Substitutivo Integral** oferecido ao Projeto de lei do Senado Nº 40, de 2011, que “altera a Lei nº 8.019, de 11 de abril de 1990, e a Lei nº 8.352, de 28 de dezembro de 1991, para autorizar o acesso dos bancos cooperativos aos recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador(FAT) para fins de concessão de crédito rural”, e que, nos termos do art. 282 do R.I.S.F., o referido SUBSTITUTIVO será submetido a turno suplementar de discussão na próxima reunião desta comissão.

Atenciosamente – Senador **Eduardo Suplicy**, Presidente Eventual da Comissão de Assuntos Econômicos.

A SR^a PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Com referência ao ofício lido, a Presidência comunica ao Plenário que à matéria poderá ser oferecida emenda até o encerramento da discussão, no turno suplementar, perante a Comissão de Assuntos Econômicos.

A SR^a PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Os Srs. Senadores Romero Jucá, Ciro Nogueira, a Sr^a Senadora Angela Portela e o Sr. Senador Wellington Dias enviaram discursos à Mesa, para serem publicados na forma do disposto no art. 203, combinado com o Inciso I e §2º do art. 210, do Regimento Interno.

S. Ex^{as}s serão atendidos.

O SR. ROMERO JUCÁ (Bloco/PMDB – RR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras e Srs. Senadores, como Líder do Governo nesta Casa, venho hoje à tribuna para saudar a Presidenta Cristina Kirchner pela belíssima vitória que obteve nas eleições do último dia 23 de outubro, na Argentina, tornando-se a primeira mulher a ser reeleita Presidente da República na América Latina.

Foi uma vitória arrasadora!

A Presidenta Cristina Kirchner obteve cerca de 54% dos votos, contra apenas 17% do segundo colocado, o socialista Hermes Binner. Além disso, ela venceu em 23 dos 24 distritos eleitorais da Argentina,

e conseguiu agregar muitos votos para fazer ampla maioria legislativa, tanto na Câmara, quanto no Senado, o que lhe permitirá aprovar os projetos que entender como os melhores para o país. É importante registrar também que seus partidários conquistaram oito das nove províncias, onde houve eleições para governador, incluindo a Província de Buenos Aires, a mais importante do país.

Enfim, Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Senadores, o povo da Argentina entendeu, por larga margem de votos, que a melhor alternativa no momento seria a continuidade da gestão da Presidenta Cristina Kirchner. E, se assim o fez, certamente foi por ter entendido que aquela nação está no rumo certo.

De fato, desde 2003, a Argentina vivencia um inédito processo de crescimento econômico, combinado com aumento de salários e redução do desemprego, o que levou os argentinos a, novamente, depositarem sua confiança no atual governo. Todo esse processo de recuperação econômica se deve, em parte, à política de desendividamento posta em prática pelo governo; à acumulação de reservas para aguentar crises; e à política de superávit fiscal, com o objetivo de evitar que o Estado contraia novas dívidas.

É importante lembrar, Senhoras e Senhores Senadores, que essas ações da Presidenta Cristina Kirchner foram iniciadas, na verdade, durante o governo de seu marido, o Presidente Néstor Kirchner, falecido no ano passado, que mudaram radicalmente a visão neoliberal que vinha impregnando o Estado argentino até então, passando a enfatizar que o Estado deve ter, sim, um papel destacado na economia.

As políticas econômicas e sociais devem caminhar juntas!

Nessa linha de pensamento, por exemplo, a reestatização do sistema de aposentadorias e os programas de complemento de renda passaram a ser vistos como fatores fundamentais para ajudar a girar o mercado interno, criando um círculo virtuoso que aumenta a criação de empregos e renda.

Contudo, Sr. Presidente, sabemos que “àquele a quem muito foi dado, muito lhe será exigido”. Apesar desses pontos positivos na economia, as responsabilidades e os desafios da Presidenta Kirchner são enormes, proporcionais à ampla maioria que obteve nas urnas.

Entre esses desafios está, sem dúvida, a crise que se abateu sobre a Europa e os Estados Unidos, e seus potenciais reflexos para a economia da América do Sul, inclusive o Brasil. Uma eventual desaceleração da economia brasileira terá fortes impactos sobre a Argentina. Isso porque as exportações da Argentina para o Brasil representam 20% do total de suas ven-

das ao exterior, e equivalem a 4% do seu PIB. Destaco ainda, Senhor Presidente, que cerca de 85% da pauta de compras brasileiras da Argentina são de produtos manufaturados.

Ao lado desse desafio, há também outro ponto importante. A Presidenta Kirchner precisa, urgentemente, desfazer as más impressões que pesam sobre o Instituto Nacional de Estatísticas (Indec). Isso porque o Índice de Preços ao Consumidor, principal referência em termos de inflação, calculado pelo Instituto, aponta níveis mais baixos que os detectados por consultorias privadas e, principalmente, pela população, que tem sentido seus efeitos no bolso. Portanto, recuperar a credibilidade do Indec é fundamental para que os mercados possam ter mais confiança no governo e, consequentemente, para que haja mais atração de novos investimentos, capazes de aprofundar o dinamismo econômico vivido pela Argentina.

Já concluindo, Sr. Presidente, gostaria de felicitar, mais uma vez, a Presidenta Cristina Kirchner por sua reeleição, desejando-lhe sorte e, ao mesmo tempo, solicitar que o texto deste pronunciamento seja enviado ao Embaixador da Argentina no Brasil, Senhor Juan Pablo Lohlé, como sinal do apreço e da consideração que temos para com aquele país irmão.

Certamente, há muito de semelhante entre o pensamento das mandatárias da Argentina e do Brasil, o que constitui uma virtude para que possamos acelerar o tão desejado processo de integração econômica e política do Mercosul. Só assim nossos países terão uma economia cada vez mais forte para conduzir argentinos e brasileiros rumo a um futuro de prosperidade e justiça social.

Era o que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. CIRO NOGUEIRA (Bloco/PP – PI. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras e Srs. Senadores, hoje quero falar da importância de um fruto que serve de sustento para centenas de famílias brasileiras. Estou me referindo ao caju, uma fruta típica do nosso nordeste.

Algumas regiões do meu querido estado do Piauí estão se consolidando como grande produtoras de caju.

Com aparência peculiar, aroma agradável e sabor único, o caju é uma fruta perfeita para diversificar e colorir os pratos da culinária tropical.

O agradável sabor da amêndoia e as propriedades nutricionais da polpa suculenta fazem com que esta fruta nativa alcance um potencial expressivo para cultivo e exploração sustentada.

Muitas propriedades rurais do Piauí estão despertando para a importância econômica do cajueiro. Famílias e pequenas comunidades já se beneficiam

economicamente da exploração sustentada do fruto, bastante apreciado – também – além das nossas fronteiras. Não é um simples extrativismo. São culturas sustentadas que seguem padrões de produtividade e uso racional dos recursos naturais.

O fruto do cajueiro tem duas partes. Normalmente as pessoas desconhecem que a fruta propriamente dita é a castanha. A outra parte é chamada de pseudofruto ou pendúculo floral.

O pseudofruto é popularmente conhecido como a polpa. É consumido ao natural e utilizado no preparo de geléias, sucos e doces; além das compotas, das passas de caju e da nossa tradicional bebida, a Cajuína.

A castanha preparada de modo salgado ou doce é apreciada por todos nós como um excelente tira-gosto ou como complemento na culinária brasileira.

Além dos aromas e agradáveis sabores, o fruto é reconhecido em pesquisas da Embrapa e, de outros renomados institutos, como uma excelente fonte de vitamina C, fibras e compostos fenólicos. Esses compostos podem conferir propriedades antioxidantes à polpa do caju. A característica antioxidante está associada à prevenção de doenças degenerativas, como o diabetes, os problemas cardiovasculares e, em alguns casos, até mesmo com efeitos na prevenção do câncer.

Estes estudos, ainda não definitivos, atribuem propriedades terapêuticas ao caju.

Sabe-se que o Sistema Unificado de Saúde, a fim de melhor definir a eficácia de espécies vegetais nos tratamentos de saúde, criou uma Relação Nacional de Plantas Medicinais de Interesse ao SUS, conhecida como RENISUS. E uma listagem de espécies vegetais com potencial fitoterápico. O caju figura entre as 71 espécies relacionadas.

Além disso, o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, por intermédio da Portaria nº 41, de 10 de fevereiro de 2011, aprovou o Zoneamento Agrícola para a cultura de caju no estado do Piauí. Foram relacionados 79 municípios do meu Estado com condições climáticas e de solo favoráveis ao plantio do fruto. São áreas consideradas de baixo risco e com alto potencial para a cultura. Outros 32 municípios foram classificados como áreas de médio risco para o plantio ou médio potencial. Como se vê, praticamente, a metade dos municípios do estado do Piauí tem condições favoráveis à cultura do caju.

Ano após ano o cultivo sustentado do caju vem crescendo no meu Estado. A geração das riquezas provenientes do cultivo e do processamento do fruto tem elevado o padrão e a qualidade de vida de nossos agricultores e de suas famílias.

Por isso, Sr^{as} e Srs. Senadores, não poderia deixar de destacar a importância do Substitutivo da Câ-

mara dos Deputados ao Projeto de Lei do Senado nº 163, de 2000, que cria o Fundo de Apoio à Cultura do Caju - FUNCAJU, em tramitação nesta Casa.

Entre os objetivos do FUNCAJU gostaria de destacar a visão modernizadora oferecida para a agroindústria do caju e seus derivados; o incremento da produtividade da cajucultura; o fortalecimento das exportações dos produtos relacionados ao caju e, por fim, a preocupação com as condições de vida do trabalhador rural.

O PLS nº 163, de 2000, de autoria do Senador Luiz Pontes, agora convertido em Substitutivo da Câmara dos Deputados, foi recentemente submetido à CCJ do Senado, que aprovou parecer do relator, Senador Eunício Oliveira, pela constitucionalidade, juridicidade e regimentalidade do texto modificado pela Câmara. No momento, a matéria está em exame na Comissão de Assuntos Econômicos e, em seguida, tramitará para a Comissão de Agricultura e Reforma Agrária.

Torcemos para que o Projeto seja logo submetido ao Plenário, pois, assim, o meu estado do Piauí - que já produz de maneira sustentável um fruto gostoso, saudável e medicinal - o nosso caju amigo →poderá em breve, com a aprovação e efetivação do FUNCAJU, melhorar a produtividade de toda a agroindústria do caju.

Diante disso, gostaria de ressaltar que os benefícios para a população dos estados produtores serão enormes, especialmente para o Piauí e para todos os meus conterrâneos.

Era o que tinha a dizer, Senhor Presidente.

Muito obrigado.

A SR^a ANGELA PORTELA (Bloco/PT – RR. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Sr^{as} Senadoras e Srs. Senadores, nossa atuação neste Parlamento tem buscado, de forma sistemática, assegurar direitos e promover a inclusão social e a cidadania das pessoas com deficiências e que, de forma injustificável, não recebiam a devida atenção do poder público.

Neste sentido, quero registrar e manifestar aqui nosso irrestrito apoio à iniciativa da presidente Dilma Rousseff que, na última quinta-feira, 17, apresentou ao País o Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência, o Viver Sem Limite, estruturado em ações estratégicas nas áreas de educação, saúde, cidadania e acessibilidade.

Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), com base no Censo 2010, apontam que 45,6 milhões de pessoas têm algum tipo de deficiência, o que corresponde a 24% da população brasileira.

Quase 7% da população declara ter uma deficiência severa. Com o Viver Sem Limite, o governo pretende promover a inclusão social e a autonomia da pessoa com deficiência, eliminando barreiras e permitindo o acesso a bens e serviços.

Para atender a esta significativa parcela da população, o Viver Sem Limite tem metas para serem alcançadas até 2014, com previsão orçamentária de 7,6 bilhões de reais. As ações previstas serão executadas em conjunto, por 15 órgãos do governo federal, sob a coordenação da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República.

Na área da Educação, por exemplo, o plano prevê a ampliação do acesso dos alunos com deficiência à escola, saltando de 229.017 para 378 mil o número de crianças e adolescentes nas salas de aula.

Outra medida é adequar escolas públicas e instituições federais de ensino superior às condições de acessibilidade. Entre as medidas do pacote estão também a aquisição de 2.600 ônibus acessíveis para 60 mil alunos e a contratação de mais de 1.200 professores e tradutores de libras.

O Viver Sem Limite determina ainda a implantação de novas salas de aula com recursos multifuncionais e a atualização das salas já existentes, e a oferta de até 150 mil vagas para pessoas com deficiência nos cursos federais de formação profissional e tecnológica.

No chamado eixo Saúde, está prevista a ampliação e qualificação da triagem neonatal com a inclusão de dois novos exames no teste do pezinho, além da implantação completa do exame em todos os estados até 2014.

O plano também estabelece a implantação de 45 centros de referência em reabilitação, garantindo atendimento das quatro modalidades: intelectual, física, visual e auditiva.

Outra medida refere-se ao atendimento odontológico, com um aumento em 20% no financiamento do SUS para 420 centros de especialidades odontológicas.

O governo também pretende formar 660 novos profissionais de saúde em órteses e próteses até 2014 para atuar nas oficinas ortopédicas que serão criadas. A expectativa é aumentar em 20% o fornecimento de órteses, próteses e meios auxiliares de locomoção.

O trabalhador que perder o emprego voltará a receber o Benefício de Prestação Continuada (BPC). A garantia está no Viver Sem Limite, que também permite que a renda da aprendizagem seja acumulada com a do BPC. Outra ação prevê a busca ativa e o encaminhamento ao mercado de trabalho de 50 mil beneficiários.

O eixo Acessibilidade prevê a construção de 1 milhão e 200 mil moradias adaptáveis pelo programa Minha Casa, Minha Vida 2. As obras de mobilidade urbana da Copa do Mundo 2014 e do PAC 2 também serão adaptadas aos portadores de deficiências.

Outras medidas prevêem a implantação de cinco centros tecnológicos de formação de instrutores e

treinadores de cães-guias, microcrédito pelo Banco do Brasil para aquisição de produtos de tecnologias assistivas no valor de até R\$ 25 mil e juros de 0,64% ao mês e desoneração tributária de R\$ 609,84 milhões até 2013 sobre esses produtos.

São iniciativas de grande relevância para promover a igualdade, senhor presidente e, para nossa satisfação, contemplam várias demandas que apresentamos neste Congresso Nacional, nos últimos anos, como é o caso da construção de casas adaptadas, com todas as características de acessibilidade, por meio do Programa Minha Casa Minha Vida.

Em Roraima, tivemos o cuidado de assegurar que os conjuntos habitacionais do Minha Casa Minha Vida destinem uma parcela das unidades às pessoas com deficiências, numa experiência bem sucedida que transformamos em projeto de lei nesta Casa e que, agora, é incorporada ao Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência.

O Viver Sem Limite incorpora e coordena todas as ações do Governo Federal para promover a inclusão das pessoas com deficiência e coloca esta parcela da população no centro do debate para a construção das políticas públicas.

Quero, portanto, reforçar aqui o nosso apoio e reconhecimento a esta iniciativa da presidente Dilma e da ministra Gleisi Hoffmann que demonstram, mais uma vez, o compromisso que têm com todos os brasileiros e reafirmam o propósito de erradicar, até 2014, a pobreza extrema no Brasil.

Era o que tinha a dizer. Muito obrigada.

O SR. WELLINGTON DIAS (Bloco/PT – PI. Sem apanhamento taquigráfico.) – Sr. Presidente, Srs. Senadores, Sras. Senadoras, foi relançada nesta terça-feira, a Frente Parlamentar de Apoio aos Povos Indígenas. Esse é um movimento de suma importância para construirmos com os povos indígenas brasileiros as condições que possibilitem o resgate de seus direitos e de sua dignidade enquanto cidadãos brasileiros.

Neste sentido, gostaria de informar que solicitei ao Presidente da Frente, deputado Padre Tom, a ampliação desta discussão a todo o Congresso Nacional, como uma iniciativa fundamental para trazermos as demandas dos Povos Indígenas ao conhecimento do Parlamento e concretizarmos os princípios evocados por nossa Carta Magna de inclusão com respeito a diversidade étnica e cultural do Brasil.

Encaminhei meu termo de adesão e convido outros parlamentares a fazerem o mesmo.

Como alguns sabem, sou índio descendente da nação Gê, da tribo de Jaicó, localizada nas proximidades do município de Belém do Piauí.

Recentemente, participei da abertura dos XI Jogos dos Povos Indígenas e do Fórum Social dos Povos Indígenas, que aconteceu na cidade de Porto Nacional, em Tocantins, e reuniu mais de 1.400 indígenas de 38 etnias.

Uma pauta extensa de reivindicações foi apresentada nesta reunião, entre elas o pedido para que o Brasil se candidate a sediar os jogos indígenas mundiais.

O pedido será colocado em pauta durante a realização do evento Rio+20 que acontecerá no ano que vem, no Rio de Janeiro, quando países de toda parte do planeta discutirão os avanços na área ambiental vinte anos após do encontro Eco-92.

Também temos demandas importantes na área de educação, saúde, infra-estrutura. Defendo ainda uma pauta em relação à Fundação Nacional do Índio (Funai) para que o governo possa considerar a possibilidade de um índio dirigir a fundação, alguém que conheça com profundidade a causa indígena e também seja legitimada, como já ocorre com a secretaria das mulheres, de igualdade racial e em outras áreas.

Atualmente, o Parlamento brasileiro tem representantes de praticamente todos os setores da sociedade, exceto os índios. Isso ocorre porque o contingente populacional indígena – 800 mil índios e indias – está disperso pelo Brasil.

Mas, Sr. Presidente, nós estamos trabalhando a idéia de criar uma cota especial, mesmo que num período transitório, para assegurar que todas as regiões do País tenham na Câmara dos Deputados, que é a casa do povo, um representante indígena. E o trabalho da Frente Parlamentar de Apoio aos Povos Indígenas será fundamental nessa demanda.

Convido, portanto, os Srs. e Sras. Senadoras a abraçarem essa importante causa.

Era isso que eu tinha a dizer, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

A SR^a PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Quero, então, dar como encerrada a sessão do dia de hoje, lembrando às Sras. e aos Srs. Senadores que constará da próxima sessão deliberativa ordinária, a realizar-se amanhã às 14 horas, a seguinte:

ORDEM DO DIA

1

SUBSTITUTIVO DA CÂMARA AO PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 121, DE 2007 - COMPLEMENTAR (Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 1.314, de 2011)

Substitutivo da Câmara ao Projeto de Lei do Senado nº 121, de 2007-Complementar (nº 306/2008, naquela Casa), de iniciativa

do Senador Tião Viana, que *regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal, para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; institui contribuição social destinadas à saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas três esferas do Governo; revoga dispositivos das Leis nºs 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993; e dá outras providências.*

(Pendente de pareceres da CCJ, CAE e CAS.)

2

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 225, DE 2011 - COMPLEMENTAR (Em regime de urgência, nos termos do Requerimento nº 1.408, de 2011)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 225, de 2011 - Complementar, do Senador José Pimentel, que *altera dispositivos da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão Fiscal - Lei de Responsabilidade Fiscal, e dá outras providências.*

Pareceres sob nºs 1.276 e 1.277, de 2011, das Comissões:

- de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Eunício Oliveira, favorável, com a Emenda nº 1-CCJ, que apresenta; e

- de Assuntos Econômicos, Relator ad hoc: Senador Benedito de Lira, favorável ao Projeto e à Emenda nº 1 - CCJ.

3

PROJETO DE LEI DA CÂMARA Nº 56, DE 2007

Votação, em turno único, do Projeto de Lei da Câmara nº 56, de 2007 (nº 3.933/2004, na Casa de origem), que *inclui a pesca industrial nas atividades vinculadas ao setor rural e dá outras providências.*

Parecer sob nº 534, de 2008, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, Relator: Senador Flexa Ribeiro, favorável, com a Emenda nº 1-CRA de redação, que apresenta, com voto vencido, da Senadora Marisa Serrano.

4

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 33, DE 2009

Votação, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 33, de 2009, tendo como primeiro signatário o Senador Antonio Carlos Valadares, que *acrescenta o art. 220-A à Constituição Federal, para dispor sobre a exigência do diploma de curso superior de comunicação social, habilitação jornalismo, para o exercício da profissão de jornalista.*

Parecer, sob nº 2.414, de 2009, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Inácio Arruda, favorável, nos termos da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo), que oferece.

5

PROPOSTA DE EMENDA À CONSTITUIÇÃO Nº 87, DE 2011

Segunda sessão de discussão, em primeiro turno, da Proposta de Emenda à Constituição nº 87, de 2011, tendo como primeiro signatário o Senador Romero Jucá, que *altera o art. 76 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (DRU)*

Parecer favorável, sob nº 1.254, de 2011, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator: Senador Renan Calheiros, com votos contrários dos Senadores Aloysio Nunes Ferreira, Demóstenes Torres, Alvaro Dias e Pedro Taques e, em separado, do Senador Randolfe Rodrigues.

6

PROJETO DE LEI DO SENADO Nº 185, DE 2004 (Incluído em Ordem do Dia nos termos do Recurso nº 5, de 2008)

Discussão, em turno único, do Projeto de Lei do Senado nº 185, de 2004, do Senador Demóstenes Torres, que *regulamenta o emprego de algemas em todo o território nacional.*

Pareceres sob nº 920 e 921, de 2008, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, Relator ad hoc: Senador Antonio Carlos Valadares, 1º pronunciamento (sobre o Projeto): favorável, nos termos do Substitutivo, que oferece; 2º pronunciamento (sobre as emendas apresentadas ao Substitutivo, em turno suplementar, perante à Comissão): favorável, na forma da Emenda nº 1-CCJ (Substitutivo).

7

REQUERIMENTO Nº 1.108, DE 2007

Votação, em turno único, do Requerimento nº 1.108, de 2007, do Senador Cristovam Buarque e outros Senhores Senadores, *solicitando a criação de Comissão Temporária Externa, composta pelos Senadores do Distrito Federal, Goiás e Minas Gerais, para, no prazo de cento e vinte dias, promover amplo debate e propor medidas concretas para o combate à violência no Distrito Federal e Entorno.*

8

REQUERIMENTO Nº 932, DE 2011

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 932, de 2011, de iniciativa da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, *solicitando voto de solidariedade ao Excelentíssimo Senhor Comandante do Exército, General Enzo Martins Peri, em virtude de matéria*

veiculada pelo jornal Folha de São Paulo, na edição de 31 de julho deste ano.

9

REQUERIMENTO Nº 947, DE 2011

(Incluído em Ordem do Dia nos termos do art. 222, § 2º, do Regimento Interno)

Votação, em turno único, do Requerimento nº 947, de 2011, da Senadora Vanessa Grazziotin, *solicitando voto de congratulações e aplausos pelos 93 anos do ex-Presidente da África do Sul e Nobel da Paz - Nelson Mandela, comemorado no dia 18 de julho de 2011.*

Parecer favorável, sob nº 920, de 2011, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, Relator ad hoc: Senador Eduardo Suplicy.

A SRª PRESIDENTE (Marta Suplicy. Bloco/PT – SP) – Está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 20 horas e 07 minutos.)

REQUERIMENTOS DE LICENÇA

Artigos 13 e 43, I e II do Regimento Interno (sem ônus)

RQS	SENADOR (A)	ART. RISF	PERÍODO	FINALIDADE
623-M	Eduardo Braga	13	29 e 30/11 e 01/12	Atividade Parlamentar
624-M	Vanessa Grazziotin	13	30.11 a 03.12	Atividade Parlamentar
625-M	João Vicente Claudino	43, II	22.11 a 24.11	Licença Particular
626-M	Cristovam Buarque	13	28, 29 e 30/11 e 1 e 2/12	Atividade Parlamentar
627-M	Vanessa Grazziotin	13	24/11	Atividade Parlamentar
628-M	Renan Calheiros	13	22.11	Atividade Parlamentar
629-M	Ciro Nogueira	13	25/11 a 05/12	Atividade Parlamentar
630-M	Ricardo Ferraço	13	24/11	Atividade Parlamentar
631-M	Epitácio Cafeteira	43, I	23 e 24/11	Licença Saúde
632-M	Fernando Collor	13	23/11	Atividade Parlamentar
633-M	Sérgio Souza	13	25/11	Atividade Parlamentar
634-M	Eunício Oliveira	13	25/11	Atividade Parlamentar

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 54^a LEGISLATURA (por Unidade da Federação)

Bahia

Bloco-PDT - João Durval*
Bloco-PSB - Lídice da Mata**
Bloco-PT - Walter Pinheiro**

Rio de Janeiro

Bloco-PP - Francisco Dornelles*
Bloco-PT - Lindbergh Farias**
Bloco-PRB - Marcelo Crivella**

Maranhão

PTB - Epitácio Cafeteira*
Bloco-DEM - Clovis Fecury** (S)
Bloco-PMDB - Lobão Filho** (S)

Pará

Bloco-PSDB - Mário Couto*
Bloco-PSDB - Flexa Ribeiro**
PSOL - Marinor Brito**

Pernambuco

Bloco-PMDB - Jarbas Vasconcelos*
PTB - Armando Monteiro**
Bloco-PT - Humberto Costa**

São Paulo

Bloco-PT - Eduardo Suplicy*
Bloco-PSDB - Aloysio Nunes Ferreira**
Bloco-PT - Marta Suplicy**

Minas Gerais

PR - Clésio Andrade* (S)
Bloco-PSDB - Aécio Neves**
Bloco-PDT - Zeze Perrella** (S)

Goiás

Bloco-PSDB - Cyro Miranda* (S)
Bloco-DEM - Demóstenes Torres**
Bloco-PSDB - Lúcia Vânia**

Mato Grosso

Bloco-DEM - Jayme Campos*
PR - Blairo Maggi**
Bloco-PDT - Pedro Taques**

Rio Grande do Sul

Bloco-PMDB - Pedro Simon*
Bloco-PP - Ana Amélia**
Bloco-PT - Paulo Paim**

Ceará

Bloco-PC DO B - Inácio Arruda*
Bloco-PMDB - Eunício Oliveira**
Bloco-PT - José Pimentel**

Paraíba

Bloco-PSDB - Cícero Lucena*
Bloco-PSDB - Cássio Cunha Lima**
Bloco-PMDB - Vital do Rêgo**

Espírito Santo

Bloco-PT - Ana Rita* (S)
PR - Magno Malta**
Bloco-PMDB - Ricardo Ferreira**

Piauí

PTB - João Vicente Claudino*
Bloco-PP - Ciro Nogueira**
Bloco-PT - Wellington Dias**

Rio Grande do Norte

Bloco-PMDB - Garibaldi Alves* (S)
Bloco-DEM - José Agripino**
Bloco-PV - Paulo Davim** (S)

Santa Catarina

Bloco-PMDB - Casildo Maldaner* (S)
Bloco-PMDB - Luiz Henrique**
Bloco-PSDB - Paulo Bauer**

Alagoas

PTB - Fernando Collor*
Bloco-PP - Benedito de Lira**
Bloco-PMDB - Renan Calheiros**

Sergipe

Bloco-DEM - Maria do Carmo Alves*
Bloco-PSB - Antonio Carlos Valadares**
Bloco-PSC - Eduardo Amorim**

Mandatos

*: Período 2007/2015 **: Período 2011/2019

Amazonas

PR - Alfredo Nascimento*
Bloco-PMDB - Eduardo Braga**
Bloco-PC DO B - Vanessa Grazziotin**

Paraná

Bloco-PSDB - Alvaro Dias*
Bloco-PMDB - Roberto Requião**
Bloco-PMDB - Sérgio Souza** (S)

Acre

Bloco-PT - Anibal Diniz* (S)
Bloco-PT - Jorge Viana**
PSD - Sérgio Petecão**

Mato Grosso do Sul

PR - Antonio Russo* (S)
Bloco-PT - Delcídio do Amaral**
Bloco-PMDB - Waldemir Moka**

Distrito Federal

PTB - Gim Argello* (S)
Bloco-PDT - Cristovam Buarque**
Bloco-PSB - Rodrigo Rollemberg**

Rondônia

Bloco-PDT - Acir Gurgacz*
Bloco-PP - Ivo Cassol**
Bloco-PMDB - Valdir Raupp**

Tocantins

PSD - Kátia Abreu*
PR - João Ribeiro**
PR - Vicentinho Alves**

Amapá

Bloco-PMDB - José Sarney*
Bloco-PMDB - Geovani Borges** (S)
PSOL - Randolfe Rodrigues**

Roraima

PTB - Mozarildo Cavalcanti*
Bloco-PT - Angela Portela**
Bloco-PMDB - Romero Jucá**

COMPOSIÇÃO COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

1) CPI - TRÁFICO NACIONAL E INTERNACIONAL DE PESSOAS NO BRASIL

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito composta por sete titulares e cinco suplentes, destinada a investigar, no prazo de cento e vinte dias, o tráfico nacional e internacional de pessoas no Brasil, suas causas, consequências, rotas e responsáveis, no período de 2003 e 2011, compreendido na vigência da convenção de Palermo.

(Requerimento nº 226, de 2011, da Senadora Marinor Brito e outros Senadores)

Número de membros: 7 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B-AM) ⁽⁵⁾

VICE-PRESIDENTE: VAGO ^(5,11)

RELATOR: Senadora Marinor Brito (PSOL-PA)

Leitura: 16/03/2011

Instalação: 27/04/2011

Prazo final: 06/09/2011

Prazo prorrogado: 15/04/2012

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹⁰⁾	
Lídice da Mata (PSB-BA) ^(2,4,6)	1. Gleisi Hoffmann (PT-PR) ^(2,7,9)
Angela Portela (PT-RR) ⁽²⁾	2. Cristovam Buarque (PDT-DF) ⁽²⁾
Vanessa Grazziotin (PC DO B-AM) ⁽²⁾	
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PV)	
Paulo Davim (PV-RN)	1. Ricardo Ferraço (PMDB-ES)
VAGO (8)	2. João Alberto Souza (PMDB-MA) ⁽¹³⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Marinor Brito (PSOL-PA) ⁽¹⁾	1.
PTB	
VAGO (3,11)	

Notas:

- *. Em 12.8.2011, foi lido o Requerimento nº 995, de 2011, que prorroga os trabalhos da Comissão por mais 180 dias, a partir de 7.9.2011.
1. Em 5.4.2011, a Senadora Marinor Brito é designada membro titular na Comissão em vaga cedida pelo PSDB (Of. nº 114/2001 SF/GSMB).
2. Em 13.4.2011, as Senadoras Vanessa Grazziotin, Ângela Portela e Marta Suplicy são designadas membros titulares; e a Senadora Lídice da Mata e o Senador Cristovam Buarque, membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 50/2011 - GLDBAG).
3. Em 13.4.2011, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro titular na Comissão em vaga cedida pelo PTB (Ofícios nºs 80/2011/GLPTB e 159/2011/GSMB).
4. Em 19.04.2011, a Senadora Gleisi Hoffmann é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Marta Suplicy (Of. nº 053/2011 - GLDBAG).
5. Em 27.04.2011, foi lido o Of. 15/11 - SSCEPLI, comunicando a eleição da Senadora Vanessa Grazziotin e do Senador Randolfe Rodrigues, respectivamente, para Presidente e Vice-Presidente deste colegiado, bem como designada Relatora a Senadora Marinor Brito.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

6. Em 04.05.2011, a Senadora Lídice da Mata é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (Of. nº 058/2011 - GLDBAG).
7. Em 04.05.2011, a Senadora Gleisi Hoffmann é designada membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Lídice da Mata (Of. nº 058/2011 - GLDBAG).
8. Em 07.06.2011, a Liderança do PMDB solicita, a pedido, a exclusão do Senador Waldemir Moka da Comissão (OF. GLPMDB nº 182/2011).
9. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
10. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
11. Em 26.09.2011, vago em virtude de o Senador Randolfe Rodrigues ter se desligado da Comissão (OF nº 207/2011 - GRSS).
12. Vago, em 26.09.2011, em virtude de o Senador Randolfe Rodrigues ter se desligado da Comissão (OF nº 207/2011-GRSS).
13. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.

Secretário(a): José Augusto Panisset Santana

Telefone(s): 33033492

Fax: 33031176

E-mail: panisset@senado.gov.br

2) CPI - SUPOSTAS IRREGULARIDADES NO ECAD

Finalidade: Comissão Parlamentar de Inquérito composta por onze titulares e seis suplentes, destinada a investigar, no prazo de cento e oitenta dias, supostas irregularidades praticadas pelo ECAD na arrecadação e distribuição de recursos oriundos do direito autoral, abuso da ordem econômica e prática de cartel no arbitramento de valores de direito autoral e conexos, o modelo de gestão coletiva centralizada de direitos autorais de execução pública no Brasil e a necessidade de aprimoramento da Lei nº 9.610/98.

(Requerimento nº 547, de 2011, do Senador Randolfe Rodrigues e outros Senadores)

Número de membros: 11 titulares e 6 suplentes

PRESIDENTE: Senador Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) ⁽⁹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Ciro Nogueira (PP-PI) ⁽⁹⁾

RELATOR: Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽⁹⁾

Leitura: 17/05/2011

Instalação: 28/06/2011

Prazo final: 22/12/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹¹⁾	
Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽⁶⁾	1. Pedro Taques (PDT-MT) ⁽⁶⁾
VAGO ^(6,15)	2. Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽¹⁴⁾
Eduardo Suplicy (PT-SP) ⁽⁶⁾	
Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) ^(1,2)	
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PV)	
Vital do Rêgo (PMDB-PB) ⁽³⁾	1. João Alberto Souza (PMDB-MA) ^(3,13)
Ciro Nogueira (PP-PI) ⁽³⁾	2. Geovani Borges (PMDB-AP) ⁽³⁾
Sérgio Petecão (PSD-AC) ^(3,16)	
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Demóstenes Torres (DEM-GO) ⁽⁵⁾	1. VAGO ^(7,8)
VAGO ^(10,12)	
PTB	
João Vicente Claudino (PI) ⁽⁴⁾	1. Gim Argello (DF) ⁽⁴⁾

Notas:

1. Vaga cedida temporariamente ao PSOL (Of. Nº 67/2011-GLDBAG).
2. Em 01.06.2011, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro titular do PSOL (Of. nº 273/11-GSMB) em vaga cedida temporariamente pelo Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 67/11-GLDBAG).
3. Em 02.06.2011, são designados os Senadores Vital do Rêgo, Ciro Nogueira e Sérgio Petecão membros titulares e os Senadores João Alberto Souza e Geovani Borges membros suplentes do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão (Of. nº 166/2011-GLPMDB).
4. Em 02.06.2011, os Senadores João Vicente Claudino e Gim Argello são designados membros titular e suplente, respectivamente, do PTB na Comissão (Of. nº 88/2011-GLPTB).
5. Em 02.06.2011, o Senador Demóstenes Torres é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 41/2011-GLDEM).

6. Em 15.06.2011, são designados os Senadores Lindbergh Farias, Lídice da Mata e Eduardo Suplicy membros titulares e o Senador Pedro Taques membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 074/2011-GLDBAG).
7. Em 20.06.2011, a Senadora Marisa Serrano é designada membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 134/11-GLPSDB).
8. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
9. Em 28.06.2011, foi lido o Of. 019/11-SSCEPI, que comunica a instalação da CPI e a eleição do Senador Randolfe Rodrigues para Presidente e do Senador Ciro Nogueira para Vice-Presidente, bem como a designação do Senador Lindberg Farias para Relator.
10. Em 06.07.2011, o Senador Aloysio Nunes é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 150/11-GLPSDB).
11. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
12. Em 14.09.2011, o Senador Aloysio Nunes Ferreira deixa de integrar a Comissão como membro titular do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB) (Of. nº 168/11-GLPSDB).
13. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.
14. Em 29.09.2011, a Senadora Lídice da Mata é designada membro suplente da Comissão (OF nº 119/2011-GLDBAG).
15. Vago em virtude da indicação da Senadora Lídice da Mata para vaga de suplente na Comissão (OF nº 119/2011-GLDBAG).
16. Em 1º.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.

Secretário(a): Will de Moura Wanderley

Telefone(s): 6133033514

Fax: 6133031176

E-mail: sscepi@senado.gov.br

COMPOSIÇÃO COMISSÕES TEMPORÁRIAS

1) REFORMA DO REGIMENTO INTERNO - 2008

Finalidade: Apresentar, no prazo de noventa dias, projeto de resolução para reforma do Regimento Interno do Senado Federal.

(Requerimento nº 208, de 2008, da Mesa do Senado Federal, aditado pelo Requerimento nº 1.622, de 2008, do Senador Marco Maciel)

Número de membros: 6

PRESIDENTE: VAGO

VICE-PRESIDENTE: VAGO

RELATOR: VAGO

Aprovação do Requerimento: 05/03/2008

Aprovação do Requerimento de Aditamento: 10/12/2008

Instalação: 06/11/2008

Prazo prorrogado: 30/06/2009

Prazo prorrogado: 31/08/2009

Prazo prorrogado: 22/12/2009

Prazo prorrogado: 17/07/2010

Prazo prorrogado: 22/12/2010

MEMBROS

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽³⁾

Senador José Pimentel (PT) ⁽¹⁾

Senador Antonio Carlos Valadares (PSB) ⁽¹⁾

Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PV)

Senador Vital do Rêgo (PMDB) ⁽²⁾

Senador Ricardo Ferraço (PMDB) ⁽²⁾

Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)

Membro da Comissão Diretora

Notas:

*. Em 11.11.2008 foi aprovada a criação de uma sexta vaga na Comissão (Requerimento nº 1.356/2008).

**. Em 29.04.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 496, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 30.06.2009.

***. Em 30.06.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 794, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 31.08.2009.

****. Em 19.08.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 1.032, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 22.12.2009.

*****. Em 1.12.2009, lido e aprovado o Requerimento nº 1.584, de 2009, que prorroga os trabalhos da Comissão até 17.07.2010.

*****. Em 1º.09.2010, lido e aprovado o Requerimento nº 799, de 2010, que prorroga os trabalhos da Comissão até 22.12.2010.

1. Em 23.03.2011, os Senadores José Pimentel e Antonio Carlos Valadares foram designados membros do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. nº 038/2011 - GLDBAG).

2. Em 31.03.2011, os Senadores Vital do Rêgo e Ricardo Ferraço foram designados membros do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão (Of. nº 097/2011 - GLPMDB).

3. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

Secretário(a): Antonio Oscar Guimarães Lóssio

Telefone(s): 33033511

Fax: 33031176

E-mail: antiossio@senado.gov.br

2) COMISSÃO TEMPORÁRIA EXTERNA - SITUAÇÃO DOS CIDADÃOS HAITIANOS NOS ESTADOS DA AMAZÔNIA BRASILEIRA.

Finalidade: Averiguar, "in loco", no prazo de quinze dias, a situação de cidadãos haitianos que se encontram no Acre e demais estados da Amazônia brasileira, visando medidas a serem tomadas para sua proteção e regularização migratória.

(Requerimento nº 153, de 2011, do Senador Jorge Viana e outros Senadores)

Número de membros: 5

Aprovação do Requerimento: 03/03/2011

MEMBROS

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁶⁾

Senador Aníbal Diniz (PT) ⁽¹⁾

Senador Jorge Viana (PT) ⁽²⁾

Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PV)

Senador Sérgio Petecão (PSD) ^(4,7)

Senador Gilvam Borges (PMDB) ^(3,5)

Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)

Notas:

1. Em 14.03.2011, o Senador Aníbal Diniz é designado membro do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão. (OF. 32/2011 - GLDBAG)

2. Em 14.03.2011, o Senador Jorge Viana é designado membro do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão. (OF. 32/2011 - GLDBAG)

3. Em 16.03.2011, o Senador Gilvam Borges é designado membro do Bloco Parlamentar PMDB/PP/PSC/PMN/PV. (OF. 078/2011 - GLPMDB)

4. Em 16.03.2011, o Senador Sérgio Petecão é designado membro do Bloco Parlamentar PMDB/PP/PSC/PMN/PV. (OF. 078/2011 - GLPMDB)

5. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.

6. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

7. Em 1º.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.

3) ALTERAÇÕES NO SISTEMA NACIONAL DE DEFESA CIVIL

Finalidade: Propor, no prazo de noventa dias, alterações no Sistema Nacional de Defesa Civil e construir proposta de constituição de uma força nacional de defesa; atuando especialmente em estados onde ocorreram tragédias de grandes proporções como Alagoas, Pernambuco e Rio de Janeiro.

(Requerimento nº 171, de 2011, do Senador Jorge Viana e outros Senadores)

Número de membros: 11 titulares e 11 suplentes

PRESIDENTE: Senador Jorge Viana (PT-AC) ⁽⁷⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Inácio Arruda (PC DO B-CE) ⁽⁷⁾

RELATOR: Senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) ⁽⁷⁾

Aprovação do Requerimento: 17/03/2011

Instalação: 04/05/2011

Prazo final: 14/08/2011

Prazo prorrogado: 22/12/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁸⁾	
Senador Jorge Viana (PT) ⁽⁴⁾	1. Senador Rodrigo Rollemberg (PSB) ^(4,5)
Senador Delcídio do Amaral (PT) ⁽⁴⁾	2. Senador Blairo Maggi (PR) ⁽⁴⁾
Senador Lindbergh Farias (PT) ⁽⁴⁾	3. Senadora Lídice da Mata (PSB) ⁽⁴⁾
Senador Inácio Arruda (PC DO B) ⁽⁴⁾	4. Senador Acir Gurgacz (PDT) ⁽⁴⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PV)	
Senador Casildo Maldaner (PMDB) ⁽³⁾	1. Senador Ricardo Ferraço (PMDB) ⁽³⁾
Senador Eduardo Braga (PMDB) ⁽³⁾	2. Senador Luiz Henrique (PMDB) ⁽³⁾
Senador Vital do Rêgo (PMDB) ⁽³⁾	3. Senador Benedito de Lira (PP) ⁽⁶⁾
Senador Valdir Raupp (PMDB) ⁽³⁾	4.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Senador Paulo Bauer (PSDB) ⁽¹⁾	1. Senador Cyro Miranda (PSDB) ⁽¹⁾
	2.
PTB	
Senador Fernando Collor ⁽²⁾	1. Senador Armando Monteiro ⁽²⁾

Notas:

*. Em 9.8.2011, foi lido e aprovado o Requerimento nº 957, de 2011, que prorroga o prazo dos trabalhos da Comissão até o final da presente sessão legislativa.

1. Em 1º.04.2011, os Senadores Paulo Bauer e Cyro Miranda são designados membros titular e suplente, respectivamente, do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão. (Of. 74/2011 - GLPSDB)

2. Em 06.04.2011, os Senadores Fernando Collor e Armando Monteiro são designados membros titular e suplente, respectivamente, do PTB na Comissão. (Of. 77/2011 - GLPTB)

3. Em 07.04.2011, os Senadores Casildo Maldaner, Eduardo Braga, Vital do Rêgo e Valdir Raupp são designados membros titulares do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PMN/PSC/PV) na Comissão; e os Senadores Ricardo Ferraço e Luiz Henrique, membros suplentes. (Of. 105/2011-GLPMDB)

4. Em 20.04.2011, os Senadores Jorge Viana, Delcídio do Amaral, Lindbergh Farias e Inácio Arruda são designados membros titulares do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão; e os Senadores Ana Rita, Blairo Maggi, Lídice da Mata e Acir Gurgacz, membros suplentes. (Of. 54/2011-GLDABG)

5. Em 04.05.2011, o Senador Rodrigo Rollemberg é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Ana Rita. (Of. 59/2011-GLDBAG)
6. Em 04.05.2011, o Senador Benedito de Lira é designado membro suplente do PMDB na Comissão (OF. GLPMDB nº 140/2011).
7. Em 04.05.2011, foi lido o Of. 015/11-SSCEPI, que comunica a instalação da Comissão Temporária e a eleição do Senador Jorge Viana para Presidente e do Senador Inácio Arruda para Vice-Presidente, bem como a designação do Senador Casildo Maldaner para Relator.
8. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

4) COMISSÃO TEMPORÁRIA EXTERNA - VISITA "IN LOCO" À ELETROBRÁS TERMONUCLEAR S.A (ELETRONUCLEAR)

Finalidade: Realizar visita, "in loco", à Eletrobrás Termonuclear S.A. (ELETRONUCLEAR), em específico, a Usina Nuclear de Angra I, Angra II e demais instalações do complexo.

(Requerimento nº 237, de 2011, do Senador Lindbergh Farias e outros Senadores)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Aprovação do Requerimento: 22/03/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) (10)	
Senador Lindbergh Farias (PT) (3)	1. Senador Delcídio do Amaral (PT) (4)
Senador Jorge Viana (PT) (7)	2. Senador Rodrigo Rollemberg (PSB) (2)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PV)	
Senador Lobão Filho (PMDB) (1)	1.
Senador Marcelo Crivella (PRB) (6,9)	2.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Senador Cyro Miranda (PSDB) (8)	1. Senadora Lúcia Vânia (PSDB) (5)

Notas:

1. Em 29.03.2011, o Senador Lobão Filho é designado membro titular do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão (Of. nº 096/2011 - GLPMDB).
2. Em 29.03.2011, o Senador Rodrigo Rollemberg é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 039/2011 - GLDBAG).
3. Em 29.03.2011, o Senador Lindbergh Farias é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 039/2011 - GLDBAG).
4. Em 29.03.2011, o Senador Delcídio Amaral é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 039/2011 - GLDBAG).
5. Em 29.03.2011, a Senadora Lúcia Vânia é designada membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 073/2011 - GLPSDB).
6. Em 29.03.2011, o Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) cedeu a segunda vaga de titular na Comissão ao PRB (Of. nº 096/2011 - GLPMDB)
7. Em 29.03.2011, o Senador Jorge Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 039/2011 - GLDBAG).
8. Em 29.03.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 073/2011 - GLPSDB).
9. Em 30.03.2011, o Senador Marcelo Crivella é designado membro titular na Comissão em vaga cedida pelo Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) ao Bloco de Apoio ao Governo (Of. nº 41/2011 - GLDBAG).
10. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

5) COMISSÃO TEMPORÁRIA EXTERNA - AÇÕES DA POLÍTICA NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA

Finalidade: Acompanhar e analisar, no prazo de doze meses, as ações da Política Nacional de Segurança Pública, especialmente os projetos e programas financiados com recursos do PAC 2.

(Requerimento nº 455, de 2011, do Senador Eduardo Braga e outros Senadores)

Número de membros: 5

PRESIDENTE: Senador Eduardo Braga (PMDB-AM) ⁽⁵⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Jayme Campos (DEM-MT) ⁽⁵⁾

RELATOR: Senador Pedro Taques (PDT-MT) ⁽⁵⁾

Aprovação do Requerimento: 25/05/2011

Instalação: 05/07/2011

Prazo final: 22/12/2011

MEMBROS

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁶⁾

Senador Lindbergh Farias (PT) ⁽³⁾

Senador Pedro Taques (PDT) ⁽³⁾

Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PV)

Senador Eduardo Braga (PMDB) ⁽¹⁾

Senador Valdir Raupp (PMDB) ⁽²⁾

Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)

Senador Jayme Campos (DEM) ⁽⁴⁾

Notas:

1. Em 09.06.2011, o Senador Eduardo Braga é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria (OF. Nº 187/2011 - GLPMDB).
2. Em 09.06.2011, o Senador Valdir Raupp é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria (OF. Nº 187/2011 - GLPMDB).
3. Em 16.06.2011, os Senadores Lindbergh Farias e Pedro Taques são designados membros titulares do Bloco de Apoio ao Governo (OF. Nº 76/2011 - GLDBAG).
4. Em 29.06.2011, o Senador Jaime Campos é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria (OF. Nº 50/11 - GLDEM).
5. Em 05.07.2011, os senadores Eduardo Braga e Jayme Campos foram eleitos, respectivamente, presidente e vice-presidente da Subcomissão, e o senador Pedro Taques designado relator.
6. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

Secretário(a): ANTONIO OSCAR GUIMARÃES LÓSSIO

Telefone(s): 6133033511

Fax: 6133031176

E-mail: sscepi@senado.gov.br

6) COMISSÃO TEMPORÁRIA EXTERNA - CONFLITO AGRÁRIO NA DIVISA DOS ESTADOS DO ACRE, AMAZONAS E RONDÔNIA

Finalidade: Visitar as regiões de conflito agrário na divisa dos Estados do Acre, Amazonas e Rondônia, onde ocorreu o assassinato de Adelino Ramos e, ainda, no município de Nova Ipixuna, no Sudeste do Pará, local do assassinato do casal de extrativistas José Cláudio Ribeiro da Silva e sua esposa, Maria do Espírito Santo Silva, e Eremilton Pereira dos Santos.

(Requerimento nº 609, de 2011, da Senadora Vanessa Grazziotin e outros Senadores)

Número de membros: 3

Aprovação do Requerimento: 31/05/2011

MEMBROS

Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁴⁾

Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B) ⁽³⁾

Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PV)

Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)

Senador Pedro Taques (PDT) ^(1,2)

Notas:

1. Em 02.06.2011, o DEM cede a sua vaga na Comissão ao Bloco de Apoio ao Governo (OF. Nº 045/11-GLDEM).
2. Em 07.06.2011, o Senador Pedro Taques é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em vaga cedida pelo Bloco Parlamentar Minoria (OF. nº 71/2011 - GLBAG).
3. Em 07.06.2011, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. nº 69/2011 - GLBAG).
4. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

REFORMA POLÍTICA - 2011

Finalidade: Elaborar, no prazo de quarenta e cinco dias, anteprojeto de Reforma Política.

(Atos do Presidente do Senado Federal nºs 24 e 28, de 2011)

Número de membros: 15 titulares e 6 suplentes

PRESIDENTE: Senador Francisco Dornelles (PP-RJ)

Designação: 10/02/2011

Instalação: 22/02/2011

TITULARES	SUPLENTES
Senador Francisco Dornelles (PP)	1. Senador Humberto Costa (PT)
VAGO (1)	2. Senador Vital do Rêgo (PMDB)
Senador Fernando Collor (PTB)	3. Senador Waldemir Moka (PMDB)
Senador Aécio Neves (PSDB)	4. Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Senador Roberto Requião (PMDB)	5. Senadora Ana Amélia (PP)
Senador Luiz Henrique (PMDB)	6. Senador Vicentinho Alves (PR)
Senador Wellington Dias (PT)	
Senador Jorge Viana (PT)	
Senador Demóstenes Torres (DEM)	
Senador Pedro Taques (PDT)	
Senador Antonio Carlos Valadares (PSB)	
Senador Eduardo Braga (PMDB)	
Senadora Ana Rita (PT)	
Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B)	
Senadora Lúcia Vânia (PSDB)	

Notas:

*. Em 31.10.2011, foi lido o Of. nº 031/11-SSCEPI, comunicando a instalação da Comissão em 22.02.2011.

1. Vago em virtude do falecimento do Senador Itamar Franco, ocorrido em 02.07.2011.

Secretário(a): Dirceu Vieira Machado Filho

Telefone(s): 61 33034638

E-mail: sscepi@senado.gov.br

COMISSÃO DE JURISTAS COM A FINALIDADE DE ELABORAR ANTEPROJETO DE CÓDIGO PENAL

Finalidade: Elaborar, no prazo de cento e oitenta dias, anteprojeto de Código Penal.

(Requerimento nº 756, de 2011, do Senador Pedro Taques, aditado pelo Requerimento nº 1.034, de 2011, do Senador José Sarney)

Número de membros: 17

PRESIDENTE: Gilson Dipp ⁽¹⁾

RELATOR: Luiz Carlos Gonçalves

Aprovação do Requerimento: 10/08/2011

Designação: 21/09/2011

Instalação: 18/10/2011

MEMBROS

Gilson Dipp

Maria Tereza Moura

Antonio Nabor Areias Bulhões

Emanuel Messias Oliveira Cacho

Gamil Föppel El Hireche

José Muños Piñeiro Filho

Juliana Garcia Belloque

Luiza Nagib Eluf

Luiz Carlos Gonçalves

Luiz Flávio Gomes

Marcelo André de Azevedo

Marcelo Leal Lima Oliveira

Marcelo Leonardo

René Ariel Dotti

Técio Lins e Silva

Tiago Ivo Odon

Marco Antonio Marques da Silva

Notas:

*. Em 23.08.2011, foi aprovado o Requerimento nº 1.034/2011, alterando o número de membros da Comissão de sete para quinze.

**. Lida na sessão deliberativa de 21.09.2011 a designação dos membros para comporem a Comissão de Juristas.

***. Acrescida de uma vaga destinada a Consultor Legislativo do Senado, nos termos do Requerimento nº 756, de 2011, aprovado. Designado em 22.09.2011.

****. Em 31.10.2011, foi lido o Of. nº 032/11-SSCEPI, comunicando a instalação da Comissão em 18.10.2011, bem como a designação, como Relator, do Dr. Luiz Carlos Gonçalves, Procurador Regional do Estado de São Paulo.

*****. Acrescida de uma vaga, conforme proposta da Presidência do Senado, aprovada na sessão de 20.10.2011, a ser ocupada pelo Desembargador Marco Antonio Marques da Silva, do Tribunal de Justiça de São Paulo.

1. Lida na sessão deliberativa de 21.09.2011 a designação do Ministro Gilson Dipp como presidente da Comissão.

Secretário(a): Reinilson Prado

Telefone(s): 061 33033501

E-mail: sscepi@senado.gov.br

COMPOSIÇÃO

COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Delcídio do Amaral (PT-MS) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Lobão Filho (PMDB-MA) ⁽¹⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹⁴⁾	
Delcídio do Amaral (PT)	1. Zeze Perrella (PDT) ^(11,15)
Eduardo Suplicy (PT)	2. Angela Portela (PT)
José Pimentel (PT) ^(10,11)	3. Marta Suplicy (PT)
Humberto Costa (PT)	4. Wellington Dias (PT)
Lindbergh Farias (PT)	5. Jorge Viana (PT)
Acir Gurgacz (PDT)	6. Cristovam Buarque (PDT) ⁽⁹⁾
Lídice da Mata (PSB)	7. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	8. Inácio Arruda (PC DO B)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PV)	
Casildo Maldaner (PMDB)	1. Vital do Rêgo (PMDB)
Eduardo Braga (PMDB)	2. VAGO ⁽¹⁸⁾
Valdir Raupp (PMDB)	3. Romero Jucá (PMDB)
Roberto Requião (PMDB)	4. Ana Amélia (PP)
Eunício Oliveira (PMDB)	5. Waldemir Moka (PMDB)
Luiz Henrique (PMDB)	6. Sérgio Souza (PMDB) ^(4,8,17)
Lobão Filho (PMDB)	7. Benedito de Lira (PP)
Francisco Dornelles (PP)	8. Ciro Nogueira (PP)
Ivo Cassol (PP) ^(12,13,19,20)	9. Ricardo Ferraço (PMDB) ⁽⁶⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) ⁽²⁾	1. Alvaro Dias (PSDB)
Cyro Miranda (PSDB)	2. Aécio Neves (PSDB) ⁽³⁾
Flexa Ribeiro (PSDB)	3. Paulo Bauer (PSDB)
José Agripino (DEM)	4. Jayme Campos (DEM)
Demóstenes Torres (DEM)	5. Clovis Fecury (DEM) ^(5,16)
PTB	
Armando Monteiro	1. Fernando Collor
João Vicente Claudino	2. Gim Argello

PR (21)	
Clésio Andrade	1. Blairo Maggi
João Ribeiro (7)	2. Vicentinho Alves
PSOL	
Marinor Brito	1. Randolfe Rodrigues

Notas:

- *. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro titular; e o Senador Randolfe Rodrigues como membro suplente, para comporem a CAE.
- **. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
- ***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 15, de 2011, da Liderança do PTB, designando os Senadores Armando Monteiro e João Vicente Claudino como membros titulares; e os Senadores Fernando Collor e Gim Arguello como membros suplentes, para comporem a CAE.
- ****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 22, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aécio Neves, Cyro Miranda e Flexa Ribeiro como membros titulares; e os Senadores Alvaro Dias, Aloysio Nunes e Paulo Bauer como membros suplentes, para comporem a CAE.
- *****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 16, de 2011, da Liderança do PT, designando os Senadores Delcídio Amaral, Eduardo Suplicy, Gleisi Hoffmann, Humberto Costa, Lindbergh Farias, Clésio Andrade, João Ribeiro, Acir Gurgacz, Lídice da Mata e Vanessa Grazziotin como membros titulares; e os Senadores José Pimentel, Ângela Portela, Marta Suplicy, Wellington Dias, Jorge Viana, Blairo Maggi, Vicentinho Alves, Pedro Taques, Antonio Carlos Valadares e Inácio Arruda como membros suplentes, para comporem a CAE.
- *****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 51, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Casildo Maldaner, Eduardo Braga, Valdir Raupp, Roberto Requião, Eunício Oliveira, Luiz Henrique, Lobão Filho, Francisco Dornelles e Ivo Cassol como membros titulares; e os Senadores Vital do Rêgo, Wilson Santiago, Romero Jucá, Ana Amélia, Waldemir Moka, Gilvam Borges, Benedito de Lira e Ciro Nogueira como membros suplentes, para comporem a CAE.
- *****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando os Senadores José Agripino e Demóstenes Torres como membros titulares; e o Senador Jayme Campos e a Senadora Kátia Abreu como membros suplentes, para comporem a CAE.
- 1. Em 23.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Delcídio Amaral e Lobão Filho, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
- 2. Em 23.03.2011, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 059/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Aécio Neves.
- 3. Em 23.03.2011, o Senador Aécio Neves é designado membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 059/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira.
- 4. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.
- 5. Em 05.04.2011, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 033/11-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
- 6. Em 06.04.2011, o Senador Ricardo Ferraço é designado membro suplente do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PMN/PSC/PV) na Comissão (of. nº 103/2011 - GLPMDB).
- 7. O Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.
- 8. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).
- 9. Em 26.05.2011, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Pedro Taques (Of nº 66/2011-GLDBAG).
- 10. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
- 11. Em 28.06.2011, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann, o Senador José Pimentel é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, deixando de ocupar a suplência (Of nº 079/2011-GLDBAG).
- 12. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
- 13. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).
- 14. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
- 15. Em 18.08.2011, o Senador Zeze Perrella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 104/2011 - GLDBAG).
- 16. Em 05.10.2011, em substituição à Senadora Maria do Carmo Alves, o Senador Clovis Fecury é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão.(Of nº 060/2011-GLDEM).
- 17. Em 06.10.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Geovani Borges (OF. nº 271/2011 - GLPMDB).
- 18. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

19. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).

20. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 294/2011).

21. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito

Reuniões: terças-feiras, às 10h - Plenário nº 19 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516

Fax: 3303-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - ASSUNTOS MUNICIPAIS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2005, do Senador Luiz Otávio, com o objetivo de opinar sobre matérias de interesse do poder municipal local.

(Requerimento Da Comissão De Assuntos Econômicos 7, de 2005)

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito

Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516

Fax: 3303-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE AVALIAÇÃO DO SISTEMA TRIBUTÁRIO NACIONAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 1/2011, com o objetivo de avaliar a funcionalidade do Sistema Tributário Nacional.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)

VICE-PRESIDENTE: Senador José Pimentel (PT-CE)

Instalação: 26/04/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹⁾	
Marta Suplicy (PT)	1. Acir Gurgacz (PDT)
José Pimentel (PT)	2. Vanessa Grazziotin (PC DO B)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PV)	
Eduardo Braga (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB)
Luiz Henrique (PMDB)	2. Armando Monteiro (PTB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Flexa Ribeiro (PSDB)

Notas:

1. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

*. Em 3.6.2011, foi lido o Ofício 173/2011-CAE, que comunica a instalação da Subcomissão em 26.4.2011, bem como a eleição dos Senadores Aloysio Nunes Ferreira e José Pimentel para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente.

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito

Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516

Fax: 3303-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE AVALIAÇÃO DA POLÍTICA FISCAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 6/2011, com o objetivo de acompanhar e avaliar, até o final da presente sessão legislativa ordinária, o desempenho da política fiscal implementada pelo Governo e suas consequências para a gestão da política macroeconômica.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Francisco Dornelles (PP-RJ)

VICE-PRESIDENTE: Senador Cyro Miranda (PSDB-GO)

Instalação: 18/05/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁵⁾	
Lindbergh Farias (PT) ^(4,7)	1. Angela Portela (PT)
Clésio Andrade (PR)	2. Cristovam Buarque (PDT) ⁽⁶⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PV)	
Francisco Dornelles (PP)	1. Ciro Nogueira (PP)
Valdir Raupp (PMDB)	2. Waldemir Moka (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB) ⁽²⁾	1. Armando Monteiro (PTB) ^(1,3)

Notas:

1. Em 12.04.2011, o Senador Aécio Neves é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão, em substituição ao Senador Cyro Miranda. (Of. nº 67/2011 - CAE).
2. Em 12.04.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão, em substituição ao Senador Aécio Neves. (Of. nº 67/2011 - CAE).
3. Em 25.05.2011, o Senador Armando Monteiro é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Subcomissão, em substituição ao Senador Aécio Neves, em vaga cedida pelo PSDB (Of. nº 159/2011-CAE).
4. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
5. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
6. Em 03.10.2011, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição ao Senador Lindbergh Farias (Of. nº 350/2011/CAE).
7. Em 03.10.2011, o Senador Lindbergh Farias é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (Of. nº 350/2011/CAE).
- *. Em 3.6.2011, foi lido o Ofício 174/2011-CAE, que comunica a instalação da Subcomissão em 18.5.2011, bem como a eleição dos Senadores Francisco Dornelles e Cyro Miranda para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente.

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito

Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516

Fax: 3303-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

1.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS E DO EMPREENDEDOR INDIVIDUAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQE nº 7/2011, com a finalidade de examinar e debater os temas relacionados às micro e pequenas empresas e ao empreendedorismo individual.

Secretário(a): Adriana Tavares Sobral de Vito

Telefone(s): 3303-4605 /3303-3516

Fax: 3303-4344

E-mail: scomcae@senado.gov.br

2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS

Número de membros: 21 titulares e 21 suplentes

PRESIDENTE: Senador Jayme Campos (DEM-MT) ⁽⁴⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) ⁽⁴⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁹⁾	
Paulo Paim (PT)	1. Eduardo Suplicy (PT)
Angela Portela (PT)	2. Marta Suplicy (PT)
Humberto Costa (PT)	3. VAGO
Wellington Dias (PT)	4. Ana Rita (PT)
João Durval (PDT)	5. Lindbergh Farias (PT)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	6. Cristovam Buarque (PDT)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	7. Lídice da Mata (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PV)	
Waldemir Moka (PMDB)	1. Eunício Oliveira (PMDB) ⁽⁷⁾
Paulo Davim (PV) ⁽²⁾	2. Pedro Simon (PMDB)
Romero Jucá (PMDB) ^(3,5)	3. Lobão Filho (PMDB)
Casildo Maldaner (PMDB)	4. Eduardo Braga (PMDB)
Ricardo Ferraço (PMDB)	5. Roberto Requião (PMDB)
Eduardo Amorim (PSC)	6. Sérgio Petecão (PSD) ⁽¹¹⁾
Ana Amélia (PP)	7. Benedito de Lira (PP)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cícero Lucena (PSDB)	1. Aécio Neves (PSDB)
Lúcia Vânia (PSDB)	2. Cássio Cunha Lima (PSDB) ^(10,12,14)
Cyro Miranda (PSDB) ^(8,10)	3. Paulo Bauer (PSDB)
Jayme Campos (DEM)	4. Maria do Carmo Alves (DEM)
PTB	
Mozarildo Cavalcanti	1. Armando Monteiro
João Vicente Claudino ^(1,6)	2. Gim Argello
PR ⁽¹³⁾	
Vicentinho Alves	1. Clésio Andrade

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 16, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular; e os Senadores Armando Monteiro e Gim Argello como membros suplentes, para comporem a CAS.

***. Em 17.02.2011 foi lido o Ofício nº 21, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Cícero Lucena, Lúcia Vânia e Marisa Serrano como membros titulares; e os Senadores Aécio Neves, Cyro Miranda e Paulo Bauer como membros suplentes, para comporem a CAS

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 52, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Waldemir Moka, Gilvam Borges, Jarbas Vasconcelos, Casildo Maldaner, Ricardo Ferraço, Eudardo Amorim e Ana Amélia como membros titulares; e os Senadores Vital do Rêgo, Pedro Simon, Lobão Filho, Eduardo Braga, Roberto Requião, Sérgio Petecão e Benedito de Lira como membros suplentes, para comporem a CAS.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 19, de 2011, do Líder do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Paulo Paim, Ângela Portela, Humberto Costa, Wellington Dias, Vicentinho Alves, João Durval, Rodrigo Rollemberg, Vanessa Grazziotin como membros titulares; e os Senadores Eduardo Suplicy, Marta Suplicy, João Pedro, Ana Rita Esgárijo, Lindbergh Farias, Clésio Andrade, Cristovam Buarque e Lídice da Mata como membros suplentes, para comporem a CAS.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Jayme Campos como membro titular; e a Senadora Maria do Carmo Alves como membro suplente, para comporem a CAS.

1. Vaga cedida temporariamente ao Partido Verde - PV (OF. nº 044/2011-GLPTB).

2. Em 23.02.2011, o Senador Paulo Davim é designado membro titular na Comissão, em vaga antes ocupada pelo Senador Gilvam Borges (OF. nº 062/2011 - GLPMDB).

3. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.

4. Em 02.03.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Jayme Campos e Casildo Maldaner, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

5. Em 16.03.2011, o Senador Romero Jucá é designado membro titular do Bloco Parlamentar PMDB/PP/PSC/PMN/PV na comissão. (OF. nº 81/2011 - GLPMDB)

6. Em 18.05.2011, o Senador João Vicente Claudino é designado membro titular do PTB na comissão. (OF. nº 87/2011 -GLPTB)

7. Em 15.06.2011, o Senador Eunício Oliveira é designado membro suplente na Comissão, em vaga antes ocupada pelo Senador Vital do Rêgo (OF. nº 194/2011 - GLPMDB).

8. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.

9. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

10. Em 26.10.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do PSDB na Comissão, deixando de ocupar a suplência (Of. 184/11 -GLPSDB).

11. Em 1º.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.

12. Em 14.11.2011, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do PSDB na Comissão (Of. nº 190/11 -GLPSDB).

13. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.

14. Em 17.11.2011, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Alvaro Dias. (Of. nº 191/2011 - GLPSDB)

Secretário(a): Dulcídia Ramos Calháo

Reuniões: QUINTAS-FEIRAS - 11:30HS - Plenário nº 09 - ALA ALEXANDRE COSTA

2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ASSUNTOS SOCIAIS DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RAS nº 12/2005, da Comissão de Assuntos Sociais, com o objetivo da Valorização das Pessoas com Deficiência.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Lindbergh Farias (PT-RJ) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: VAGO ^(2,4)

Instalação: 24/03/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁶⁾	
Lindbergh Farias (PT)	1. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Wellington Dias (PT)	2. Lídice da Mata (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PV)	
Waldemir Moka (PMDB)	1. Ana Amélia (PP)
Casildo Maldaner (PMDB)	2. Eduardo Amorim (PSC)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO ⁽⁵⁾	1. Maria do Carmo Alves (DEM) ⁽³⁾

Notas:

1. Em 31.03.2011, a Comissão reunida elegeu o Senador Lindbergh Farias Presidente deste colegiado.
 2. Em 31.03.2011, a Comissão reunida elegeu a Senadora Marisa Serrano Vice-Presidente deste Colegiado.
 3. Em 07.04.2011, a Senadora Maria do Carmo Alves é designada membro suplente do Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB/DEM) na Comissão, em substituição ao Senador Cyro Miranda (Of. nº 20/2011 - CAS).
 4. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul (expediente lido na sessão de 27.06.2011).
 5. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
 6. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
- *. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Dulcídia Ramos Calháo

2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROMOÇÃO, ACOMPANHAMENTO E DEFESA DA SAÚDE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RAS nº 9/2005, do Senador Papaléo Paes, com o objetivo de Promoção, Acompanhamento e Defesa da Saúde.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) ⁽²⁾

Instalação: 12/04/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁴⁾	
Humberto Costa (PT)	1. João Durval (PDT)
Ana Rita (PT) ⁽¹⁾	2. Wellington Dias (PT)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PV)	
Eduardo Amorim (PSC)	1. VAGO ⁽³⁾
Waldemir Moka (PMDB)	2. Ana Amélia (PP)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Lúcia Vânia (PSDB)	1. Maria do Carmo Alves (DEM)

Notas:

1. Em 7.4.2011, a Senadora Ana Rita é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Rodrigo Rollemberg. (Of. nº 20/2011 - CAS).
2. Em 12.4.2011, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores Humberto Costa e Eduardo Amorim, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado para o biênio 2011/2012 (Of. nº 22/2011-CAS).
3. Em 15.06.2011, vago em virtude de o Senador Vital do Rêgo não pertencer mais à CAS (Of. nº 194/2011 - GLPMDB).
4. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
- *. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Dulcídia Ramos Calháo

2.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DO EMPREGO E DA PREVIDÊNCIA SOCIAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RAS nº 11/2009, do Senador Paulo Paim , com o objetivo da Defesa do Emprego e da Previdência Social.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽²⁾

Instalação: 29/03/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁴⁾	
Paulo Paim (PT)	1. Vicentinho Alves (PR)
Lídice da Mata (PSB)	2. VAGO ⁽³⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PV)	
Casildo Maldaner (PMDB)	1. Eduardo Amorim (PSC)
Ricardo Ferraço (PMDB)	2. Sérgio Petecão (PSD) ⁽⁵⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Paulo Bauer (PSDB)	1. Aécio Neves (PSDB)

Notas:

1. Em 31.03.2011, a Comissão reunida elegeu o Senador Paulo Paim Presidente deste Colegiado.
 2. Em 31.03.2011, a Comissão reunida elegeu a Senadora Lídice da Mata Vice-Presidente deste Colegiado.
 3. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
 4. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
 5. Em 1º.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.
- *. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Dulcídia Ramos Calháo

2.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE POLÍTICAS SOCIAIS SOBRE DEPENDENTES QUÍMICOS DE ÁLCOOL, "CRACK" E OUTROS

Finalidade: Acompanhar, no prazo de noventa dias, Políticas Sociais sobre Dependentes Químicos de Álcool, "Crack" e Outras Drogas.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Wellington Dias (PT-PI) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽¹⁾

RELATORA: Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽³⁾

Aprovação do Requerimento: 16/03/2011

Instalação: 29/03/2011

Prazo prorrogado: 16/12/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁴⁾	
Wellington Dias (PT)	1. Angela Portela (PT)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	2. Cristovam Buarque (PDT)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PV)	
Waldemir Moka (PMDB)	1. Paulo Davim (PV)
Ana Amélia (PP)	2. Eduardo Amorim (PSC)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO ⁽²⁾	1. Cícero Lucena (PSDB)

Notas:

1. Em 31.03.2011, foi lido o Ofício nº 16/2011-PRES/CAS, que comunica a instalação da Subcomissão em 29.03.2011, bem como a eleição dos Senadores Wellington Dias e Ana Amélia para Presidente e Vice-Presidente, respectivamente.
2. Em 18.05.2011, o Senador Cyro Miranda deixou de integrar a Subcomissão em virtude de participar de diversas outras Comissões (OF. nº 40/2011 - PRESIDÊNCIA/CAS).
3. Em 28.06.2011, a Senadora Ana Amélia é designada relatora da Subcomissão. (Of. nº 48/2011 - PRESIDENCIA/CASDEP)
4. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
- *. Em 23.03.2011, foi lido o Ofício nº 10/2011-PRES/CAS, que comunica a criação da Subcomissão mediante a aprovação do Requerimentoº 2/2011-CAS, em 16.03.2011.
- **. Em 23.03.2011, foi lido o Ofício nº 11/2011-PRES/CAS, que comunica a designação dos membros da Subcomissão.
- ***. Em 08.06.2011, o Presidente da CAS comunica a prorrogação do prazo inicial por noventa dias, de 26.06 para 7.10.2011 (OF. nº 61/2011-PRES/CAS).
- ****. Em 31.08.2011, foi lido o Ofício nº 137/2011-PRES/CAS, que comunica a prorrogação do prazo da Subcomissão por setenta dias (16.12.2011).

Secretário(a): Dulcídia Ramos Calháo

3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

PRESIDENTE: Senador Eunício Oliveira (PMDB-CE) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador José Pimentel (PT-CE) ⁽¹⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽²⁴⁾	
José Pimentel (PT)	1. Eduardo Suplicy (PT) ⁽⁸⁾
Marta Suplicy (PT)	2. Ana Rita (PT) ⁽⁸⁾
Pedro Taques (PDT)	3. Aníbal Diniz (PT) ^(8,11)
Jorge Viana (PT) ⁽⁷⁾	4. Acir Gurgacz (PDT) ^(25,26)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	5. Lindbergh Farias (PT) ⁽⁹⁾
Inácio Arruda (PC DO B)	6. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Marcelo Crivella (PRB)	7. Humberto Costa (PT) ⁽¹²⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PV)	
Eunício Oliveira (PMDB)	1. Roberto Requião (PMDB) ^(2,4,16,21,28)
Pedro Simon (PMDB) ^(3,17)	2. Valdir Raupp (PMDB) ^(5,16)
Romero Jucá (PMDB)	3. Eduardo Braga (PMDB) ^(13,16)
Vital do Rêgo (PMDB)	4. Ricardo Ferraço (PMDB) ^(15,16)
Renan Calheiros (PMDB) ⁽²¹⁾	5. Lobão Filho (PMDB)
Luiz Henrique (PMDB) ⁽²⁷⁾	6. Waldemir Moka (PMDB)
Francisco Dornelles (PP)	7. Benedito de Lira (PP)
Sérgio Petecão (PSD) ⁽²⁹⁾	8. Eduardo Amorim (PSC)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aécio Neves (PSDB)	1. Lúcia Vânia (PSDB) ⁽²³⁾
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
Alvaro Dias (PSDB)	3. Cícero Lucena (PSDB) ⁽¹⁴⁾
Demóstenes Torres (DEM) ⁽¹⁸⁾	4. José Agripino (DEM) ⁽¹⁹⁾
PTB	
Armando Monteiro	1. Ciro Nogueira (PP) ⁽¹⁰⁾
Gim Argello	2. Mozarildo Cavalcanti ⁽⁶⁾
PR ⁽³⁰⁾	
Magno Malta	1. Clésio Andrade ^(20,22)
PSOL	
Randolfe Rodrigues	1. Marinor Brito

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 5, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Lindberg Farias, José Pimentel, Marta Suplicy, Pedro Taques, Vicente Alves, Magno Malta, Antonio Carlos Valadares, Inácio Arruda e Marcelo Crivella como membros titulares; e os Senadores João Pedro, Ana Rita Esgálio, Aníbal Diniz, Jorge Viana, Acir Gurgacz, João Ribeiro, Clésio Andrade, Rodrigo Rollemberg e Vanessa Grazziotin como membros suplentes, para comporem a CCJ.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

**. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 4, de 2011, da Liderança do DEM, designando a Senadora Kátia Abreu como membro titular, para compor a CCJ (Em 22.02.2011, foi lido o Of. nº 12/2011, da Liderança do DEM, ratificando a informação).

***. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 6, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Demóstenes Torres como membro suplente, para compor a CCJ (Em 22.02.2011, foi lido o Of. nº 12/2011, da Liderança do DEM, ratificando a informação).

****. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 20, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aécio Neves, Aloysio Nunes e Álvaro Dias como membros titulares; e os Senadores Mário Couto, Flexa Ribeiro e Paulo Bauer como membros suplentes, para comporem a CCJ.

*****. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 17, de 2011, da Liderança do PTB, designando os Senadores Armando Monteiro e Gim Argello como membros titulares, para comporem a CCJ.

*****. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 25, de 2011, da Liderança do Bloco PMDB-PP-PSC-PMN-PV, designando os Senadores Eunício Oliveira, Eduardo Braga, Romero Jucá, Vital do Rego, Luiz Henrique, Roberto Requião, Francisco Dornelles e Sérgio Petecão como membros titulares; e os Senadores Renan Calheiros, Valdir Raupp, Wilson Santiago, Gilvam Borges, Lobão Filho, Waldemir Moka, Benedito de Lira e Eduardo Amorim como membros suplentes, para comporem a CCJ.

*****. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando o Senador Randolfe Rodrigues como membro titular; e a Senadora Marinor Brito como membro suplente, para comporem a CCJ.

*****. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

1. Em 09.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Eunício Oliveira e José Pimentel, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
2. Vago em virtude de o Senador Renan Calheiros ter sido designado membro titular do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Braga. (OF. Nº 29/2011-GLPMDB)
3. Em 10.02.2011, o Senador Renan Calheiros é designado membro titular do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN na Comissão, em substituição ao Senador Eduardo Braga. (OF. Nº 29/2011-GLPMDB)
4. Em 16.02.2011, o Senador Valdir Raupp é designado como 1º suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão. (OF.Nº 42/2011-GLPMDB)
5. Em 16.02.2011, o Senador Eduardo Braga é designado como 2º suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Valdir Raupp. (OF.Nº 41/2011-GLPMDB)
6. Em 17.02.2011, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado suplente do PTB na Comissão (Ofício nº 041/2011-GLPTB).
7. Em 17.02.2011, o Senador Jorge Viana é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Vicentinho Alves (Ofício nº 011/2011-GLDBAG).
8. Em 17.02.2011, a Liderança do Bloco de Apoio ao Governo solicitou alteração na ordem de seus membros na suplência da Comissão (Ofício nº 012/2011-GLDBAG).
9. Em 17.02.2011, o Senador Lindbergh Farias é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Clésio Andrade (Ofício nº 011/2011-GLDBAG).
10. Em 17.02.2011, o Senador Ciro Nogueira é designado suplente na Comissão, em decorrência de vaga cedida pelo PTB ao PP (Ofícios nº 005/2011-GLDPP e 031/2011-GLPTB).
11. Em 17.02.2011, o Senador Eduardo Suplicy é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Jorge Viana (Ofício nº 011/2011-GLDBAG).
12. Em 22.02.2011, o Senador Humberto Costa é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Vanessa Grazziotin (Of. nº 014/2011 - GLDBAG).
13. Em 23.02.2011, o Senador Ricardo Ferraço é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Wilson Santiago (OF. nº 063/2011-GLPMDB).
14. O Senador Cícero Lucena é designado membro suplente do PSDB na Comissão, em 17.02.2011, em substituição ao Senador Paulo Bauer (Of. nº 034/2011-GLPSDB).
15. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.
16. Em 31.03.2011, foi encaminhado um novo ordenamento na composição do Bloco Parlamentar (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão (Of. nº 089/2011 - GLPMDB).
17. Em 31.03.2011, o Senador Pedro Simon é designado membro titular do Bloco Parlamentar(PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Renan Calheiros. (Of. nº 088/2011-GLPMDB)
18. Em 05.04.2011, o Senador Demóstenes Torres é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 033/11-GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
19. Em 05.04.2011, o Senador José Agripino é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 033/11-GLDEM), em substituição ao Senador Demóstenes Torres.
20. O Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.
21. Em 05.05.2011, o Senador Renan Calheiros é designado membro titular do PMDB na Comissão, em substituição ao Senador Luiz Henrique, que passa à suplência (OF. GLPMDB nº 136/2011).
22. Em 24.05.2011, o Senador Clésio Andrade é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador João Ribeiro (Ofício nº 64/2011-GLDBAG).
23. Em 27.05.2011, a Senadora Lúcia Vânia é designada suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Mário Couto (Of. nº 125/2011-GLPSDB).

24. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
25. Em 29.08.2011, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of. nº 107/2011-GLDBAG).
26. Em 31.08.2011, o Senador Acir Gurgacz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of. nº 112/2011-GLDBAG).
27. Em 29.09.2011, o Senador Luiz Henrique é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Roberto Requião (OF. nº 261/2011-GLPMDB).
28. Em 29.09.2011, o Senador Roberto Requião é designado suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Luiz Henrique (OF. nº 261/2011-GLPMDB).
29. Em 1º.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.
30. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Reuniões: quartas-feiras, às 10h - Plenário nº 3 - Ala Alexandre Costa

Telefone(s): 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - IMAGEM E PRERROGATIVAS PARLAMENTARES

Finalidade: Assessorar a Presidência do Senado em casos que envolvam a imagem e as prerrogativas dos parlamentares e da própria instituição parlamentar.

Número de membros: 5 titulares

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Telefone(s): 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

3.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SEGURANÇA PÚBLICA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQJ nº 4/2003, dos Senadores Ney Suassuna e Tasso Jereissati, com o objetivo de acompanhar sistematicamente a questão da segurança pública em nosso País.

(Requerimento Da Comissão De Constituição, Justiça E Cidadania 4, de 2003)

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Pedro Taques (PDT-MT)

VICE-PRESIDENTE: Senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)

RELATOR: Senador Eduardo Braga (PMDB-AM)

Designação: 19/10/2011

Instalação: 19/10/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB)	
Pedro Taques (PDT)	
Lindbergh Farias (PT)	
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PV)	
Eduardo Braga (PMDB)	
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	
Demóstenes Torres (DEM)	
PTB	
Armando Monteiro	
PSOL	
Randolfe Rodrigues	

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**. Em 26.10.2011, foi lido o Of. 188/2011-CCJ, que fixa a composição, designa os membros e comunica a instalação da Subcomissão em 19.10.2011; a fixação de sete membros titulares; a designação dos Senadores Pedro Taques e Lindbergh Farias como membros titulares do Bloco de Apoio ao Governo; a designação do Senador Eduardo Braga como membro titular do Bloco Parlamentar PMDB/PP/PSC/PMN/PV; a designação dos Senadores Aloysio Nunes Ferreira e Demóstenes Torres como membros titulares do Bloco Parlamentar da Minoria PSDB/DEM; a designação do Senador Armando Monteiro como membro titular do PTB; a designação do Senador Randolfe Rodrigues como membro titular do PSOL; e a eleição dos Senadores Pedro Taques e Aloysio Nunes Ferreira para Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão, respectivamente, e a designação do Senador Eduardo Braga para Relator.

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Telefone(s): 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: scomccj@senado.gov.br

4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Roberto Requião (PMDB-PR) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Bauer (PSDB-SC) ^(3,15,17)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹⁸⁾	
Angela Portela (PT)	1. Delcídio do Amaral (PT)
Wellington Dias (PT)	2. Aníbal Diniz (PT)
Ana Rita (PT)	3. Marta Suplicy (PT)
Paulo Paim (PT)	4. Gleisi Hoffmann (PT) ⁽¹⁴⁾
Walter Pinheiro (PT)	5. Pedro Taques (PDT)
Cristovam Buarque (PDT)	6. Antonio Carlos Valadares (PSB) ⁽¹⁰⁾
Lídice da Mata (PSB)	7. Zeze Perrella (PDT) ⁽¹⁹⁾
Inácio Arruda (PC DO B)	8. VAGO
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PV)	
Roberto Requião (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB) ^(2,22)
Eduardo Amorim (PSC)	2. Valdir Raupp (PMDB)
Geovani Borges (PMDB) ^(7,13)	3. Luiz Henrique (PMDB)
Garibaldi Alves (PMDB)	4. Waldemir Moka (PMDB)
João Alberto Souza (PMDB) ⁽²⁰⁾	5. Vital do Rêgo (PMDB)
Pedro Simon (PMDB)	6. Sérgio Petecão (PSD) ⁽²³⁾
Ricardo Ferraço (PMDB)	7. Ciro Nogueira (PP) ⁽¹¹⁾
Benedito de Lira (PP)	8.
Ana Amélia (PP)	9.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB) ⁽⁶⁾	1. Alvaro Dias (PSDB)
Cássio Cunha Lima (PSDB) ^(16,25)	2. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) ⁽⁵⁾
Paulo Bauer (PSDB)	3. Flexa Ribeiro (PSDB) ⁽⁴⁾
Maria do Carmo Alves (DEM)	4. Clovis Fecury (DEM) ⁽²¹⁾
José Agripino (DEM) ⁽⁸⁾	5. Demóstenes Torres (DEM) ⁽⁹⁾
PTB	
Armando Monteiro	1. Mozarildo Cavalcanti
João Vicente Claudino	2. ⁽¹⁾
PR ⁽²⁴⁾	
João Ribeiro ⁽¹²⁾	1. Clésio Andrade
Magno Malta	2. Vicentinho Alves

PSOL

Marinor Brito

1. Randolfe Rodrigues

Notas:

- *. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro titular; e o Senador Randolfe Rodrigues como membro suplente, para comporem a CE.
- **. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
- ***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 23, de 2011, da Liderança do PSDB, designando as Senadoras Lúcia Vânia, Marisa Serrano e o Senador Paulo Bauer como membros titulares; e os Senadores Alvaro Dias, Cyro Miranda e Cícero Lucena como membros suplentes, para comporem a CE.
- ****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 18, de 2011, da Liderança do PTB, designando os Senadores Armando Monteiro e João Vicente Claudino como membros titulares; e o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro suplente, para comporem a CE.
- *****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 50, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Roberto Requião, Eduardo Amorim, Gilvam Borges, Garibaldi Alves, João Alberto Souza, Pedro Simon, Ricardo Ferraço, Benedito de Lira e a Senadora Ana Amélia como membros titulares; e os Senadores Jarbas Vasconcelos, Valdir Raupp, Luiz Henrique, Waldemir Moka, Vital do Rêgo, Sérgio Petecão e Francisco Dornelles como membros suplentes, para comporem a CE.
- *****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 17, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando a Senadora Ângela Portela e os Senadores Wellington Dias, Ana Rita, Paulo Paim, Walter Pinheiro, João Ribeiro, Magno Malta, Cristovam Buarque, Lídice da Mata e Inácio Arruda como membros titulares; e os Senadores Delcídio Amaral, Aníbal Diniz, Marta Suplicy, Gleisi Hoffmann, Clésio Andrade, Vicentinho Alves e Pedro Taques como membros suplentes, para comporem a CE.
- *****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando as Senadoras Maria do Carmo Alves e Kátia Abreu como membros titulares; e os Senadores Jayme Campos e José Agripino como membros suplentes, para comporem a CE.
1. Vaga cedida temporariamente ao Partido Verde - PV (OF. nº 043/2011-GLPTB).
2. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.
3. Em 02.03.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Roberto Requião e Marisa Serrano, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
4. Em 23.03.2011, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 061/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Cícero Lucena.
5. Em 23.03.2011, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 062/11-GLPSDB).
6. Em 23.03.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 060/11-GLPSDB), em substituição à Senadora Lúcia Vânia.
7. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.
8. Em 05.04.2011, o Senador José Agripino é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 33/11 - GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
9. Em 05.04.2011, o Senador Demóstenes Torres é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. nº 33/11 - GLDEM), em substituição ao Senador José Agripino.
10. Em 13.04.2011, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro suplente na Comissão. (Of. nº 048/2011 - GLDBAG)
11. Em 02.05.2011, o Senador Ciro Nogueira é designado membro suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Francisco Dornelles (Ofício nº 123/2011-GLPMDB)
12. O Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.
13. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado titular do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).
14. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
15. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul (expediente lido na sessão de 27.06.2011).
16. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
17. Em 12.07.2011, a Comissão reunida elegeu o Senador Paulo Bauer Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 72/2011-CE).
18. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
19. Em 31.08.2011, o Senador Zezé Perrella foi designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 114/2011-GLDBAG).
20. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.
21. Em 05.10.2011, em substituição ao Senador Jayme Campos, o Senador Clovis Fecury é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão.(Of nº 060/2011-GLDEM).
22. Em 18.10.2011, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. nº 274/11-GLPMDB).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

23. Em 1º.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.

24. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.

25. Em 17.11.2011, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria. (Of. 192/2011 - GLPSDB)

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Reuniões: terças-feiras, às 11h - Plenário nº 15 - ALA ALEXANDRE COSTA

Telefone(s): 3303-4604

Fax: 3303-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE CINEMA, TEATRO, MÚSICA E COMUNICAÇÃO SOCIAL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 26/2000, do Senador José Fogaça e outros, com o objetivo de Acompanhamento das ações Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social.

Número de membros: 12 titulares e 12 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3303-4604

Fax: 3303-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO LIVRO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 1/2002, do Senador José Sarney.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3303-4604

Fax: 3303-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO ESPORTE

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3303-4604

Fax: 3303-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

4.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA NO AMBIENTE ESCOLAR

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCE nº 19/2011, da Senadora Gleisi Hoffmann e outras, com a finalidade de, no prazo de seis meses, realizar um ciclo de diálogos com o objetivo de analisar e debater as relações no ambiente escolar, e apresentar propostas ao Poder Público, em todos os níveis, para enfrentar esse problema em busca de uma sociedade educadora.

Número de membros: 3 titulares e 3 suplentes

Notas:

*. Em 17.05.2011, foi lido o Ofício nº 036/2011/CE informando que o Presidente da Comissão de Educação, Cultura e Esporte decidiu, e o Plenário referendou, a redução do número de cinco membros titulares e cinco suplentes para três membros titulares e três suplentes para a Subcomissão.

Secretário(a): Júlio Ricardo Borges Linhares

Telefone(s): 3303-4604

Fax: 3303-3121

E-mail: julioric@senado.gov.br

5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE, DEFESA DO CONSUMIDOR E FISCALIZAÇÃO E CONTROLE - CMA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: VAGO ^(3,20)

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹⁵⁾	
Anibal Diniz (PT)	1. Ana Rita (PT)
Acir Gurgacz (PDT) ^(12,16)	2. Delcídio do Amaral (PT) ⁽⁴⁾
Jorge Viana (PT)	3. Vanessa Grazziotin (PC DO B)
Pedro Taques (PDT)	4. Cristovam Buarque (PDT)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	5. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PV)	
Luiz Henrique (PMDB) ⁽¹⁷⁾	1. Valdir Raupp (PMDB)
Waldemir Moka (PMDB) ^(21,22)	2. Lobão Filho (PMDB)
Eunício Oliveira (PMDB)	3. Romero Jucá (PMDB) ^(23,24)
Sérgio Souza (PMDB) ⁽⁷⁾	4. João Alberto Souza (PMDB) ⁽¹⁸⁾
Eduardo Braga (PMDB)	5. Garibaldi Alves (PMDB)
Ivo Cassol (PP) ^(13,14,25,27)	6. Eduardo Amorim (PSC) ⁽⁹⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Cícero Lucena (PSDB)
Alvaro Dias (PSDB) ^(8,11)	2. Flexa Ribeiro (PSDB)
Jayme Campos (DEM) ^(19,29)	3. Clovis Fecury (DEM) ⁽²⁹⁾
PTB	
Gim Argello ^(1,26)	1. João Vicente Claudino ⁽²⁾
PR ⁽²⁸⁾	
Vicentinho Alves	1. Blairo Maggi
PSOL	
Randolfe Rodrigues ⁽⁵⁾	1. Lindbergh Farias (PT) ^(5,6,10)

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro suplente, para compor a CMA.

**. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 25, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aloysio Nunes e Marisa Serrano como membros titulares; e os Senadores Cícero Lucena e Flexa Ribeiro como membros suplentes, para comporem a CMA.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 57, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Vital do Rêgo, Wilson Santiago, Eunício Oliveira, Romero Jucá, Eduardo Braga, Ivo Cassol e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Valdir Raupp, Lobão Filho, Waldemir Moka, João Alberto Souza e Garibaldi Alves como membros suplentes, para comporem a CMA.

- *****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 22, de 2011, do Líder do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Aníbal Diniz, João Pedro, Jorge Viana, Vicentinho Alves, Pedro Taques, Rodrigo Rollemberg como membros titulares; a Senadora Ana Rita Esgálio e os Senadores Walter Pinheiro, Vanessa Grazziotin, Blairo Maggi, Cristovam Buarque e Antonio Carlos Valadares como membros suplentes, para comporem a CMA.
- *****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando a Senadora Kátia Abreu como membro titular; e o Senador Jayme Campos como membro suplente, para comporem a CMA.
1. Em 22.02.2011, o Senador Paulo Davim é designado membro titular em vaga cedida, provisoriamente, pelo Partido Trabalhista Brasileiro - PTB na Comissão (OF. nº 046/2011 - GLPTB / OF. nº 057/2011-GLPMDB).
 2. Em 23.02.2011, o Senador João Vicente Claudino é designado membro suplente na Comissão (OF. nº 052/2011 - GLPTB).
 3. Em 23.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Rodrigo Rollemberg e Kátia Abreu, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
 4. Em 18.03.2011, o Senador Delcídio do Amaral é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Walter Pinheiro (OF. nº 36/2011 - GLDBAG).
 5. Em 1º.06.2011, o Senador Randolph Rodrigues é designado membro titular do PSOL e a Senadora Marinor Brito deixa de ocupar a vaga de suplente do PSOL (Of. SF/GSMB nº 0275/2011).
 6. Em 1º.06.2011, o PSOL cede a vaga de suplente ao Partido dos Trabalhadores - PT (Of. SF/GSMB nº 0276/2011).
 7. Em 16.06.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Romero Jucá (OF. nº 196/2011 - GLPMDB).
 8. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
 9. Em 30.6.2011, o Senador Eduardo Amorim é designado membro suplente na Comissão (OF. nº 210/2011 - GLPMDB).
 10. Em 05.07.2011, o Senador Lindbergh Farias é designado membro suplente na Comissão, em vaga cedida, provisoriamente, pelo PSOL (OF. nº 087/2011 - GLDBAG / OF. nº 276/2011-GSMB).
 11. Em 06.07.2011, o senador Alvaro Dias é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (OF nº 143/11-GLPSDB).
 12. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
 13. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
 14. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).
 15. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
 16. Em 10.08.2011, o Senador Acir Gurgacz é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 100/2011 - GLDBAG).
 17. Em 20.09.2011, o Senador Luiz Henrique é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Vital do Rêgo (OF. nº 255/2011 - GLPMDB).
 18. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.
 19. Em 05.10.2011, em substituição à Senadora Kátia Abreu, o Senador Clóvis Fecury é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão(OF nº 059/2011-GLDEM).
 20. Em 5.10.2011, o cargo de Vice-Presidente da Comissão fica vago em virtude da saída da Senadora Kátia Abreu do Colegiado, obedecido o disposto no art. 81, § 2º, do Regimento Interno (OF. nº 59/2011 - GLDEM).
 21. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
 22. Em 9/11/2011, o Senador Waldemir Moka é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, deixando de ocupar a suplência (OF. 289/11-GLPMDB)
 23. Em 9/11/2011, o Senador Waldemir Moka é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, deixando de ocupar a suplência (Of. 289/11-GLPMDB)
 24. Em 10.11.2011, o Senador Romero Jucá é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (Of. 292/2011 - GLPMDB).
 25. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
 26. Em 16.11.2011, o Senador Gim Argello é designado membro titular da Comissão, em substituição ao Senador Paulo Davim (Of. nº 125/2011 - GLPTB).
 27. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 294/2011).
 28. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
 29. Em 17.11.2011, o Senador Jayme Campos é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão, em substituição ao Senador Clóvis Fecury, que assume a suplência (Of. 072/2011 -GLDEM).

Secretário(a): Leany Barreiro de Sousa Lemos
Reuniões: terças-feiras, às 11h30 - Plenário nº 6 - ALA NILO COELHO

5.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA ÁGUA

Finalidade: Encaminhamento de soluções legislativas sobre os problemas ainda existentes da gestão e distribuição dos recursos hídricos no Brasil.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: VAGO ^(1,2,6,8,9)

VICE-PRESIDENTE: Senador Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) ^(1,6)

Instalação: 15/03/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁵⁾	
Jorge Viana (PT)	1. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	2. Cristovam Buarque (PDT)
VAGO (4)	3. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PV)	
Waldemir Moka (PMDB)	1. Eduardo Braga (PMDB)
Vital do Rêgo (PMDB)	2. VAGO ⁽⁷⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO (3)	1. Kátia Abreu (PSD)
PTB	
VAGO (8,9)	1. João Vicente Claudino

Notas:

1. Em 15.03.2011, a Senadora Marisa Serrano e o Senador Paulo Davim foram eleitos presidente e vice-presidente da Subcomissão (Of. nº 02/2011-CMA).
 2. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul (expediente lido na sessão de 27.06.2011).
 3. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
 4. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
 5. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
 6. Em 25.08.2011, foi lido o Ofício nº 134/2011/CMA comunicando a eleição, no dia 24 de agosto corrente, dos Senadores Paulo Davim e Rodrigo Rollemberg para Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão, respectivamente.
 7. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
 8. Em 16.11.2011, vago em virtude do OF. nº 125/2011-GLPTB.
 9. Em 16.11.2011, vago em virtude do OF. nº 125/2011-GLPTB.
- *. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
- **. Em 16.3.2011, foi lido o Ofício nº 2, de 15.03.2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, designando os Senadores Jorge Viana, Vanessa Grazziotin, João Pedro, Waldemir Moka, Vital do Rêgo, Marisa Serrano e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Antonio Carlos Valadares, Cristovam Buarque, Rodrigo Rollemberg, Eduardo Braga, Wilson Santiago, Kátia Abreu e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Permanente da Água.

Secretário(a): Leany Barreiro de Sousa Lemos

5.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMPANHAMENTO DA COPA DO MUNDO DE 2014 E DAS OLIMPÍADAS DE 2016

Finalidade: Acompanhamento, fiscalização e controle das obras financiadas com dinheiro público para a Copa de 2014 e as Olimpíadas de 2016.

Número de membros: 9 titulares e 9 suplentes

PRESIDENTE: Senador Blairo Maggi (PR-MT) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Cícero Lucena (PSDB-PB) ⁽²⁾

Instalação: 15/03/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽³⁾	
Blairo Maggi (PR)	1. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Pedro Taques (PDT)	2. VAGO ⁽¹⁾
Anibal Diniz (PT)	3. Vicentinho Alves (PR)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PV)	
Vital do Rêgo (PMDB)	1. Valdir Raupp (PMDB)
Eunício Oliveira (PMDB)	2. Waldemir Moka (PMDB)
Eduardo Braga (PMDB)	3. Lobão Filho (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cícero Lucena (PSDB)	1. Flexa Ribeiro (PSDB)
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	2. Jayme Campos (DEM)
PTB	
VAGO ⁽⁴⁾	1. João Vicente Claudino

Notas:

1. Vago em virtude de o Senador Walter Pinheiro não pertencer mais à Comissão. (Of. nº 36/2011 - GLDBAG)
 2. Em 15.03.2011, os Senadores Blairo Maggi e Cícero Lucena foram eleitos presidente e vice-presidente da Subcomissão (Of. nº 04/2011-CMA).
 3. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
 4. Em 16.11.2011, vago em virtude do OF. nº 125/2011-GLPTB.
- *. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
- **. Em 16.3.2011, foi lido o Ofício nº 4, de 2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, designando em 15.03.2011 os Senadores Blairo Maggi, Pedro Taques, Aníbal Diniz, Vital do Rêgo, Eunício Oliveira, Eduardo Braga, Cícero Lucena, Aloysio Nunes Ferreira e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Rodrigo Rollemberg, Walter Pinheiro, Vicentino Alves, Valdir Raupp, Waldemir Moka, Lobão Filho, Flexa Ribeiro, Jayme Campos e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Copa do Mundo de 2014 e das Olimpíadas de 2016.

Secretário(a): Leany Barreiro de Sousa Lemos

5.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A EXECUÇÃO DAS OBRAS DA USINA DE BELO MONTE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RMA nº 20, de 2010, com o objetivo de acompanhar a execução das obras da Usina Hidrelétrica de Belo Monte.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Ivo Cassol (PP-RO) ^(1,2,3)

RELATOR: Senador Delcídio do Amaral (PT-MS) ⁽¹⁾

Instalação: 12/04/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁴⁾	
VAGO	1. Jorge Viana (PT)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	2. Pedro Taques (PDT)
Delcídio do Amaral (PT)	3.
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PV)	
VAGO (2,3,5,6)	1. Lobão Filho (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	2. Eduardo Braga (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Flexa Ribeiro (PSDB)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
PTB	
VAGO (7)	1. João Vicente Claudino

Notas:

1. Em 12.4.2011, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores Flexa Ribeiro e Ivo Cassol, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado, e designou como relator o Senador Delcídio do Amaral (Of. nº 26/2011 - CMA).
 2. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
 3. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
 4. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
 5. Em 11.08.2011, o Senador Reditario Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 91/2011-CMA).
 6. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
 7. Em 16.11.2011, vago em virtude do OF. nº 125/2011-GLPTB.
- *. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
- **. Em 12.4.2011, foi lido o Ofício nº 26, de 2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, designando os Senadores João Pedro, Rodrigo Rollemberg, Delcídio do Amaral, Ivo Cassol, Valdir Raupp, Flexa Ribeiro e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Jorge Viana, Pedro Taques, Lobão Filho, Eduardo Braga, Aloysio Nunes Ferreira e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Temporária de Acompanhamento das Obras da Usina Hidrelétrica de Belo Monte.

Secretário(a): Leany Barreiro de Sousa Lemos

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

5.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE ACOMPANHAMENTO DA CONFERÊNCIA DA ONU SOBRE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RMA nº 25/2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, com a finalidade de acompanhar a Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável - Rio+20.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cristovam Buarque (PDT-DF) ^(1,4,9)

VICE-PRESIDENTE: VAGO ^(1,11,12)

RELATOR: Senador Pedro Taques (PDT-MT) ⁽¹⁾

Instalação: 05/05/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁶⁾	
Cristovam Buarque (PDT) ^(3,8)	1. Vanessa Grazziotin (PC DO B)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	2. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Pedro Taques (PDT)	3. Jorge Viana (PT)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PV)	
Eduardo Braga (PMDB)	1. Valdir Raupp (PMDB)
VAGO ^(5,7,10)	2.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cícero Lucena (PSDB)	1. VAGO ⁽²⁾
PTB	
VAGO ^(11,12)	1. João Vicente Claudino

Notas:

- Em 5.5.2011, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores João Pedro e Paulo Davim, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado, e designou como relator o Senador Pedro Taques (Of. nº 47/2011 - CMA).
- Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
- Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
- Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
- Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
- O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. N° 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
- Em 11.08.2011, o Senador Reditario Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar Maioria na Subcomissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 91/2011-CMA).
- Em 11.08.2011, o Senador Cristovam Buarque é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (Of. nº 91/2011-CMA).
- Em 25.08.2011, foi lido o Ofício nº 134/2011/CMA comunicando a eleição, no dia 24 de agosto corrente, do Senador Cristovam Buarque para Presidente da Subcomissão.
- Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
- Em 16.11.2011, vago em virtude do OF. nº 125/2011-GLPTB.
- Em 16.11.2011, vago em virtude do OF. nº 125/2011-GLPTB.
- Em 10.5.2011, foi lido o Ofício nº 47, de 2011, da Comissão de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle, designando em 05.05.2011 os Senadores João Pedro, Rodrigo Rollemberg, Pedro Taques, Eduardo Braga, Ivo Cassol, Cícero Lucena e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Vanessa Grazziotin, Antonio Carlos Valadares, Jorge Viana, Valdir Raupp, Marisa Serrana e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Temporária de Acompanhamento da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável - RIO+20.

Secretário(a): Leany Barreiro de Sousa Lemos

6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Ana Rita (PT-ES) ⁽³⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹⁶⁾	
Ana Rita (PT)	1. Angela Portela (PT)
Marta Suplicy (PT)	2. Gleisi Hoffmann (PT) ⁽¹⁴⁾
Paulo Paim (PT)	3. Humberto Costa (PT)
Wellington Dias (PT)	4. VAGO ⁽¹⁵⁾
Cristovam Buarque (PDT)	5. João Durval (PDT)
Marcelo Crivella (PRB) ⁽¹²⁾	6. Lídice da Mata (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PV)	
Pedro Simon (PMDB)	1. Geovani Borges (PMDB) ^(8,10)
Eduardo Amorim (PSC) ^(2,13)	2. Eunício Oliveira (PMDB)
Garibaldi Alves (PMDB)	3. Ricardo Ferraço (PMDB)
João Alberto Souza (PMDB) ⁽¹⁸⁾	4. VAGO ⁽²¹⁾
Sérgio Petecão (PSD) ⁽²⁰⁾	5. VAGO ⁽¹³⁾
Paulo Davim (PV)	6.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO ^(7,9,17)	1. Cássio Cunha Lima (PSDB) ^(5,23)
VAGO ⁽⁶⁾	2. Cyro Miranda (PSDB)
Clovis Fecury (DEM) ⁽¹⁹⁾	3. José Agripino (DEM)
PTB	
Mozarildo Cavalcanti ⁽¹⁾	1.
Gim Argello ⁽¹¹⁾	2.
PR ⁽²²⁾	
Magno Malta	1. Vicentinho Alves
PSOL	
Marinor Brito	1. Randolfe Rodrigues ⁽⁴⁾

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando a Senadora Marinor Brito como membro titular para compor a CDH.

**. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 24, de 2011, da Liderança do PSDB, designando as Senadoras Marisa Serrano e Lúcia Vânia como membros titulares; e os Senadores Cícero Lucena e Cyro Miranda como membros suplentes, para comporem a CDH.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 54, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Pedro Simon, Jarbas Vasconcellos, Garibaldi Alves, João Alberto Souza, Sérgio Petecão e Paulo Davim como membros titulares; e os Senadores Gilvam Borges, Eunício Oliveira, Ricardo Ferraço, Wilson Santiago e Eduardo Amorim como membros suplentes, para comporem a CDH.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 20, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando as Senadoras Ana Rita e Marta Suplicy, e os Senadores Paulo Paim, Wellington Dias, Magno Malta e Cristovam Buarque, como membros titulares; e as Senadoras Ângela Portela e Gleisi Hoffmann, e os Senadores Humberto Costa, João Pedro, Vicentinho Alves, João Durval e Lídice da Mata como membros suplentes, para comporem a CDH.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Demóstenes Torres como membro titular, e o Senador José Agripino como membro suplente, para comporem a CDH.

*****. Em 01.03.2011, foi lido o Ofício nº 58, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular, para compor a CDH.

1. Em 01.03.2011, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro titular do PTB na Comissão (Of. nº 058/2011 - GLPTB).

2. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.

3. Em 02.03.2011, a Comissão reunida elegeu o Senador Paulo Paim e a Senadora Ana Rita, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

4. Em 17.03.2011, o Senador Randolfe Rodrigues é designado membro suplente do PSOL na Comissão (OF. nº 085/2011 - GSMB).

5. Em 23.03.2011, o Senador Cícero Lucena deixa de integrar a Comissão (OF. nº 66/2011 - GLPSDB).

6. Em 23.03.2011, a Senadora Lúcia Vânia deixa de integrar a Comissão (OF. nº 65/2011 - GLPSDB).

7. Em 23.03.2011, a Senadora Marisa Serrano deixa de integrar a Comissão (OF. nº 64/2011 - GLPSDB).

8. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.

9. Em 09.05.2011, o Senador Ataídes Oliveira é designado membro titular do PSDB na Comissão (OF. nº 110/2011-GLPSDB).

10. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).

11. Em 11.05.2011, o Senador Gim Argello é designado membro titular do PTB na Comissão (Of. nº 84/2011 - GLPTB).

12. Em 11.05.2011, o Senador Marcelo Crivella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. nº 63/2011-GLBAG).

13. Em 12.05.2011, o Senador Eduardo Amorim deixa de ser suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão e é designado como membro titular (Of. nº 156/2011 - GLPMDB)

14. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).

15. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.

16. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

17. Vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro, em 1º.09.2011.

18. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.

19. Em 05.10.2011, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Clovis Fecury é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão.(Of nº 060/2011-GLDEM).

20. Em 1º.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.

21. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.

22. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.

23. Em 17.11.2011, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão. (Of. nº 194/2011 - GLPSDB)

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Reuniões: terças-feiras, às 12h - Plenário nº 2 - ALA NILO COELHO

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE EM DEFESA DA MULHER

Finalidade: Subcomissão criada pelo RCH nº 76/2007, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de acompanhar as ações em Defesa da Mulher.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Angela Portela (PT-RR)

VICE-PRESIDENTE: Senadora Lídice da Mata (PSB-BA)

Instalação: 12/04/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽²⁾	
Angela Portela (PT)	1. Marta Suplicy (PT)
Lídice da Mata (PSB)	2. Ana Rita (PT)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PV)	
Sérgio Petecão (PSD) ⁽³⁾	1. Eunício Oliveira (PMDB)
VAGO ⁽¹⁾	2.
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Demóstenes Torres (DEM) ⁽¹⁾	1.

Notas:

1. Em 04.05.2011, foi lido o OF. Nº 172/11-CDH, que comunica a nova composição da Subcomissão, com o não preenchimento da segunda vaga de titular do Bloco Parlamentar pelo Senador João Alberto Souza (PMDB) e a ocupação da vaga de titular do Bloco da Minoria pelo Senador Demóstenes Torres (DEM).
2. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
3. Em 1º.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.
- *. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
- **. Em 02.05.2011, foi lido o Of. 150/2011-CDH, que comunica a instalação da Subcomissão em 12.04.2011; a designação das Senadoras Ângela Portela e Lídice da Mata como membros titulares e das Senadoras Marta Suplicy e Ana Rita como membros suplentes do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão; a designação dos Senadores Sérgio Petecão e João Alberto Souza como membros titulares e do Senador Eunício Oliveira como membro suplente do Bloco Parlamentar PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Subcomissão; e a eleição das Senadoras Ângela Portela e Lídice da Mata, Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, da Subcomissão.

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA CRIANÇA, DO ADOLESCENTE, DA JUVENTUDE E DO IDOSO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDH nº 25/2010, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de acompanhar as ações em defesa da criança, do adolescente, da juventude e do idoso.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Marinor Brito (PSOL-PA) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) ⁽¹⁾

Instalação: 19/05/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽²⁾	
Marinor Brito (PSOL)	1. Ana Rita (PT)
Marcelo Crivella (PRB)	2. Lídice da Mata (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PV)	
Eduardo Amorim (PSC)	1. Garibaldi Alves (PMDB)
Paulo Davim (PV)	2. VAGO ⁽⁴⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO ⁽³⁾	1. Cyro Miranda (PSDB)

Notas:

1. Em 19.05.2011, a Subcomissão reunida elegeu a Senadora Marinor Brito e o Senador Marcelo Crivella, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (OF. Nº 269/11-CDH).
 2. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
 3. Vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro, em 1º.09.2011.
 4. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
- *. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
- **. Em 30.05.2011, foi lido o Ofício nº 269/11-CDH designando a Senadora Marinor Brito e o Senador Marcelo Crivella como titulares e as Senadoras Ana Rita e Lídice da Mata como suplentes do Bloco de Apoio ao Governo; os Senadores Eduardo Amorim e Paulo Davim como titulares e os Senadores Garibaldi Alves e Wilson Santiago como suplentes do Bloco Parlamentar PMDB-PP-PSC-PMN-PV; e o Senador Ataídes Oliveira como titular e o Senador Cyro Miranda como suplente do Bloco da Minoria, para comporem a Subcomissão.

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.3) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DE ERRADICAÇÃO DA MISÉRIA E REDUÇÃO DA POBREZA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDH nº 3/2011, do Senador Wellington Dias, com o objetivo de, no prazo de 6 meses, identificar, analisar e debater propostas legislativas que tratam dos temas da pobreza, da exclusão social e da questão de acesso e do exercício de direitos humanos fundamentais das populações menos favorecidas.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Wellington Dias (PT-PI) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽¹⁾

Instalação: 18/05/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽³⁾	
Ana Rita (PT)	1. Angela Portela (PT)
Wellington Dias (PT)	2. Gleisi Hoffmann (PT) ⁽²⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PV)	
Sérgio Petecão (PSD) ⁽⁴⁾	1. Eduardo Amorim (PSC)
Paulo Davim (PV)	2. Ricardo Ferraço (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB)	1. Cristovam Buarque (PDT)

Notas:

1. Em 18.05.2011, a Subcomissão reunida elegeu os Senadores Wellington Dias e Sérgio Petecão, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
2. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
3. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
4. Em 1º.11.2011, foi lido o Of. 0450-2011, do Senador Sérgio Petecão, de 04.10.2011, comunicando passar a ter a sua filiação partidária no Senado vinculada ao Partido Social Democrático - PSD.
- *. Em 30.05.2011, foi lido o Ofício nº 268/2011/CDH designando a Senadora Ana Rita e o Senador Wellington Dias como titulares e as Senadoras Ângela Portela e Gleisi Hoffmann como suplentes do Bloco de Apoio ao Governo, os Senadores Sérgio Petecão e Paulo Davim como titulares e os Senadores Eduardo Amorim e Ricardo Ferraço como suplentes do Bloco Parlamentar PMDB-PP-PSC-PMN-PV, e o Senador Cyro Miranda como titular e o Senador Cristovam Buarque como suplente do Bloco da Minoria, para comporem a Subcomissão.

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

6.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE COMBATE AO TRABALHO ESCRAVO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDH nº 80/2011, da Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa, com o objetivo de desenvolver ações de combate às formas contemporâneas de escravidão.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Aprovação do Requerimento: 02/06/2011

Secretário(a): Altair Gonçalves Soares

Telefone(s): 3303-4251/3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: scomcdh@senado.gov.br

7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Fernando Collor (PTB-AL) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Cristovam Buarque (PDT-DF) ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁸⁾	
Anibal Diniz (PT)	1. Delcídio do Amaral (PT)
Eduardo Suplicy (PT)	2. Jorge Viana (PT)
Vanessa Grazziotin (PC DO B) ^(5,7)	3. Lindbergh Farias (PT) ⁽⁴⁾
Sérgio Souza (PMDB) ^(6,9,10)	4. Marcelo Crivella (PRB)
Cristovam Buarque (PDT)	5. Acir Gurgacz (PDT)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	6. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PV)	
Jarbas Vasconcelos (PMDB)	1. Lobão Filho (PMDB)
Luiz Henrique (PMDB)	2. Romero Jucá (PMDB)
Valdir Raupp (PMDB)	3. Ana Amélia (PP)
Vital do Rêgo (PMDB)	4. Roberto Requião (PMDB)
Pedro Simon (PMDB)	5. Ricardo Ferraço (PMDB)
Francisco Dornelles (PP)	6. Eduardo Amorim (PSC)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Aécio Neves (PSDB)
Paulo Bauer (PSDB) ⁽³⁾	2. Cyro Miranda (PSDB)
José Agripino (DEM)	3. Clovis Fecury (DEM) ⁽¹¹⁾
PTB	
Fernando Collor	1. Mozarildo Cavalcanti
Gim Argello	2. Inácio Arruda (PC DO B) ⁽¹⁾
PR ⁽¹²⁾	
Blairo Maggi	1. Clésio Andrade
PSOL	
Randolfe Rodrigues	1.

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando o Senador Randolfe Rodrigues como membro titular para compor a CRE.

**. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 26, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aloysio Nunes e Lúcia Vânia como membros titulares; e os Senadores Aécio Neves e Cyro Miranda como membros suplentes, para comporem a CRE.

****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 32, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Gim Argello como membro titular, para compor a CRE.

*****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 20, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Fernando Collor como membro titular; e o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro suplente, para comporem a CRE.

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador José Agripino como membro titular; e o Senador Demóstenes Torres como membro suplente, para comporem a CRE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 59, de 2011, da Liderança do Bloco PMDB-PP-PSC-PMN-PV, designando os Senadores Jarbas Vasconcelos, Luiz Henrique, Valdir Raupp, Vital do Rego, Pedro Simon e Francisco Dornelles como membros titulares; e os Senadores Lobão Filho, Romero Jucá, Ana Amélia, Roberto Requião, Ricardo Ferraço e Eduardo Amorim como membros suplentes, para comporem a CRE.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 15, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Aníbal Diniz, Eduardo Suplicy, Gleisi Hoffmann, João Pedro, Blairo Maggi, Cristovam Buarque e Antonio Carlos Valadares como membros titulares; e os Senadores Delcídio Amaral, Jorge Viana, Walter Pinheiro, Marcelo Crivella, Clésio Andrade, Acir Gurgacz e Rodrigo Rollemberg como membros suplentes, para comporem a CRE.

1. Em 22.02.2011, o Senador Inácio Arruda é designado membro suplente em vaga cedida, provisoriamente, pelo Partido Trabalhista Brasileiro - PTB ao Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF. nº 034/2011 - GLPTB / OF. nº 021/2011 - GLBAG).

2. Em 23.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Fernando Collor e Cristovam Buarque, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.

3. Em 23.03.2011, o Senador Paulo Bauer é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 057/11-GLPSDB), em substituição à Senadora Lúcia Vânia.

4. Em 13.04.2011, o Senador Lindbergh Farias é designado membro suplente na Comissão, em substituição ao Senador Walter Pinheiro. (Of. nº 051/2011 - GLDBAG)

5. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).

6. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.

7. Em 03.08.2011, a Senadora Vanessa Grazziotin é designada membro titular na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann. (Of. nº 098/2011 - GLDBAG)

8. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.

9. Em 25.08.2011, o Bloco de Apoio ao Governo cede uma vaga de titular na Comissão ao Bloco Parlamentar da Maioria (Of. nº 106/2011-GLDBAG).

10. Em 29.08.2011, foi lido o Ofício nº 237, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando o Senador Sérgio Souza como membro titular para compor a CRE.

11. Em 05.10.2011, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Clovis Fecury é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão.(Of nº 060/2011-GLDEM).

12. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza

Reuniões: quintas-feiras, às 10h - Plenário nº 7 - Ala Alexandre Costa

Telefone(s): 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO DOS CIDADÃOS BRASILEIROS NO EXTERIOR

Finalidade: Subcomissão criada pelos RRE's nº 4 e 11/2003, do Senador Marcelo Crivella e do Senador Tião Viana, respectivamente, com o objetivo de estudar, propor e adotar as medidas necessárias à implementação das propostas aprovadas no " I Encontro Ibérico da Comunidade de Brasileiros no Exterior", dentro do "Projeto Brasileiros no Exterior".

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza

Telefone(s): 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE ACOMP. DA RIO +20 E DO REGIME INTERNACIONAL SOBRE MUDANÇAS CLIMÁTICAS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRE nº 3/2007**, do Senador Heráclito Fortes, com o objetivo de acompanhar, estudar e monitorar a implementação das políticas públicas nacionais decorrentes dos esforços mundiais para o combate ao aquecimento global, que se iniciaram com a Conferência-Quadro sobre Mudança Climática, assinado no Rio de Janeiro, em 1992, assim como contribuir para o aperfeiçoamento dessa implementação, sob a perspectiva da política externa brasileira, por meio da formulação de proposições de normas e quaisquer outros atos que forem da competência do Poder Legislativo.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Cristovam Buarque (PDT-DF) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Francisco Dornelles (PP-RJ) ⁽²⁾

Instalação: 19/04/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁴⁾	
Cristovam Buarque (PDT)	1. Blairo Maggi (PR)
Lindbergh Farias (PT)	2. Sérgio Souza (PMDB) ^(3,5)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PV)	
Luiz Henrique (PMDB)	1. Marcelo Crivella (PRB)
Francisco Dornelles (PP)	2. Inácio Arruda (PC DO B)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)	1. Randolfe Rodrigues (PSOL) ⁽¹⁾

Notas:

1. Vaga cedida ao PSOL (Of. nº 27/20110-CRE/PRES)
2. Em 26.05.2011, foi lido o Ofício nº 061/2011 - CRE/PRES comunicando a eleição, no dia 19 de abril do ano em curso, dos Senadores Cristovam Buarque e Francisco Dornelles para Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão, respectivamente.
3. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
4. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
5. Em 16.11.2011, o Senador Sérgio Souza é designado como membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann. (Of. nº 134/2011 - GLDBAG)
- *. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
- **. Em 14.4.2011, foi lido o Ofício nº 27, de 2011, da CRE, informando o aditamento do RRE nº 3/2007 pelo RRE nº 10/2011-CRE, que alterou o nome deste colegiado e ampliou sua competência para também acompanhar o planejamento e as atividades da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável - Rio +20.
- ***. Em 14.4.2011, foi lido o Ofício nº 27, de 2011, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, designando os Senadores Cristovam Buarque, Lindbergh Farias, Luiz Henrique, Francisco Dornelles e Aloysio Nunes Ferreira como membros titulares; e os Senadores Blairo Maggi, Gleisi Hoffmann, Marcelo Crivella, Inácio Arruda e Randolfe Rodrigues como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Permanente de Acompanhamento da Rio +20 e do Regime Internacional sobre Mudanças Climáticas.

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza

Telefone(s): 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE PARA MODERNIZAÇÃO E REAPARELHAMENTO DAS FORÇAS ARMADAS

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRE nº 5/2006, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com o objetivo de tratar de assuntos de seu interesse.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Luiz Henrique (PMDB-SC) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Marcelo Crivella (PRB-RJ) ⁽³⁾

Instalação: 11/08/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽²⁾	
Blairo Maggi (PR)	1. Jorge Viana (PT)
Delcídio do Amaral (PT)	2. Marcelo Crivella (PRB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PV)	
Luiz Henrique (PMDB)	1. Ana Amélia (PP)
Francisco Dornelles (PP)	2. Pedro Simon (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Demóstenes Torres (DEM)	1. José Agripino (DEM) ⁽¹⁾

Notas:

1. Em 03.08.2011, o Senador José Agripino é designado como membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Subcomissão, em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira.(Ofício nº 157/2011-CRE/PRES)
2. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
3. Em 18.08.2011, foi lido o Ofício nº 171/2011 - CRE/PRES comunicando a eleição, no dia 11 de agosto do ano em curso, dos Senadores Luiz Henrique e Marcelo Crivella para Presidente e Vice-Presidente da Subcomissão, respectivamente.
- *. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.
- **. Em 14.07.2011, foi lido o Ofício nº 155/2011-CRE designando os Senadores Blairo Maggi e Delcídio do Amaral como titulares e os Senadores Jorge Viana e Marcelo Crivella como suplentes do Bloco de Apoio ao Governo; os Senadores Luiz Henrique e Francisco Dornelles como titulares e a Senadora Ana Amélia e o Senador Pedro Simon como suplentes do Bloco Parlamentar da Maioria; e o Senador Demóstenes Torres como titular e o Senador Aloysio Nunes Ferreira como suplente do Bloco Parlamentar da Minoria.

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza

Telefone(s): 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

7.4) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA E DA FAIXA DE FRONTEIRA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRE nº 2/2009, da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, com o objetivo de acompanhar as ações na Faixa de Fronteira.

Número de membros: 8 titulares e 8 suplentes

PRESIDENTE: Senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR) ⁽⁴⁾

VICE-PRESIDENTE: Senadora Ana Amélia (PP-RS) ⁽⁴⁾

Instalação: 01/03/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁷⁾	
Blairo Maggi (PR)	1. Marcelo Crivella (PRB)
Jorge Viana (PT)	2. Acir Gurgacz (PDT)
Delcídio do Amaral (PT)	3. Cristovam Buarque (PDT)
Vanessa Grazzotin (PC DO B) ^(5,9)	4. Sérgio Souza (PMDB) ^(3,6,10)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PV)	
Valdir Raupp (PMDB)	1. Lobão Filho (PMDB)
Ana Amélia (PP)	2. Jarbas Vasconcelos (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB) ⁽²⁾	1. VAGO ^(1,8)
PTB	
Mozarildo Cavalcanti	1. Randolfe Rodrigues (PSOL)

Notas:

1. Em 13.04.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro suplente da Subcomissão, em substituição ao Senador Aloysio Nunes Ferreira. (Of. 026/2011 - CRE/PRES)
2. Em 13.04.2011, o Senador Aloysio Nunes Ferreira é designado membro titular da Subcomissão, em substituição à Senadora Lúcia Vânia. (Of. nº 026/2011 - CRE/PRES)
3. Em 13.04.2011, o Senador João Pedro é designado membro suplente da Subcomissão. (Of. 026/2011 - CRE/PRES)
4. Em 18.04.2011 a Subcomissão reunida elegeu o Senador Mozarildo Cavalcanti e a Senadora Ana Amélia, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (OF. Nº 029/2011-CRE/PRES).
5. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
6. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
7. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
8. Vago em virtude do desligamento do Senador Cyro Miranda da Subcomissão (OF nº 194/2011 - CRE/PRES).
9. Em 28.09.2011, a Senadora Vanessa Grazzotin é designada membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (OF. nº 194/2011 - CRE/PRES).
10. Em 16.11.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro suplente da Subcomissão. (Of. nº 135/2011 - GLDBAG)
- *. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Alvaro Araújo Souza

Telefone(s): 3303-3496

Fax: 3303-3546

E-mail: scomcre@senado.gov.br

8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Blairo Maggi (PR-MT) ⁽¹⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁹⁾	
Lindbergh Farias (PT)	1. Humberto Costa (PT)
Delcídio do Amaral (PT)	2. José Pimentel (PT)
Jorge Viana (PT)	3. Wellington Dias (PT)
Walter Pinheiro (PT)	4. Marcelo Crivella (PRB)
Acir Gurgacz (PDT)	5. Pedro Taques (PDT)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	6. Rodrigo Rollemberg (PSB)
Inácio Arruda (PC DO B)	7. Vanessa Grazziotin (PC DO B)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PV)	
Valdir Raupp (PMDB)	1. Romero Jucá (PMDB)
Waldemir Moka (PMDB)	2. Sérgio Souza (PMDB) ^(3,4,11)
Lobão Filho (PMDB)	3. Roberto Requião (PMDB)
Vital do Rêgo (PMDB)	4. João Alberto Souza (PMDB) ⁽¹⁰⁾
Ricardo Ferraço (PMDB)	5. VAGO ⁽¹²⁾
Eduardo Braga (PMDB)	6. Casildo Maldaner (PMDB)
Ciro Nogueira (PP)	7. Eduardo Amorim (PSC)
Francisco Dornelles (PP)	8. Ivo Cassol (PP) ^(6,7,13,14)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Flexa Ribeiro (PSDB)	1. Aécio Neves (PSDB)
Lúcia Vânia (PSDB)	2. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Cyro Miranda (PSDB) ^(2,5)	3. Alvaro Dias (PSDB) ^(5,8)
Demóstenes Torres (DEM)	4. Jayme Campos (DEM)
PTB	
Fernando Collor	1. Armando Monteiro
Mozarildo Cavalcanti	2. João Vicente Claudino
PR ⁽¹⁵⁾	
Blairo Maggi	1. Vicentinho Alves
PSOL	
	1.

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 21, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Fernando Collor como membro titular; e os Senadores Armando Monteiro e João Vicente Claudino como membros suplentes, para comporem a CI.

**. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

- ***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 40, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular, para compor a CI.
- ****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 27, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Flexa Ribeiro, Lúcia Vânia e Paulo Bauer como membros titulares; e os Senadores Aécio Neves, Aloysio Nunes e Cyro Miranda como membros suplentes, para comporem a CI.
- *****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 56, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Valdir Raupp, Waldemir Moka, Lobão Filho, Vital do Rêgo, Ricardo Ferraço, Eduardo Braga, Ciro Nogueira e Francisco Dornelles como membros titulares; e os Senadores Romero Jucá, Gilvam Borges, Roberto Requião, João Alberto Souza, Wilson Santiago, Casildo Maldaner, Eduardo Amorim e Ivo Cassol como membros suplentes, para comporem a CI.
- *****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Demóstenes Torres como membro titular; e o Senador Jayme Campos como membro suplente, para comporem a CI.
- *****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 18, de 2011, da Liderança do PT e do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Lindbergh Farias, Delcídio Amaral, Jorge Viana, Walter Pinheiro, Blairo Maggi, Acir Gurgacz, Antonio Carlos Valadares e Inácio Arruda como membros titulares; e os Senadores Humberto Costa, José Pimentel, Wellington Dias, Marcelo Crivella, Vicentinho Alves, Pedro Taques, Rodrigo Rollemberg e a Senadora Vanessa Grazziotin como membros suplentes, para comporem a CI.
1. Em 17.03.2011, a Comissão reunida elegeu a Senadora Lúcia Vânia Presidente e o Senador Blairo Maggi Vice-Presidente deste colegiado (OF. nº 003/2011 - CI).
 2. Em 23.03.2011, o Senador Mário Couto é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 058/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Paulo Bauer.
 3. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.
 4. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of. nº 141/2011-GLPMDB).
 5. Em 01.06.2011, o Senador Cyro Miranda é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão (Of. nº 124/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Mário Couto, que passa a integrar a Comissão como membro suplente.
 6. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
 7. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado suplente do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).
 8. Em 1º.08.2011, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB) na Comissão, em substituição ao Senador Mário Couto (Of. nº 151/11-GLPSDB).
 9. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
 10. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.
 11. Em 06.10.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Geovani Borges (OF. nº 272/2011 - GLPMDB).
 12. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
 13. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
 14. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 294/2011).
 15. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva
Reuniões: quintas-feiras, às 9h - Plenário nº 13 - Ala Alexandre Costa
Telefone(s): 3303-4607
Fax: 3303-3286
E-mail: scomci@senado.gov.br

8.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE - PLANO DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO

Finalidade: Subcomissão criada pelo RQI nº 6/2007, da Comissão de Serviços de Infraestrutura, com o objetivo de acompanhar a implementação do Plano de Aceleração do Crescimento - PAC.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva

Telefone(s): 3303-4607

Fax: 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

8.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE INFRAESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO URBANO

Finalidade: Debater temas relacionados à infraestrutura e desenvolvimento urbano.

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): José Alexandre Girão M. da Silva

Telefone(s): 3303-4607

Fax: 3303-3286

E-mail: scomci@senado.gov.br

9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Benedito de Lira (PP-AL) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) ⁽¹⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹¹⁾	
Wellington Dias (PT) ⁽³⁾	1. Paulo Paim (PT)
Ana Rita (PT)	2. Zeze Perrella (PDT) ^(8,12)
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	3. José Pimentel (PT) ⁽²⁾
João Durval (PDT)	4. Acir Gurgacz (PDT)
Lídice da Mata (PSB)	5. Rodrigo Rollemberg (PSB) ⁽¹⁴⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PV)	
Ana Amélia (PP)	1. João Alberto Souza (PMDB) ⁽¹⁵⁾
Eduardo Amorim (PSC)	2. Lobão Filho (PMDB)
Vital do Rêgo (PMDB)	3. VAGO ⁽⁴⁾
VAGO ⁽¹⁷⁾	4. Eunício Oliveira (PMDB)
Ciro Nogueira (PP)	5. Ivo Cassol (PP) ^(9,10,18,20)
Benedito de Lira (PP)	6. Garibaldi Alves (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cássio Cunha Lima (PSDB) ^(6,13,21)	1. Lúcia Vânia (PSDB)
Cícero Lucena (PSDB)	2. VAGO ⁽⁷⁾
Maria do Carmo Alves (DEM)	3. José Agripino (DEM) ⁽⁵⁾
PTB	
Mozarildo Cavalcanti	1. Armando Monteiro
PR ⁽¹⁹⁾	
Vicentinho Alves	1. Magno Malta
PSOL	
	1. Randolfe Rodrigues ⁽¹⁶⁾

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 28, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Aécio Neves e Cícero Lucena como membros titulares; e as Senadoras Lúcia Vânia e Marisa Serrano como membros suplentes, para comporem a CDR.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 22, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Mozarildo Cavalcanti como membro titular; e o Senador Armando Monteiro como membro suplente, para comporem a CDR.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 23, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores José Pimentel, Ana Rita Esgálio, Vanessa Grazziotin, Vicentinho Alves, João Durval e Lídice da Mata como membros titulares; e os Senadores Paulo Paim, João Pedro, Wellington Dias, Magno Malta e Acir Gurgacz como membros suplentes, para comporem a CDR.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 55, de 2011, da Liderança do Bloco PMDB-PP-PSC-PMN-PV, designando a Senadora Ana Amélia e os Senadores Eduardo Amorim, Vital do Rego, Wilson Santiago, Ciro Nogueira e Benedito de Lira como membros titulares; e os Senadores João Alberto Souza, Lobão Filho, Jarbas Vasconcelos, Eunício Oliveira, Ivo Cassol e Garibaldi Alves como membros suplentes, para comporem a CDR.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando a Senadora Maria do Carmo Alves como membro titular; e a Senadora Kátia Abreu como membro suplente, para comporem a CDR.

1. Em 23.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Benedito de Lira e Eduardo Amorim, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
2. Em 24.02.2011, o Senador José Pimentel foi substituído pelo Senador Wellington Dias como membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, passando a compô-la como suplente em vaga destinada ao Bloco (Ofício nº 027/2011-GLDBAG).
3. Em 24.02.2011, o Senador Wellington Dias é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador José Pimentel, que passa a ocupar a vaga de suplente destinada ao Bloco (Ofício nº 027/2011-GLDBAG).
4. Em 01.03.2011, vago em virtude de o Senador Jarbas Vasconcelos declinar da indicação da Liderança do PMDB para compor a Comissão.
5. Em 05.04.2011, o Senador José Agripino é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. 033/11 - GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
6. Em 10.05.2011, o Senador Ataídes Oliveira é designado titular do Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB/DEM) na Comissão, em substituição ao Senador Aécio Neves (Of. nº 113/2011-GLPSDB).
7. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
8. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
9. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
10. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado suplente do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).
11. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
12. Em 18.08.2011, o Senador Zeze Perrella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 102/2011 - GLDBAG).
13. Vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro, em 1º.09.2011.
14. Em 29.09.2011, o Senador Rodrigo Rollemberg é designado suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF nº 120/2011 - GLDBAG).
15. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.
16. Em 29.09.2011, o Senador Randolfe Rodrigues é designado suplente do PSOL na Comissão (OF nº 481/2011 - GSMB).
17. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
18. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
19. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.
20. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 294/2011).
21. Em 17.11.2011, o Senador Cássio Cunha Lima é designado membro titular do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão. (Of. nº 193/2011 - GLPSDB)

Secretário(a): Selma Míriam Perpétuo Martins

Reuniões: quartas-feiras, às 14h -

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: scomcdr@senado.gov.br

9.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DO DESENVOLVIMENTO DO NORDESTE

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 2/2011, do Senador Wellington Dias, com o objetivo de acompanhar o Desenvolvimento do Nordeste.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Wellington Dias (PT-PI) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Eduardo Amorim (PSC-SE) ⁽¹⁾

Instalação: 29/03/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽²⁾	
Wellington Dias (PT)	1. José Pimentel (PT)
Lídice da Mata (PSB)	2. Magno Malta (PR)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PV)	
Eduardo Amorim (PSC)	1. Ciro Nogueira (PP)
Vital do Rêgo (PMDB)	2. VAGO ⁽³⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Maria do Carmo Alves (DEM)	1. Cícero Lucena (PSDB)

Notas:

1. Em 04.04.2011, a Subcomissão reunida elegeu o Senador Wellington Dias Presidente e o Senador Eduardo Amorim Vice-Presidente, deste colegiado (Of. nº 001/2011 -CDR).
2. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
3. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.

Secretário(a): Selma Míriam Perpétuo Martins

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: scomcdr@senado.gov.br

9.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA AMAZÔNIA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 1/2011, da Senadora Vanessa Grazziotin, com o objetivo de acompanhar as políticas referentes à Amazônia.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B-AM) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Vicentinho Alves (PR-TO) ⁽¹⁾

Instalação: 12/04/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁵⁾	
Vanessa Grazziotin (PC DO B)	1. Acir Gurgacz (PDT)
Vicentinho Alves (PR)	2. VAGO ⁽³⁾
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PV)	
Ana Amélia (PP)	1. Mozarildo Cavalcanti (PTB)
VAGO (4,6,7)	2. Lobão Filho (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO (2)	1. Lúcia Vânia (PSDB)

Notas:

1. Em 12.04.2011 a Subcomissão reunida elegeu a Senadora Vanessa Grazziotin e o Senador Vicentinho Alves, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
2. Vago em 10.05.2011 em virtude de o Senador Aécio Neves não pertencer mais à Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo(Of. nº 113/2011-GLPSDB).
3. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
4. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
5. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
6. Em 18.08.2011, o Senador Reditario Cassol é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (OF. Nº 162/2011-PRES/CDR).
7. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).

Secretário(a): Selma Míriam Perpétuo Martins

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: scomcdr@senado.gov.br

9.3) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE DESENVOLVIMENTO DO CODESUL

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 5/2011, da Senadora Ana Amélia, com o objetivo de debater as propostas de integração regional e desenvolvimento dos Estados da região Sul.

Secretário(a): Selma Míriam Perpétuo Martins

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: scomcdr@senado.gov.br

9.4) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA COPA 2014, OLIMPÍADA E PARAOLIMPÍADA 2016.

Finalidade: Subcomissão criada pelo RDR nº 8/2011, da Senadora Lídice da Mata, com o objetivo de acompanhar, avaliar e fiscalizar todas as ações empreendidas para a realização da Copa do Mundo de Futebol em 2014 no Brasil, bem como para os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos em 2016, na cidade do Rio de Janeiro.

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Lídice da Mata (PSB-BA) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Zeze Perrella (PDT-MG) ^(1,5,7)

Designação: 14/06/2011

Instalação: 05/07/2011

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽³⁾	
Zeze Perrella (PDT) ^(2,6)	1. José Pimentel (PT)
Lídice da Mata (PSB)	2.
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PV)	
Vital do Rêgo (PMDB)	1. Eduardo Amorim (PSC)
VAGO (8)	2. Eunício Oliveira (PMDB)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
VAGO (4)	1. Cícero Lucena (PSDB)

Notas:

1. Em 06.07.2011, a senadora Lídice da Mata e o senador Ataídes Oliveira foram eleitos, respectivamente, presidente e vice-presidente da Subcomissão.
 2. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
 3. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
 4. Vago em virtude do Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro, em 1º.09.2011.
 5. Em 1º.09.2011, vago em virtude do Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro.
 6. Em 20.09.2011, o Senador Zeze Perrella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Subcomissão (Of. nº 220/2011-PRES/CDR).
 7. Em 20.09.2011, o Senador Zeze Perrella foi eleito vice-presidente da Subcomissão (Of. nº 221/2011-Pres/CDR).
 8. Em 08.11.2011, vago em virtude do Senador Wilson Santiago ter deixado o mandato.
- *. Em 14.6.2011, foi lido o Ofício nº 85, de 2011, da Comissão de Desenvolvimento Regional e Turismo, designando os Senadores João Pedro, Lídice da Mata, Vital do Rêgo, Wilson Santiago e Ataídes Oliveira como membros titulares; e os Senadores José Pimentel, Eduardo Amorim, Eunício Oliveira e Cícero Lucena como membros suplentes, para comporem a Subcomissão Temporária Copa 2014, Olímpíada e Paraolímpíada 2016.

Secretário(a): Selma Míriam Perpétuo Martins

Telefone(s): 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: scomcdr@senado.gov.br

10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Waldemir Moka (PMDB-MS) ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽¹⁶⁾	
Delcídio do Amaral (PT)	1. Angela Portela (PT)
Zeze Perrella (PDT) (8,11,12,17)	2. Eduardo Suplicy (PT)
Acir Gurgacz (PDT)	3. Walter Pinheiro (PT)
Rodrigo Rollemberg (PSB) ⁽⁵⁾	4. João Durval (PDT)
VAGO	5. Antonio Carlos Valadares (PSB)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PV)	
Waldemir Moka (PMDB)	1. Garibaldi Alves (PMDB)
Casildo Maldaner (PMDB)	2. Roberto Requião (PMDB)
Eduardo Amorim (PSC)	3. Valdir Raupp (PMDB)
Ana Amélia (PP)	4. Luiz Henrique (PMDB)
Ivo Cassol (PP) (13,14,20,21)	5. Ciro Nogueira (PP)
Benedito de Lira (PP)	6. João Alberto Souza (PMDB) ⁽¹⁸⁾
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Flexa Ribeiro (PSDB) ⁽⁴⁾	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Cyro Miranda (PSDB)	2. Alvaro Dias (PSDB) ^(3,10,15)
Jayme Campos (DEM)	3. Clovis Fecury (DEM) ^(6,19)
PTB	
Sérgio Souza (PMDB) ^(1,9)	1. Mozarildo Cavalcanti ⁽⁷⁾
PR ⁽²²⁾	
	1. Blairo Maggi
PSOL	
	1.

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

**. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 29, de 2011, da Liderança do PSDB, designando a Senadora Marisa Serrano e o Senador Cyro Miranda como membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes e Flexa Ribeiro como membros suplentes, para comporem a CRA.

***. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 58, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Waldemir Moka, Casildo Maldaner, Eduardo Amorim, Ana Amélia, Ivo Cassol e Benedito de Lira como membros titulares; e os Senadores Garibaldi Alves, Roberto Requião, Valdir Raupp, Luiz Henrique, Ciro Nogueira e João Alberto Souza como membros suplentes, para comporem a CRA.

****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador Jayme Campos como membro titular; e a Senadora Kátia Abreu como membro suplente, para comporem a CRA.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 24, de 2011, do Líder do Bloco de Apoio ao Governo, designando os Senadores Delcídio Amaral, Gleisi Hoffmann, João Pedro, Clésio Andrade e Acir Gurgacz como membros titulares; a Senadora Ângela Portela e os Senadores Eduardo Suplicy, Walter Pinheiro, Blairo Maggi, João Durval e Antonio Carlos Valadares como membros suplentes, para comporem a CRA.

1. Vaga cedida temporariamente ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro - PMDB (OF. nº 047/2011-GLPTB).

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

2. Em 23.02.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Acir Gurgacz e Waldemir Moka, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
3. Em 23.03.2011, a Senadora Marisa Serrano é designada membro suplente do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 063/11-GLPSDB), em substituição ao Senador Flexa Ribeiro.
4. Em 23.03.2011, o Senador Flexa Ribeiro é designado membro titular do Bloco Parlamentar PSDB/DEM na Comissão (Of. nº 063/11-GLPSDB), em substituição à Senadora Marisa Serrano.
5. Em 29.03.2011, o Senador Rodrigo Rollemberg é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 040/11-GLBAG).
6. Em 05.04.2011, o Senador Demóstenes Torres é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB/DEM) na Comissão (Of. 033/11 - GLDEM), em substituição à Senadora Kátia Abreu.
7. Em 05.04.2011, o Senador Mozarildo Cavalcanti é designado membro suplente do PTB na Comissão (Of. 76/2011 - GLPTB).
8. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
9. Em 16.06.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro titular na Comissão, em vaga cedida pelo Partido Trabalhista Brasileiro - PTB (Of. nº 197/2011 - GLPMDB).
10. Vago, em virtude de a Senadora Marisa Serrano ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
11. Em 29.06.2011, o Senador Antonio Russo é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição à Senadora Gleisi Hoffmann (Of. nº 083/2011-GLBAG).
12. Vago em razão do término do mandato do Senador João Pedro, face à reassunção do membro titular, Senador Alfredo Nascimento.
13. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
14. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado titular do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of. nº 223/2011-GLPMDB).
15. Em 1º.08.2011, o Senador Alvaro Dias é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria (PSDB) na Comissão (Of. nº 152/11-GLPSDB).
16. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF. Nº 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
17. Em 18.08.2011, o Senador Zeze Perrella é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of. nº 103/2011 - GLDBAG).
18. Em 29.09.2011, o Senador João Alberto Souza afastou-se nos termos do art. 56, inciso I, da Constituição Federal, para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais, da Casa Civil do Estado do Maranhão, conforme OF. Nº 208/2011-GSJALB.
19. Em 05.10.2011, em substituição ao Senador Demóstenes Torres, o Senador Clovis Fecury é designado membro suplente do Bloco Parlamentar Minoria na Comissão.(Of nº 060/2011-GLDEM).
20. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of. nº 656/2011-GSICAS).
21. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro titular do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF. GLPMDB nº 294/2011).
22. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.

Secretário(a): Marcello Varella
Reuniões: quintas-feiras, às 12h -
Telefone(s): 3303-3506
E-mail: marcello@senado.gov.br

10.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DOS BIOCOMBUSTÍVEIS

Número de membros: 7 titulares e 7 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011,lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Marcello Varella

Telefone(s): 3303-3506

E-mail: marcello@senado.gov.br

10.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ACOMPANHAR A POLÍTICA AGRÍCOLA BRASILEIRA

Finalidade: Subcomissão criada pelo RRA nº 8/2011, da Comissão de Agricultura e Reforma Agrária, destinada a acompanhar a execução da política agrícola brasileira.

Secretário(a): Marcello Varella

Telefone(s): 3303-3506

E-mail: marcello@senado.gov.br

**11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA,
INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT**
Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Eduardo Braga (PMDB-AM) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Gim Argello (PTB-DF) ⁽²⁾

TITULARES	SUPLENTES
Bloco de Apoio ao Governo (PT, PDT, PSB, PC DO B, PRB) ⁽⁹⁾	
Angela Portela (PT)	1. Delcídio do Amaral (PT)
Aníbal Diniz (PT)	2. Paulo Paim (PT)
Walter Pinheiro (PT)	3. Cristovam Buarque (PDT) (12,14)
Antônio Carlos Valadares (PSB) (10,11)	4. Lídice da Mata (PSB) (12,14)
Rodrigo Rollemberg (PSB)	5. Marcelo Crivella (PRB) (1)
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB, PP, PSC, PV)	
Eduardo Braga (PMDB)	1. Sérgio Souza (PMDB) (3,5,13)
Valdir Raupp (PMDB)	2. Luiz Henrique (PMDB)
Vital do Rêgo (PMDB)	3. Ricardo Ferraço (PMDB)
Lobão Filho (PMDB)	4. Renan Calheiros (PMDB)
Ciro Nogueira (PP)	5. Ivo Cassol (PP) (7,8,15,16)
Eunício Oliveira (PMDB)	6. Benedito de Lira (PP)
Bloco Parlamentar Minoria (PSDB, DEM)	
Cyro Miranda (PSDB)	1. Aloysio Nunes Ferreira (PSDB)
Flexa Ribeiro (PSDB)	2. Cícero Lucena (PSDB)
José Agripino (DEM)	3. Maria do Carmo Alves (DEM)
PTB	
Gim Argello	1. Fernando Collor
PR ⁽¹⁷⁾	
João Ribeiro (4)	1. Magno Malta
PSOL	
VAGO (6)	1. Marinor Brito

Notas:

*. Em 08.02.2011, foi lido o Ofício nº 1, de 2011, da Liderança do PSOL, designando o Senador Randolfe Rodrigues como membro titular; e a Senadora Marinor Brito como membro suplente, para comporem a CCT.

**. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

***. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 30, de 2011, da Liderança do PSDB, designando os Senadores Cyro Miranda e Flexa Ribeiro como membros titulares; e os Senadores Aloysio Nunes e Cícero Lucena como membros suplentes, para comporem a CCT.

****. Em 17.02.2011, foi lido o Ofício nº 23, de 2011, da Liderança do PTB, designando o Senador Gim Argello como membro titular; e o Senador Fernando Collor como membro suplente, para comporem a CCT.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 53, de 2011, da Liderança do PMDB, designando os Senadores Eduardo Braga, Valdir Raupp, Vital do Rêgo, Lobão Filho, Ciro Nogueira e Eunício Oliveira, como membros titulares e os Senadores Gilvam Borges, Luiz Henrique, Ricardo Ferraço, Renan Calheiros, Ivo Cassol e Benedito de Lira, como membros suplentes, para compor a CCT.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 25, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando a Senadora Ângela Portela e os Senadores Aníbal Diniz, Walter Pinheiro, João Ribeiro, Pedro Taques e Rodrigo Rollemberg, como membros titulares e os Senadores Delcídio Amaral, Paulo Paim, Magno Malta, Cristovam Buarque e a Senadora Lídice da Mata, como membros suplentes, para comporem a CCT.

*****. Em 22.02.2011, foi lido o Ofício nº 12, de 2011, da Liderança do DEM, designando o Senador José Agripino como membro titular e a Senadora Maria do Carmo Alves como membro suplente, para compor a CCT.

*****. Em 23.02.2011, foi lido o Ofício nº 26, de 2011, da Liderança do Bloco de Apoio ao Governo, designando o Senador Marcelo Crivella como membro suplente, para compor a CCT.

1. Em 23.02.2011, o Senador Marcelo Crivella é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (OF.º 026/2011-GLDBAG).
2. Em 02.03.2011, a Comissão reunida elegeu os Senadores Eduardo Braga e Gim Argelo, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente deste colegiado.
3. Em 29.03.2011, o Senador Gilvam Borges licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, por 121 dias, a partir de 29.03.11, conforme RQS nº 291/2011, deferido na sessão de 29.03.11.
4. O Senador João Ribeiro licenciou-se nos termos do art. 43, inciso I, do Regimento Interno, pelo período de 3 de maio a 31 de agosto de 2011, conforme Requerimento nº 472/2011, aprovado na sessão de 03.05.11.
5. Em 10.05.2011, o Senador Geovani Borges é designado suplente do Bloco PMDB/PP/PSC/PMN/PV na Comissão, em substituição ao Senador Gilvam Borges (Of.º 141/2011-GLPMDB).
6. Em 01.06.2011, o Senador Randolfe Rodrigues deixa de compor a Comissão (Of.º 274/11-GSMB).
7. Em 12.07.2011, o Senador Ivo Cassol licenciou-se nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovado na sessão de 12.07.11.
8. Em 14.07.2011, o Senador Reditario Cassol é designado suplente do Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB/PP/PSC/PMN/PV) na Comissão, em substituição ao Senador Ivo Cassol (Of.º 223/2011-GLPMDB).
9. O PR deixou de integrar o Bloco de Apoio ao Governo, conforme OF.º 056/2011-GLPR, lido na sessão do Senado de 3 de agosto de 2011.
10. Em 18.08.2011, o Senador Pedro Taques deixa de compor a Comissão (Of.º 99/11-GLDBAG).
11. Em 27.09.2011, o Senador Antonio Carlos Valadares é designado membro titular do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão (Of.º 116/2011 - GLDBAG).
12. Em 05.10.2011, o Senador Acir Gurgacz é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Cristovam Buarque (Of.º 126/2011 - GLDBAG).
13. Em 06.10.2011, o Senador Sérgio Souza é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão, em substituição ao Senador Geovani Borges (Of.º 270/2011 - GLPMDB).
14. Em 18.10.2011, o Senador Cristovam Buarque é designado membro suplente do Bloco de Apoio ao Governo na Comissão, em substituição ao Senador Acir Gurgacz (Of.º 128/11-GLDBAG).
15. Em 14.11.2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditario Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of.º 656/2011-GSICAS).
16. Em 16.11.2011, o Senador Ivo Cassol é designado membro suplente do Bloco Parlamentar da Maioria na Comissão (OF.º GLPMDB nº 294/2011).
17. Nos termos da decisão do Presidente do Senado publicada no DSF de 17.11.2011.

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira

Reuniões: quartas-feiras, às 8h45 -

Telefone(s): 3303-1120

Fax: 3303-2025

E-mail: scomcct@senado.gov.br

11.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE SERVIÇOS DE INFORMÁTICA

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Notas:

*. Os Líderes do PSDB e do DEM comunicam a formação do bloco composto por seus partidos, mediante o Ofício nº 31/11-GLPSDB, de 10.02.2011, lido na sessão do Senado de 25 de fevereiro de 2011.

Secretário(a): Égli Lucena Heusi Moreira

Telefone(s): 3303-1120

Fax: 3303-2025

E-mail: scomcct@senado.gov.br

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/sf>

Informações: Subsecretaria de Informações - 3303-3325/3572/7279

COMPOSIÇÃO CONSELHOS e ÓRGÃOS

1) CORREGEDORIA PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)

SENADORES	CARGO
Senador Vital do Rêgo (PMDB-PB)	CORREGEDOR
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO

Atualização: 26/04/2011

Notas:

1. Eleito na sessão plenária do Senado Federal de 26.04.2011.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260

E-mail:scop@senado.gov.br

2) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 20, de 1993)

Número de membros: 15 titulares e 15 suplentes

PRESIDENTE: ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Jayme Campos (DEM-MT) ⁽¹⁾

1ª Eleição Geral: 19/04/1995 **5ª Eleição Geral:** 23/11/2005

2ª Eleição Geral: 30/06/1999 **6ª Eleição Geral:** 06/03/2007

3ª Eleição Geral: 27/06/2001 **7ª Eleição Geral:** 14/07/2009

4ª Eleição Geral: 13/03/2003 **8ª Eleição Geral:** 26/04/2011

TITULARES		SUPLENTES
PMDB		
Lobão Filho (MA)		1.
João Alberto Souza (MA) ⁽³⁾		2. VAGO ⁽⁴⁾
Renan Calheiros (AL)		3. Valdir Raupp (RO)
Romero Jucá (RR)		4. Eunício Oliveira (CE)
PT		
Humberto Costa (PE)		1. Anibal Diniz (AC)
Wellington Dias (PI)		2. Walter Pinheiro (BA)
José Pimentel (CE)		3. Angela Portela (RR)
PSDB		
Mário Couto (PA)		1. Paulo Bauer (SC)
Cyro Miranda (GO)		2. VAGO ⁽²⁾
PTB		
Gim Argello (DF)		1. João Vicente Claudino (PI)
DEM		
Jayme Campos (MT)		1. Maria do Carmo Alves (SE)
PR		
Vicentinho Alves (TO)		1.
PP		
Ciro Nogueira (PI)		1.
PDT		
Acir Gurgacz (RO)		1.
PSB		
Antonio Carlos Valadares (SE)		1.
Corregedor do Senado (Membro nato - art. 25 da Resolução nº 20/93)		

Vital do Rêgo (PMDB/PB)

Atualização: 08/11/2011

Notas:

1. Eleito na 1ª reunião do Conselho, realizada em 27/04/2011.
2. Em 27.06.2011, lido o Ofício da Senadora Marisa Serrano comunicando, nos termos do art. 29 do Regimento Interno do Senado Federal, renúncia a seu mandato, em razão de ter sido nomeada para o cargo de Conselheira do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul.
3. Em 29.09.2011, foi lido, na Sessão Deliberativa Extraordinária do Senado Federal, o OF. GSJALB nº 0208/2011, do Senador João Alberto Souza, comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, o afastamento do exercício do mandato para assumir o cargo de Secretário-Chefe da Assessoria de Programas Especiais da Casa Civil do Estado do Maranhão (Diário Oficial do Estado do Maranhão nº 186, de 26.09.2011).
4. Em 08.11.2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago (PMDB-PB) ter deixado o mandato.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255 **Fax:** 3303-5260

E-mail: scop@senado.gov.br

3) PROCURADORIA PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 40, de 1995)

Número de membros: 5 titulares

SENADOR	BLOCO / PARTIDO
Waldemir Moka (PMDB/MS)	PMDB
Delcídio do Amaral (PT/MS)	PT
Mozarildo Cavalcanti (PTB/RR)	PTB
Demóstenes Torres (DEM/GO)	DEM
Benedito de Lira (PP/AL)	PP

Atualização: 26/04/2011

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255 **Fax:** 3303-5260

E-mail: scop@senado.gov.br

4) OUVIDORIA DO SENADO FEDERAL

(Ato da Comissão Diretora nº 05, de 2005 - Resolução do Senado Federal nº 01, de 2005)

OUVIDOR-GERAL: Senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA)

1ª Designação: 26/04/2011

Atualização: 26/04/2011

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento - SCOP

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-5255 **Fax:** 3303-5260

E-mail: scop@senado.gov.br

5) CONSELHO DO DIPLOMA MULHER-CIDADÃ BERTHA LUTZ

(Resolução do Senado Federal nº 02, de 2001.)

Número de membros: 16 titulares

PRESIDENTE: Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B-AM) ⁽⁸⁾

VICE-PRESIDENTE:

1^a Designação: 03/12/2001

2^a Designação: 26/02/2003

3^a Designação: 03/04/2007

4^a Designação: 12/02/2009

5^a Designação: 11/02/2011

MEMBROS

PMDB

PT

Gleisi Hoffmann (PR) ^(1,7)

PSDB

Lúcia Vânia (GO)

PTB

Mozarildo Cavalcanti (RR) ⁽⁵⁾

DEM

Maria do Carmo Alves (SE) ⁽⁶⁾

PR

PP

Ciro Nogueira (PI) ⁽²⁾

PDT

PSB

Lídice da Mata (BA)

PC DO B

Vanessa Grazziotin (AM) ⁽³⁾

PSOL

Marinor Brito (PA) ⁽⁴⁾

PRB

Marcelo Crivella (RJ)

PSC

Eduardo Amorim (SE)

PPS

PMN

Sérgio Petecão (PSD-AC)

PV

Paulo Davim (RN)

Atualização: 09/06/2011

Notas:

1. Em 08.06.2011, lido ofício da Senadora Gleisi Hoffmann comunicando, nos termos do inciso II do art. 39 do Regimento Interno do Senado Federal, ter tomado posse no cargo de Ministra de Estado Chefe da Casa Civil da Presidência da República (D.O.U. nº 109, Seção 2, de 8 de junho de 2011).
2. Indicado para ocupar a vaga do PP, conforme Of.nº 070/2011-GSFD, de 15.02.2011, lido na sessão da mesma data.
3. Indicada para ocupar a vaga do PCdoB, conforme Of.nº 003/2011-GLPCdoB, de 15.02.2011, lido na sessão da mesma data.
4. Indicada para ocupar a vaga do PSOL, conforme Of.nº 034/2011-GSMB, de 16.02.2011, lido na sessão da mesma data.
5. Indicado para ocupar a vaga do PTB, conforme Of.nº 038/2011-GLPTB, de 15.02.2011, lido na sessão da mesma data.
6. Indicada para ocupar a vaga do DEM, conforme Of.nº 008/2011-GLDEM, de 15.02.2011, lido na sessão da mesma data.
7. Indicada para ocupar a vaga do PT, conforme Of. nº 14/2011-GLDPT, de 15.02.2011, lido na sessão da mesma data.
8. Eleita na 1ª reunião do Conselho, realizada em 24.02.2011.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): 3303-4561/3303-5258 **Fax:** 3303-5258

E-mail: scop@senado.gov.br

6) CONSELHO DO DIPLOMA JOSÉ ERMÍRIO DE MORAES

(Resolução do Senado Federal nº 35, de 2009)

Número de membros: 16 titulares

PRESIDENTE: Senador Armando Monteiro (PTB-PE) ⁽¹³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Waldemir Moka (PMDB-MS) ⁽¹³⁾

1ª Designação: 23/03/2010

2ª Designação: 14/03/2011

MEMBROS

PMDB

Waldemir Moka (MS) ⁽⁵⁾

PT

Jorge Viana (AC) ⁽⁷⁾

PSDB

Cyro Miranda (GO) ⁽¹⁰⁾

PTB

Armando Monteiro (PE) ⁽⁹⁾

DEM

José Agripino (RN) ⁽⁸⁾

PR

Clésio Andrade (MG) ⁽¹¹⁾

PP

VAGO ^(15,17)

PDT

PSB

Rodrigo Rollemberg (DF) ⁽¹²⁾

PC DO B

Inácio Arruda (CE) ⁽⁴⁾

PSOL

VAGO ^(14,16)

PRB

Marcelo Crivella (RJ) ⁽¹⁾

PSC

Eduardo Amorim (SE) ⁽³⁾

PPS

PMN**Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽²⁾****PV****Paulo Davim (RN) ⁽⁶⁾****Atualização: 11/11/2011****Notas:**

1. Designado para ocupar a vaga do PRB, nos termos do Of.º 086/2011, de 02/03/2011, lido na sessão do Senado Federal de 14/03/2011.
2. Designado para ocupar a vaga do PMN, nos termos do Of.º 117, de 03/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
3. Designado para ocupar a vaga do PSC, nos termos do Of.º 55, de 02/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
4. Designado para ocupar a vaga do PC do B, nos termos do Of.º 05, de 14/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
5. Designado para ocupar a vaga do PMDB, nos termos do Of.º 74/2011, de 14/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
6. Designado para ocupar a vaga do PV, nos termos do Of.º 52/2011, de 03/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
7. Designado para ocupar a vaga do PT, nos termos do Of.º 023/2011-GLDPT, de 22/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
8. Designado para ocupar a vaga do DEM, nos termos do Of.º 024/2011-GLDEM, de 22/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
9. Designado para ocupar a vaga do PTB, nos termos do Of.º 64, de 23/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
10. Designado para ocupar a vaga do PSDB, nos termos do Of.º 054/2011, lido na sessão do Senado Federal de 23/03/2011.
11. Designado para ocupar a vaga do PR, nos termos do Of.º Leg. 004/2011-GLPR, de 17/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 07/04/2011.
12. Designado para ocupar a vaga do PSB, conforme Of.º 003/2011-GSACV, de 13/04/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
13. Eleito na 1ª Reunião de 2011, realizada em 03/05/2011.
14. Designado para ocupar a vaga cedida pelo PSOL ao PSDB, nos termos dos Of.ºs 118/2011, da Liderança do PSDB, e 213/2011 da Liderança do PSOL, respectivamente, lidos na sessão do Senado Federal do dia 19/05/2011.
15. Designado para ocupar a vaga do PP, nos termos do Of.º GLPMDB 223/2011, de 13/07/2011, do Líder do PMDB, Senador Renan Calheiros, lido na sessão do Senado Federal do dia 14/07/2011, em substituição ao Senador Ivo Cassol, licenciado nos termos do art. 43, incisos I e II, do Regimento Interno, por 126 dias, a partir de 13.07.11, conforme RQS nºs 848 e 849 de 2011, aprovados na sessão de 12.07.11.
16. Vago em virtude de o Senador Ataídes Oliveira não exercer mais o mandato devido ao retorno do titular, Senador João Ribeiro, em 1º.09.2011.
17. Em 14/11/2011, vago em razão do término do mandato do Senador Reditório Cassol, em face da reassunção do membro titular, Senador Ivo Cassol (Of.º 656/2011-GSICAS).

SECRETARIA-GERAL DA MESA**Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)****Endereço:** Senado Federal - Anexo II - Térreo**Telefone(s):** 3303-5255 **Fax:** 3303-5260**E-mail:** scop@senado.gov.br

7) CONSELHO DA COMENDA DE DIREITOS HUMANOS DOM HÉLDER CÂMARA

(Resolução do Senado Federal nº 14, de 2010)

Número de membros: 16 titulares

PRESIDENTE: Senadora Ana Rita (PT-ES) ⁽¹⁵⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Paulo Davim (PV-RN) ⁽¹⁴⁾

1ª Designação: 30/11/2010

2ª Designação: 14/03/2011

MEMBROS

PMDB

Pedro Simon (RS) ⁽⁷⁾

PT

Ana Rita (ES) ⁽⁹⁾

PSDB

Cícero Lucena (PB) ⁽¹⁰⁾

PTB

João Vicente Claudino (PI) ⁽¹¹⁾

DEM

Maria do Carmo Alves (SE) ⁽⁸⁾

PR

Blairo Maggi (MT) ⁽¹²⁾

PP

Ana Amélia (RS) ⁽⁶⁾

PDT

PSB

Rodrigo Rollemberg (DF) ⁽¹³⁾

PC DO B

Inácio Arruda (CE) ⁽⁵⁾

PSOL

Marinor Brito (PA) ⁽¹⁶⁾

PRB

Marcelo Crivella (RJ) ⁽¹⁾

PSC

Eduardo Amorim (SE) ⁽⁴⁾

PPS

PMN

Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽²⁾

PV

Paulo Davim (RN) ⁽³⁾

Atualização: 11/08/2011

Notas:

1. Designado para ocupar a vaga do PRB, nos termos do Of.nº 087/2011-GSMC, de 02/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 14/03/2011.
2. Designado para ocupar a vaga do PMN, nos termos do Of. nº 118, de 03/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
3. Designado para ocupar a vaga do PV, nos termos do Of. nº 53, de 03/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
4. Designado para ocupar a vaga do PSC, nos termos do Of. nº 54, de 02/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
5. Designado para ocupar a vaga do PC do B, nos termos do Of. nº 06, de 14/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
6. Designada para ocupar a vaga do PP, nos termos do Of. nº 13/2011, de 15/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
7. Designado para ocupar a vaga do PMDB, nos termos do Of. nº 74/2011, de 14/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
8. Designada para ocupar a vaga do DEM, nos termos do Of. nº 023/2011-GLDEM, de 22/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
9. Designada para ocupar a vaga do PT, nos termos do Of. nº 022/2011-GLDPT, de 22/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
10. Designado para ocupar a vaga do PSDB, nos termos do Of. nº 55/2011-GLPSDB, de 23/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
11. Designado para ocupar a vaga do PTB, nos termos do Of. nº 65/2011-GLPTB, de 23/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
12. Designado para ocupar a vaga do PR, nos termos do Of. Leg.005/2011-GLPR, de 17/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 07/04/2011.
13. Designado para ocupar a vaga do PSB, conforme Of. nº 002/2011-GSACV, de 13/04/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
14. Eleito na 1^a reunião do Conselho, realizada em 25.05.2011.
15. Eleita na 1^a reunião do Conselho, realizada em 25.05.2011.
16. Designada para ocupar a vaga do PSOL, nos termos do Of. SF/GSMB nº 0417/2011, de 10/08/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 11/08/2011.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s):3303-5255 **Fax:**3303-5260

E-mail:scop@senado.gov.br

8) COMISSÃO DO PROJETO JOVEM SENADOR

(Art. 17 da Resolução do Senado Federal nº 42, de 2010, regulamentada pelo Ato da Comissão Diretora nº 07, de 2011.)

Número de membros: 16 titulares

PRESIDENTE: Senadora Vanessa Grazziotin (PC DO B-AM) ⁽¹⁴⁾

VICE-PRESIDENTE:

1ª Designação: 14/03/2011

MEMBROS

PMDB

Casildo Maldaner (SC) ⁽⁷⁾

PT

Jorge Viana (AC) ⁽⁹⁾

PSDB

Cyro Miranda (GO) ⁽¹¹⁾

PTB

Gim Argello (DF) ⁽¹⁰⁾

DEM

Maria do Carmo Alves (SE) ⁽⁸⁾

PR

Clésio Andrade (MG) ⁽¹²⁾

PP

Ciro Nogueira (PI) ⁽⁵⁾

PDT

Cristovam Buarque (DF) ⁽¹⁵⁾

PSB

Lídice da Mata (BA) ⁽¹³⁾

PC DO B

Vanessa Grazziotin (AM) ⁽³⁾

PSOL

PRB

Marcelo Crivella (RJ) ⁽¹⁾

PSC

Eduardo Amorim (SE) ⁽⁴⁾

PPS

PMN

Sérgio Petecão (PSD-AC) ⁽⁶⁾

PV

Paulo Davim (RN) ⁽²⁾

Atualização: 16/11/2011

Notas:

1. Designado para ocupar a vaga do PRB, nos termos do Of.nº 88/2011-GSMC, de 02/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 14/03/2011.
2. Designado para ocupar a vaga do PV, nos termos do Of. nº 53, de 03/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
3. Designada para ocupar a vaga do PC do B, nos termos do Of. nº 04, de 14/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
4. Designado para ocupar a vaga do PSC, nos termos do Of. nº 56, de 02/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 15/03/2011.
5. Designado para ocupar a vaga do PP, nos termos do Of. nº 14/2011, de 15/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
6. Designado para ocupar a vaga do PMN, nos termos do Of. nº 114/2011, de 03/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
7. Designado para ocupar a vaga do PMDB, nos termos do Of. nº 75/2011, de 14/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 16/03/2011.
8. Designada para ocupar a vaga do DEM, nos termos do Of. nº 025/2011-GLDEM, de 22/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
9. Designado para ocupar a vaga do PT, nos termos do Of. nº 24/2011-GLDPT, de 22/03/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
10. Designado para ocupar a vaga do PTB, nos termos do Of. nº 72/2011-GLPTB, de 28/03/2011, lido na sessão do Senado Federal do dia 29/03/2011.
11. Designado para ocupar a vaga do PSDB, em substituição ao Senador Paulo Bauer, nos termos do Of.nº 79/11-GLPSDB, lido na sessão do Senado Federal do dia 05/04/2011.
12. Designado para ocupar a vaga do PR, nos termos do Of.nº 006/2011-GLPR, lido na sessão do Senado Federal do dia 07/04/2011.
13. Designada para ocupar a vaga do PSB, conforme Of. nº 004/2011-GSACV, de 13/04/2011, lido na sessão do Senado Federal da mesma data.
14. Eleita na 1ª Reunião de 2011, realizada em 04/05/2011.
15. Designado para ocupar a vaga do PDT, nos termos do OF. GLPDT nº 026/2011, de 05/05/2011, lido na sessão do Senado Federal desta data.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento

Endereço:Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s):(61)3303-5255 **Fax:**(61)3303-5260

E-mail:scop@senado.gov.br

CONSELHOS

CONSELHO DA ORDEM DO CONGRESSO NACIONAL

(Criado pelo Decreto Legislativo nº 70/1972)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato nº 1/1973-CN)

COMPOSIÇÃO

Grão-Mestre: Senador José Sarney (PMDB/AP)
Chanceler: Deputado Marco Maia (PT/RS)

MESA DA CÂMARA DOS DEPUTADOS	MESA DO SENADO FEDERAL
PRESIDENTE Marco Maia (PT/RS)	PRESIDENTE José Sarney (PMDB/AP)
1º VICE-PRESIDENTE Rose de Freitas (PMDB/ES)	1ª VICE-PRESIDENTE Marta Suplicy (PT/SP)
2º VICE-PRESIDENTE Eduardo da Fonte (PP/PE)	2º VICE-PRESIDENTE Waldemir Moka (PMDB/MS) ¹
1º SECRETÁRIO Eduardo Gomes (PSDB/TO)	1º SECRETÁRIO Cícero Lucena (PSDB/PB)
2º SECRETÁRIO Jorge Tadeu Mudalen (DEM/SP)	2º SECRETÁRIO João Ribeiro (PR/TO)
3º SECRETÁRIO Inocêncio Oliveira (PR/PE)	3º SECRETÁRIO João Vicente Claudino (PTB/PI)
4º SECRETÁRIO Júlio Delgado (PSB/MG)	4º SECRETÁRIO Ciro Nogueira (PP/PI)
LÍDER DA MAIORIA Paulo Teixeira (PT/SP)	LÍDER DA MAIORIA Renan Calheiros (PMDB/AL)
LÍDER DA MINORIA Paulo Abi-Ackel (PSDB/MG)	LÍDER DA MINORIA Mário Couto (PSDB/PA)
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA E DE CIDADANIA João Paulo Cunha (PT/SP)	PRESIDENTE DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA Eunício Oliveira (PMDB/CE)
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL Carlos Alberto Leréia (PSDB/GO)	PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL Fernando Collor (PTB/AL)

1- O Senador Waldemir Moka foi eleito 2º Vice-Presidente na sessão do Senado Federal de 16.11.2011.

(Atualizada em 16.11.2011)

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Telefone: (61) 3303-4561 / 3303-5258

E-mail: scop@senado.gov.br

Local: Senado Federal, Anexo II, Térreo

Endereço na Internet: www.senado.gov.br/atividade/conselho/conselho.asp?con=768&origem=CN

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(Criado pela Lei nº 8.389/1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1/2004)

Número de membros: 13 titulares e respectivos suplentes

COMPOSIÇÃO

Presidente: _____

Vice-Presidente: _____

Lei nº 8.389/91, artigo 4º	Titulares	Suplentes
Representante das empresas de rádio (inciso I)		
Representante das empresas de televisão (inciso II)		
Representante de empresas da imprensa escrita (inciso III)		
Engenheiro com notório conhecimento na área de comunicação social (inciso IV)		
Representante da categoria profissional dos jornalistas (inciso V)		
Representante da categoria profissional dos radialistas (inciso VI)		
Representante da categoria profissional dos artistas (inciso VII)		
Representante das categorias profissionais de cinema e vídeo (inciso VIII)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		
Representante da sociedade civil (inciso IX)		

1ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 5.6.2002

2ª Eleição Geral: Sessão do Congresso Nacional de 22.12.2004

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Telefone: (61) 3303-4561 / 3303-5258

E-mail: scop@senado.gov.br

Local: Senado Federal, Anexo II, Térreo

Endereço na Internet: www.senado.gov.br/atividade/conselho/conselho.asp?con=767&origem=CN

Endereço na Internet: <http://www.senado.gov.br/atividade/plenario/cn>

E-mail: sclcn@senado.gov.br

Informações: (61) 3303-4050

CONSELHO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

(Criado pela Lei nº 8.389/1991)
(Regimento Interno aprovado nos termos do Ato da Mesa nº 1/2004)

COMISSÕES DE TRABALHO

01 – COMISSÃO DE REGIONALIZAÇÃO E QUALIDADE DA PROGRAMAÇÃO E DE RADIODIFUSÃO COMUNITÁRIA

02 – COMISSÃO DE TECNOLOGIA DIGITAL

03 – COMISSÃO DE TV POR ASSINATURA

04 – COMISSÃO DE MARCO REGULATÓRIO

05 – COMISSÃO DE LIBERDADE DE EXPRESSÃO

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Telefone: (61) 3303-4561 / 3303-5258

E-mail: scop@senado.gov.br

Local: Senado Federal, Anexo II, Térreo

Endereço na Internet: www.senado.gov.br/atividade/conselho/conselho.asp?con=767&origem=CN

REPRESENTAÇÃO BRASILEIRA NO PARLAMENTO DO MERCOSUL

Resolução nº 1/2011-CN

COMPOSIÇÃO¹

37 Titulares (27 Deputados e 10 Senadores) e 37 Suplentes (27 Deputados e 10 Senadores)

Presidente: Senador Roberto Requião⁶

Vice-Presidente: Deputado Antônio Carlos Mendes Thame⁶

Vice-Presidente: Senadora Ana Amélia⁶

Instalação: 31.08.2011

Deputados

Titulares	Suplentes
PT	
Benedita da Silva	Bohn Gass
Dr. Rosinha	Newton Lima
Emílio José	Sibá Machado
Jilmar Tatto	Weliton Prado
Paulo Pimenta	Zé Geraldo
PMDB	
Íris de Araújo	Fátima Pelaes
Marçal Filho	Gastão Vieira
Moacir Micheletto	Lelo Coimbra
Raul Henry	Valdir Colatto
PSDB	
Eduardo Azeredo	Duarte Nogueira ³
Antônio Carlos Mendes Thame ²	Luiz Nishimori ³
Sergio Guerra	Reinaldo Azambuja ³
PP	
Dilceu Sperafico	Afonso Hamm
Renato Molling	Raul Lima
DEM	
Júlio Campos	Marcos Montes ⁴
Mandetta	Augusto Coutinho ⁵
PR	
Paulo Freire	Giacobo
	Henrique Oliveira
PSB	
José Stédile	Antônio Balhmann
Ribamar Alves	Audifax
PDT	
Vieira da Cunha	Sebastião Bala Rocha
Bloco PV / PPS	
Roberto Freire (PPS)	Antônio Roberto (PV)
PTB	
Sérgio Moraes	Paes Landim
PSC	
Nelson Padovani	Takayama
Manuela D'ávila	Assis Melo
PRB	
George Hilton	Vitor Paulo
PMN	
Dr. Carlos Alberto	Fábio Faria
PTdoB	
Luis Tibé ⁸	

Senadores

Titulares	Suplentes
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB / PP / PMN / PSC / PV)	
Pedro Simon (PMDB)	Casildo Maldaner (PMDB)
Roberto Requião (PMDB)	Waldemir Moka (PMDB)
Vago ⁷	Valdir Raupp (PMDB)
Ana Amélia (PP)	
Bloco de Apoio ao Governo (PT / PR / PDT / PSB / PCdoB / PRB)	
Paulo Paim (PT)	Eduardo Suplicy (PT)
Inácio Arruda (PCdoB)	Humberto Costa (PT)
Antonio Carlos Valadares (PSB)	Cristovam Buarque (PDT)
	Magno Malta (PR)
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB / DEM)	
Paulo Bauer (PSDB)	José Agripino (DEM)
PTB	
Mozarildo Cavalcanti	Fernando Collor

(Atualizada em 08.11.2011)

1- Designados pelo Ato nº 28, de 2011, do Presidente da Mesa do Congresso Nacional, lido na sessão do Senado Federal de 15 de julho de 2011.

2- Designado para ocupar a vaga de titular do PSDB, nos termos do Of. nº 687/2011/PSDB, de 9-8-2011, lido na sessão do Senado Federal de 10-8-2011, em virtude da renúncia do Dep. Reinaldo Azambuja, conf. OF. nº 697/2011/PSDB, de 10-8-2011.

3- Designados para ocuparem as vagas de suplente do PSDB, nos termos do Of. nº 687/2011/PSDB, de 9-8-2011, lido na sessão do Senado Federal de 10-8-2011.

4- Designado para ocupar a vaga de suplente do DEM, nos termos do Of. nº 285-L-DEM/11, de 9-8-2011, lido na sessão do Senado Federal de 10-8-2011.

5- Designado para ocupar a vaga de suplente do DEM, nos termos do Of. nº 295-L-DEM/11, de 16-8-2011, lido na sessão do Senado Federal dessa mesma data.

6- Eleitos na Reunião Ordinária do dia 13/09/2011.

7- Em 8-11-2011, vago em virtude de o Senador Wilson Santiago (PMDB/PB) ter deixado o mandato.

8- Vaga cedida pelo PR.

MESA DO PARLAMENTO DO MERCOSUL

Presidente: _____

Vice-Presidente: _____

Vice-Presidente: _____

Vice-Presidente: _____

Secretário: Antônio Ferreira Costa Filho

Telefones: (61) 3216-6871 / 3216-6878

Fax: (61) 3216-6880

E-mail: cpmc@camara.gov.br

Local: Câmara dos Deputados – Anexo II – Sala T/28

Endereço na Internet: www2.camara.gov.br/atividade-legislativa/comissoes/comissoes-mistas/cpcms

COMISSÃO MISTA DE CONTROLE DAS ATIVIDADES DE INTELIGÊNCIA – CCAI
(Art. 6º da Lei nº 9.883/1999)

COMPOSIÇÃO

Presidente: Deputado Carlos Alberto Leréia (PSDB/GO)¹
Vice-Presidente: Senador Fernando Collor (PTB/AL)

CÂMARA DOS DEPUTADOS	SENADO FEDERAL
LÍDER DA MAIORIA Paulo Teixeira (PT/SP) ²	LÍDER DA MAIORIA Renan Calheiros (PMDB/AL) ³
LÍDER DA MINORIA Paulo Abi-Ackel (PSDB/MG)	LÍDER DO BLOCO PARLAMENTAR DA MINORIA Mário Couto (PSDB/PA)
PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DE DEFESA NACIONAL Carlos Alberto Leréia (PSDB/GO)	PRESIDENTE DA COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL Fernando Collor (PTB/AL)

(Atualizada em 07.06.2011)

Notas:

- 1- Assumiu a presidência na 1ª Reunião de 2011, realizada em 3-5-2011, em substituição ao Senador Fernando Collor, conforme alternância estabelecida na 1ª Reunião de 2001 da CCAI, realizada em 15-8-2011.
2- Conforme Of. nº 216/2011/SGM da Câmara dos Deputados, o Líder do PT, Deputado Paulo Teixeira, responde pela Maioria daquela Casa Legislativa, de acordo com o art. 13 de seu Regimento Interno.
3- Indicado o Líder da Maioria, conforme expediente subscrito pelos líderes Renan Calheiros, Eduardo Amorim, Francisco Dornelles e Paulo Davim.

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento (SCOP)

Telefone: (61) 3303-4561 / 3303-5258

E-mail: scop@senado.gov.br

Local: Senado Federal, Anexo II, Térreo

Endereço na Internet: www.senado.gov.br/atividade/conselho/conselho.asp?con=449&origem=CN

COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO

(Requerimento nº 4, de 2011-CN)

Requer a criação de Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, composta por 11 (onze) Senadores e 11 (onze) Deputados e igual número de suplentes, para, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, investigar a situação de violência contra a mulher no Brasil e apurar denúncias de omissão por parte do poder público com relação à aplicação de instrumentos instituídos em lei para proteger as mulheres em situação de violência.

- Leitura: 13-7-2011
- Designação da Comissão:
- Instalação da Comissão:
- Prazo final da Comissão:

Senado Federal

Titulares	Suplentes
Bloco de Apoio ao Governo (PT / PR / PDT / PSB / PCdoB / PRB)	
	1.
	2.
	3.
	4.
Bloco Parlamentar da Maioria (PMDB / PP / PSC / PMN / PV)	
	1.
	2.
	3.
	4.
Bloco Parlamentar da Minoria (PSDB / DEM)	
	1.
	2.
PTB	
	1.
PSOL¹	
	1.

Notas:

1- Vaga destinada ao rodízio, nos termos da Resolução nº 2/2000-CN.

Câmara dos Deputados

Titulares	Suplentes



SENADO FEDERAL
Secretaria Especial de Editoração e Publicações
Subsecretaria de Edições Técnicas

Legislações Brasileiras



Coletânea de publicações, com atualização periódica,
sobre temas diversos da legislação brasileira.

Conheça nossa livraria virtual, acesse:
www.senado.gov.br/livraria

Edição de hoje: 314 páginas

(OS: 16276/2011)

Secretaria Especial de
Editoração e Publicações – SEEP

SENADO
FEDERAL

